

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJECTARE

EDIÇÃO ESPECIAL

11

PEQUENAS CIDADES E COMUNIDADES

DOSSIÊ

PERIFERIAS E UNIVERSIDADES

POVOS TRADICIONAIS E TERRITÓRIO

TERRITÓRIOS INTERIO- RANOS E MODOS DE MORAR

GÊNERO, MULHERES E CIDADES



Coordenação Editorial:

Patricia Zandonade
Cecília Maria de Moraes Machado Angileli
Mariana Barbosa de Souza
André de Oliveira Torres Carrasco
Lisandra Fachinello Krebs

Comitê Científico:

Alessandra de Sant'Anna
Alexandre Pereira Santos
Ana Lúcia Costa de Oliveira
Ana Paula Bruno
Ana Paula Zechlinski
Andrea Francine
Angelica Santamaria Alvarado
Betina Tschiedel Martau
Carlos Fernando Bahima
Carlos Fraga
Cecilia Maria de M. Machado Angileli
Celia Helena Castro Gonsales
Celina Maria Britto Correa
Cristhian Moreira Brum
Eduardo Rocha
Estevam Vanale Otero
Fernando Carneiro Pires
Gilfranco Medeiros Alves
Isabel Tourinho Salamoni
Ivan Julio Apolonio Callejas
Iara Beatriz Falcade Pereira
Janice de Freitas Pires

Júlio Celso Borello Vargas
Lauren Arrussul Carús
Leonir Oldericó Colombo
Ligia Maria Avila Chiarelli
Lisandra Krebs
Luiz Henrique Rubens P. A. Oliveira
Manuel Corman
Maria Cristina Lobregat
Mariana Barbosa de Souza
Mário Furtado Fontanive
Morgane Bigolin
Patricia Zandonade
Paulo Emílio B. Ferreira
Paulo Humberto Porto Borges
Paulo Roberto Costa da Silva
Ricardo de Sousa Moretti
Silvio Arnaldo Dick Jantzen
Selma Passos Cardoso
Tuize Rovere

Equipe Técnica

Formatação e Diagramação:

Patricia Zandonade

Capa:

Patricia Zandonade
Imagem de capa: Kiyoko fotografada
na porta de sua casa, no bairro Cateto,
Cruzália-SP
Fotografia: Manuel Corman, 2021.

Projectare - Revista de Arquitetura e Urbanismo é uma publicação do Laboratório de Urbanismo (LabUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Periódico digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare>

APRESENTAÇÃO

Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo - é uma publicação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Fundada em 1999 como um projeto de extensão vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET)/FAUrb. No ano de 2012 passou a ser editada através de uma parceria entre o Laboratório de Urbanismo da FAUrb e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Prograu/UFPel. Desde sua primeira edição até o número 6 a Projectare foi lançada em versão impressa. Os números 7, 8 e 9 também foram lançados em uma versão digital. Atualmente todas as edições estão disponíveis para consulta e download no site da revista ([HTTP://WP.UFPEL.EDU.BR/PROJECTARE/](http://wp.ufpel.edu.br/projectare/)). A migração da publicação para o Portal de Periódicos da UFPel teve como objetivo consolidar o formato digital, a partir do sistema Open Journal Systems, como o único meio de recebimento, seleção, editoração e publicação de conteúdo.

A Projectare- Revista de Arquitetura e Urbanismo - tem como público alvo pesquisadores, professores e profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, História, Geografia, Design e Artes. São aceitos para publicação artigos científicos, ensaios, resenhas, entrevistas e Trabalhos Finais de Graduação produzidos por profissionais recém-graduados (TFGs), estudantes pós-graduação, professores e pesquisadores das áreas relativas ao público alvo e redigidos em português e espanhol.

SUMÁRIO

Editorial

TERRITÓRIOS INTERIORANOS E MODOS DE MORAR	7
Patricia Zandonade, Cecília Maria de Moraes Machado Angileli, Mariana Barbosa de Souza, André de Oliveira Torres Carrasco, Lisandra Fachinello Krebs	

Periferias Interioranas e Universidades Periféricas

A CIDADE-MERCADORA INTERIORANA FRONTEIRIÇA	10
Cecília Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Angélica Santamaria Alvarado, Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira, Noelia Fernanda Mallorquín Ortellado	

AS CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNILA E SUA MISSÃO INSTITUCIONAL	31
Cecília Maria de Moraes Machado Angileli, Patricia Zandonade, Stamatia Koulioumba	

CARTOGRAFIA SOCIAL NA OCUPAÇÃO JARDIM SOCIAL: DESCOLONIZANDO NARRATIVAS	53
Marcelo Cunha Varella, Roberto Martins de Souza	

Pequenas Cidades e Infraestruturas

“PEQUENAS CIDADES, GRANDES NEGÓCIOS”: OS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NO LITORAL NORTE GAÚCHO	66
Mariana Barbosa de Souza	

PEQUENAS LOCALIDADES E GRANDES INFRAESTRUTURAS : O CASO DE MARMELÂNDIA (REALEZA-PR) E OS EFEITOS SOFRIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU	83
Patricia Zandonade, Julia Lima	

ASPECTOS ESPECÍFICOS DO PLANEJAMENTO E DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS	101
Ricardo de Sousa Moretti, Paulo Eduardo Vieira Cunha, Gilbrando Trajano Medeiros Junior, Aldo da Fonseca Tinoco Filho	

TEMPO DE ESPERAR: A RESISTÊNCIA, ESTRATÉGIAS E LUTA EM ACAMPAMENTOS MST NO OESTE DO PARANÁ	117
Maria Cristina Lobregat	

O TERRITÓRIO CAMPESINO DO CONTESTADO: MULTITERRITORIALIDADE E CONFLITOS NO MUNDO CABOCLO	131
Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira	

PERMACULTURA, ECOLOGIA POLÍTICA E REDE DE VILAS RURAIS: PERCURSOS E EXPERIMENTOS EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL	143
Fernando Carneiro Pires, Céline Veríssimo, Raimundo Christian Oliveira Soares	

Cidade, Campo, Gênero e Sexualidade

CIDADE E MULHERES: REFLEXÕES SOBRE LUGAR DE MORADIA E
SEGREGAÇÃO URBANA 163
Tuize Rovere, Claudia Tirelli

EXISTE VIDA LGBTQIAP+ ALÉM DA CIDADE GRANDE: REFLEXÕES SOBRE O
DIREITO À CIDADE EM PONTA GROSSA–PARANÁ 185
Mariana Barbosa de Souza, Marcio Jose Ornat

SEMEANDO AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS NO PLANEJAMENTO
COMUNITÁRIO: MULHERES CAMPONESAS E CUIDADORAS DO CONTESTADO –
LAPA, PR 201
Iara Beatriz Falcade Pereira

Povos Tradicionais e Modos de Morar

A ORIGEM DO QUILOMBO APEPU E A QUESTÃO FUNDIÁRIA 221
Leonir Olderico Colombo

TAPERAS E RESISTÊNCIA: COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS DA JURÉIA
(SP) 242
Daiane Neves Alves, Vanessa Muniz Honorato, Ândrea Francine Batista

Ensaio Fotográfico

CAIXINHA SOUVENIR DO CORREDOR TURÍSTICO DE FOZ DO IGUAÇU 256
Manuel Corman

OGUATA PORÃ: RUMO À TERRA SEM MALES 266
Paulo Porto, Ana Zimmermann

VISÕES DO DESENVOLVIMENTO: IMAGENS (RE)VELADAS NAS
CONFLITIVIDADES DA/NA FRONTEIRA 274
Paulo Roberto Costa da Silva

EDITORIAL

TERRITÓRIOS INTERIORANOS E MODOS DE MORAR

As pesquisas realizadas em espaços formais como as Universidades têm permitido maior integração e inter-relação com as comunidades locais e regionais. Nesta interface entre ensino, pesquisa e extensão, a Universidade aproxima-se dos problemas reais e concretos da sociedade, possibilitando refletir por meio da experiência e criticar processos desde suas próprias realidades. Tal iniciativa surge da carência de publicação e de publicização dos resultados dentro das áreas de Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo e das ações que tem como foco os contextos interioranos, fronteiriços, de escala urbana em cidades pequenas e médias e que reflitam ainda questões de gênero e de sexualidades. Isso significa afirmar que nos eventos científicos das áreas mencionadas, pouco ou raros espaços têm sido reservados para as especificidades destes territórios, conservando uma perspectiva histórica da arquitetura e urbanismo e do planejamento urbanos e regional construída a partir de uma hegemonia urbanocentrada e descontextualizada das especificidades dos povos e territórios latinoamericanos.

Assim, apresentamos este dossiê como a contribuição para tensionar essa hegemonia, como um espaço específico para esta discussão, se somando aos outros grupos e trabalhos em desenvolvimento no país e na América Latina que estão se voltando para estas especificidades regionais. Com isso, podemos considerar esta publicação mais um avanço e uma ação positiva no sentido de permitir a construção da troca de informações entre pesquisadoras e pesquisadores que articulam pensamentos e ações com este tema. Além disso, há uma série de pesquisas e de experiências sendo realizadas no âmbito de Universidades que não se encontram insertas em grandes centros urbanos ou em eixos conhecidos de produção do conhecimento, numa condição de Universidade Periférica pensando e pesquisando a partir de territórios periféricos e interioranos, exatamente como é o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA (situada na região da Fronteira Trinacional, em Foz do Iguaçu, no Paraná) e da Universidade Federal de Pelotas, UFPel (inserta na região de fronteira do extremo sul do Rio Grande do Sul).

As dinâmicas desenvolvidas em contextos interioranos apresentam uma multiplicidade de experiências, tanto no Brasil, quanto em outros países da América Latina, que se caracterizam como inovadoras e/ou iniciativas que mobilizam grupos sociais vulneráveis ou periféricos, como sujeitos prioritários na busca de modos de vida e desenvolvimento territorial menos desiguais ou predatórios e mais solidários e regenerativos. Estas experiências têm sido o foco de estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas intitulado *Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na*

América-Latina – CNPq, sediado na UNILA e articulado com outros grupos de pesquisa de universidades também em contexto de interior, como é o caso do *Laboratório de Urbanismo (LabUrb)*, da UFPel.

O Grupo de Pesquisa TIPPA foca nas formas de planejamento e leitura territorial, na arquitetura e desenho destes espaços, e na realidade das comunidades e territórios interioranos, associando estas realidades e especificidades tensionando as teorias hegemônicas que partem de grandes estruturas urbanas e de visões urbanocentradas. Abordamos a leitura da paisagem e seus modos de morar com as condições de vida, em suas características territoriais, de cultura e memória como territorialidades, transversais a perspectivas não-eurocentradas, não-patriarcais e não-binárias. A preocupação nas pesquisas é a relação de grandes dinâmicas globais, em seu modelo predatório e insustentável, com os efeitos nos modos de vida locais, na tensão entre resistência e mudanças, com perpetuação de desigualdades decorrentes que se perpetuam no interior da América Latina. Estes territórios são as áreas periurbanas e periféricas em cidades médias ou pequenas, comunidades campesinas ou povos tradicionais do interior da América Latina.

Assim, este dossiê foi desenvolvido para apresentar trabalhos a partir de experiências e resultados de pesquisa, de extensão, de intervenção, de mediação e de inserção social em contextos interioranos, fronteiriços, de cidades pequenas e médias, de territórios camponeses e de comunidades tradicionais. Ele também vem da percepção da dificuldade de materiais sistematizados e reunidos sobre estes territórios, em que o volume de trabalhos de levantamento e primeira leitura ainda é insuficiente. Procuramos estabelecer um diálogo entre autores e autoras, pesquisadores e pesquisadoras, além de artistas visuais, que discutem e abordam estes temas na área das Ciências Sociais Aplicadas, e das subáreas do Planejamento Urbano e Regional e da Arquitetura e Urbanismo. Entendemos que esta transposição de disciplinaridades conforma a Arquitetura e o Urbanismo pertinentes ao nosso contexto latinoamericanista. Para esta edição, recortamos as experiências e realidades dos territórios no interior do Brasil, como um primeiro ciclo de trabalhos.

O dossiê está dividido em eixos. O primeiro trata sobre *Periferias Interioranas e Universidades Periféricas*. O segundo apresenta experiências de *Pequenas Cidades e Infraestruturas*. O terceiro eixo aborda questões territoriais em *Moradias Rurais e Resistência*. O quarto eixo trata de territorialidades na perspectiva que envolve *Cidade, Campo, Gênero e Sexualidades*. O quinto eixo discute assuntos sobre territórios, outras formas de morar em *Povos Tradicionais e Modos de Morar*. O sexto eixo apresenta *Ensaaios Fotográficos*, ocasião em que seus autores dialogam em seus trabalhos críticos com as temáticas apresentadas no dossiê.

Espera-se que esta publicação estimule a reflexão crítica e *sentipensante* sobre a importância do olhar sobre, para e a partir de contextos territoriais e de modos de vida dos povos do interior do país. Desejamos uma ótima leitura!

Pelotas, novembro de 2021.

Dra. Patricia Zandonade (UNILA)

Dra. Cecília Maria de Moraes Machado Angileli (UNILA)

Dra. Mariana Barbosa de Souza (UNILA)

Dr. André de Oliveira Torres Carrasco (UFPel)

Dra. Lisandra Krebs (UFPel)

Universidade Federal de Pelotas, nesta edição em parceria com Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

A CIDADE-MERCADORIA INTERIORANA FRONTEIRIÇA *LA CIUDAD MERCANCÍA, INTERIORANA FRONTERIZA*

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli¹

Solange Bonomo Assumpção²

Angélica Santamaria Alvarado³

Luiz Henrique Rubens Pastores Alves de Oliveira⁴

Noelia Fernanda Mallorquín Ortellado⁵

RESUMO

Este artigo visa a contribuir para a problematização dos impactos de grandes projetos urbanos e de infraestrutura em territórios interioranos fronteiriços, pautadas em uma lógica de cidade-mercadoria. Distantes das estruturas tradicionais de construção de conhecimento, esses territórios acabam sendo mais vulneráveis a essas reestruturações de grande vulto pela incompreensão da dimensão de seus efeitos ao longo do tempo e à forma como afetam diferentemente os vários segmentos da população. Com esse propósito, à luz do trabalho de estudiosas e estudiosos do campo do planejamento urbano e de pesquisas sobre a Região Trinacional, empreendeu-se uma análise reflexiva de alguns dos grandes planos e projetos em curso nesse território, destacando tendências que atendem aos interesses do capital. Como resposta a esse alinhamento e à necessidade de reparação dos territórios interioranos fronteiriços afetados por esses empreendimentos, as instituições de ensino público, os trabalhos de pesquisa acadêmica e os espaços de educação popular, por adotarem uma abordagem crítica, oferecem contribuições valiosas para pautar o planejamento territorial insurgente, comprometido com a justiça social e ambiental. Os resultados da análise ora apresentada indicam que, sem o devido conhecimento dos interesses envolvidos nesses planos e projetos – sob diferentes perspectivas – e de quais podem ser os seus efeitos para as comunidades diversas que compõem as cidades interioranas

¹ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Graduada, Mestra e Doutora em Arquitetura e Urbanismo - Paisagem e Meio Ambiente (FAU USP), Pós Doutora em Gestão Territorial (UFABC), Pós Doutoranda em Planejamento Territorial Sustentável (UNIOESTE). Coordenadora da Escola Popular de Planejamento da Cidade. Integrante do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Endereço eletrônico: cecilia.angileli@unila.edu.br.

² Doutora em letras, mestra em linguística, especialista em alfabetização, especialista em educação inclusiva e licenciada em Pedagogia. Técnica em Educação – UNILA. Endereço eletrônico: solange.assumpcao@unila.edu.br

³ Graduada em arquitetura e urbanismo, Mestre em Integração Contemporânea da América Latina, doutoranda em Planejamento e Gestão do Território – UFABC. Endereço eletrônico: angelica.santamaria.a@gmail.com

⁴ Graduado e Mestre em Geografia. Professor no curso de meio ambiente do IFPR – Foz do Iguaçu. Endereço eletrônico: luiz.deoliveira@ifpr.edu.br

⁵ Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Endereço eletrônico: nfm.ortellado.2016@aluno.unila.edu.br

fronteiriças, favorece-se a invisibilidade das ações de incremento da marginalização socioeconômica, do sofrimento ambiental e da ampliação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: territórios interioranos e fronteiriços; grandes planos e projetos urbanos; impactos socioambientais; educação formal e popular para o planejamento das cidades; planejamento territorial insurgente.

RESUMEN

Este artículo visa contribuir para la problematización de los impactos de grandes proyectos urbanos y de infraestructura en territorios del interior fronterizos, pautadas en una lógica de ciudad-mercancía. Distantes de las estructuras tradicionales de construcción del conocimiento, estos territorios acaban siendo más vulnerables a estas reestructuraciones de grande porte por la falta de comprensión de la dimensión de sus efectos a lo largo del tiempo y las diversas formas en cómo afectan a los varios segmentos de la población. Con este propósito, a la luz del trabajo de estudiosas y estudiosos en el campo del planeamiento urbano y de investigaciones sobre la Región Trinacional, se emprende un análisis reflexivo de algunos grandes planes y proyectos en curso en este territorio, destacando tendencias que atienden a los intereses del capital. Como respuesta a estos alineamientos y a la necesidad de reparación de los territorios del interior fronterizos afectados por estos emprendimientos, las instituciones de enseñanza pública, los trabajos de investigación académica y los espacios de educación popular, por adoptar un abordaje crítico, ofrecen contribuciones valiosas para pautar el planeamiento territorial insurgente, comprometido con la justicia social y ambiental. Los resultados del análisis presentado indican que, sin el debido conocimiento de los intereses envueltos en estos planos - sobre diferentes perspectivas- y de cuáles podrían ser sus efectos para las comunidades fronterizas, se favorece la invisibilidad de las acciones que aumentan la marginalización socioeconómica, del sufrimiento ambiental y de la ampliación de las desigualdades sociales.

Palabras claves: territorios interioranos y fronterizos; grandes planes y proyectos urbanos; impactos sociales y ambientales; educación formal y popular para la planificación urbana; planificación territorial insurgente.

1. INTRODUÇÃO

Os grandes projetos urbanos e de infraestrutura, ao longo de décadas, vêm sendo apresentados como anúncio de desenvolvimento dos territórios a eles vinculados. Porém, em sua implementação, o que se observa é que são responsáveis por inúmeros impactos sociais e

ambientais, muitas vezes irreversíveis, e que, em geral, são invisibilizados e/ou minimizados em sua apresentação à sociedade.

É preciso destacar que esses projetos precisam ser considerados a partir de múltiplas perspectivas, ou seja, tanto em relação ao jogo de forças e poder envolvidos em sua concepção, aprovação e implementação, quanto em relação à diversidade de interesses implicados nas várias escalas em que são planejados. Nesse sentido, se por um lado encontra-se grande parte das intervenções pensadas a partir de uma escala macro, às vezes até transnacional, é na dimensão micro escalar que se percebe as principais violações de direitos humanos, instaurando um processo de redução significativa do poder de ação das agentes diretamente afetadas e dos agentes diretamente afetados por essas intervenções no território.

Essa contradição entre o discurso que anuncia o “desenvolvimento”, vinculado à escala macro escalar, e o discurso de resistência que denuncia os seus impactos, afeito à escala micro, é notada em diferentes contextos territoriais, de pequenas localidades a grandes centros em regiões metropolitanas. Porém, mesmo sendo uma prática comum em dimensões e contextos territoriais diferentes, verifica-se que em cada escala territorial há uma capacidade particular de resiliência a tais transformações, capacidade esta determinada por uma sobreposição de fatores, tais como as condições de vulnerabilidade socioeconômica, a sensibilidade ambiental, a capacidade de organização e de planejamento dos/das agentes do território, como também, o acúmulo científico e técnico a respeito desses processos de transformação e suas implicações diretas e indiretas na vida da população.

Embora a abordagem desses discursos antagônicos em seus contextos diversos sejam importantes, dados os limites deste artigo, opta-se por conferir relevo à problematização dos impactos socioambientais, resultantes das mencionadas reestruturações territoriais, que afetam pequenas e médias cidades.

Para o alcance deste propósito, numa abordagem crítica, as seguintes temáticas serão objeto de atenção nas próximas seções: I) panorama, ainda que breve, do funcionamento da chamada “cidade-mercadoria” em contextos interioranos e fronteiriços; II) invisibilidade ampliada dos impactos dos grandes projetos urbanos de infraestrutura nesses territórios, tendo em vista suas expectativas/concepções de “desenvolvimento” e a conseqüente importação de planos e projetos gerados externamente; III) papel dos espaços de educação formal e popular nesses contextos interioranos e fronteiriços como uma forma de pautar o planejamento territorial insurgente.

2. A CIDADE-MERCADORIA EM CONTEXTOS INTERIORANOS E FRONTEIRIÇOS: GRANDES PROJETOS URBANOS EM FOZ DO IGUAÇU (BRASIL) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)

Da cidade consolidada e luminosa até a pequena localidade – que, à primeira vista, não corresponderia a um espaço de disputa territorial do capital –, constata-se um planejamento que se inspira em técnicas empresariais e que entende a cidade como uma mercadoria a ser vendida, substituindo problemas importantes a ser pensados por suas gestoras e seus gestores – como o crescimento desordenado sem a devida implantação de infraestrutura, o deslocamento populacional voluntário ou involuntário, o uso especulativo ou irregular do solo, entre outras questões – por projetos pontuais de rápida valorização imobiliária (VAINER, 2002).

Essa cidade, pensada pelo valor de troca e não de uso, passa a ser planejada com o objetivo de atrair investidoras e investidores, assumindo o poder público, por meio de parcerias público-privadas, diversos riscos para a efetivação da entrada desse capital no território (VAINER, 2002). Por sua vez, esse investimento/capital responde a demandas próprias que, por vezes, contrariam as necessidades locais, determinando novas formas urbanas e edificações que atendam a um padrão próprio arquitetônico de quem investe ou mesmo de quem pode vir a consumir essa paisagem.

Sendo pensada para quem investe ou para quem pode consumi-la, essa cidade, em sua gênese, não é pensada para todas as pessoas que nela vivem e a tornam singular, desde a perspectiva de mobilidade e apropriação territorial até a perspectiva de cidade como um espaço político. Em decorrência dessa lógica mercadológica orientadora, em diferentes dimensões territoriais, espaços que até então eram considerados sem valor de mercado, passam a ser reinterpretados como estoque de terras para o mercado imobiliário formal, como zonas estratégicas para a implantação de novos empreendimentos. De modo geral, esses estoques de terra são caracterizados por sua vulnerabilidade social e ambiental – como favelas, ocupações, entre outros arranjos de vivência de comunidades populares, além de áreas de importância ambiental –, o que os torna possíveis reservas de valor.

No contexto da Região Trinacional, mais especificamente junto às cidades de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná (Brasil), com cerca de 270.000 habitantes, e de *Ciudad Del Este*, no Departamento de Alto Paraná (Paraguai), com cerca de 300.000 habitantes, esses arranjos do capital se materializam em novos desenhos urbanos e edifícios. Algumas dessas formas reproduzem a lógica comum da cidade mercadoria (VAINER, 2002), marcada por um projeto padronizado, com programa único, amplamente difundido, por meio de massivo *marketing* urbano, como uma necessidade das cidades envolvidas. Como consequência, sua realização passa a ser celebrada como um “evento” que responde às demandas da sociedade como um todo, a exemplo dos projetos ilustrados a seguir.



Imagem 01 : Infográficos projetos anunciados e implantados nos últimos 10 anos na região de Foz do Iguaçu, *Ciudad Del Este* e proximidades. Fonte: Compilação de dados de Angileli e Ortellado (2021); Angileli _ EPPC 2015 a 2020; Angileli e Oliveira (2021)

Nas regiões interioranas como a Trinacional em questão, esses arranjos ganham a magnitude de um “espetáculo” ainda mais violento para determinados segmentos da população. Diferentemente dos movimentos de resistência popular que, em geral, ocorrem nas regiões metropolitanas quando há remoções forçadas de comunidades pobres, instaladas em áreas de interesse do conjunto de investidoras e investidores, no contexto interiorano e fronteiriço, a remoção, por vezes, é silenciosa e com pouca resistência popular (Angileli, 2015 a 2020).

Essa diferença na capacidade de resistência acaba por caracterizar os grandes projetos urbanos no contexto interiorano e fronteiriço, em vez de “eventos” que podem trazer a melhoria das condições de vida de todas e todos, como um processo associado a contínuas expulsões de populações pobres e tradicionais do campo e da cidade, e, ao mesmo tempo, ao apagamento de suas resistências⁶.

Neste sentido, é preciso destacar que, nesse território que enseja uma cultura de conflitos de terra e de remoções forçadas de moradia, o silenciamento das narrativas de vida dessas populações impede a construção e perpetuação de uma memória coletiva, força e consciência crítica que possa ser capaz de promover a transformação social na direção de uma sociedade mais justa, além de uma nova forma de olhar para o território, isto é, um espaço que seja bom para todas e todos.

⁶ Um exemplo da história recente da Região em questão é a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e do consequente “memoricídio” da luta de dezenas de famílias contrárias à sua realização por inúmeras razões sociais, culturais e ambientais que fogem ao escopo deste artigo.

Cabe aventar o fato de que esse enfraquecimento da força coletiva vem sendo fomentado pela opção por políticas habitacionais que diluem as estruturas sociais de comunidades inteiras, quer seja pela remoção dos barracos de madeira e o seu reassentamento em casas de alvenaria em conjuntos habitacionais isolados, quer seja pelo processo de reterritorialização dessas famílias estranhas entre si, de forma aleatória, em diversos conjuntos habitacionais (Angileli _ EPPC 2015 a 2020). Nos conjuntos habitacionais a organização social é enfraquecida, e se confunde com demandas individuais/personificadas. Com esse direcionamento, a casa nova passa a não significar o direito à moradia digna, ao direito à cidade, ou mesmo à memória. Antes pelo contrário, transfere-se (quando não se agravam) os velhos conflitos e as vulnerabilidades socioambientais a que essas famílias, na maioria das vezes, já estavam submetidas às novas moradias⁷.

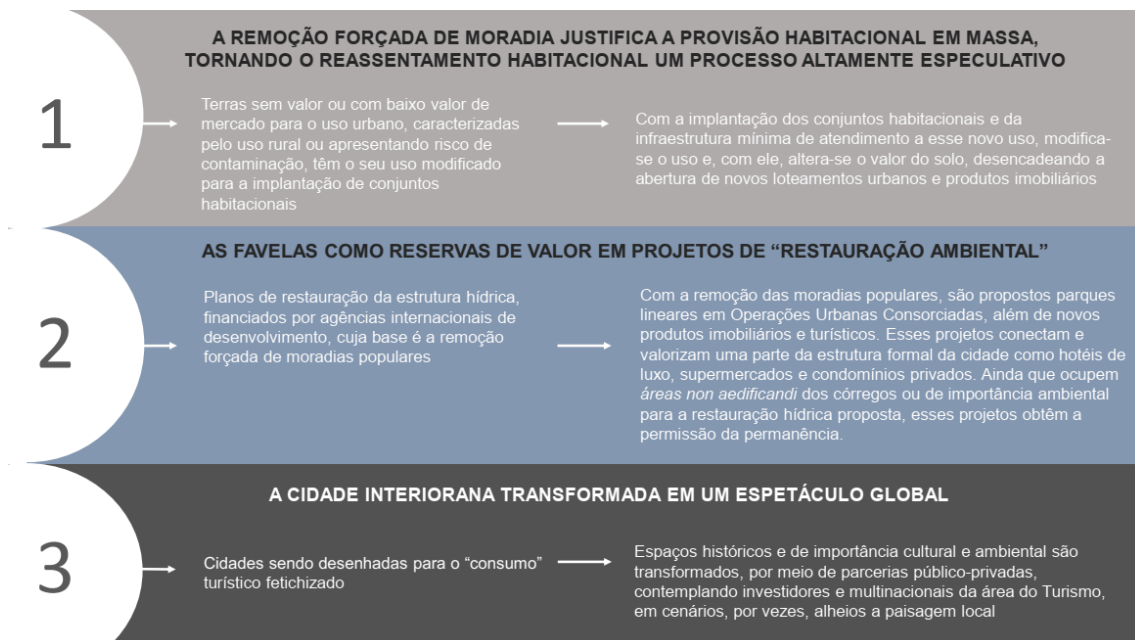


Imagem 02 : Exemplos de arranjos do capital na região interiorana fronteiriça. Fonte: Organização de Angileli, a partir da base de dados de EPPC (Angileli, 2015 a 2020)

É exatamente nesse território com pouca memória coletiva de luta e de diluição das estruturas que favelas e ocupações vão sendo removidas de forma muito mais rápida do que nos grandes centros urbanos, a partir dos diversos arranjos do capital, como se depreende dos exemplos da imagem. A análise da figura 2 parece reforçar a tese de que grande número de impactos não são mensurados em seus planos de intervenção. Isso ocorre porque são pensados

⁷ Na periferia formal, por exemplo, a violência pode ainda ser maior, o custo de vida também. Se antes essas populações eram negligenciadas, agora reterritorializadas, muitas pessoas das comunidades se sentem “encarceradas”, segundo palavras de diferentes moradoras reassentadas e moradores reassentados. Esse sentimento se dá tanto pelo isolamento territorial provocado pela área de implantação dos conjuntos habitacionais, como por sua arquitetura que possui semelhanças aos presídios da região.

em termos de estudos de impacto ambiental *per se*, de maneira isolada, sem reconhecer a multiplicidade de processos paralelos em curso na reestruturação urbana, social e ambiental da qual fazem parte. Em oposição a essa tendência, um grande projeto urbano deve ser planejado sob uma perspectiva transtemporal e interescalar em relação a todos os outros projetos/processos que com ele serão implantados ou mesmo que, a partir dele, possam vir a ser propostos.

Se por um lado esse cenário pode sugerir a incapacidade das gestoras e dos gestores locais de analisar tais processos de maneira holística, por outro lado permite a inferência de que o anúncio do desenvolvimento por projetos individuais – e não por planos que os reúnam – é uma opção deliberada e estratégica, pois favorece intervenções pontuais “míopes”, quando for extremamente necessário, não responsabilizando nem tensionando as agentes e os agentes de liderança desses territórios pelo entendimento integral do que está em jogo. Ou seja, o redesenho das cidades por partes, sem a premente articulação com o todo, dificulta a legibilidade dos impactos em curso pelas pessoas que as compõem. O risco que não se percebe, não se reconhece, não se mensura, não se questiona nem se mitiga.

No caso da Região Trinacional, em especial nas cidades de Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este*, com um número de pessoas à margem do desenvolvimento prometido se ampliando a cada dia, essa prática de planejamento segmentado é notável. Apesar de apresentarem uma carteira de planos e projetos a investidoras e a investidores dos setores de logística, turismo, tecnologia, indústria e negócios imobiliários, essas cidades não conseguem resolver problemas básicos de saneamento, de transporte, de moradia, entre outros. São muitos os bolsões de pobreza em meio a esse território financeirizado, como se verifica na Imagem 3 que representa o primeiro mapeamento integrado de favelas da região.

Na imagem abaixo, encontram-se mapeados 126 assentamentos informais no lado paraguaio, em *Ciudad Del Este* (TECHO PARAGUAY, 2019), e 65 no lado brasileiro, em Foz do Iguaçu (COHAPAR, 2019). Cabe enfatizar o fato de que mais da metade dessa expansão informal em *Ciudad Del Este* ocorreu nos últimos 20 anos (ORTELLADO, 2021 *apud* ANGILELI; OLIVEIRA, 2021).

Se, agora, associa-se o conteúdo dessa imagem ao das duas imagens anteriores, o que fica evidente é a sobreposição de interesses empresariais na Região Trinacional, reforçando a necessidade de reconhecimento desse território interiorano e fronteiro como um espaço em plena disputa. E isso não é algo casual. Ao fazer-se o acompanhamento do deslocamento do capital, o que se observa é a redução de investimentos em regiões centrais e sua crescente migração para regiões periféricas.

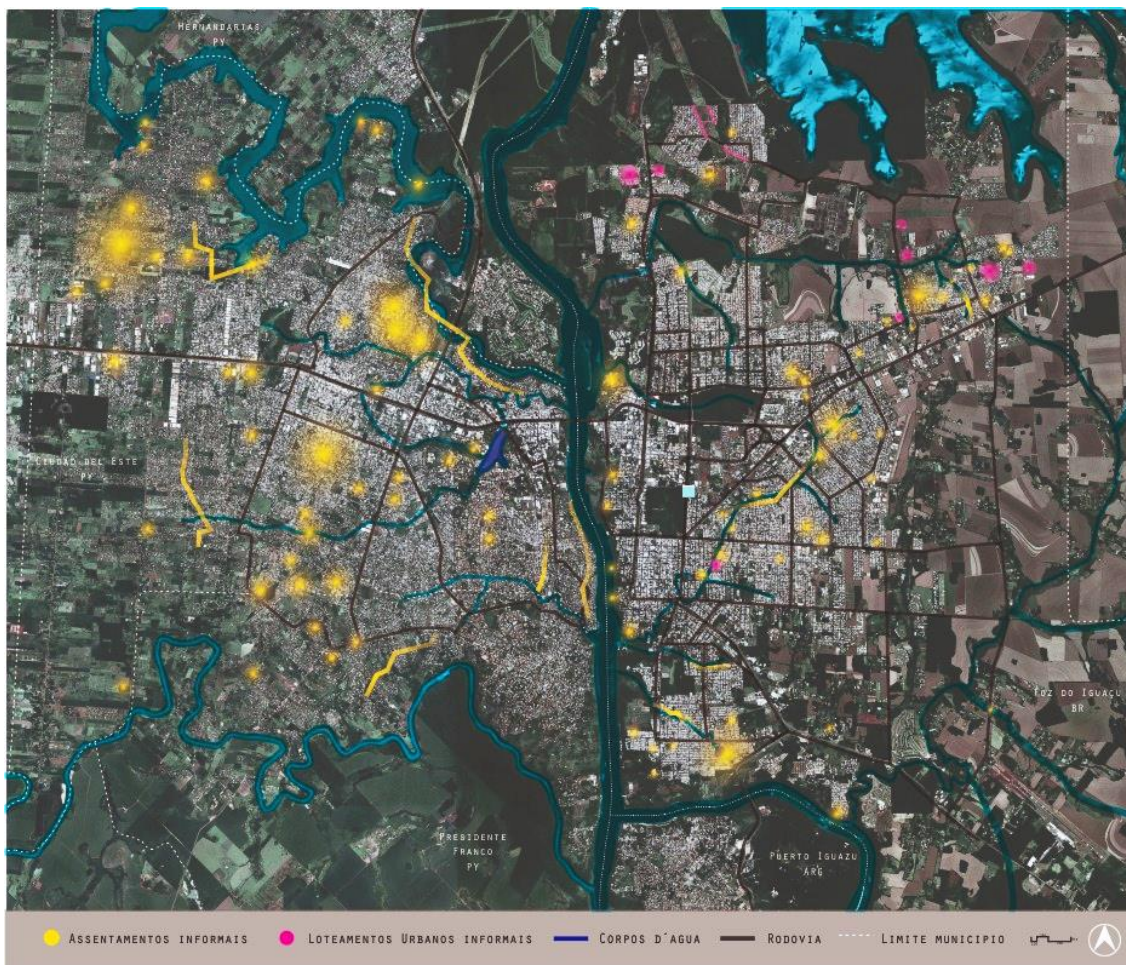


Imagem 03 : Mapa de favelas na fronteira entre Paraguai e Brasil. Fonte: Elaboração de Ortellado e Alvarado (2021), a partir de dados da COHAPAR (2019) e da TECHO PARAGUAY (2019)

A repercussão mais imediata desse fenômeno na Região em tela é o aumento do deslocamento forçado de famílias pobres já residentes na fronteira, assim como a explosão urbana⁸ formal e informal decorrente do anúncio de investimentos de vulto.

Esse território interiorano fronteiriço, nos últimos anos, vem se constituindo como um importante espaço de desenvolvimento transnacional na área de Logística, Inovação e Tecnologia,

⁸ O fenômeno da explosão urbana tem sido apontado como um dos desafios das grandes cidades em todo o mundo. No relatório publicado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), editado por Montero e García (2017), o fenômeno de urbanização acelerada, sem o planejamento adequado, em países considerados em desenvolvimento na América Latina, foi ponto de destaque. Nesse documento, a Comissão apontou uma série de violações humanas, urbanas e ambientais nesse continente, considerado o mais urbanizado do mundo. As principais violações apresentadas reforçam a importância da antecipação da sociedade aos desafios dos territórios que passarão por reestruturações significativas, potencializadas por grandes projetos de infraestrutura, como é o caso da Região Trinacional. Esses projetos provocarão mudanças que alterarão significativamente a dimensão das cidades, ampliando a população e o consumo do solo por pessoa, por exemplo, o que implicará maior estrutura de saneamento, estrutura viária, comunicação, eletricidade, adequação de resíduos sólidos, produção de novas moradia e redimensionamento de transporte, entre outras necessidades (ANGILELI, OLIVEIRA, 2021).

além dos tradicionais e crescentes investimentos no setor de Turismo. Com isso, nos constituímos como polo de atração de investidores e também de comunidades vulneráveis – como migrantes nacionais e internacionais, por vezes sem emprego, em busca de oportunidades de trabalho. No caso das pessoas em condição de maior vulnerabilidade, não é raro verificar seu alijamento das oportunidades profissionais desse propagado desenvolvimento, pois, a maioria quase absolutas das vagas destina-se a atividades especializadas, resultando na contratação de segmentos específicos da população, isto é, os com maior nível de escolarização (MONTERO; GARCÍA, 2017)⁹. Desse modo, ao aumento do custo da terra na Região, soma-se o significativo aumento do déficit habitacional qualitativo e quantitativo.

É sabido que a explosão urbana informal e a periferização após o anúncio de um pretenso desenvolvimento não é um processo novo a esse território interiorano e fronteiriço, como assevera Catta (2009) e Ribeiro (2015). Em seus estudos, ao descreverem os problemas urbanos associados à implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu – em especial, a significativa ampliação de favelas –, os autores contribuem para que não haja justificativa à omissão das agentes e dos agentes líderes desse território ao cenário tendencial próximo, pois há um acúmulo histórico de suas consequências. As injustiças socioambientais caminham ao lado do “desenvolvimento” prometido.

3. A INVISIBILIDADE DOS IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS URBANOS DE INFRAESTRUTURA NESSES TERRITÓRIOS, TENDO EM VISTA SUAS EXPECTATIVAS/CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A CONSEQUENTE IMPORTAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS GERADOS EXTERNAMENTE

No território interiorano fronteiriço, conhecidas demandas orientadoras de políticas públicas para as cidades emergem com novas nuances e desafios, a exemplo do que ocorre quando se analisa os processos de planejamento participativo, concebido como pauta concebida central a qualquer que seja a região, central ou periférica.

Diferentemente do caráter atribuído ao termo “participativo” nos grandes centros urbanos – nos quais corresponde à efetiva participação da população nos debates e nas proposições de políticas públicas para as cidades –, no contexto interiorano o foco de atenção passa a ser a *não terceirização do planejamento territorial*, ou seja, para além da participação efetiva da população que constitui os municípios e da própria gestão pública no planejamento das cidades, é preciso

⁹ Os autores contribuem com essa análise a partir de estudos que tem como base a ampliação dos processos de segregação urbana e injustiça ambiental em grandes manchas urbanas.

um movimento contrário à importação de soluções prontas de grandes escritórios e consultorias de arquitetura e urbanismo.

As cidades da Região Trinacional, em seu planejamento urbano, sofrem diretamente a influência do empresariado e outros agentes do território, interferência esta que é comum às cidades caracterizadas como *ciudades-empresa*. Nesse caso particular, a Usina Hidrelétrica de Itaipu exerce papel de destaque nesse processo, ao contratar escritórios de arquitetura e urbanismo de grande relevância nacional e internacional para a elaboração de *master plans*, de projetos urbanos e de edificações e para a prestação de serviço de consultoria urbana, além de financiar obras e ceder suas colaboradoras e seus colaboradores para as empreitadas necessárias, incluindo a ocupação de cargos públicos nas áreas de planejamento e obras.

Esse cenário fomentado pela condição de cidade-empresa, mistura estruturas administrativas e interesses que nem sempre são públicos, gerando inúmeros problemas, com destaque para: I) a atrofia do corpo técnico existente nas prefeituras que passam a demandar soluções externas para diversos desafios das cidades, deixando de problematizar o seu próprio território; II) o caráter de “doação”, de “benfeitoria” das soluções urbanas importadas, sem que haja a participação da população ou mesmo das instituições de Educação Superior que estudam os fenômenos da vida urbana e pesquisam soluções para as cidades, a partir de uma perspectiva crítica, sustentável e justa (ANGILELI, ASSUMPCÃO, 2021). Já que se trata de uma doação, sem custo para as cidades, paira o discurso de que nada há a reclamar, mas somente a agradecer, o que impede a promoção do debate crítico sobre os projetos e afins antes de sua concepção e implementação. Resta a avaliação crítica tardia, com poucos efeitos práticos.



Imagem 04: Master Plans: o planejamento territorial terceirizado. Fonte: Levantamento de dados de Angileli (2021)

A título de ilustração, apresentam-se na imagem 4 alguns exemplos de projetos relativos à Região Trinacional, gerados sem a participação efetiva da sociedade. Esses planos, ainda que não sejam implantados integralmente, anunciam às investidoras e aos investidores o potencial logístico, turístico, comercial, industrial, tecnológico das cidades envolvidas, cumprindo o seu papel na construção de cenários de investimento. Corroborando com esse “anúncio”, são frequentes as notícias referentes às altas dos preços imobiliários como algo a ser comemorado,

em jornais e rádios locais. Como consequência mais imediata, segundo dados do Sindicato da Habitação e Condomínios (Secovi), verifica-se, em 2021, a valorização média dos imóveis na cidade de Foz do Iguaçu da ordem de 10 a 20%, chegando ao percentual de 35% em áreas com grandes intervenções urbanas (QUADRA, 2021).

Ao empreender-se uma análise mais atenta dessas regiões mais valorizadas, coloca-se em relevo a região do bairro Porto Meira, periferia da cidade que, atualmente, está passando por diversas intervenções decorrentes da implantação do Corredor Bioceânico de logística, responsável pela ligação do porto de Paranaguá, no litoral paranaense, ao porto de Antofagasta, no Chile. Nessa região periférica da cidade estão localizados conjuntos habitacionais, favelas consolidadas e a maior ocupação urbana do estado do Paraná, a ocupação Bubas. Diferentemente de outros territórios afetados pelo citado eixo logístico, o que inclui outros países, aqui a sua efetivação tem sido rápida, pois conta com a participação de agentes como a Itaipu Binacional, na condição de uma das financiadoras da principal obra, isto é, a implantação da segunda ponte de ligação Brasil-Paraguai, com custo estimado em cerca de R\$320 milhões¹⁰. A magnitude da obra impressiona por todos os ângulos.

Por seus grandes impactos, esses megaprojetos de infraestrutura, implantados (ou em processo de implementação) em regiões interioranas merecem maiores considerações. A Ponte da Integração e os dois ramais de vias, no Brasil e no Paraguai, que fazem a conexão ao Corredor Bioceânico compõem um rol de projetos prioritários de ação para a integração da infraestrutura na América Latina, denominada *Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul* (IIRSA), desenvolvido pelo Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) que compõe a União das Nações Sul Americanas (UNASUR).

¹⁰ No portal da Itaipu Binacional veicula-se que “tanto a Ponte quanto a Perimetral Leste fazem parte do rol de obras financiadas pela Itaipu Binacional. Entre outras, a Usina também financiou a reforma e a ampliação do terminal e da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Financiou ainda a duplicação da pista que liga o aeroporto à BR-469, rodovia que também deverá ser duplicada com recursos da Binacional. São mais de R\$ 2,5 bilhões de investimentos com a geração de mais de 2,5 mil empregos. A Itaipu tem ainda outras obras concluídas ou em execução, como ciclovias e o futuro mercado municipal, em Foz, a duplicação de um trecho da BR-277, em Cascavel, a conclusão da Estrada Boiadeira e o contorno do município de Guaira” (SEGUNDA... 2021).



Imagem 05 : Ponte da Integração (Brasil/Paraguai), em adiantada fase de construção. Fonte: Cecilia Angileli, visita ao canteiro de obras em outubro de 2021

Em seu bojo, esses projetos trazem consigo um outro poder de escala de planejamento e de recursos, alinhado a um conjunto determinado conjunto de interesses, tendo como base o *Programa Avança Brasil*, desenhado no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da criação de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID). Esses eixos correspondem a grandes extensões territoriais em níveis transnacionais, para a operação de toda a cadeia produtiva de certos ramos produtivos, integrando seus mercados consumidores e consolidando sua área de influência transnacional. Posteriormente, este programa foi atualizado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva por meio do lançamento do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), criando condições para o modelo agroexportador com ofertas de crédito e facilitadores de infraestrutura de transporte e energia, visando gerar maior produção e circulação de mercadorias, assim como o crescimento econômico.

Essa integração transnacional proposta pela via da construção de eixos inter multimodais bioceânicos objetiva diminuir as barreiras para o trânsito de mercadorias, de pessoas, e informações e também de capital financeiro. Como facilitador desse modelo de integração tem-se o investimento de agências financeiras transnacionais, responsáveis por aprovar os projetos, o que deixa à mostra a estreita relação entre esses grandes projetos de infraestrutura e o capital financeiro.

Chama a atenção o fato de que a política de integração por meio dos mencionados eixos estabelece articulações diversas nas esferas nacionais, estaduais e municipais, conferindo força e rapidez nas grandes transformações dos territórios. Sob esse viés desenvolvimentista, diretamente aliado ao capital financeiro e às elites políticas em todos esses níveis, além das transformações provocadas pelos megaprojetos comentados nesta seção, intensificam-se as pressões de outras iniciativas igualmente predatórias¹¹, que desconsideram, em todas as etapas de desenvolvimento

¹¹ Pressões do setor imobiliário e turístico.

desses projetos, a realidade das comunidades locais¹² e o trabalho das agentes e dos agentes que compõem os territórios afetados¹³, incluindo nesse conjunto as pesquisadoras e os pesquisadores das Instituições Públicas de Educação Superior.

4. O PLANEJAMENTO TERRITORIAL INSURGENTE A PARTIR DE ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO FORMAIS E POPULARES

Estar em uma região fronteira interiorana, longe dos grandes centros urbanos de ambos os países, Brasil e Paraguai, marcados por assimetrias regionais, significa estar distante também dos lugares que concentram grande parte das produções científicas e acadêmicas que podem exercer influência sobre o planejamento das cidades. Sendo esta uma consequência do fazer científico que não se encerra nos muros da academia, na qual a produção científica tem o potencial de instigar a revisão/elaboração de políticas públicas, o desenvolvimento de planos e projetos territoriais mais sustentáveis e atentos à justiça social, a formação técnica de técnicas, técnicos, gestoras e gestores mais comprometidos com a compreensão global de seus territórios e as interfaces com outros espaços, como também colaborar com a organização, o fortalecimento e ação de movimentos sociais do campo e da cidade. Assim, mesmo sendo estudos que se limitem em grande parte a um olhar urbano centrado e metropolitano, reside neles importante valor sobre as reflexões críticas a respeito da terra, da cidade e da moradia como uma mercadoria.

Porém, é necessário destacar que, ao exercerem influência sobre o ensino e a prática do planejamento urbano, regional e territorial e sobre os territórios que não necessariamente são os seus objetos de estudo e reflexão, as contribuições acadêmicas destes espaços históricos de construção de conhecimento, podem vir a estabelecer padrões que acabam sendo reproduzidos em quaisquer contextos, o que representa um erro. Não é raro que um modelo urbano/metropolitano seja adotado como referência de desenvolvimento territorial para agentes

¹² Só no Estado do Paraná, verifica-se uma sobreposição de quatro dos eixos pela COSIPLAN: Mercosul-Chile; Hidrovia Paraguai-Paraná; Capricórnio; Interoceânico Central. A construção da Segunda Ponte de ligação entre Brasil-Paraguai, a dragagem do Porto de Paranaguá, a conclusão do Anel Viário em Curitiba, a construção do Anel Ferroviário de Curitiba e a construção da Ferrovia Cascavel-Guaíra-Dourados-Maracaju são fundamentais para a concretização do Eixo de Capricórnio da COSIPLAN (COSIPLAN, 2017) e impactarão sobremaneira as comunidades instaladas ao longo dessa sobreposição de projetos.

¹³ A exclusão das agentes e dos agentes da escala local nos debates sobre as transformações dos territórios interioranos fronteiriços encobre diversos conflitos e contribui para a escalada de casos de conflitos fundiários e ambientais influenciados por essas reestruturações. Como reflexo disso, citam-se três conflitos que historicamente ameaçam diretamente as Unidades de Conservação (UCs) do Estado: I) a pressão para a abertura da Estrada do Colono, que dividiria o Parque Nacional do Iguaçu (PNI); II) a diminuição da área de Proteção Ambiental (APA) nos Campos Gerais no Segundo Planalto; III) a construção da chamada "Faixa de Infraestrutura," entre outros grandes projetos no litoral do Estado, área com grande concentração de UCs, reserva indígena e territórios tradicionais do povo caiçara. Como estratégia para arrefecer as críticas a essas e a outras propostas semelhantes, tem-se a nomeação dos eixos viários de "ecovias", "ecoestradas" ou "bioestradas", como se o modelo de desenvolvimento em questão fosse compatível com a preservação do meio ambiente e dos modos de vida das populações envolvidas.

líderes de regiões interioranas e fronteiriças, sem que tenham tido a oportunidade de, criticamente, analisarem grande parte destas escolhas de planejamento e de projeto.

Vale também mencionar que a estrutura acadêmica científica que influencia e tensiona o planejamento das cidades, ainda é muito recente no interior fronteiriço dos dois países ora focalizados ou mesmo inexistente em algumas regiões. No caso brasileiro, é recente a implantação massiva de Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em regiões interioranas, impulsionada pelo *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007,

O Reuni, ainda que almejasse a superação das desigualdades regionais pelo acesso e pela permanência estudantil na Educação Superior, por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal, guarda seus próprios desafios em espaços interioranos, como a composição plural da comunidade acadêmica – docentes, técnicas, técnicos e estudantes –, exigindo a revisão da organização institucional convencional e das práticas acadêmicas tradicionais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão (ANGILELI, ASSUMPCÃO, 2021). Em territórios interioranos e fronteiriços, esses espaços educacionais encontram pautas atinentes a territórios complexos e precisam também vencer as dificuldades próprias de sua condição de IFES em processo de implantação/consolidação, dado que são instituições ainda muito jovens.

Nesse contexto, as novas pesquisadoras e os novos pesquisadores dessas instituições, a despeito das limitações enfrentadas (de infraestrutura, de pessoal qualificado, de orçamento etc.) e de estarem em processo de construção de vínculos com as comunidades locais/regionais¹⁴, tentam influenciar a gestão pública desses territórios, tensionando as agentes envolvidas e os agentes envolvidos pela proposição de outras formas mais justas de planejamento das cidades. Porém, isso leva tempo, tendo em vista que a própria reflexão e proposição crítica sobre esses territórios não está pronta, está em construção.

Nesse sentido há um ou vários descompassos. Os descompassos estariam, basicamente, na emergência de uma produção crítica sobre o planejamento territorial local, porém em meio a uma reestruturação urbana, social e ambiental já em curso; bem como na emergência de respostas às demandas existentes frente à capacidade de pesquisadoras e pesquisadores docentes em oferecê-las. Trata-se de um desafio epistêmico e de ação fortalecido pela “desterritorialização e reterritorialização acadêmica”, ou seja, docentes, discentes, técnicas e técnicos, ao chegarem em suas instituições interioranas de Educação Superior, ainda em processo de implantação/consolidação, terão que reelaborar grande parte de suas certezas quanto ao

¹⁴ É importante enfatizar que a consolidação dessas instituições não se limita ao tempo das adequações de sua estrutura física – *campus*, salas de aula, moradia estudantil, restaurante universitários, espaços administrativos, laboratórios, entre outros. Essa consolidação passa por questões subjetivas, tal como o reconhecimento da sociedade interiorana sobre a importância do conhecimento que é construído nesse novo espaço de educação.

planejamento das cidades, já que seu modo de concebê-lo encontra-se carregado de experiências técnicas e acadêmicas de outros contextos territoriais que não respondem a essa nova realidade.

É exatamente esse desafio que orienta parte desse corpo acadêmico a se forjar na nova realidade, por caminhos diversos, tais como: I) a inserção nos próprios espaços de conflito fundiário, levantando dados (inclusive as fontes primárias), sistematizando-os e produzindo cartografias; II) a identificação das agentes envolvidas e dos agentes envolvidos, dos recursos empenhados, do número de pessoas impactadas nessas situações de conflito e disputa; III) a compreensão de fatores históricos locais/regionais/internacionais implicados; IV) a elaboração de ações de defesa e resistência de comunidades vulneráveis no território, entre outras trilhas. Como as bases acadêmicas produzidas para essa realidade são restritas e há urgência de soluções emergenciais, essas contribuições acadêmicas são valiosas, ainda que geradas em meio à construção de um olhar mais abrangente e crítico sobre esses territórios interioranos.

Isto posto, em meio a tantos desafios encontrados na região interiorana fronteiriça que ainda consolida suas bases de conhecimento científico e propositivo crítico sobre o planejamento territorial, no campo da Educação Superior, podem ser apresentadas iniciativas – como as levadas a termo pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – que têm provocado tensionamento importante e também gerado contribuições relevantes para o planejamento das cidades, embora essa pauta não se restrinja aos espaços públicos ensino.

A Unila, criada em 2010, vem se destacando na construção de conhecimento sobre o território fronteiriço. Marcada pela diversidade e convivência de saberes, culturas e línguas, expressa por aproximadamente 6.000 discentes, provenientes de cerca de 41 países (ANGILELI, ASSUMPCÃO 2021), a Universidade vem se comprometendo, paulatinamente, com os desafios da Região Trinacional.

Muitas de suas contribuições para o planejamento das cidades da região são provenientes de seu curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, oferta de formação recente que, em 2021, alcançou a marca de 50 Trabalhos de Conclusão de Cursos apresentados ao público. Ao longo de sua trajetória formativa, as estudantes e os estudantes promovem intervenções científicas e culturais na cidade, tais como os exemplos da Imagem 6, para chamar a atenção de quem passa sobre os desafios do território, assim como atividades em escolas, por meios de jogos educativos e outras propostas lúdicas que visem à reflexão sobre os problemas e as alternativas para a Região (ANGILELI, ASSUMPCÃO, 2021).



Imagem 06 : Exemplos de atividades desenvolvidas em disciplinas acadêmicas

do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNILA¹⁵

Fonte: Acervo de Cecilia Angileli, 2021

Cabe realçar também as contribuições de três ações extensionistas universitárias por seu potencial crítico em relação às atuais formas de produção desse território.

A *Escola Popular de Planejamento da Cidade* (EPPC) é o primeiro exemplo. Fundada nos pressupostos da Educação Popular e da Pesquisa-ação, o projeto extensionista articula atividades de ensino, pesquisa e extensão na Região Trinacional. Hoje já se caracteriza como uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo que envolve pesquisadoras, pesquisadores, moradoras, moradores, técnicas, técnicos e lideranças locais. Busca-se, ao longo de diversos encontros itinerantes na região Trinacional, realizados na universidade, em organizações de direitos humanos e nas comunidades, que as participantes e os participantes aprofundem temáticas específicas referentes aos impactos dos grandes projetos em áreas urbanas e rurais, bem como desenvolvam ações de resistência às remoções forçadas.

A metodologia proposta tem sido difundida em cursos junto a comunidades nacionais e internacionais, sendo suas ações estruturadas nas seguintes etapas: 1) Organização da rede inicial de estruturação do trabalho; 2) Identificação das áreas vulneráveis; 3) Organização da rede de ação; 4) Elaboração de estudos colaborativos e divulgação dos resultados através da comunicação popular; 5) Elaboração de Planos Alternativos às remoções forçadas e/ou ações de mediação dos conflitos fundiários.

¹⁵ As disciplinas referidas são “Arquitetura, Cidade e Sociedade”, “Urbanismo I”, “Urbanismo II” e “Planejamento Territorial II”.

Como prática educativa emancipatória, em seus trabalhos, a EPPC envolveu um número significativo de estudantes brasileiras e brasileiros e outras e outros discentes provenientes de diversas regiões latino-americanas, contabilizando aproximadamente cerca de 400 acadêmicas e acadêmicos nos primeiros cinco anos de atuação. Esse processo de aprendizagem compartilhada e colaborativa fortaleceu 10 comunidades vulneráveis às remoções forçadas e a processos de injustiça ambiental, sendo caracterizadas como ocupações urbanas, favelas, comunidades moradoras de conjuntos habitacionais, acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e comunidades tradicionais quilombolas. A partir dessas ações, mais de 6 mil pessoas conseguiram o direito de permanecer em suas casas em regiões de grande valorização imobiliária e outras centenas aguardam os resultados das ações de mediação empreendidas.

A segunda ação de extensão a ser destacada, a *Universidade Popular Paulo Freire*, focaliza a importância da conscientização crítica sobre a realidade das pessoas dessas comunidades, oportunizando a participação em oficinas semanais de alfabetização para pessoas jovens, adultas e idosas, tendo como ponto de partida o mapeamento de demandas individuais e coletivas como primeiro instrumento de conhecimento de suas histórias de vidas. Nessa aproximação, vocábulos significativos e frequentes em suas falas e questões mobilizadoras do grupo permitem a emergência de um conjunto de “temas e palavras geradores” e o consequente planejamento (sempre flexível) de atividades de ensinar-aprender-ressignificar o mundo, a vida e a língua escrita. Por meio de imagens, áudios, textos e vídeos significativos, temas como direitos humanos, violações de direitos, organização popular, regularização fundiária, mobilidade urbana, planejamento urbano, violência urbana e doméstica, educação, lazer, saneamento básico, entre outros tópicos relevantes para a turma, são trazidos para o debate, favorecendo o posicionamento pessoal e coletivo, sem deixar de lado também a palavra de outras pessoas, na condição de estudiosas do assunto, para que se estabeleça uma comunidade de aprendizagem na qual a troca de saberes e a reflexão sobre os desafios/soluções possíveis para a vida das moradoras e dos moradores da comunidade tenha sentido. Em outras palavras, a alfabetização/letramento tornou-se o meio pelo qual a palavra de cada uma e cada um e de todas e todos pode ser dita, escrita e lida.

O terceiro exemplo de ação de extensão, o *Outras Vozes da Fronteira*, objetiva compartilhar, informar e construir conhecimento coletivo sobre o Direito à Cidade na Região Trinacional, como uma das ações de comunicação popular do projeto da EPPC para estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná – *Campus Foz do Iguaçu*. O seu propósito final é o de criação de um canal de diálogo com as moradoras e os moradores da Região para a discussão da realidade das cidades, dos grandes projetos futuros e em execução, do direito à moradia, das ações de despejos e remoções, da vida e das lutas das comunidades, das políticas públicas, dentre outros assuntos de relevância para as pessoas em seu dia a dia.



Imagem 07 : Exemplos de atividades desenvolvidas nas ações de extensão mencionadas. Fonte: Acervo de Angileli (2015/2020) e imagens do Instagram do projeto *Outras Vozes da Fronteira*

Por fim, vale mencionar a atuação do grupo de pesquisa *Territórios Interioranos, Paisagens e Povos na América Latina* (TIPPA), certificado pelo CNPq, por suas pesquisas sobre as formas de planejamento territorial, gestão e projetos na realidade das comunidades e territórios interioranos e sua especificidade ou diversidade em relação às teorias hegemônicas de grandes estruturas urbanas. Fazem parte desses territórios as áreas periurbanas e periféricas, com ênfase nas cidades médias ou pequenas, favelas e assentamentos urbanos, campesinos ou povos tradicionais do interior da América Latina.

Esta pequena, mas potente amostra de trabalhos desenvolvidos por instituições públicas de ensino em territórios interioranos em plena reestruturação urbana, social e ambiental, além do cumprimento da função social da universidade pública, acaba também por influenciar outros setores da Região, como o de serviços. Um exemplo disso é a articulação das demandas em favelas, ocupações, acampamentos, comunidades tradicionais e populares decorrentes dos trabalhos anteriormente citados com as ações de empresas de Arquitetura – tal como a empresa “Hoje Construções Ecológicas” – que, a partir das demandas identificadas têm atuado na aplicação da *Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social* (ATHIS) no município de Foz do Iguaçu. Assim, por meio de ações diretas no território e em parceria com os espaços de educação públicos – a Unila e o IFPR – diferentes agentes do território têm contribuído nas ações

de extensão e na orientação de estágios obrigatórios de graduandas e graduandos em Arquitetura e Urbanismo e de estudantes do curso Técnico em Edificações¹⁶.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço dialógico instaurado por meio deste texto, buscou-se problematizar a possibilidade de grandes projetos urbanos e de infraestrutura converterem-se em ações de incremento da marginalização socioeconômica, do sofrimento ambiental e da ampliação das desigualdades em cidades interioranas de pequeno e médio porte, bem como em espaços fronteiriços, ao invés do anunciado “desenvolvimento” que deveria proporcionar aumento da renda e melhoria da qualidade de vida para a população como um todo.

Sem a devida análise dos interesses envolvidos nesses projetos e de seus efeitos, sob diferentes perspectivas, o que se observa é a invisibilidade dos impactos dos grandes projetos urbanos de infraestrutura nesses territórios que, por estarem distantes das estruturas tradicionais de construção de conhecimento, acabam sendo mais vulneráveis a essas reestruturações territoriais. Em decorrência da não compreensão da dimensão dos impactos no tempo e para diferentes segmentos da população no território, o que se observa é o acolhimento cada vez menos crítico de planos e projetos gerados sem a consideração da realidade local e a efetiva participação da comunidade e da gestão diretamente implicada, além da redução crescente de destinação de recursos para a qualificação profissional das planejadoras e dos planejadores do território.

Como resposta a essa concepção de “desenvolvimento”, pautado numa lógica de cidade-mercadoria, e à necessidade de reparação de territórios afetados pelos impactos desses grandes projetos urbanos e de infraestrutura, especialmente em contextos interioranos fronteiriços, apresenta-se o potencial das instituições de ensino público, pela via da educação formal, assim como dos trabalhos de pesquisa acadêmica e da atuação dos espaços de educação popular, forjados principalmente pelas ações de extensão universitária, que, por adotarem uma abordagem crítica e científica, oferecem contribuições valiosas para pautar o planejamento territorial insurgente, comprometido com a justiça social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado; ASSUMPCÃO, Solange Bonomo. A Unila e o papel da universidade periférica. In: CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira. *Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos*. Brasília, DF: Universidade de

¹⁶ Nos anos de 2020 e 2021, 15 estudantes receberam orientação e acompanhamento, inclusive uma acadêmica do curso de Biologia, reforçando o aspecto multidisciplinar da ATHIS.

Brasília, 2021, p. 195-231. Disponível em:

<<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134>>. Acesso em: 12 out. 2021.

_____, Cecilia Maria de Moraes Machado; OLIVEIRA, Thais. A Região Trinacional e os desafios de um território em “transição” para a sustentabilidade. In: *ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS TRANSFRONTERIZOS: Integración Regional para el Desarrollo Sostenible y Ordenamiento Territorial*, 6., 2021, Misiones. Anais [...]. Misiones: UNAM, 2021. No prelo.

_____, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2015”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2015.

_____, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2017”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2017.

_____, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2018-2019”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2019.

_____, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2020”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Diário Oficial da União, 25/04/2007, p. 7.

CATTA, Luiz Eduardo. *A face da desordem - pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

COHAPAR 2019. Disponível em: <<https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/77cf045b411747cd92b9f9c40d809d56>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MONTERO, Laetitia; GARCÍA, Johann (eds.) *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/41974-panorama-multidimensional-desarrollo-urbano-america-latina-caribe>>. Acesso em: 12 out. 2021.

PONTE da Integração atinge 52% de execução, com investimentos de 38% dos recursos previstos por Itaipu. Clickfoz, Foz do Iguaçu, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.clickfozdoiguacu.com.br/ponte-da-integracao-atinge-52-de-execucao-com-investimentos-de-38-dos-recursos-previstos-por-itaipu/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

QUADRA, Dante. *Valorização imobiliária em Foz do Iguaçu chega a 35%*. Rádio Cultura, Foz do Iguaçu, 11 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br/2021/06/11/valorizacao-imobiliaria-em-foz-do-iguacu-chega-a-35/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

RIBEIRO, Danilo George. *Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço em Foz do Iguaçu*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2026>>. Acesso em: 12 out. 2021.

SEGUNDA Ponte sobre o Rio Paraná, financiada por Itaipu, avança para 57% de execução. Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 27 maio 2021. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/segunda-ponte-sobre-o-rio-parana-financiada-por-itaipu-avanca-para-57-de-ex>>. Acesso em: 12 out. 2021.

TECHO PARAGUAY. *Relevamiento de Asentamientos Precarios (RAP)*, Ciudad del Este, 2019. Disponível em: <<https://www.mapadeasentamientos.org.py/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

AS CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO DO CAMPUS
UNIVERSITÁRIO DA UNILA E SUA MISSÃO INSTITUCIONAL
*LAS CONTRADICCIONES ENTRE EL PROYECTO CAMPUS
UNIVERSITARIO UNILA Y SU MISIÓN INSTITUCIONAL*

Cecilia Maria de Moraes Machado Angilel¹

Patricia Zandonade²

Stamatia Koulioumba³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo o registro do movimento de um grupo universitários que desencadearam uma série de ações e reflexões a respeito da arquitetura dos espaços de educação superior, no sentido do compromisso com a autonomia universitária e intencionando uma perspectiva latinoamericanista libertária. Apresenta a experiência da elaboração do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA - Universidade Federal de Integração Latino-Americana-UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu-PR, em um contexto trinacional, interiorano e fronteiriço, no período de 2017 a 2018 (durante a terceira gestão *pro tempore* da instituição).

Palavras-chave: arquitetura de espaços universitários; planos participativos; territórios interioranos e fronteiriços.

RESUMEN

Este artículo proporciona el registro del movimiento de un grupo de universitarios que desencadenaran una serie de acciones y reflexiones sobre la arquitectura de los espacios de la educación superior, en el sentido de su compromiso con la autonomía universitaria y desde una perspectiva libertaria latinoamericanista. Presenta la experiencia de elaboración del Plan Maestro Participativo del Espaço Físico de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana, UNILA, ubicada en la ciudad de Foz do Iguaçu-PR, en un contexto trinacional, interiorano y fronterizo, de 2017 a 2018 (durante el tercer mandato *pro tempore* de la gestión de la institución).

Palabras clave: arquitectura de espacios universitarios; planes participativos; territorios interioranos y fronterizos.

¹ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Graduada, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo - Paisagem e Meio Ambiente (FAU USP), Pós Doutora em Gestão Territorial (UFABC), Pós Doutoranda em Planejamento Territorial Sustentável (UNIOESTE). Coordenadora da Escola Popular de Planejamento da Cidade. Integrante do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Endereço eletrônico: cecilia.angileli@unila.edu.br.

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA. Coordenadora do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Doutora em Energia (UFABC), Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU USP) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UEL-PR). Endereço eletrônico: patricia.zandonade@unila.edu.br.

³ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP), Mestre em Urban Development Planning (University College London), graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP). Endereço eletrônico: stamatia.koulioumba@unila.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o movimento de acadêmicos e acadêmicas, que comprometidos com a autonomia universitária a partir de uma perspectiva latinoamericanista libertária e no contexto de gestores e equipes de assessoria, desencadearam uma série de ações e reflexões à respeito da arquitetura dos espaços de educação superior de caráter multicultural, como também, sobre o desafio de algumas destas estruturas terem sido projetadas em áreas de segurança da usina hidroelétrica com controle e acesso restrito. Estas reflexões tiveram como base a experiência da elaboração do Plano Diretor Participativo do Espaço Físico da UNILA - Universidade Federal de Integração Latino-Americana, localizada na cidade de Foz do Iguaçu-PR, em um contexto trinacional, interiorano e fronteiro, sendo o período de análise os anos de 2017 e 2018 (durante a terceira gestão *pró tempore* da instituição).

Entendemos que o registro e a publicação deste processo é fundamental para compreendermos algumas das potencialidades e dos entraves do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (Reuni), definido pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que se estabelece como um importante programa de expansão universitária em regiões interioranas. Isto porque, se por um lado o programa apresenta a essas regiões o fortalecimento da construção do conhecimento crítico, de qualidade e popular, por outro, no processo incompleto de consolidação física de muitas destas instituições, ele acaba por reproduzir aspectos contrários à inclusão universitária pretendida.

No caso analisado neste artigo referente à UNILA, cabe destacar que esses desafios são desencadeados por dois movimentos em diferentes escalas de intervenção, um relacionado ao projeto arquitetônico, e o outro, ao local de implantação da edificação. A partir destas considerações, a reflexão proposta neste artigo se desenvolve em quatro momentos ou seções: 1- Contextualização e histórico do projeto de universidade UNILA; 2- Direito à educação ou ao espetáculo: as implicações do projeto arquitetônico da UNILA e de sua localização; 3- Relato da experiência de elaboração do Plano Diretor em questão; e 4- Considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO DO PROJETO UNILA

A ideia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, nasceu em 2007 como um projeto de integração acadêmica do Mercosul. Posteriormente, teve a execução e liderança do projeto pelo governo federal do Brasil, que materializou a criação da UNILA mediante Lei federal nº 12.189/2010. A universidade foi criada inicialmente com seis cursos de graduação e 200 estudantes oriundos de diferentes estados do Brasil e de países do cone sul -

Argentina, Uruguai e Paraguai. A UNILA, juntamente com a UNILAB, é uma das duas únicas universidades federais temáticas, isto é, com missão institucional específica, citada na referida lei de criação como “contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL” (Brasil, 2010).

A missão da UNILA está comprometida com a função social da universidade no desenvolvimento e transformação social através da construção de conhecimento crítico e *geolocado*, definida por Trindade como uma “*universidade brasileira, com vocação internacional, sem muros e sem fronteiras*” (2008, p. 05). Atualmente, na instituição, convergem múltiplas culturas e visões de mundo dos mais de 6 mil estudantes matriculados em 29 cursos de graduação, distribuídos em 4 institutos e 20 programas de pós-graduação⁴, vindos majoritariamente de um total de 41 países da América Latina e do Caribe, com presença também de estudantes da África, Eurásia e Europa. Tal diversidade tem sua correspondência linguística e cultural, o que possibilitou ir para além do bilinguismo espanhol-português, integrando o guarani, creole e francês, aymara e quechua, entre outras, ao cotidiano multilíngue da tríplice fronteira mais populosa do Sul (Carvalho, 2018, p. 05 apud Angileli, Assumpção, 2021).

Essas particularidades que a distinguem de outros espaços de ensino superior, e a caracterizam como um espaço de relevância, inclusive para soberania da região, a partir de sua proposta de integração, levaram à compreensão por parte da equipe de implantação da instituição de que a mesma deveria ser concebida em um projeto arquitetônico igualmente único e monumental, implantado em um território coerente com os princípios da instituição, fronteiriço e trinacional como é Foz do Iguaçu.

Ironicamente, foram essas decisões ligadas ao projeto arquitetônico que mantém a universidade, após 11 anos de sua criação, em desafios orçamentários e de consolidação de infraestrutura, colocando em risco seu potencial de construção intercultural e colaborativa de conhecimento *desde el sur*. A falta de um espaço próprio de educação universitária pública efetivamente integrado ao território, pensado para promover a experiência de reconhecimento do *outro e de sua cultura*, que represente a celebração desta diversidade e não o que chamamos de tolerância a esta condição, hoje é um dos fatores que tem vulnerabilizado o potencial desta instituição.

Assim, as proposições para infraestrutura física elaboradas no processo do Plano Diretor Participativo, para além de seu caráter técnico, desencadearam na instituição questionamentos profundos sobre os entraves e as contradições das ações da universidade frente à sua missão. Questionamentos estes voltados em especial sobre a limitação do corpo docente e técnico, que

⁴ 12 mestrados, 7 especializações, 1 residência multiprofissional, 1 doutorado próprio e 1 interinstitucional.

tem reproduzido padrões de educação e de espaços de educação pouco libertários e carregados de leituras *euro* e *urbano* centradas.

3. DIREITO À EDUCAÇÃO OU AO ESPETÁCULO: AS IMPLICAÇÕES DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO CAMPUS UNILA

Como já tem sido mencionado, a UNILA está localizada num território bastante particular, sofrendo influências diferentes de dois territórios, a Região Trinacional e o Oeste Paranaense. A chamada *Região Trinacional*, integrada pelo Brasil, Argentina e Paraguai, é marcada por dinâmicas comuns à sua condição fronteiriça, como migrações, turismo, comércio e logística internacional.

Já a região denominada Oeste Paranaense, está localizada do lado brasileiro, sendo uma, sub-região do Estado do Paraná caracterizada pela primazia da agroindústria e do setor energético, sendo a fronteira local estratégica, tanto para os circuitos comerciais internos, como externos, assim como também de grande atrativo para a exploração hidrelétrica das bacias hidrográficas do Rio Paraná e do Rio Iguaçu. Assim, temos nessa região uma sobreposição de grandes projetos urbanos e de infraestrutura, tensionados pelas demandas próprias de diversas escalas do capital (Angileli, 2020).

Somente em Foz do Iguaçu, nos últimos 10 anos, foram anunciados mais de 40 projetos urbanos e de infraestrutura, alguns deles com obras em andamento, dentre elas a segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai - Ponte da Integração. Outros projetos foram concluídos recentemente, como por exemplo, a ampliação da pista aérea do Terminal Aeroportuário Cataratas, hoje, a maior do cone sul. Alguns nunca chegaram a ser finalizados, sendo o caso referência do presente artigo, o próprio projeto do campus da UNILA - Campus Niemeyer (Angileli, 2020).

Uma significativa porção destes projetos tem destinação turística ou residencial de alto-médio padrão, cujos interesses do capital global coincidem com interesses de grupos locais de poder. Outra fatia relevante está pautada pelo fluxo de mercadorias e migratório, atraindo numerosos megaprojetos de infraestrutura em logística, segurança e transporte. Empreendimentos desta natureza em áreas fronteiriças presumem competências e interesses supra regionais que fogem da esfera de ingerência municipal, o que representa um entrave ou conflito frequente entre estes planos e os desejos e necessidades socioambientais locais. Independente das destinações, esses projetos são anunciados a partir de um amplo *marketing* sendo elaborados por grandes escritórios de arquitetura e urbanismo de destaque internacional. Escritórios especializados na atração de capitais imobiliários e no empresariamento das cidades (Angileli _ EPPC 2015 a 2020).

O projeto do campus UNILA, doado pela Itaipu e assinado por Oscar Niemeyer, com um custo de \$11 milhões RBL, representa esse formato de arquitetura de *exceção* (Arantes, 2012) e de urbanismo *ad hoc* (Vainer, 2011), típicos dos planos estratégicos que procuram atrair capitais transnacionais para novos territórios nos países “emergentes”. Estes projetos, segundo Arantes (2012, p. 261), são de natureza especulativa e buscam explorar a *renda da forma* mediante estéticas da era digital, com *renders* futuristas e de design parametrizado; assinados por *star architects* ou escritórios internacionais e com canteiros de obra de escalas industriais; com um massivo consumo de materiais, energia e mão de obra barata. O campus acima citado foi projetado para ocupar um terreno localizado na primeira porção do Parque Tecnológico Itaipu, PTI, já dentro da área de segurança da Hidrelétrica, cedido pela Itaipu juntamente com a doação dos projetos para a construção.

É importante reforçar que o projeto do campus UNILA foi inspirado na Universidade de Constantine - Argélia, desenvolvido entre 1969 e 1977, a partir de técnicas construtivas e discussões de arquitetura daquele período. Esta fase intermediária da produção do arquiteto Oscar Niemeyer foi marcada por projetos, tais como: a Sede da Editora Mondadori (1968-75), em Milão - Itália; a Sede do Partido Comunista Francês (1967), em Paris - França; a Casa da Cultura (1972-82), em Le Havre - França, entre outros (Underwood, 2010: p. 109).

Na década de 1980, muitas das obras de Niemeyer refletem o interesse continuado de criar, por meio da arquitetura, uma cultura mais igualitária para os brasileiros (Underwood, 2010: p. 119). Os CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública) por exemplo, , situados no Estado do Rio de Janeiro, buscavam sanar os enormes déficits educacionais. Porém, paradoxalmente este projeto polêmico, “(...)foi bastante criticado por apresentar vários defeitos, que se estendiam desde goteiras nos tetos até os altos gastos e acústica ruim” (Ibidem, p. 122). A confluência utópica de Niemeyer de reforma educacional, ritual nacional e processo de absorção da cultura popular, se estendeu, segundo UNDERWOOD (2010), a outros projetos, dentre eles, o Sambódromo (1983-84) e, particularmente, em relação à sua obra síntese locada na capital paulista: o Memorial da América Latina (1989), num processo de espetacularização da cultura popular, apropriando alguns elementos para uma arquitetura autoral e monumental.

Entretanto, o Memorial (bem como projetos posteriores, incluso o campus da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana objeto deste estudo) se insere no contexto de grandes obras a serem executadas em tempo recorde, e, em escala monumental, que despenderiam vultosas somas, objetivando atender a certos interesses políticos e/ ou de grupos particulares, imbuídos de uma retórica, sem que o verdadeiro escopo originário fosse atingido. Underwood (2010: p.136) diz que “(...) a elite industrial brasileira, especialmente várias das principais construtoras e firmas de engenharia, fornecedores de material e produtores ligados ao design e à decoração, encontraram no projeto uma oportunidade de difundir a imagem do seu

próprio empreendimento por todo o continente”. Assim, inúmeras foram, igualmente, as críticas ao projeto paulistano do Memorial no tocante à sua inadequação em relação ao entorno fabril em franca transformação, aos problemas de funcionalidade e pós-ocupação e ao distanciamento sociocultural do público que utilizaria aquele espaço/ equipamento público.

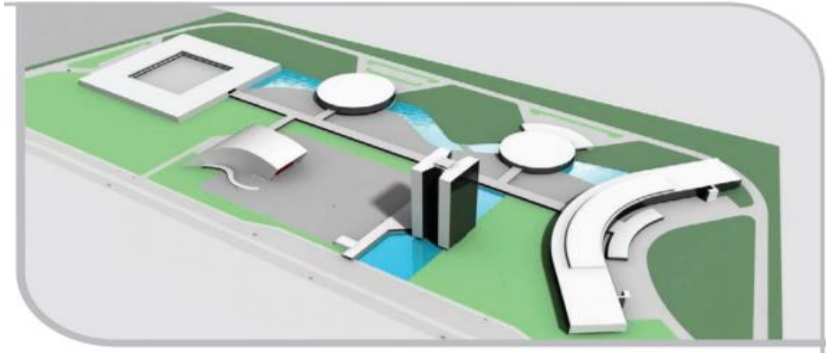


Imagem 01: Projeto campus (2009) Escritório Oscar Niemeyer. Fonte: IMEA, 2009

Sem a perspectiva crítica necessária sobre os desafios de tal escolha arquitetônica, a gestão interina da universidade e muitos de seus acadêmicos celebraram o projeto do campus Unila. “A arquitetura do futuro campus (concebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer) começa a ser idealizada de forma que os espaços se harmonizem com a ideia de integração e com concepção pedagógica, de modo a ajudar a instauração de uma cultura espontânea da integração. Pretendeu-se que o campus fosse uma “cidade universitária educadora, onde os valores da modernidade defendidos pela UNESCO em nome de seus países membros venham a ser cultivados em todos os espaços como parte da formação cidadã que a Unila se propõe a desenvolver” (IMEA, 2009, p. 18).

O empreendimento teve o primeiro contrato de obras assinado em 2011⁵, com perspectiva de 78.961,77 m² de área construída em 45,7 ha num terreno à margem esquerda do acesso turístico à Itaipu. A obra do campus foi exaltada pela imprensa de Itaipu e local como: “uns dos 10 maiores canteiros de obras do país”, um gigante de “sapata para o edifício central com 650 metros cúbicos de concreto, o equivalente a cerca de cem caminhões cheios e concreto”⁶. Essa monumentalidade também se refletia na grande quantidade de recursos investidos. Com a perspectiva de 78.961,77 m² de área construída em 45,7 ha, deu-se início a primeira fase desta obra em 2011, a qual somente 40% foi concluída, com um gasto aproximado de cerca de 100 milhões de reais. A paralisação decorrente de problemas na execução da obra, em 2015, levou o Consórcio Mendes Junior-Schahin, após seu pedido de aditivo de contrato ser negado pela universidade, ao abandono da

⁵<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/06/unila-assina-contrato-para-construcao-de-campus-em-foz-do-iguacu.html>

⁶<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/unila-divulga-vencedor-da-licitacao-para-construcao-do-campus>

mesma. Servindo também aos interesses imobiliários regionais, pois potencializaria os roteiros turísticos da cidade, a proposta era constantemente citada na mídia como um novo ponto turístico para a região com o potencial de incluir mais um quarto dia no roteiro e estadia, geralmente previsto pelo setor de turismo como uma permanência padrão dos turistas sendo de três dias.

Com a paralisação da obra e a não reconstrução associada à mudança do cenário econômico e político no país, outras questões passaram a ser debatidas. A inviabilidade da construção se dava tanto em sua conclusão, no qual se previam ser necessários quase 700 milhões de reais, como em aspectos posteriores à implantação, tais como o alto custo de manutenção e de serviços na edificação devido à inadequação do conforto ambiental devido ao projeto ser totalmente dependente da climatização mecânica. Estes aspectos de custo de obra e de manutenção são fundamentais para a sustentabilidade da universidade, em especial após seu período de implantação, quando a verba de custeio diferenciada cessaria e o orçamento seria reduzido significativamente. Além destes aspectos, o edifício não atendia a todas as demandas da universidade, ou seja, mesmo com sua conclusão seriam necessários outros espaços na cidade para atender ao seu programa de necessidades já em 2017. (ANGILELI, 2017).

A estrutura parcialmente implantada e já em corrosão, aguardou por anos a definição⁷ do seu destino numa interminável negociação entre a Itaipu e a UNILA, num processo em que essa última exigia uma compensação por parte da Itaipu pelo detrimento que representou financiar a construção de um projeto “doador”, inviável, com falhas e com custos exorbitantes para a conclusão e a manutenção da obra⁸. Para a reversão da doação do terreno dentro do PTI, juntamente com as obras parciais já executadas, era necessária a negociação para também a reversão à UNILA do valor já investido no terreno, nas suas obras parcialmente executadas. Neste contexto, o estado de ruínas expressa o conflito interno e externo no qual a UNILA foi responsável e também vítima. Por uma parte, o projeto foi alvo de interesses econômicos e políticos, os quais prevaleceram no processo de implantação da universidade na cidade.

O cenário político e econômico desfavorável serviu para pressionar um debate interno em torno às decisões passadas e futuras da universidade, ainda mais considerando que este foi um tema que teve sua importância diminuída e que foi postergado, em boa medida, devido à abundância de recursos experimentada nos quatro primeiros anos de implantação do projeto. Outra parte é reflexo da concentração das decisões na administração *pro-tempore*, permitida por uma alongada informalidade da gestão colegiada da instituição, a qual somente foi legalizada em 2016, e, em condições pouco democráticas, pelo recurso de uma ordem judicial externa à

⁷ Em julho de 2021, o Conselho Universitário da Unila aprovou após anos do início desta discussão a alienação da obra do Campus Niemeyer por meio de um convênio tripartite, com o objetivo de suprir as demandas por infraestrutura.

⁸ https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2016/Fiscobras2015/anexo/SINTETICO/Sint%C3%A9tico_2015_148.pdf

universidade, desfavorecendo a representação e incidência na política institucional para as categorias estudantil e de técnicos administrativos, antes paritária, e a partir daquele ano passou a ser como prevê a lei, onde 70% dos colegiados deveriam ser compostos por docentes.

Em meio a esse processo o MEC informou, em 2018, a impossibilidade de dar continuidade à obra, o que exigiu da gestão interina a realização de uma série de estudos sobre infraestrutura e que revelaram problemáticas de gestão, tais como: a dependência de espaços físicos alugados, os altos custos dos aluguéis e as condições licitatórias e contratuais desfavoráveis à instituição em relação ao mercado local, escolhas que na época consumiam 31% do orçamento geral. Com a previsão de entrada da UNILA na Matriz OCC (Orçamento de Outros Custeios e Capital)⁹ - após seu período de implantação e deixando de receber o orçamento de implantação, o gasto consumiria quase 92% do orçamento da instituição (Angileli, 2017). Em meio a esse impasse e diante dos resultados dos estudos de infraestrutura, se fez urgente entender que a continuidade da UNILA estava condicionada a superar as dependências por espaços físicos alugados. Essa fragilidade foi utilizada inclusive como forma de ataque à educação pública superior federal no país por meio da imprensa, e serviu de justificativa à agentes políticos contrários ao projeto da universidade para a proposição de sua extinção, e no lugar implantar uma instituição de ensino federal do Oeste Paranaense, excluindo o seu caráter internacional e sua missão temática. Frente aos ataques e sem conseguir recursos para a conclusão da sua infraestrutura, a UNILA tornou-se, cada vez mais, dependente dos aluguéis da estrutura física de Itaipu. Estes espaços, sob gerência da hidroelétrica, são até hoje ocupados para pouco mais da metade das atividades da UNILA, sendo um dos poucos espaços na cidade capaz de comportar, mesmo que parcialmente, a demanda de infraestrutura de uma universidade, o que comprometeu ainda mais a sua autonomia.

⁹Denomina-se matriz OCC (Orçamento de Outros Custeios e Capital) o instrumento de distribuição anual dos recursos destinados à manutenção e funcionamento das universidades federais. As novas universidades em implantação a partir do REUNI recebiam um orçamento específico, fora da matriz OCC geral das outras IFES, que significava um montante superior destinado às demandas de implantação, que se finaliza em prazo variado, de acordo com a realidade da universidade, mas em torno de 7 anos de criação.



Imagem 02: Infraestrutura da universidade espaços alugados e isolados na região norte da cidade. Fonte: Relatório de diagnóstico de infraestrutura, 2017.

Assim, a gestão interina de 2017/2019 deu início a uma série de audiências públicas universitárias denominadas *Vozes Latinas* (2017), espaços abertos à comunidade acadêmica e trinacional com o objetivo de construir soluções conjuntas para a instituição. Este processo que serviu para a construção posterior do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA, será relatado a seguir.

4. RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ESPAÇO FÍSICO DA UNILA

A sequência de audiências públicas anteriormente mencionadas, tiveram início no segundo semestre de 2017 e foram pensadas como foros abertos mensais à comunidade *unileira*, comunidade externa e vizinhança dos *campi*, com temáticas previamente sugeridas e formuladas acorde às principais problemáticas enfrentadas pela universidade. Nos primeiros seis meses foram abordadas as questões de: evasão; bem-estar; infraestrutura e a relação com o território; cenários orçamentários; o Ciclo Comum de Estudos da UNILA e a reforma administrativa. Prévio a cada audiência foram realizados estudos e encontros preparatórios, reunindo, assim, os agentes chave e públicos interessados segundo o assunto em questão, produzindo subsídios para as respectivas audiências e os encaminhamentos resultantes.

Com a proximidade da entrada das finanças da universidade à Matriz OCC e deixando o orçamento próprio para IFES em implantação, o tempo restrito adquiriu ainda maior relevância nesta empreitada de realizar os estudos e encontros, que permitiram avaliar a situação das infraestruturas da universidade, assim como avançar na proposição de caminhos e alternativas. E esse foi o objetivo de técnicas, professores, estudantes e moradores da Região Trinacional, que a partir das audiências públicas, se oportunizou construir de forma conjunta reflexões e possibilidades de ação.

Em relação à infraestrutura, um dos principais objetivos das audiências públicas era o de repensar a inserção da universidade no território, como também, entender as demandas e necessidades de espaços de educação e aprendizagem. Estes objetivos buscavam pensar uma proposta arquitetônica e formal para os espaços para que fosse possível potencializar a experiência intercultural e popular que já acontecia na UNILA, mas limitada pela instalação de parte de seus cursos nas edificações dentro do (PTI) Parque Tecnológico de Itaipu, uma área de segurança binacional, com restrições de circulação e acesso.

Evidentemente, tal limitação não converge com os princípios de acesso e universalidade que qualquer instituição pública, em especial uma educativa e popular como se supõe UNILA, deveria ter. Também é evidente que o padrão ocidental de campus tipo cidade universitária, bastante vigente e reproduzido nas universidades públicas federais brasileiras a partir da década de 70, traciona igualmente este ideal. É historicamente recorrente a intervenção arquitetônicas e espaciais como um dos meios de reversão de ideias e práticas excludentes, eurocentradas e reprodutoras de desigualdades e ordens que desconhecem a formação histórica e social da América Latina e Caribe. O controle de acesso aos espaços da UNILA inseridos no PTI é um dos aspectos que mais incomoda internamente a comunidade estudantil, em especial, devido à frequência com que são abordados por seguranças e vigilantes da Itaipu, onde os discentes indicam, nos fóruns virtuais, conversas informais, além das oficinas do Plano Diretor, que estas abordagens se dão com especial frequência às pessoas com determinadas vestimentas ou aparência física, constituindo-se no mínimo como atos racistas, xenófobos, homofóbicos e de aporofobia.

Isto fez que, como consequência dos estudos e atividades prévias e a própria audiência pública sobre a infraestrutura física, fosse iniciada uma série de outras oficinas, também públicas, que buscasse estabelecer diretrizes e parâmetros de crescimento da demanda por espaço e seu funcionamento, e ocupação do território trinacional pela UNILA, baseando-se agora em critérios condizentes com a realidade orçamentária, administrativa e acadêmica da instituição. Assim, através da busca de um processo democrático e de visões diversas sobre as condições de sustentabilidade da universidade ao longo dos anos seguintes, os participantes das oficinas foram

convidados a serem agentes atuantes no desenvolvimento de levantamentos, diagnósticos e na elaboração de diretrizes para a consolidação da infraestrutura da universidade no território.

Dentro destas propostas de oficinas do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA, o primeiro encontro focou em reconhecer o território imediato de implantação da UNILA, identificar as áreas de influência das ações e pesquisas realizadas pela universidade. Assim, os participantes foram colocados diante de um mapa impresso da cidade de Foz do Iguaçu, e foram convidados a realizar intervenções, expressando graficamente suas percepções sobre o território.

No segundo encontro os participantes receberam uma série de dados sobre a infraestrutura da instituição, dados sobre o custo de conclusão e manutenção do Campus Niemeyer, custos mensais e anuais das sedes da universidade, além de informações sobre as duas audiências públicas anteriores e os resultados da primeira oficina do Plano Diretor. E, após estas análises, eles foram convidados a refletir sobre o custo da infraestrutura provisória da UNILA, sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre as edificações da UNILA e o território no qual estão inseridas, sobre quais são os impactos da Obra Niemeyer frente ao cenário político atual das universidades públicas, sobre a questão orçamentária e sobre os gastos atuais e as projeções de redução do orçamento. E, a partir de tais reflexões, definir quais seriam as ações prioritárias da UNILA para resolução desses desafios.

Como encaminhamento, foi indicada a elaboração de planos de ação de curto, médio e longo prazo, que incluíram ações voltadas para os espaços das áreas acadêmicas e administrativas da instituição, a redução dos gastos com aluguéis e a busca de estratégias para a implantação de sedes próprias, a formulação de políticas internas que integrassem as diferentes áreas da universidade, além da proposta de que o Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA como um produto e processo permanentes de debate sobre as formas de produção e apropriação dos espaços da instituição¹⁰.

No terceiro encontro, os participantes foram convidados a definir como deveria ser este plano de infraestrutura, e entrou-se no consenso em que se definiu as expectativas em uma frase: *“Espaços vivos com os rostos e cores da América Latina e Caribe, através da produção de conhecimento crítico, emancipatório e solidário comprometido com a integração”*. Neste mesmo encontro foi apresentado aos participantes um banco de imagens com diversos espaços de educação adaptados ou construídos, onde eles poderiam identificar as formas arquitetônicas que representassem visualmente o que se pretendia como conceito norteador.

¹⁰ Informações dos relatórios síntese das oficinas.



Imagem 03: Ateliers abertos realizados para elaboração do plano diretor. Fonte: Relatório síntese das oficinas. Secretaria de Implantação do Campus – SECIC, 2017.

Em seguida, na mesma oficina, a comunidade definiu ações estratégicas para viabilizar essas demandas. A curto prazo foram pensadas e sintetizadas as seguintes ações propostas: 1. Identificar prédios vazios e terrenos na cidade de Foz do Iguaçu que pudessem atender a demanda da universidade com menor custo; 2. Levantar possibilidades de aquisição de edificações ou terrenos a partir de cessão e doação; 3. Buscar financiamentos externos e parcerias públicas; 4. Desenvolver um planejamento estratégico da universidade com base no conceito definido; 5. Utilizar no plano espaços de convivência já existentes na cidade para potencializar a integração. A médio prazo: 1. Promover processos participativos para o planejamento dos *campi*, com discussões abertas à comunidade universitária e da região trinacional; 2. Espalhar os espaços da universidade pela cidade, como forma de superar o isolamento atual na região norte do município; 3. Reavaliar com os cursos demandas por infraestrutura. A longo prazo: 1. Construir prédios e espaços da universidade; 2. Promover o enraizamento e a consolidação da universidade no território.

Além dos ateliers, também foram feitas pesquisas junto a todos os cursos da universidade, laboratórios e áreas administrativas, para o levantamento de necessidades de espaços. Em seguida, foi desenvolvida uma planilha que levou em consideração as normas e leis vigentes e alguns critérios já adotados pela universidade, bem como o atendimento de conhecidas demandas de espaço e na época reprimidas. Esse estudo gerou valores de áreas e de necessidades de espaços, sendo o mesmo apresentado à comunidade acadêmica. Além disso, foram realizados diversos estudos no território, buscando informações sobre edificações que pudessem atender às estratégias apontadas nos ateliers, o que reduziria os custos de implantação.

A elaboração de soluções para os desafios de infraestrutura da UNILA também contou com oficinas realizadas entre a equipe da SECIC e arquitetos e urbanistas sêniores convidados,

além do apoio de outras secretarias de obras de outras Instituições de Ensino Superior como a da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Fronteira Sul. As instituições colaboraram compartilhando sua experiência, além de promover visitas técnicas a seus *campi na região sul do país* implantados com baixo custo. Esses encontros além de formativos foram também simbólicos, já que contaram com a participação de estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA, que estagiaram pela primeira vez na Secretaria de Implantação do Campus, contribuindo a partir dos seus saberes, para o planejamento de novos espaços de educação.

No mesmo contexto foram desenvolvidas tratativas com outras instituições públicas, dentre elas com a Secretaria de Patrimônio da União, para a doação de terrenos para a instalação de *campi* UNILA. O terreno negociado trata-se de parte da gleba destinada ao que a prefeitura, também em negociação com a SPU, pretende para o que chamou de Centro Cívico, o que seria o conjunto dos prédios públicos da prefeitura. O pedido de metade desta gleba foi protocolado junto à SPU, já com tratativas positivas sobre sua doação. Outra frente de tratativas foi feita com a municipalidade, em que foi desenvolvida uma proposta de projeto para ser discutido com a comunidade unileira juntamente com a municipalidade, chamado Unila Foz Centro. O plano, protocolado junto à prefeitura de Foz do Iguaçu, caracterizado como um projeto de ativação cultural do centro da cidade, tinha como objetivo a ocupação conjunta de prédios históricos e simbólicos no centro da cidade, onde estes espaços seriam usados para ensino, pesquisa e extensão das áreas de arte e cultura da universidade, envolvendo os cursos por exemplo de Música, Cinema e Arquitetura e Urbanismo.

4.1. Propostas do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA

O Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, em meio aos desafios apresentados não foi implantado¹¹. Porém, entendemos que seria importante registrar através deste artigo, a ação de muitas pessoas que tentaram fortalecer a autonomia desta universidade a partir de uma perspectiva latinoamericanista libertária, que inclui a crítica ao colonialismo, a América como mátria e como espaço soberano, América como expressão de sua história e de contribuições culturais (SALADINO GARCIA, 2010).

Assim, como forma de reflexão e registro histórico neste espaço singular de educação superior, apresentamos, a seguir, as principais propostas deste plano participativo:

¹¹ Mesmo com metodologias participativas, percebemos gradualmente o esvaziamento desta ação sendo este provocado pelas disputas políticas daquele momento.



- Cessão de novo terreno da União 68.000m² – Construção de salas de aula / espaço administrativo / laboratórios e espaços articulados com Centro Cívico da cidade
- Escola Municipal cedida pela prefeitura – Pólo de Extensão Universitária / espaço para a realização de cursos de extensão, formação docente, cursos de línguas, pré-vestibular entre outros.
- Espaço de Cultura e Integração – Reforma da edificação para instalação de salas de aula / laboratórios / espaços de apresentação e exposição / cursos de artes e cinema. Possibilidade de aquisição da edificação com apoio da Fundação Cultural Municipal e Caixa Cultural.
- Espaço de Cultura e Integração – Reforma da edificação histórica para instalação de salas de aula / laboratórios / espaços de apresentação e exposição / curso de música. Cessão da Prefeitura Municipal - Casarão Mitre
- Terreno da Unila Av. Tancredo Neves – Construção de salas de aula / laboratórios / espaço administrativo / restaurante universitário / moradia e espaço de convivência.

Imagem 04: Infraestrutura da universidade espaços alugados e isolados na região norte da cidade. Fonte: Plano Diretor Participativo de Infraestrutura da Unila, 2018.

A integração com o território através da cultura, é uma marca dessas proposições. Assim, os cursos de arte, música e cinema da instituição seriam instalados em edifícios atualmente ociosos no centro da cidade de Foz do Iguaçu. Neste sentido, foi desenvolvido o projeto Unila; Foz Centro, sendo os edifícios envolvidos o edifício da Caixa Econômica Federal – sem uso na época - o Casarão Mitre – primeiro colégio da região e parcialmente utilizado pela prefeitura, o antigo prédio do Correio – também sem uso, e o terreno à época ocupado pela Coart (Cooperativa de Artesãos de Foz do Iguaçu). Todos os espaços estariam conectados à Praça da Paz e a outros espaços simbólicos e históricos.

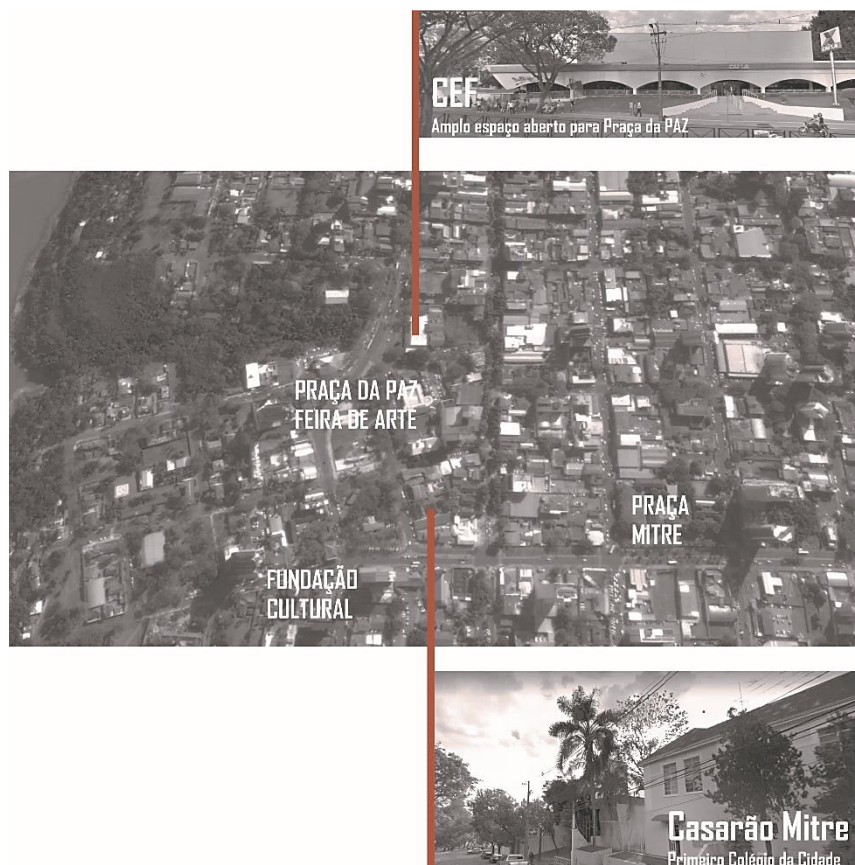


Imagem 05 : Proposta participativa de conexão da instituição aos espaços públicos e de cultura da cidade. Fonte: Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, 2018.

EDIFÍCIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Com um terreno de 3.218m² e área construída de 3.728,20m², este edifício havia sido cedido para UNILA no período de 18.10.2012 – a 06.01.2016, à época ainda de propriedade da Caixa Econômica Federal. O mesmo foi devolvido, em 2016, devido ao alto custo de investimento pelo curto período de uso, e com a expectativa dos usos serem atendidos no Campus Niemeyer. No Plano Diretor, a proposta de uso deste edifício seria de destiná-lo a áreas acadêmicas e administrativas do Instituto Latinoamericano de Artes, Cultura e História (ILACH) e outros cursos e institutos afins. O projeto integrado à espaços públicos, de cultura e de importância histórica para a cidade potencializaria a reestruturação do tecido urbano central e sua ativação cultural e, por consequência, econômica também. Assim, para além de atender às necessidades da UNILA, este espaço também foi pensado para organizar e manter exposições, promover cursos, palestras, audições, intercâmbios artísticos entre outras atividades.

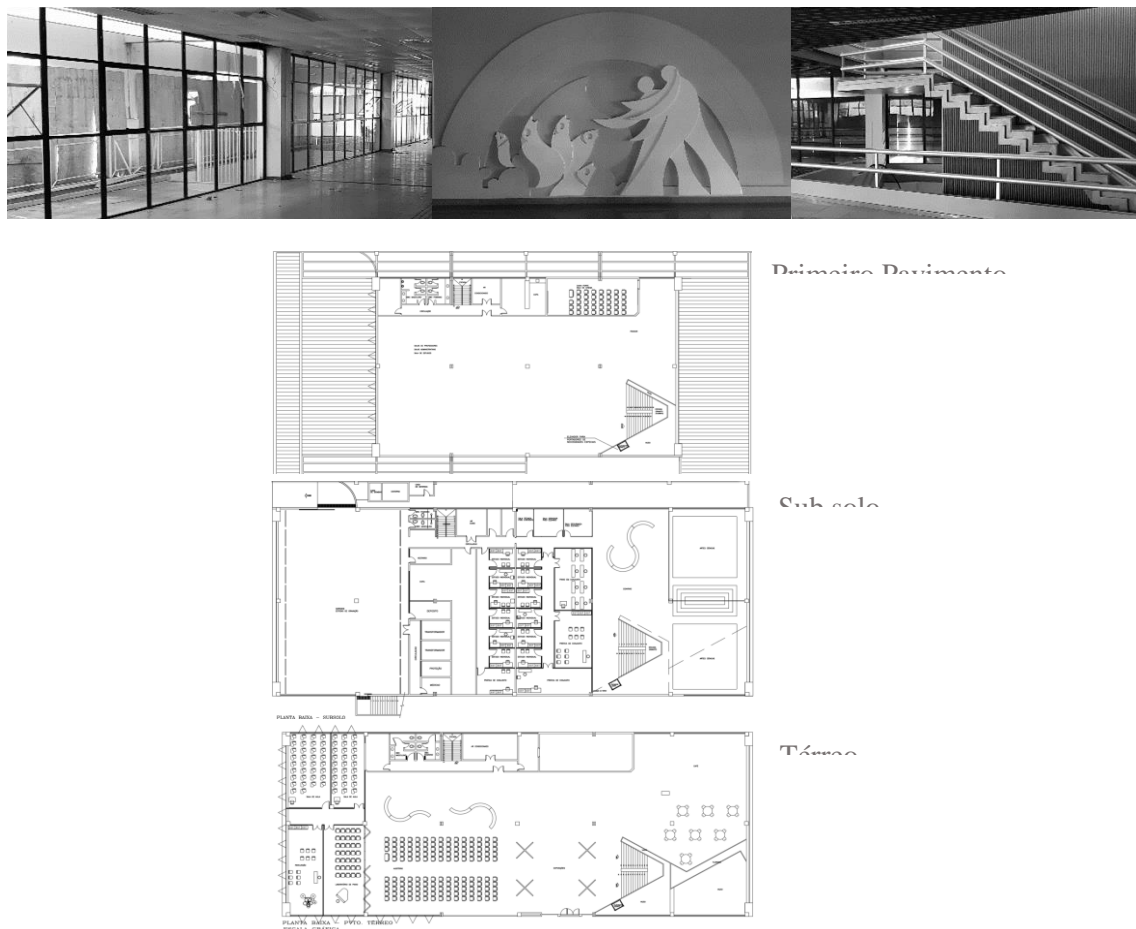


Imagem 06: Edifício Caixa Cultural – ILACH. Projeto de reforma, elaborado pela equipe do Plano Diretor. Fonte: Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, 2018.

CASARÃO MITRE

Com um terreno de 1.354,78m² e uma edificação de 626,63m², este espaço arquitetônico está dividido em dois pavimentos. É um casarão dos anos 1920 que tem grande importância histórica para a região, sendo a primeira escola do município. O mesmo é utilizado parcialmente pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, pelo Departamento de Administração e Patrimônio. Outra parte da estrutura serve como depósito de inservíveis pelo departamento de Ação Social e extinta Provopar. Na época do plano, a prefeitura previu a possibilidade de cessão de toda a edificação por 20 anos para a UNILA.

A reforma implicaria na estruturação de toda acessibilidade predial (rampas e plataforma elevatória), adaptação de estacionamentos, instalações elétricas, hidráulicas, ar condicionado e lógica, além de reformas em paredes, pisos, forro, estrutura e cobertura. Incluindo também revitalização paisagística, calçadas internas e externas. Sendo esta reforma estimada em R\$ 1.600.000. A edificação deveria ser restaurada e utilizada para cursos de graduação e de pós-graduação da UNILA, do Instituto ILACH.



Implantação

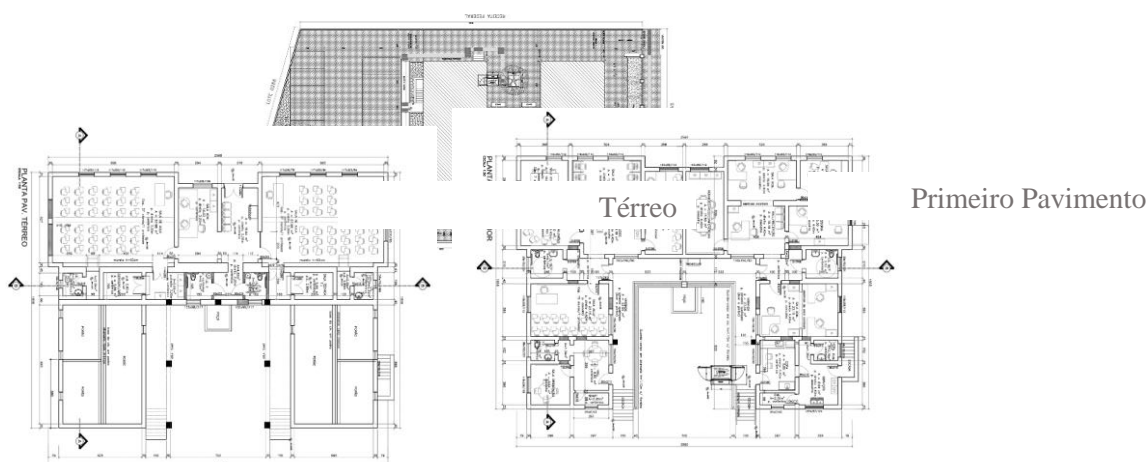


Imagem 07: Edifício Casarão Mitre – ILACH. Projeto de reforma, elaborado pela equipe do Plano Diretor. Fonte: Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, 2018.

NOVOS TERRENOS_ TERRENO CENTRO CÍVICO

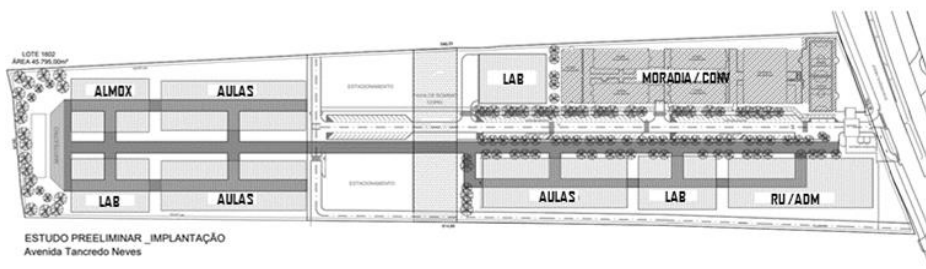
Também foi solicitado à SPU - Secretaria de Patrimônio da União um terreno de 68.000m² em área central da cidade. O mesmo está inserido ao lado do futuro centro cívico municipal como também de outras estruturas de serviços federais com acesso rápido às vias estruturais da cidade e de integração regional, próximo à rodovia BR 277 e a av Paraná, eixos norte/sul, e leste /oeste da cidade e na região. O objetivo seria o de construir, neste espaço, salas de aula, laboratórios e espaços administrativos para dois Institutos – ILACH e ILAESP. Na época, foram estudadas várias soluções a fim de possibilitar o início imediato de construções, incluindo até mesmo o estudo do sistema *Built Suit*, sendo este caracterizado por contratos de locação a longo prazo no qual o imóvel é construído para atender os interesses do locatário, sem a necessidade de recursos de capital.

NOVAS CONSTRUÇÕES _ TERRENO TANCREDO NEVES

No terreno da Unila, localizado na Av. Tancredo Neves, com 70.000m², a proposta foi a de construir salas de aula, laboratórios, almoxarifado, restaurante universitário, moradia estudantil e espaços de convivência, além do setor administrativo. Estas estruturas foram pensadas como adequadas aos espaços para os Institutos ILACVN e ILATIT.



Setor Administrativo e
Restaurante Universitário



Implantação do complexo de edificações terreno Av. Tancredo Neves

Imagem 08: Complexo de edifícios Terreno Tancredo Neves. Projeto, elaborado pela equipe do Plano Diretor. Fonte: Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, 2018.

No período de elaboração do Plano Diretor, a gestão *Pró Tempore* estava construindo três edifícios de moradia, além de outros espaços de convivência acadêmica. Além destas obras, estavam em fase de licitação de obra, o edifício administrativo com restaurante universitário, com o valor de R\$18.000.000, já com todos os projetos prontos e aprovados. A proposta seria a de licitar primeiro a estrutura da edificação, e, nos anos seguintes, avançar com outras etapas da obra. A obra acabou não sendo licitada, e num final de gestão já sem coesão e com processo eleitoral em curso, por impedimento da Proplan (Pró-Reitoria de Planejamento), que despachou parecer desfavorável justificado pelos custos que um restaurante universitário iria acarretar em seu orçamento, talvez entendendo que teríamos outras prioridades. Para a construção das outras edificações foram pensadas soluções orçamentárias a partir das tratativas de Itaipu com a devolução do Campus Niemeyer.

PÓLO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA _ MIJAEL AGUIRRE

Em 2018.1 foi solicitada à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, a cessão da Escola Municipal Santo Rafain, fechada desde 2013. Foram realizados laudos técnicos, sendo a reforma da mesma estimada em R\$360.000. O Pólo de Extensão Universitária Mijael Aguirre com 500 m², seria uma referência em cursos de extensão universitária nas áreas de formação docente continuada, ensino de línguas, educação em direitos humanos, pré-vestibular, entre outros. Na época, a cessão da edificação foi aprovada junto a Secretaria de Educação e Procuradoria Municipal. O nome do espaço fazia homenagem a estudantes da Unila mortos em um acidente em 2017.

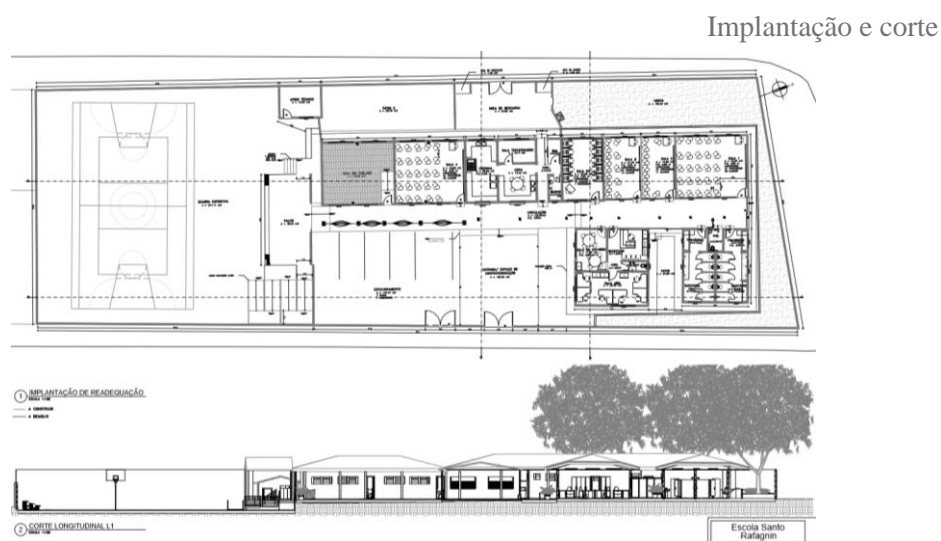


Imagem 9: Pólo de Extensão Universitária _ Mijael Aguirre. Proposta elaborada pela equipe do Plano Diretor. Fonte: Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da Unila, 2018.

Essas são algumas das proposições fruto do processo participativo sobre espaços de educação interculturais da universidade, sendo soluções com viabilidade técnica e orçamentária, pensadas pela comunidade acadêmica da UNILA.

5. REFLEXÕES FINAIS SOBRE O PROCESSO DO PLANO DIRETOR, SEUS AVANÇOS E DIFICULDADES

A efetivação das propostas desenvolvidas, durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA, dependia de uma solução política entre Ministério da Educação, Usina Hidroelétrica Itaipu e UNILA. Isto porque, já sofrendo com os cortes orçamentários, a instituição só poderia concretizar suas proposições de novas edificações no território, se avançasse com as tratativas junto à Itaipu. Essas tratativas tinham como objetivo a

entrega à Itaipu, do terreno e da edificação do campus parcialmente construído, mediante o ressarcimento à universidade pelo valor gasto e já aplicado no terreno. Em um primeiro momento deste processo as tratativas avançaram, sendo sugeridas possibilidades de ressarcimento que incluíam recursos financeiros, além de terrenos e espaços construídos da usina na cidade. A possibilidade de espaços já construídos era um ponto estratégico da negociação, pois permitiria uma solução rápida ao desafio orçamentário da instituição frente a dependência de espaços alugados.

Porém, a mudança da direção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no início de 2018, com a chegada da nova presidência da república, bem como a falta de força política da gestão junto ao governo federal, associados à abertura do processo de eleição interna para a reitoria da UNILA, enfraqueceram o processo do plano e essa ação estratégica. Isto porque, a construção colaborativa se impactou com a disputa política, dentro e fora da instituição. Continuou-se, neste período, com as oficinas, desta vez sendo chamados os Centros Interdisciplinares e seus Cursos de Graduação para a discussão para a leitura e estratégia de desenvolvimento do Plano Diretor, cada centro com uma oficina própria. Pouco a pouco as oficinas foram se esvaziando e a participação foi perdendo corpo. Os planos de negociação com outras instâncias públicas foram ficando sem andamento e sem resposta, enquanto a equipe estava na coordenação do Plano. A partir da gestão seguinte, sem novas informações públicas, induzimos que as tratativas nas diretrizes propostas foram abandonadas.

Finalmente, e como consequência, concluímos que foram desenvolvidos dois planos: um este relatado, feito pela universidade de forma participativa com propostas de espaços articulados com a cidade, bem como com proposta constituída por edifícios cedidos pelo poder público; e, outro plano, desenvolvido pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner contratado por Itaipu. Este segundo, um *Master Plan* de desenvolvimento territorial para a Região Trinacional, foi desenvolvido de maneira interna, sem publicização do processo ou mesmo de seus resultados, com a maneira recorrente de se contratar o projeto em assessoria externa, sem consultar e pactuar com agentes locais. A equipe de coordenação do processo do Plano Diretor Participativo de Espaço Físico da UNILA não teve acesso à informação de desenvolvimento deste plano. Vimos ter conhecimento dele, já pronto, através de estudos em contexto de pesquisa acadêmica sobre a governança da região trinacional, apenas no final de 2018. Este *Master Plan* apresentava soluções que sugeriam e reforçavam a permanência da UNILA junto aos espaços de controle de Itaipu, no PTI. O plano de abrangência de toda a região trinacional foi desenvolvido sem debate público, e no caso para os espaços da UNILA, sem considerar os estudos participativos realizados pela comunidade acadêmica da UNILA e de sua gestão. Repetiu-se, desta forma, uma lógica impositiva de solução urbana e arquitetônica na região trinacional sem discussão pública e sem processo participativo, no sentido dos planos e projetos prontos que a Usina presenteia o território,

tornando-se um agente centralizador de planejamento e projeto, não eleito e sem validação pública no processo de planejamento.



Imagem 10: Projeto de reorganização da estrutura parcialmente implantada agora utilizada como Pólo de Inovação (2018) Escritório Jaime Lerner. Fonte: Master Plan Iguassu Metrópole (2018. pág.31)

Diante de todo este contexto, o processo do plano representa o esforço emancipatório deste grupo frente o problema que se tornou o projeto doado pela Hidrelétrica Itaipu, que tendo este gesto de interferência associado ao fato da usina ceder seus quadros técnicos para a realização das suas obras, a missão da universidade foi afetada por outras lógicas. Isto causou um efeito direto à autonomia deste espaço de educação anunciado “*sem muros e sem fronteiras*”, e que sofre até os dias de hoje para alcançar os seus propósitos.

REFERÊNCIAS

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2015”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2015.

_____, Cecília Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2017”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2017.

_____, Cecília Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2018-2019”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2019.

_____, Cecília Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2020”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2020.

_____,. *Relatório Diagnóstico de Infraestrutura da UNILA*. 2017

ARANTES Fiori, Pedro. *Arquitetura na era digital-financeira: Desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Progr. de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, 25/04/2007, p. 7.

_____. *LEI Nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Art. 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112189.htm. Acesso em: 25 de out. 2021.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. 4ª Edição – 1ª Reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2003.

IMEA / UNILA. *UNILA em construção: um projeto universitário para América Latina*. Foz do Iguaçu:, 20

JODIDIO, Philip. Niemeyer. *A Alvorada passada e futura*. Trad. Constança Boléo. Colônia: Taschen, 2012.

SALADINO GARCIA, Alberto. *El Latinoamericanismo como Pensamiento Descolonizador*. Universum, Talca, v. 25, n. 2, p. 179-186, 2010. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762010000200011&lng=es&nrm=iso>. accedido en 08 nov. 2021. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762010000200011>.

SECIC / UNILA. *Relatórios das Oficinas do Plano Diretor Participativo*. 2017/2018.

UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer e o modernismo das formas livres no Brasil*. Tradução Betina Bischof. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

UNILA. *Relatório Unila no Território: Plano Diretor Participativo*. 2018.

VAINER, Carlos B. *Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro*. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011.

CARTOGRAFIA SOCIAL NA OCUPAÇÃO JARDIM SOCIAL:
DESCOLONIZANDO NARRATIVAS
*CARTOGRAFÍA SOCIAL EN LA OCUPACIÓN DEL JARDÍN
SOCIAL:*
DESCOLONIZANDO NARRATIVAS

Marcelo Cunha Varella¹
Roberto Martins de Souza²

RESUMO

O presente artigo pretende interpretar o processo social de urbanização na periferia de Paranaguá, considerando o recorte da ocupação urbana Jardim Social a partir do ponto de vista dos sujeitos que vivem nestas áreas, bem como de suas formas organizativas específicas desde uma perspectiva decolonial³. Inicialmente, a pesquisa foi acionada pela demanda comunitária de realização da cartografia social na ocupação Jardim Social em face à ameaça de despejo decorrente da ACP impetrada pelo Ministério Público do Paraná. O objetivo do artigo teve por finalidade relatar o processo que levou a instrumentalização dos moradores da ocupação sobre o contexto específico de produção da espoliação urbana na cidade de Paranaguá, em consonância com ressignificação da noção de “invasão”, “desordem” e “marginalização” daqueles que tem seus direitos fundamentais violados pela ausência de políticas públicas de habitação de interesse social, sendo por isso levados a construir “sua existência” em ocupações irregulares. O procedimento de pesquisa adotou a realização de oficinas de produção de mapas na ocupação, técnicas de filmagem, de utilização do GPS (*Global Position System*) e realização de entrevistas, cujo foco são os sujeitos/moradores da referida ocupação. Ao final, a pesquisa publicou como resultado o fascículo intitulado: *Conflito social na Ocupação Jardim Social*, o que derivou em

¹ Possui graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná, especialização em Questão Social pela Abordagem Interdisciplinar, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental e doutorado em Geografia, na linha de pesquisa de Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional. Está lotado na Câmara Curso de Licenciatura em Educação do Campo. É integrante do Núcleo de Estudos de Agroecologia-NEA, do Núcleo de Defesa de Povos e Comunidades Tradicionais e do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional. Endereço eletrônico: mvarella@ufpr.br.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutor em Antropologia pelo PPGAA na UFPR. Atua na área de educação de Jovens e adultos desde 1999 como docente em cursos de Educação do Campo, Agroecologia, Direito à Cidade, Planejamento territorial e atividades de Educação popular junto a Movimentos Sociais do Campo. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais. Líder do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil. Educador no IFPR desde 2010. Endereço eletrônico: roberto.souza@ifpr.edu.br.

³ Conforme BALLESTRIN (2013) a descolonialidade constitui-se em uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas. Por um lado, o pensamento decolonial tem como intenção refletir criticamente sobre as relações de poder e de colonialidade no âmbito do conhecimento, por outro, também se preocupa com a construção de saberes que resgatem e empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados. Realizar essa reflexão sobre a ocupação Jardim Social em Paranaguá requereu a adoção de posições perante os fenômenos do colonialismo e da colonialidade incidentes na periferia urbana das grandes e médias cidades no país, isto é, faz-se necessário reconhecer as relações de poder estabelecidas e sustentadas por grupos economicamente hegemônicos que resultam na criminalização e, permanente exclusão territorial de contingentes populacionais socialmente vulneráveis em direção às periferias urbanas.

alavanca para inúmeras mobilizações em defesa do direito à moradia, encetadas contra o poder público e coordenadas pelo movimento local.

Palavras-chave: Assentamentos. Periferia. Ocupações Irregulares. Autocartografia Social.

RESUMEN

Este artículo pretende interpretar el proceso social de urbanización en las periferias de Paranaguá, considerando el esquema de la ocupación urbana Jardim Social desde el punto de vista de los sujetos que habitan en estas áreas, así como sus formas organizativas específicas desde una perspectiva descolonial. Inicialmente, la investigación fue impulsada por la demanda comunitaria de realizar cartografía social en la ocupación Jardim Social ante la amenaza de desalojo proveniente de la ACP presentada por el Ministerio Público de Paraná. El objetivo del artículo fue dar a conocer el proceso que llevó a los habitantes de la ocupación a ser instrumentalizados en el contexto específico de producción de expoliación urbana en la ciudad de Paranaguá, en línea con la resignificación de la noción de "invasión", "desorden", y "marginación" de quienes ven vulnerados sus derechos fundamentales por la ausencia de políticas públicas en materia de vivienda de interés social y, por tanto, se ven impulsados a construir "su existencia" en ocupaciones irregulares. El procedimiento de investigación adoptó la realización de talleres sobre elaboración de mapas en la ocupación, técnicas de filmación, uso de GPS (Global Position System) y realización de entrevistas, que se enfocan en los sujetos / residentes de esa ocupación. Al final, la investigación publicó como resultado el cuaderno titulado: *Conflicto social en la ocupación del jardín social*, que generó numerosas movilizaciones en defensa del derecho a la vivienda, lanzadas contra las autoridades públicas y coordinadas por el movimiento local.

1. INTRODUÇÃO

O direito à moradia, que ao longo de muitas décadas, tornou-se uma evidente problemática nacional, encontra em Paranaguá situação especialmente grave. O processo histórico de urbanização da cidade levou Paranaguá a uma situação insustentável em termos socioambientais, caracterizada pela desigualdade na distribuição das infraestruturas urbanas básicas (como saneamento e acesso à água potável), assim como pela exclusão de parcela significativa da população de baixa renda de áreas juridicamente regularizadas. Nesse sentido, observa-se atualmente, à primeira vista, a aparente existência de uma "cidade legal", marcada por lotes regularizados, e de uma "cidade ilegal", onde o planejamento territorial não alcançaria. Um olhar atento, porém, demonstra, que estas duas facetas estão intimamente ligadas, afinal, como lembra Ribeiro (2014), a exclusão social não é um subproduto ou uma falha do planejamento, senão o efeito concreto de ações planejadas ou, em outras palavras, não é o acaso ou a inconsciência, enfim, que levam à fragmentação socioespacial, mas, sim, políticas e ações estratégicas das elites.

Por esta via, a finalidade deste artigo é relatar o processo de pesquisa associado às novas

formas de mobilização social desencadeado pelo procedimento da Cartografia Social que levou a instrumentalização do capital militante dos moradores da ocupação em um contexto específico de produção da espoliação urbana na cidade de Paranaguá.

Essa realidade, como um produto do jogo econômico de especulação imobiliária e da grilagem de terras, transformou a moradia, um bem essencial à dignidade de todo ser humano, em simples mercadoria comercializada de forma ilegal, como a principal política habitacional na cidade.

A hipótese que permeamos é de que o déficit de habitação em Paranaguá, deve-se principalmente, à ausência de políticas habitacionais municipais destinadas a setores socialmente vulneráveis da população, que disputam, de forma desigual, o espaço urbano contra robustos interesses econômicos, especulativos e políticas preservacionistas, sendo empurrados previsivelmente, para o mercado ilegal de terras urbanas pela “mão” dos grileiros. Soma-se a esse cenário o desinteresse do poder público em mobilizar a participação popular na gestão da cidade, em especial, no que diz respeito ao planejamento urbano e à realização da função social da cidade e da propriedade, conquanto disponha de instrumentos previstos na legislação municipal (Plano Diretor)⁴ específica sobre o tema.

As razões que nos levam a essa investigação tem como base experiências de pesquisa anteriores⁵ realizadas em assentamentos urbanos irregulares na periferia de Paranaguá. O levantamento e discussão das informações nos revelou um campo amplo de questionamentos relativos a um padrão da produção do espaço social na periferia de Paranaguá, bem como quem são e qual é a ação dos agentes envolvidos nesse tenso e conflituoso cenário marcado pela desigualdade e exclusão social.

2. A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM PARANAGUÁ

Nas obras “Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatórias” e “Territórios em Resistência”, Raúl Zibechi traz o colonialismo como chave epistemológica para compreender a realidade das formas de luta no continente latino-americano (ZIBECHI, 2015). Sua tese geral, em ambas as obras, é que somente a partir de um pensamento descolonizado, que permita dominação e da resistência locais em múltiplos territórios desde sempre fustigados pela repressão. A narrativa reconstrói o protagonismo dos habitantes das periferias urbanas latino-

⁴ Vide Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2007.

⁵ Em 2014 fomos apoiados pela PROEPPI na realização do projeto de extensão Cartografia Social na Ocupação Jacarandá 2. Em 2015 e 2016 promovemos atividades de ensino no âmbito dos cursos EJA-EPT, envolvendo o levantamento histórico e situacional de diversos bairros na periferia da cidade, resultando em mapas georreferenciados de conflitos urbanos e cidadania.

americanas na luta por condições de autonomia política e social capazes de reverberar na produção do espaço, momento em que o autor reivindica a potência de tais formas de vida urbana.

De modo similar, ao analisarmos o contexto social e urbanístico da cidade de Paranaguá, a periferia representa produto de um processo social característico dos assentamentos urbanos irregulares, impulsionado pelo modelo desenvolvimentista dominante e excludente, resultando na forma desigual como se ordena a cidade, principalmente, a partir da década de 1950. Conforme Caneparo (2000) é a partir desse período que se intensifica o marco do processo de produção da desigualdade social urbana, com os estímulos à modernização do Porto de Paranaguá, que passa a ser um dos fatores centrais da organização do espaço urbano. Concomitante, Paranaguá torna-se pólo de forte atração de mão-de-obra destinado às atividades portuárias, o que levou aos primeiros processos de rápida e desorganizada expansão periférica da malha urbana marcada pela segregação socioespacial, sobretudo, em áreas ambientalmente mais vulneráveis (DESCHAMPS, 2013).

Nas últimas duas décadas, os limitados espaços físicos da cidade passaram a sofrer a amplificação da concorrência por vetores assimétricos. De um lado, a pressão por novas áreas de moradia, dado aumento de fluxos migratórios, por outro, devido a reclassificação e apropriação de grandes áreas para expansão dos operadores do Porto, que avançou sobre áreas de potencial ocupação urbana ou já ocupadas, impulsionando a população vulnerável para novas áreas periféricas da cidade motivados pela dinâmica de expansão portuária. Soma-se a esses vetores, as políticas preservacionistas num município situado em área litorânea do bioma Mata Atlântica, delimitado por baías, mangues, florestas e densa malha hídrica. Esse cenário dificulta e exige precauções dos planejadores oficiais para harmonizar o direito à moradia e a proteção ambiental.

No que tange o papel do poder público local, fica evidente após algumas décadas desse processo em curso, que a expansão periférica desordenada materializada nas ocupações irregulares constitui desde muito tempo *modus operandi* da política de habitação oficial, já que a prática de ocupação urbana irregular é transferida geralmente para especuladores, grileiros ou para a própria população vulnerabilizada. Desta feita, não se discute a função social da terra urbana, ao passo que lança-se no mercado de terras de modo precário “áreas loteadas” sem serviços e infraestruturas, que além de agregar renda ao município, criam cada vez mais uma relação de dependência e favores com os representantes do poder público local. Como consequência, criam-se espaços com baixa qualidade de vida urbana e elevado comprometimento ambiental (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000).

Conforme Sezerino (2016), essa dramática situação social foi exposta por dois instrumentos de gestão pública da cidade de Paranaguá. O primeiro descrito pelo Plano Municipal de Saneamento Básico em 2009, no denominado Relatório de Avaliação Ambiental que estimou cerca de 60 mil habitantes residentes em ocupações irregulares, ocupando uma

extensão de aproximadamente 7 km², atingindo 26% da zona urbana. E em 2014, a publicação do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Paranaguá, que apontou a existência de 7.616 domicílios com carência de infraestrutura, ou seja, cerca de 23% do total dos domicílios. Também foram registrados 3.957 domicílios com inadequação fundiária urbana, cerca de 12% do total. Em relação às ocupações irregulares, são 22.464 domicílios, localizados na zona urbana, nas colônias rurais e nas ilhas do município. Destes, 8.330 domicílios precisam de urbanização simples, pois são passíveis de regularização, 8.171 precisam de urbanização complexa, 5.462 precisam ser realocadas e 501 precisam ser remanejadas.

A apresentação desses dados denota contradições de uma cidade marcada pela desigualdade social e exclusão territorial, onde parcela da população permanece em condições precárias de existência, em situação de acampamentos permanentes, alheia aos serviços essenciais e à infraestrutura adequada. A naturalização desse processo afasta o interesse público e social do direito à moradia da agenda municipal, ao produzir a crença de que a moradia é dever exclusivamente do mercado. Cala fundo no silêncio da periferia, as narrativas das situações de exclusão social sofridas diariamente pelos que lutam pela moradia, mesmo de modo atomizado.

Neste rumo, importa ressaltar o papel da cartografia social desenvolvida na ocupação Jardim Social, momento em que as inovações tecnológicas, principalmente aquelas ligadas ao geoprocessamento e aos recursos da tecnologia da informação, trouxeram perspectivas e aplicações científicas com potencial de popularização da ciência e da tecnologia, criando novas estratégias de controle social das informações geográficas, de modo a ampliar o uso da linguagem cartográfica (ACSELRAD, 2000).

O conhecimento do espaço geográfico em todas as suas dimensões é, atualmente, essencial para a demanda de direitos coletivos, bem como para o planejamento territorial de grupos sociais em situação de injustiça ambiental e social. O sensoriamento remoto, a cartografia e o geoprocessamento são partes integrantes destas atividades, e embora a tecnologia digital seja imprescindível, nem todos têm acesso a esses recursos. A acessibilidade aos instrumentos para o planejamento territorial (tanto em termos de aparelhagem tecnológica, quanto em políticas públicas) é um dos desafios para viabilizar o direito à cidade em Paranaguá, em especial no que concerne às comunidades urbanas em situação de violação dos direitos humanos: tarefa que este artigo pretende apoiar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de elaboração do referido trabalho nasce de uma demanda dos moradores da ocupação Jardim Social, realizada em carta datada do dia 04 de agosto de 2016. As oficinas e

visitas nas comunidades tiveram início já no mês de setembro, e as tarefas de levantamento de áreas de ocupações urbanas em Paranaguá mediante consultas às fontes arquivísticas iniciam no fim do mesmo ano. Para análise e interpretação da ocupação Jardim Social procedemos nossa atuação na realização da cartografia social⁶ desde da construção de uma relação social de pesquisa com os moradores da Ocupação, com o intuito de conhecermos na atualidade as características que imprimem certo padrão no processo de criação deste espaço urbano, a fim de identificarmos e caracterizarmos esse processo social *in loco* e, assim, compreendermos seus mecanismos de promoção e conformação atual.

Nestes casos, os procedimentos da cartografia social serviram de instrumento para evidenciar o ponto de vista das populações afetadas pela espoliação urbana nas ocupações irregulares de Paranaguá. Para tanto, a comissão local que representa a comunidade assumiu a tarefa de coordenar as oficinas de mapas, escolhendo os locais de realização, as datas e os sujeitos que participariam deste processo de pesquisa - frise-se, quanto a este último ponto, que estes participantes convidados foram tanto os moradores da Ocupação quanto apoiadores externos. Como se nota, a ação de pesquisa tem se construído desde o espaço social do capital militante acumulado na produção do conhecimento e nas ações de mobilização gerados desde uma reflexão proporcionada pelos moradores da ocupação, servindo de ponto de partida para a realização das oficinas de mapeamento e ações complementares, momento em que se registraram e se refletem sobre os pontos de vista de histórias sociais de espoliação e violência, de trabalho, da relação com o ambiente, da resistência, das lutas e conquistas coletivas, o que nos permitiu compreender o padrão político dominante, e as novas formas de luta e estratégias desenvolvidas pelos moradores, que gradualmente vão delineando os contornos da identidade local da luta por moradia na periferia de Paranaguá, ao mesmo tempo que o grupo busca sua auto afirmação na condição de sujeitos sem teto ou sem moradia, contra o senso comum que os denomina de “invasores”.

⁶ Conforme ALMEIDA (2013) a proposição de uma Cartografia Social enquanto orientadora das práticas de pesquisa se vale de uma significação plural voltada a múltiplas “experimentações” dos sujeitos sociais autores de sua elaboração. Essa construção descritiva se funda num conhecimento mais detido das realidades localizadas. Poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através da relação de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos a vida social dos sujeitos da ação cartográfica.

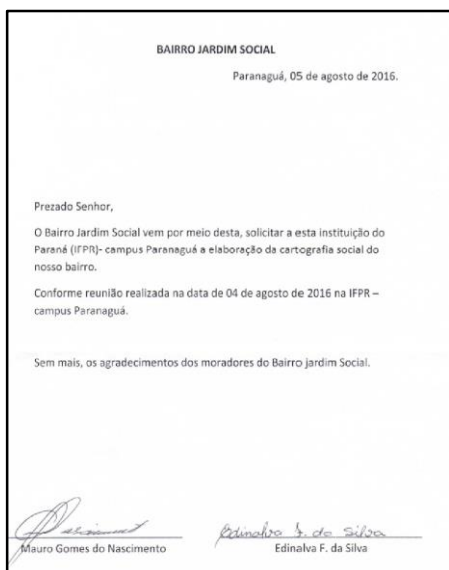


Figura 01: Carta dos moradores. / **Figura 02:** Vista geral da ocupação, 2016. Foto: Autores, 2016.

As “oficinas de mapas” foram caracterizadas por encontros que serviram para capacitar os sujeitos a instrumentalizar as geotecnologias. Neste sentido, os moradores tiveram noções básicas de fotointerpretação (reconhecimento de formas-conteúdo de imagens de satélite), uso de equipamento de GPS e, em especial, ao foi-lhes facultado compreender o uso de diferentes “camadas” em um Sistema de Informação Geográfica - SIG). Além disso, técnicas de entrevistas e de elaboração de croquis foram essenciais, a fim de captar com mais precisão o processo de territorialização vivenciado pelos sujeitos. Nesse momento percebemos a emergência da narrativa específica articulando os capitais militante e técnico, mediados por consensos históricos e situacionais que tratam de informar o ponto de vista sobre o processo local de ocupação: as violações de direitos, a identidade do grupo, os antagonistas, dentre outros. De posse desses recursos tecnológicos a comunidade, com apoio dos pesquisadores, sistematizou o fascículo da cartografia social da ocupação.



Figura 03: Oficina de Mapas, Jardim Social. Foto: Autores, 2016.

Nos cinco meses seguintes procedemos à sistematização da pesquisa de campo com a transcrição das entrevistas e a identificação do padrão narrativo sobre o processo de ocupação da área. Complementando o levantamento de informações realizamos três encontros com as lideranças para apresentar os mapas e resultados das entrevistas, visando adequar as situações concretas mencionadas pelos moradores e os mapas preparados pelos pesquisadores.

Até o momento, nos reunimos em oito oficinas de mapas, onde participaram cerca de 50 moradores do Jardim Social, de modo alternado. As oficinas ocorreram nas casas de moradores e tiveram dentre seus resultados o aprendizado acerca das noções básicas de GPS, técnicas de entrevistas, elaboração de croquis de localização e legendas de representação das situações informadas pelo grupo social. No decorrer das oficinas, a construção dos acontecimentos enunciava a emergência de uma narrativa da ocupação amparada por sujeitos de direitos, moradores de uma ocupação, pelo menos no que refere ao direito à moradia.

Ao fim, os moradores da ocupação realizaram o lançamento da cartografia social na Câmara de Vereadores de Paranaguá no dia 18 de dezembro de 2017, momento em que denunciaram violações do direito à moradia abertamente ao poder público, e abriram caminho para pautar a Câmara de Vereadores com o tema, a partir da criação da Comissão de Especial de Estudos para tratar sobre o assunto. Tal grupo formado por 5 vereadores, teve 6 meses para produzir um relatório, que ao fim apontou a necessidade da Prefeitura de Paranaguá recategorizar a área da ocupação como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e indicar a urgência em realizar a regularização fundiária no local.



Figura 04: Mapa de Localização da Ocupação Jardim Social, 2017. Fonte: Autores, 2017.



Figura 05: Capa Cartografia Social Jardim Social. Fonte: Autores, 2017.

4. DIREITO À MORADIA: UM NOVO PONTO DE PARTIDA

Durante o processo de produção do mapa nas oficinas e posterior lançamento oficial da Cartografia Social na Câmara de Vereadores de Paranaguá, foi possível conhecer a reelaboração e articulação das narrativas dos sujeitos de direito à moradia, que passaram a compreender sua condição social como “espoliados”, bem como o sentido prático da “autoconstrução” (KOWARICK, 1980), tornando a pesquisa espaço de suas falas, reflexões e aprendizados sobre a condição social, anteriormente classificada como “moradores de invasões”⁷. As formas atomizadas de organização local apoiadas em laços de solidariedade manifestas nas carências mais essenciais desse fenômeno tem sido capazes de enfrentar com dificuldade a falta de direitos essenciais, traduzidos em conflitos sociais e violência institucional, resultado da forma hegemônica de produção das cidades, que tem eliminado o interesse público para dar lugar aos interesses privados⁸, especialmente referidos a formas precárias de ocupação urbana, em detrimento da população de baixa renda que se expressa na situação da injustiça ambiental a que está submetida.

Os principais conflitos enunciados pelos agentes sociais da ocupação Jardim Social se referem a: falta de arruamento, “gato de luz”, “gato de água”, buracos na rua, falta de esgoto e violência policial. Dentro das narrativas ainda foi possível identificar a ineficácia do Programa habitacional municipal ou regularização fundiária e ausência de programas de mitigação dos impactos sociais.

“A ocupação eu creio, que é nós que não temos dinheiro, como se diz pra gente comprar uma casa, que a casa aqui em Paranaguá está muito cara, então é esse lugar assim, aqui em Paranaguá, muitos lugar estão, assim, desocupado, e aí o pessoal precisa de moradia. Muitas pessoas tem terreno, tem terrenos aí, que não consegue nem cuidar. Então esse pessoal, que está precisando muitas vezes vem ocupar esse terreno que está sem aproveitamento. E a pessoa necessita de uma moradia pra criar seus filhos, senão como é que a gente vai criar nossos filhos sem moradia, pagando aluguel do jeito que as coisas estão cara. Então, nós precisamos dessa moradia, dessa ocupação. Agora invadir, isso a gente não fez isso, não invade o terreno dos outros. Então, nós fizemos essa ocupação, porque nós precisamos desse terreno pra nós construir nossa casa, pra criar nossos filhos, criar nossos netos, futuramente, porque é uma área que está desocupada, não tinha proveito nenhum. Depois que nós ocupamos surgiu os donos, depois de

⁷ Ao longo do processo de cartografia, os sujeitos da ação reformularam sua autodefinição para “moradores da ocupação”, ao compreenderem que sua necessidade de moradia é um direito essencial descumprido pela insuficiência na aplicação das políticas públicas de habitação de interesse social existentes movidas pela contradição entre a privatização do espaço e as tentativas de ação de cunho coletivo representadas pelo planejamento.

⁸ Nos referimos, conforme Lefebvre (2008) a um dos efeitos “criados” pelo capitalismo nas cidades, ao criar a moderna propriedade fundiária, que transformou um bem (terra) que era essencialmente valor de uso em algo com valor de troca. Esse fenômeno produz tensões maiores especialmente em cidades onde esse bem está sob controle dos interesses privados clandestinos promotores de grilagens e terras públicas ou devolutas.

bastante tempo que nós estava aqui, já. A gente nem sabe quem fez essa degradação da natureza, porque o pessoal foi chegando, chegando... Nossa diferença para os grileiros é que o grileiro vem pra tirar lucro, tirar vantagem no terreno, e porque ele vê a necessidade das pessoas que precisam de moradia (Sr. Valdomir Pereira, 58 anos).”

Para tanto, além de relatar as histórias relativas ao processo de ocupação, as oficinas serviram para ressignificar o “espaço dos pontos de vista dos sujeitos da ocupação” (BOURDIEU, 2003). Nesse esforço de pesquisa foi possível conhecer e interpretar, a partir de um novo padrão explicativo, os processos sociais de ocupações urbanas consideradas irregulares na periferia de Paranaguá, contribuindo com a organização daqueles que tem seus direitos violados pela ausência do cumprimento constitucional, em razão da escassa e ao mesmo tempo contraditória política oficial de habitação da cidade.

“Em 2010 morávamos no Bairro Vila Portuária, em uma casa alugada, sempre com esperança de ter nossa própria casa. Aí um dia o proprietário nos deu um prazo para devolver o imóvel. Começamos a procurar outra casa. Procura aqui, procura ali, foi quando soubemos que houve uma área ocupada, então viemos conhecer essa área e, chegando no local da ocupação, soubemos de um lote a venda, terreno muito molhado com muito cepo e raízes, mas negociamos assim mesmo (Sr. Mauro Nascimento, 48 anos).”

A narrativa expôs uma nova representação social, que concorre para desconstruir e desnaturalizar os lugares-comuns como parte de uma forma de produção social da cidade interessada em acumular e espoliar continuamente a população empobrecida: “invasão”, “degradadores do ambiente”, “grileiros”, dentre outros. Não é preciso muito aprofundamento para “colocar as ideias no lugar ou no real” (SCHWARZ, 1977) para buscar compreender o fenômeno das ocupações irregulares na periferia de Paranaguá.

“Tudo começou com muita dificuldade antes de nós conseguir esse terreno. Morei muito tempo eu e minha família com a minha mãe nos fundos do terreno dela, próximo ao mangue. Tivemos dificuldades com as enchentes que invadiam todo o lugar na área. E com todas as dificuldades que nós passamos nesse lugar, nós optamos em procurar um lugar melhor, sem que nós sofresse com os temporais e enchentes porque nós perdemos bens materiais (Sr. André Oliveira dos Santos, 40 anos). “

Nesse campo de análise, a hegemonia do discurso dominante pode ser contraditada pela legislação que cobra a função social da cidade e da propriedade como princípios orientadores da ação pública, tendo como finalidade o fortalecimento dos interesses públicos e sociais. De outro modo, o descumprimento da lei e a ausência de políticas urbanas de moradia não permite outra opção, senão a luta e a resistência desesperada, somente possível pela ocupação de áreas que não cumprem sua função social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados observados no percurso de pesquisa podem ser sintetizados a partir da emergência de uma narrativa social que revela os processos sociais produtores da desigualdade e exclusão territorial para novas áreas de expansão periférica da cidade: “privatização clandestina” da política de urbanização na periferia; precariedade dos assentamentos urbanos; criminalização dos moradores, dentre outros. Outrora criminalizada e, tendo nos sujeitos das “invasões” o foco da responsabilidade dos problemas urbanos e da degradação ambiental, as ocupações urbanas irregulares têm demonstrado até certo ponto ser a válvula de escape que minimiza o aumento das tensões e conflitos sociais por moradia na cidade de Paranaguá, ao mesmo tempo que produz uma cidade propícia a outras formas de tensão social. Todavia, com um déficit habitacional crescente, e áreas cada vez mais disputadas entre a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a expansão portuária e as medidas preservacionistas, resta ao poder público local a adoção de políticas habitacionais amparadas nos copiosos instrumentos de gestão participativa da cidade disponíveis, em especial, após a publicação do Plano Diretor da Cidade de Paranaguá em 2007.

Enquanto a população das ocupações aguarda pacientemente a presença do Estado democrático de direito, os movimentos urbanos de luta por moradia, ainda que em estágio atomizado, parecem despontar como ação coletiva remediadora do déficit habitacional, caso do movimento por Moradia do Jardim Social⁹ (2017) e do Movimento de Luta por Moradia de Paranaguá (2018), precursores do Fórum Municipal de Reforma Urbana, este, criado em 2019.

Para finalizar, vale ressaltar o quanto é desafiador abarcar sentimentos, reflexões e compreender narrativas até então silenciadas, e agora expostas em razão das oficinas de cartografia social. O olhar daqueles que vivem nas ocupações e sofrem no corpo e na alma as marcas da violência institucional no cotidiano e o julgamento social que humilha os “sem teto” e os “sem moradia” de Paranaguá tornados um “problema social” às avessas. De modo contrário, são esses sujeitos que por meio de ocupações de terra tem distensionado os agudos conflitos sociais provocados pelo déficit habitacional na cidade, apontando para a formação de um movimento social que, qual afirma Melucci (1989), anunciam os conflitos e as questões urgentes da sociedade presente – e, por isso, podem permitir ao poder público um olhar que evoque o direito à cidade, e, conseqüentemente, a produção de um território mais democrático, ao menos no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano.

⁹ O Movimento por Moradia do Jardim Social converteu-se em 2019 em Associação de luta por moradia e regularização fundiária da ocupação jardim social.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H., *Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia*, in IBASE/CUTRJ/IPPUR-UFRJ, Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – o debate internacional, série Sindicalismo e Justiça Ambiental vol.3, RJ, 2000, p.7-12.

ALMEIDA, A.W.B, FARIAS JUNIOR, E. A. (orgs.) *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013.

BOURDIEU, P. et al. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 747p.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), *através do uso de Sistema de Informações Geográficas*. RA'EGA, Curitiba, v. 4, 2000, p.111-130.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. *Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do PR*. *Revista Paran. de Desenvolvimento*, Curitiba, n.99, 2000, p. 45-59.

DESCHAMPS, M. V.; POLIDORO, M. *Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 34, n. 125, 2013, p. 213-235.

KOWARICK, L. "Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70". *Presença*. São Paulo, nº 2, 1984, p. 65-78.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 202 p.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro, 2008.

MELUCCI, A. *Um objetivo para os movimentos sociais?* *Revista Lua Nova*, nº 17. CEDEC, 1989.

PDDI. *Plano diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá*. Prefeitura Mun. de Paranaguá, 2007.

SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEZERINO, F. S. *Entre a floresta e a periferia: vulnerabilização humana e projeção de cenários para entornos das unidades de conservação da Mata Atlântica de Paranaguá*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos, PR, 2016. 231 f.

ZIBECHI, R. *Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas* Rio de Janeiro: Consequência, (2011) 2015.

“PEQUENAS CIDADES, GRANDES NEGÓCIOS”: OS
CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS¹ NO LITORAL
NORTE GAÚCHO
*SMALL CITIES, BIG DEALS: THE CLOSED HORIZONTAL
CONDOMINIUMS ON THE NORTH COAST OF RIO GRANDE DO
SUL*

Mariana Barbosa de Souza²

RESUMO

Os condomínios horizontais fechados são uma realidade no espaço urbano dos municípios brasileiros, independentemente do seu tamanho. Esses produtos imobiliários têm sido alvo de diferentes estudos e pesquisas, demonstrando a sua forte presença na realidade brasileira. No presente artigo busca-se entender a construção social da lei que regulamenta este tipo de produto imobiliário em dois municípios do Litoral Norte gaúcho: Capão da Canoa e Xangri-Lá/RS. O surgimento de condomínios horizontais fechados no começo da década de 1990 é entendido como inserto em uma realidade histórica e geográfica, motivo pelo qual a região é caracterizada ao longo do trabalho. Empiricamente restou evidenciado que o território é fonte não-formal do Direito e a construção das leis municipais foram atravessadas por interesses e disputas diversas.

Palavras-chave: território, norma, condomínios horizontais fechados.

ABSTRACT

Closed horizontal condominiums are a reality in the urban space of Brazilian municipalities, regardless of their size. These real estate products have been the subject of different studies and research, demonstrating their strong presence in the Brazilian reality. This article seeks to understand the social construction of the law that regulates this type of real estate product in two municipalities in the North Coast of Rio Grande do Sul: Capão da Canoa and Xangri-Lá/RS. The emergence of closed horizontal condominiums in the early 1990s is understood as part of a

¹ O termo é comumente adotado na região para tratar do tipo de produto imobiliário analisado neste artigo. Recomenda-se a leitura de Souza (2019 e 2021) para melhor aprofundamento da temática e descortinamento de questões tocantes à (i)legalidade deste produto imobiliário no Brasil.

² Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG (2019-2020). Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, Licenciada em História pela Universidade Pitágoras UNOPAR e graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada - OAB/RS 98.797. Atualmente é Docente no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestranda em História, Cultura e Identidades na UEPG. Pesquisadora membra do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais (GEPEUR) – CNPq (UFRGS/UNISC); do Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividade (LAGEDIS) – CNPq (UEPG); do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) – UEPG; e do Grupo de Pesquisa Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (TIPPA) – CNPq (UNILA). Endereço eletrônico: barbosadesouzamariana@gmail.com.

historical and geographic reality, which is why the region is characterized throughout the work. Empirically, it was evidenced that the territory is a non-formal source of Law and the construction of municipal laws was crossed by diverse interests and disputes.

Keywords: territory, norm, closed horizontal condominiums.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste artigo, a fundamentação teórico-metodológica usada para a compreensão do território enquanto fonte não-formal do Direito. Este estudo é parte de uma tese de doutoramento defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC³. Primeiramente, explicita-se as vertentes de interpretação do conceito de território e sua relação com o conceito de norma, no Brasil, destacando o marco teórico no qual fundamentou-se a interpretação. Após, é apresentado o entendimento de espaço geográfico, que leva em consideração que a sua constituição contempla um sistema de objetos, destacando-se os objetos técnicos. Também o conceito de território é explicitado, ocasião em que ele é apresentado como resultante da conformação histórica e das inter-relações ocorridas, entendido como *território usado* (SANTOS, 1994).

Parte-se do entendimento de que a norma jurídica não pode ser tida como estanque, neutra e ideal, mas sim como resultante de interesses e colaborações, o que vai além da compreensão positivista do Direito. Em outras palavras, vai-se além do texto meramente, atribuindo-se importância para quem constrói o Direito e o interpreta. Assim, também é apresentada neste artigo a relação entre a norma e o território.

Com o objetivo de compreender como o território mostra-se enquanto fonte não-formal do Direito, a realidade estudada envolve dois municípios inseridos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Capão da Canoa e Xangri-Lá. Ambos os municípios envolvem a compreensão de pequenas cidades, sobretudo em razão do número de habitantes (que será melhor detalhado ao longo deste artigo). A hipótese principal que envolve essa investigação evidencia que o território pode ser considerado como uma fonte do Direito, a partir da realidade concreta encontrada nos municípios mencionados. As duas localidades legislaram sobre uma situação consolidada nos territórios: os condomínios horizontais fechados. Os primeiros passaram a ser construídos na região durante o início da década de 1990, enquanto que as legislações que os regulamentaram foram consolidadas quase quinze anos depois. Ademais, a matéria segue ausente de regulamentação na escala federal.

Para além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto por outras três partes. A primeira versa sobre o território e a norma. A segunda parte apresenta o contexto

³ Esta tese de doutoramento pode ser acessada no repositório da universidade, disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/2440>

dos municípios analisados e a terceira parte, partindo do materialismo histórico e dialético (método adotado) aponta para a relação dialética existente entre norma e território.

2. ALÉM DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: TERRITÓRIO E NORMA

O Estado se mostrou paulatinamente enquanto um produtor principal de normas. Contudo, hodiernamente, a partir do avanço da globalização, é possível perceber que a tarefa de legislar está sendo de responsabilidade também de outros agentes, como as organizações sociais e as corporações transnacionais que detêm atuação em diferentes níveis e escalas⁴ (ANTAS JÚNIOR, 2004).

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o território deve ser entendido para além de um espaço geográfico que define partes administrativas, porque ele é apropriado, usado, de maneira desigual por agentes sociais, em diferentes sentidos e ações: econômica, política, social, cultural. E é por essa razão que o território deve ser considerado enquanto uma parte constitutiva que permite análises da sociedade. Chama-se então a atenção para a necessidade de compreensão da dimensão territorial que acomete os mais diferentes processos sociais: urbanização, elaboração de políticas públicas, de leis, que de alguma forma influenciam e regulam as relações, os usos desse território, na mesma medida em que o condicionam (SILVEIRA e SOUZA, 2017).

Assim, a partir de uma acepção epistemológica proposta por Milton Santos (1994), o território é entendido também como norma. O autor conformou o espaço geográfico como um conjunto de objetos e de sistema de ações que não pode ser dissociado. Logo, para Santos (1994) há uma ordem no território que é formada a partir do modo como os objetos são organizados e são objetos no sentido mais amplo do seu entendimento, pois a humanidade também se encontra presente nessa realidade. Como forma de ilustrar a questão, tem-se a distribuição populacional. Essa população encontra-se distribuída em um território e tem características próprias, ou seja, a sua composição pode ser majoritariamente de um grupo, como adultos e mulheres, e ter menos crianças; ou ser composto por pessoas com questões de saúde que necessitam ser resolvidas. Simultaneamente, a partir da cronologia de organização desses objetos no território e como foram dispostos, é possível entender os aspectos históricos de alguns ordenamentos do território.

Igualmente o modo como o território é organizado e ordenado faz com que alguns espaços possuam maior habilidade do que outros, a fim de possibilitar a instalação de determinadas atividades. Um dos resultados desse processo é o território apresentando-se também como uma

⁴ Para Antas Júnior (2004), as corporações possuem um papel importante na maneira em que a regulação de um território é elaborada, sobretudo diante do fato de o Estado não alcançar tanta efetividade ou adesão a tal regulação. Nesse contexto, as organizações possuem como objetivo, dentre tantos outros, a intervenção nos territórios por meio da técnica, criando formas regulatórias que têm como consequência a cooperação capitalista.

norma. As normas são criadas a partir de ações e do como o próprio território se apresenta. “Esse conjunto de características materiais e não-materiais constituem o que se pode chamar de Lei do Lugar”. (SANTOS, 1994, p. 3).

Outrossim, no caso específico do Brasil é preciso destacar que o país possui uma estrutura federativa peculiar, com um ordenamento jurídico próprio e também único no mundo. Os estados-membros e os municípios possuem conjuntos de leis próprias que devem estar em consonância com a legislação federal, o que dá sentido à multiescalaridade da produção legislativa brasileira. Sendo assim, o espaço que está submetido a uma lei e a um poder jurídico determinado, também é normatizado por tal poder. Conforme disposto por Hammes (2017), tendo em vista o pacto federativo existente no Brasil, as leis podem ser criadas em distintos níveis da federação. Algumas legislações são de competência exclusiva da União, enquanto que outras têm regulação a partir da escala local: o município. Assim também acontece com as matérias. Certas matérias possuem previsão acerca de qual ente federativo é capacitado para legislar.

Também, “do mesmo modo existem normas, como as sociais e culturais, que mesmo não tendo força de lei, existem concretamente e encontram-se instituídas regulando comportamentos”. (SANTOS, 1994, p. 3). Nestas configurações sociais é que podem ser encontradas as culturas de cada localidade, que podem, inclusive, oporem-se à global (SANTOS, 1994).

3. OBJETOS ANALISADOS – CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE DE CAPÃO DA CANOA E DE XANGRI-LÁ

A ocupação territorial e a urbanização do Litoral Norte gaúcho são marcadas por diferentes momentos. Para melhor entendimento, parte-se do proposto por Strohacker (2007) que em suas pesquisas dividiu a urbanização da região em fases. Contudo, foram incluídas novas fases/períodos e também se adotou o termo *ocupação*, por entender-se que este seria mais adequado para o que se pretende expor. Quando se adota o termo *ocupação* estar-se-á dando visibilidade também para as populações originárias que ocuparam essa região e que em muitas situações são ignoradas, inclusive em trabalhos acadêmicos. Sendo assim, a figura 01 mostra como a ocupação territorial de Capão da Canoa e de Xangri-Lá ocorreu:

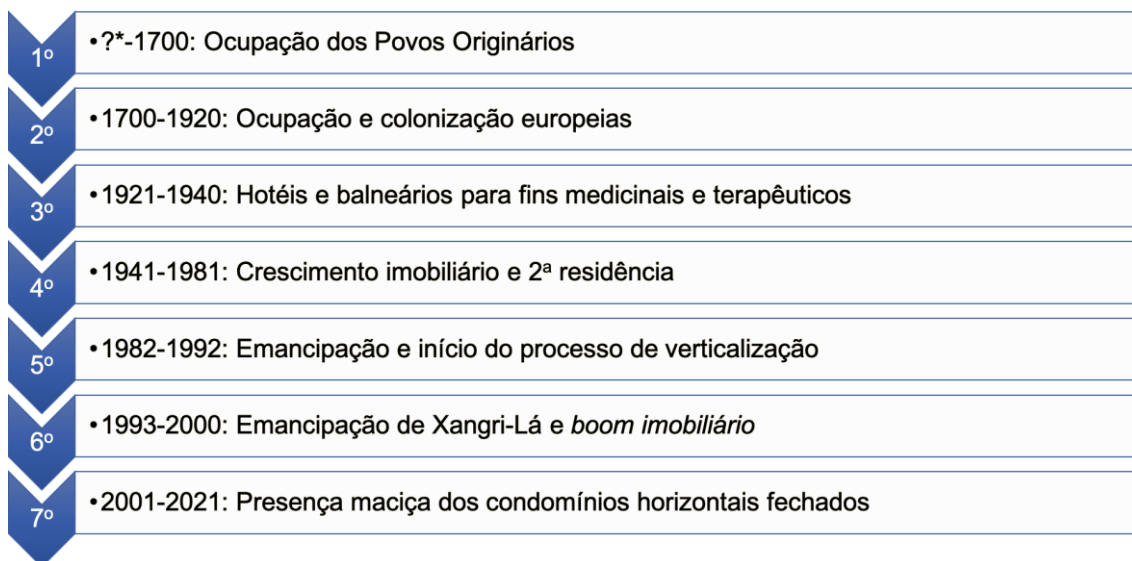


Figura 01: Ocupação e urbanização do território de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Fonte: organizado pela autora, 2021. *Não é possível precisar com exatidão quando teve início a ocupação deste território pelos povos originários.

A partir da análise da figura 01 é possível perceber que a ocupação e a urbanização dos municípios analisados podem ser divididas em sete fases/períodos. O *1º período* não é passível de delimitar o seu início, tendo em vista não se saber quando ocorreu a primeira ocupação da região pelas populações originárias. Em ambos os municípios há a presença de sambaquis com indícios de ocupação que remonta há pelo menos três mil anos. Assim, este período é marcado pela ocupação a partir de populações originárias, principalmente das etnias Guarani e Taquara (SOUZA, 2019). O *2º período* é marcado pela ocupação europeia, especialmente a de origem portuguesa/açoriana. O *3º período* caracteriza-se pela presença de hotéis que atraíam turistas em busca dos banhos de praia medicinais. O *4º período* dá início ao crescimento do mercado imobiliário, sobretudo diante dos investimentos estatais que foram realizados na região. A procura de segundas residências também aumenta significativamente durante o período (1941-1981). O *5º período* tem início com Capão da Canoa emancipando-se do município de Osório, além da presença de edificações, dando início à verticalização de algumas áreas, especialmente a região central do município. O *6º período*, marcado pela emancipação de Xangri-Lá do município caponense, tem também o aumento nas transações imobiliárias. E o derradeiro *período (7º)* possui a presença expressiva de novos produtos imobiliários, traduzidos em condomínios horizontais fechados.

De outra banda, a figura 02, a seguir, demonstra como a maioria dos municípios do Litoral Norte são polarizados pela capital gaúcha, Porto Alegre, que está a 132 km de Xangri-Lá e 140 km de Capão da Canoa. E é justamente por essas relações com outras escalas que impera uma análise dos municípios escolhidos com suas articulações mais amplas, que se estabelecem no plano regional, estadual, nacional e também internacional, pois elas constituíram-se a partir da formação socioespacial conformada pela presença de incorporadoras de capital internacional

(como é o caso da WagnerPar). Outrossim, em tempos de globalização, de internacionalização da economia, as ações tanto das empresas quanto das pessoas tornam-se mais complexas, motivo pelo qual seus interesses e estratégias são definidos em diferentes escalas.

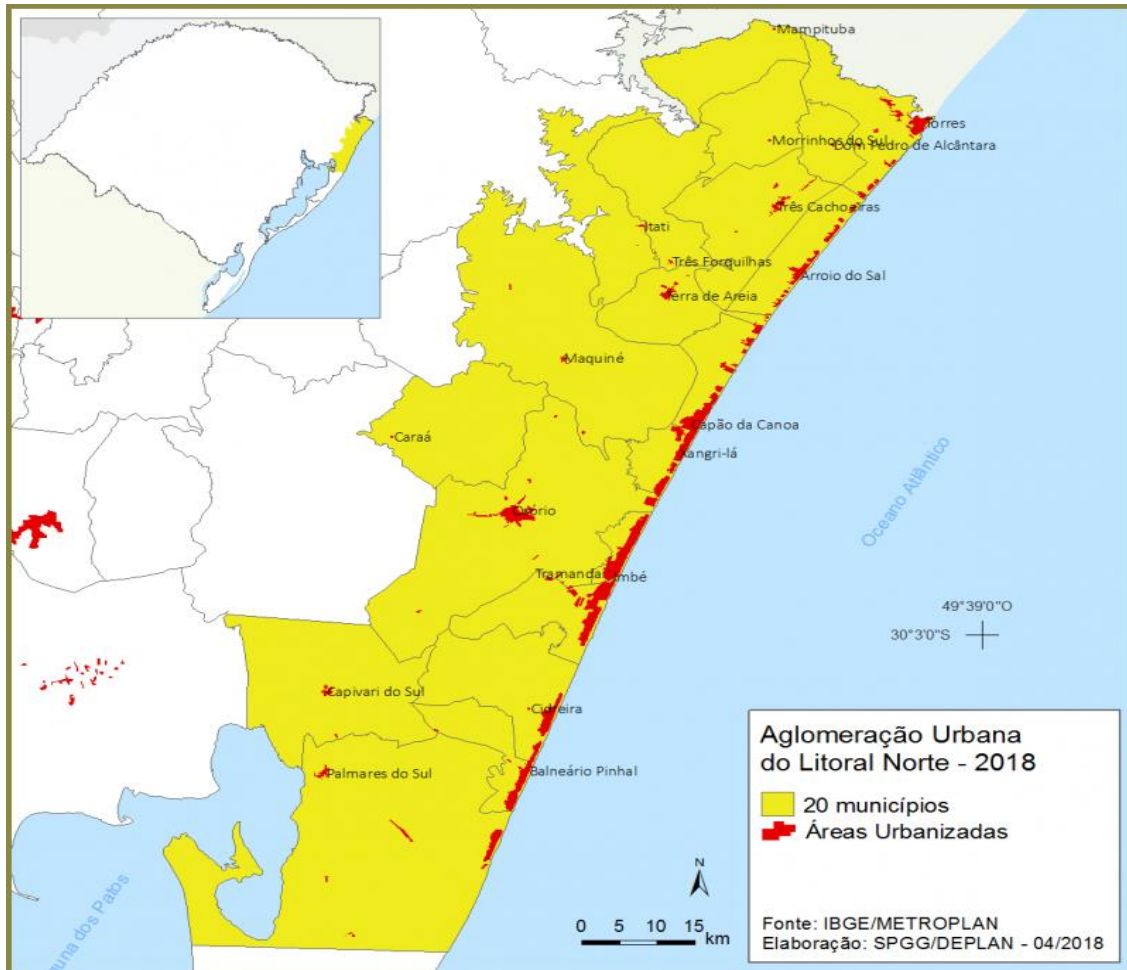


Figura 02: Aglomeração Urbana do Litoral Norte do RS, 2018. Fonte: IBGE/METROPLAN. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/07112302-aglomeracao-urbana-do-litoral-norte-2018.pdf>. Acesso em: 2021.

Ainda, no mapa acima é possível constatar a proximidade territorial entre os municípios estudados. Eles são conurbados e possuem íntima relação no que diz respeito, tanto ao contexto histórico, quanto ao modo como as suas populações se relacionam entre si. Assim, importa tratar das características demográficas e socioeconômicas do processo de urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Primeiramente, tem-se que em relação ao crescimento demográfico da última década, tanto Capão da Canoa, quanto Xangri-Lá, tiveram um aumento populacional superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, já que concentraram incrementos expressivos e tiveram um percentual de aumento acima de 30% no último período censitário.

Municípios, Região e Estado		Capão da Canoa	Xangri-lá	Litoral Norte	Rio Grande do Sul
População Total	2000	30.498	8.197	268.788	10.181.749
	2010	42.040	12.434	296.983	10.693.929
População Urbana (A)	2000	30.285	7.618	219.381	8.317.984
	2010	41.787	12.379	254.373	9.100.291
População Rural (B)	2000	164	573	70.113	1.869.814
	2010	113	55	41.70	1.593.638
A (%)	2000	99,46%	93,01%	77,19%	81,65%
	2010	99,73%	99,56%	84%	86%
B (%)	2000	0,54%	6,99%	22,81%	18,35%
	2010	0,27%	0,44%	16%	14%

Quadro 01: População Total, Rural e Urbana de Capão da Canoa e Xangri-Lá –2010. Fonte: Censo IBGE (2000; 2010).

Outro aspecto que merece ser destacado é a população flutuante presente nos municípios do Litoral Norte Gaúcho, principalmente em Capão da Canoa e em Xangri-Lá, conforme quadro 02, a seguir:

	População permanente*	População flutuante	População total	Crescimento populacional em relação à população permanente %
Capão da Canoa	47.538	56.861	106.399	123,8%
Xangri-Lá	13.769	25.159	38.928	182,7%

Quadro 02: População flutuante em Capão da Canoa e em Xangri-Lá. Fonte: Zuanazzi e Bartels, (2016).

*Estimativa populacional da FEE para 2015 (por isso os dados diferem-se da tabela anterior).

A pesquisa realizada por Zuanazzi e Bartels (2016) leva em consideração dois conjuntos populacionais. O primeiro diz respeito à população permanente, que reside nos municípios. O segundo conjunto trata da população flutuante, que não reside, porém vive nos municípios por um período determinado. A população total representa a soma desses dois conjuntos: residente+flutuante.

Enquanto, nos meses de inverno, a população total é dada pela população residente (que vem apresentando tendência de aumento ao longo dos anos, atingindo 208 mil pessoas em janeiro de 2015), nos meses de verão, principalmente em janeiro e fevereiro, a média cresce, alcançando em torno de 500 mil habitantes — um aumento de mais de 140% em relação à população permanente (ZUANAZZI e BERTELS, 2016, p. 14).

Em 2015, janeiro, as residências ocupadas e as residências de uso ocasional tiveram o maior registro de ocupação, com a população média chegando a 106.399 habitantes em Capão da Canoa. No município vizinho, Xangri-Lá, o aumento populacional representou 187,7%, quando analisados os números de população permanente e população flutuante (ZUANAZZI e BERTELS, 2016). Ressalta-se que o estudo de Zuanazzi e Batels (2016) é um dos poucos trabalhos acerca da contabilização dessa população que se desloca para passar o verão nos municípios estudados. Então, ainda é de difícil cálculo o número total de veranistas que todos os verões passam os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março no Litoral Norte Gaúcho.

Outra questão que merece destaque quando analisados os municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá é o aumento da população que possui 65 anos ou mais. Nos últimos anos a população idosa tem procurado a região em busca de melhor qualidade de vida. O quadro 03 aponta que nos municípios estudados houve um aumento dessa população, sendo este aumento superior à média do estado do Rio Grande do Sul.

Município	1991	2000	Variação	2010	Variação
Capão da Canoa	909	1.460	61%	2.861	96%
*Xangri-Lá	-	367	-	851	132%
Litoral Norte	9.035	16.167	79%	27.941	73%
Rio Grande do Sul	470.384	733.087	56%	994.613	36%

Quadro 03: População acima de 65 anos no Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010. Fonte: Organizado pela autora a partir de Ramos (2014). *Xangri-Lá não havia sido emancipado durante o período censitário de 1991.

Os dados chamam atenção, porque são ainda mais significativos se comparados à média estadual. Conforme as informações do IBGE (2000 e 2010), entre 2000 e 2010, a população idosa na região cresceu 73%, enquanto que no estado o aumento foi de 36%. Atentando-se especificamente sobre os dados do município de Xangri-Lá, essa diferença com a média estadual é ainda maior, pois a população idosa no município representou um aumento de 132% entre 2000 e 2010, ou seja, três vezes mais do que a média gaúcha.

E foi nesse contexto que os primeiros condomínios horizontais fechados surgiram nos municípios. Importa destacar que no Brasil não existe uma legislação federal que regulamente a matéria, de tal modo que cada município cria a sua própria legislação para regulamentar a temática em âmbito local, nos municípios analisados a criação das legislações locais ocorreu por meio de firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com o Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Em termos históricos, o município de Xangri-Lá foi o primeiro município da região a legislar sobre a matéria, contudo essa legislação foi criada quatorze anos após o primeiro condomínio fechado ter sua construção iniciada (1990). Então, houve um vácuo legal de quase quinze anos em que estes empreendimentos foram se espalhando pelo município, sendo construídos em áreas de preservação ambiental, como beira da praia, em cômodos, até que uma

legislação os regulamentasse. A maneira como a criação e a aplicação dessa legislação se deram pode ser vista em outros trabalhos de maneira mais detalhada (SOUZA, 2013, 2017 e 2019).

Retomando Santos (1994) é possível afirmar que o processo de produção do espaço urbano dos municípios estudados envolveu disputas e interesses diversos. E território, a partir de uma situação consolidada (condomínios horizontais fechados inseridos no espaço há mais de dez anos), serviu como base para que a lei municipal fosse criada. Logo, ausente uma regulamentação federal, foi na escala local, nos municípios que a matéria restou regulada. O quadro 04 identifica os agentes produtores do espaço urbano de Capão da Canoa e de Xangri-Lá e busca apresentar, mesmo que de forma breve, as escalas em que tais agentes atuam, além de quais processos utilizam e quais ações desempenham.

Agentes	Processos e Ações	Escalas de ação
Proprietários dos meios de produção	São representantes dos setores industrial, comercial e de serviços, que se envolvem também na política de elaboração de leis.	Local, Urbana, Municipal, Nacional e Global
Proprietários Fundiários	Venda ou permuta de terrenos com as incorporadoras financeirizadas para o desenvolvimento de produtos imobiliários. Tem interesse especial no valor de troca.	Local, Urbana, Municipal
Promotores Imobiliários	<i>Pequenas Incorporadoras:</i> Prestação de serviços à construtoras maiores e empreitadas próprias.	Local, Urbana, Municipal
	<i>Incorporadoras e construtoras de capital aberto:</i> expansão do capital financeiro e participação no custeio do mercado de capitais, além de distribuição territorial dos resultados produtivos e financeiros.	Nacional
	<i>Imobiliárias Corretores de Imóveis:</i> Trabalham no mercado visando obter lucro mediante a compra, venda e aluguel de imóveis e como intermediários. Comercialização dos produtos imobiliários; Estabelecimento de parcerias com imobiliárias de outras regiões.	Local, Urbana, Municipal
	<i>Estado:</i> promoção do espaço urbano.	Local, Urbana, Municipal
Estado	Promoção do espaço urbano; Regulamentação do uso e ocupação do solo urbano; Subsídio em programas de habitação social.	Local, Urbana, Municipal, Nacional e Global
Grupos Sociais Excluídos	Produzem e reproduzem o espaço urbano, mercadologicamente e resistindo à especulação imobiliária, tanto em terrenos públicos, quanto em privados.	Local, Urbana, Municipal, Nacional

Quadro 04: Agentes, processos, e escalas de ações no espaço urbano de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Fonte: SOUZA, 2019.

Diante de tais particularidades, como o fato de os municípios possuírem uma população relativamente pequena e contarem com uma alta arrecadação tributária (em razão da presença de condomínios horizontais fechados), capaz de torná-los autossustentáveis e praticamente independentes de repasses fiscais da União e do estado do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2019), que todo esse processo histórico torna peculiar e importante a compreensão de como se dá a relação dialética entre território e norma, questão a ser abordada no próximo item.

4. A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE TERRITÓRIO E NORMA

Nos municípios estudados os objetos dispostos no território exigem uma produção de leis para que a convivência entre as pessoas seja minimamente organizada, assim como o próprio ordenamento territorial. No caso dos condomínios horizontais fechados, além de exigirem uma lei própria que os regulamente, eles são responsáveis por originar diversas outras normas, como convenções condominiais, normas de convivência, de segurança, de circulação, entre outras. Santos (1996, p. 121) assevera que “uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade do Estado sobre outras macroorganizações”. Assim, mesmo que surjam ações globais, as ações e as consequências são pontuais/locais.

Não obstante, no Brasil, com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 (CRFB/1988), o ente federativo municipal recebeu uma carga de responsabilidade que até então não possuía e, a partir disto cabe ao município dirigir suas políticas evitando atender interesses exclusivos de grupos hegemônicos, os quais, em muitas ocasiões, tentam exercer suas forças. Este é o caso da especulação imobiliária. A sociedade civil é quem deve ser a principal destinatária das ações municipais. Há um conflito visível entre o social e o corporativo econômico, o qual pode ser imposto pela globalização.

Antas Júnior (2004, p. 84) reforça o modo como a globalização resulta em consequências distintas, na medida em que afirma que o pluralismo jurídico

também é produzido a partir de lógicas modernas. À medida que a densidade das relações internacionais aumentou exponencialmente nos últimos três decênios, em função do desenvolvimento acentuado nos campos da comunicação e da informação, promoveu-se uma interpenetração mais freqüente entre os dois modelos ocidentais de concepção jurídica. Esse entrelaçamento tem propiciado novas formas de ação por parte dos Estados hegemônicos e de outros agentes institucionais e corporativos que também interferem, à sua maneira, no modo de produção jurídico de cada país — e é por isso que tais agentes também estruturam de maneira inovadora, hoje, a ordem global.

Ao seguir o raciocínio, o autor enfatiza a importância de se entender o pensamento inovador de Milton Santos ao propor a relação entre a Geografia e o Direito, estabelecendo um apontamento de que o território pode ser fonte, não-formal, do Direito. A “relação entre a forma geográfica e a

forma jurídica, a saber: como a materialidade desdobra-se em ação, e o seu inverso” (ANTAS JÚNIOR, 2004, p. 83). Essa proposta é representada na figura 3:

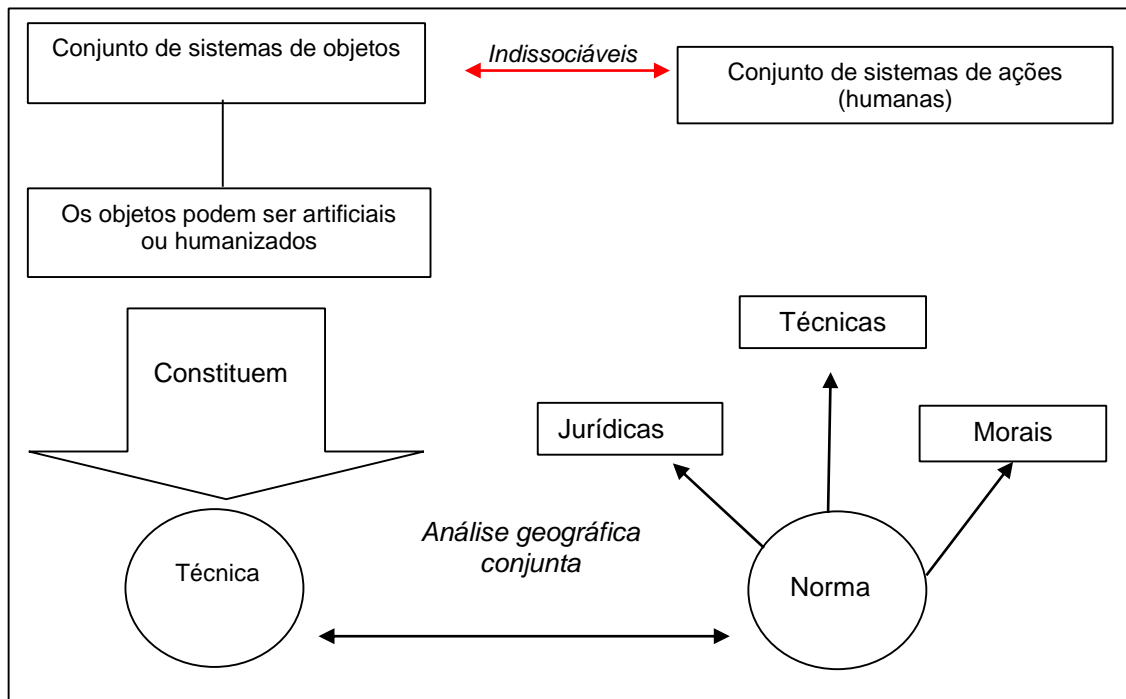


Figura 03: Relação entre Geografia e Direito. Fonte: Elaborado pela autora a partir de SANTOS (1996).

A respeito do raciocínio que fora representado acima, Antas Júnior (2005, p. 65-66) afirma que

Há nessa formulação dois elementos supostos com status epistemológico equivalente: a *técnica* e *norma*. A partir de cada uma é possível estabelecer recortes teóricos e objetos de pesquisa, mas a análise geográfica exige o tratamento conjunto destes dois elementos. Segundo Milton Santos, os objetos são artificiais ou humanizados, isto é, são constituídos pela técnica ou apropriados por ela. A norma também está nos objetos técnico [...] (Grifos no original).

Os condomínios horizontais fechados surgem nesse contexto. Trata-se de uma relação dialética que é estabelecida entre a sociedade e o território. Dificilmente poderia existir uma proibição para a comercialização desse tipo de produto imobiliário e a lei surge então para regular algo que já é concreto no território. E isso não se dá ausente de falhas, como é o caso dos municípios analisados, nos quais condomínios horizontais fechados construídos em área de preservação permanente foram legalizados. Por isso a importância de se pensar o território como fonte não-formal do Direito, “isto é, de compreender que parte do direito é constituída pelo espaço geográfico, assim como que parte da geografia é constituída por normas jurídicas e não-jurídicas”. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 33).

Ainda sobre a relação entre Geografia e Direito, é no município de Capão da Canoa que estão situados elementos constituintes da região, como Fórum de Justiça, Defensoria Pública, Hospital, Corpo de Bombeiros, *campus* universitários, entre outros. Mesmo que estes órgãos e

instituições tenham limitações diferenciadas, a sua inserção no território se refere com o que Milton Santos (1985), ressaltado por Antas Júnior (2005, p. 42) determina como “território como norma, isto é, ao modo como aqueles elementos do território estão presentes em termos de quantidade, arranjo e densidade”. Estas instituições *geografizam-se*.

Para a compreensão do território como norma e como fonte não-formal do Direito precisa-se ir além do conceito clássico de norma, que deve ser percebida como algo que vai além de uma simples codificação, como defendido pela escola tradicional do positivismo jurídico. A permanência do pensamento positivista em relação à norma pode resultar no aumento de violências e desigualdades, na medida em que reduz ao Estado a utilização de formas alternativas de resolução de conflitos.

Território como norma significa condicionamento dos usos das técnicas, de seus produtos (os objetos técnicos) e, por extensão, das relações sociais. A cada criação e implementação de objetos técnicos no território, configuram-se demandas por normas de uso e demandas sociais por regulação, e da soma destas resulta a densidade normativa que, de fato, é imensurável. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 43).

Conforme Müller (2007, p. 40), a fragilidade do pensamento positivista pode ser justificada em razão da deficiência a respostas de questões sobre a relação existente entre o Direito e a realidade “ser e dever-ser, as questões relativas à teoria do significado e da referência, da capacidade da língua natural, bem como o do caráter processual da decisão jurídica dos conflitos”. Nessa seara também importa retificar o entendimento sobre o conceito de território ainda tão presente no meio jurídico, que reforça o território como uma delimitação espacial. Streck e Morais (2003, p. 152, grifos no original) conceituam território como:

Locus sobre o qual será fixado o elemento humano e terá lugar o exercício do poder e aplicação do ordenamento jurídico-positivo estatal. Para Ivo Dantas, o território é a *parte do globo em que certo governo pode exercer o seu poder de constrangimento, organizar e fazer funcionar os diversos serviços públicos*, por isso, ao elemento território agrega-se a noção de soberania, pois é nos seus limites que ela poderá ser exercida na plenitude, inclusive como limitação à ação externa.

A compreensão sobre território, no Direito, passa por uma ideia de que este é composto e resumido ao espaço geográfico. Ele não é apropriado e ressignificado. Essa complexidade se intensifica quando relacionamos com o fato de o Brasil seguir um ordenamento jurídico único, de tradição *civil law – modelo romano-germânico* –, no qual as leis partem de uma imposição, distintamente do modelo *common law*, com base em precedentes e aplicado nos Estados Unidos. Entre as duas configurações, “uma eminentemente territorial, a outra social – resultam das relações de poder que, conforme dissemos, provêm, em parte, do papel condicionador dos objetos técnicos” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 54).

As normas jurídicas são marcadas pela sua universalidade e obrigatoriedade. Devem servir para todos e todas, além de serem originadas em sistema jurídico que prescreve sanções em caso

de desobediência. “A inflexibilidade da lei em relação a sua obrigatoriedade e generalidade está demonstrada no aforismo *dura lex, sed lex*, isto é, a lei é dura, mas é lei”. (OGUISSO e SCHMIDT, 1999, p. 176). Isso significa dizer que a lei deve ser obedecida independente do que determine, porém, não pode deliberar absurdos e deve buscar o bem de toda a população. Atente-se para o fato de que as normas também seguem o que dita o período histórico no qual são elaboradas, pois são criadas a fim de que atendam necessidades.

Tanto é que, conforme a sociedade foi se modificando, o poder de elaboração das leis também mudou. Durante a Idade Média essa tarefa era de responsabilidade da Igreja católica e essa função se estendia pelo território europeu e também pelo território colonial brasileiro. O Estado adotou essa responsabilidade a partir do surgimento do capitalismo na Europa e no, caso brasileiro, com a proclamação da República, e, no período atual de globalização, a tarefa de criação de leis é dividida entre agentes estatais e agentes não estatais, como as grandes corporações, traduzindo-se no que Antas Júnior (2005, p. 75) chama de *forma híbrida de regulação*.

Para enfrentar tais questões, é preciso considerar os novos modos de produção do direito que se vêm constituindo para promover formas de cooperação econômica e técnica de modo regulado por contratos e práticas legais não estatais e que são em grande medida transfronteiriços. O espaço fragmentado é reunido por meio de uma lógica em redes técnicas, redes informacionais e também *redes legais não estatais* (senão completa, predominantemente). (ANTAS JÚNIOR, 2017, p. 21). (Grifos no original).

Em relação às corporações transnacionais, mesmo com foco na atuação global, é perceptível que na esfera/escala local, elas influem diretamente. São empreiteiras, incorporadoras, construtoras, que em muitas ocasiões, também ocupam papéis no poder legislativo e no poder executivo, a fim de aprovar legislações específicas. (ROLNIK, 2015). Corrêa (2014) afirma que o espaço urbano é resultado do jogo de interesses e das ações realizadas por estes agentes sociais.

Ora, o direito institucionalizado expressa-se através de seu sistema judiciário, e a principal "porta aberta" desse sistema encontra-se justamente no modo de produção jurídico. No caso dos direitos romano-germânicos, por exemplo, um grupo bem organizado, com poder aquisitivo forte e com metas claramente definidas pode transformar setores inteiros de um ordenamento jurídico em seu favor. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 173).

E é a partir dessa influência sobre o Estado que o território sofre os impactos diretos dos agentes sociais produtores do espaço urbano. E algumas conformações territoriais, como é o caso dos municípios presentes no Litoral Norte gaúcho, demandam normas específicas, como as leis complementares que foram criadas em Capão da Canoa e em Xangri-Lá, visando regularizar a presença dos condomínios horizontais fechados no território da região.

Nesse caso, o que ocorre essencialmente é a criação de uma série de leis normatizadoras do uso de uma determinada parcela do espaço geográfico, com vistas a preservar-lhe as características naturais (e também sociais) que lhes conferem a condição de valor fundamental na vida da comunidade em questão. Em suma, entende-se assim o território como fonte material e não-formal do direito. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 80).

Nessa realidade o território não resta passivo, ele responde ao tensionamento social e aos conflitos nos lugares. Embora exista uma ausência de gerenciamento em todas as escalas, que resulta na abdicação do atendimento às necessidades da população, o território “por reunir a intencionalidade humana e a espontaneidade da natureza, demanda a produção intensa de normas”. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 95).

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade [...]. A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo da função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade[...]. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. (SANTOS, 1996, p. 272-273).

De acordo com Milton Santos (1996) as forças presentes no território brasileiro permitem a criação de leis pelas próprias empresas, sobretudo ante o modo como o território é ordenado. Conforme Antas Júnior (2005) é preciso inovar e ir além dos limites criados. Com novos arranjos e “novas formas de produzir o território, há também novas formas de constituição do direito. Entrelaçam-se aí geografia e direito, em bastantes pontos de intersecção e num mútuo condicionamento dialético”. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 162).

As normas jurídicas mantêm intensa relação com a produção e a configuração do território. Essa relação é determinante nos modos de uso e organização do território por todos os agentes sociais que dele fazem parte, e também pela emergência de uma nova forma de direito que está interferindo na vida de todos, conscientes ou não, participantes autorizados ou alijados do funcionamento oficial. (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 163).

Embora também presente na globalização, o Direito pode ser considerado como um instrumento na luta contra ações perpetradas por agentes sociais que detêm a hegemonia. Especialmente porque é possível perceber que se está diante de um sistema passível de possibilidades, tendo em vista que “o espaço geográfico é fonte material e não-formal do direito, o sistema jurídico frequentemente pode ser instrumentalizado para atender aos interesses desses agentes” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 202-203).

O espaço é capaz de reproduzir a totalidade social, visto que as transformações são impostas por necessidades, também sociais, econômicas e políticas. Desse modo, o espaço se reproduz, ele próprio, inserido em uma totalidade, quando se desenvolve em razão do modo de produção de sua sequência de momentos. Mas o espaço também exerce influência sobre o

desenvolvimento de outras estruturas, razão pela qual é um elemento essencial da totalidade social, bem como de seus movimentos. Os objetos técnicos encontram-se nas localizações correspondentes aos anseios da produção em determinado período e, na sequência, em razão da sua presença, exercem influência nos momentos sucessivos da produção (SANTOS, 1985).

Veja que o conhecimento acerca dos sistemas de objetos técnicos, das técnicas, das tecnologias e seus funcionamentos na afinidade com a constituição dos territórios relaciona-se ao movimento de apreensão de como o espaço geográfico é contido na intencionalidade. Esta intencionalidade impõe condições à economia, à política, à cultura, mas também ao direito, persistindo então, um entendimento de que a “relação dialética entre o direito e a geografia ganha especial expressão a partir do caso da regulação atual na formação socioespacial brasileira” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 226). Tudo converge para o entendimento de que o “território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 5). As mudanças no território podem exercer influências nas normas jurídicas resultando em revisões e reajustes quando não atenderem ao que se pretende. Igualmente, há uma mudança da própria Geografia e também do Direito visível nas legislações que possuem matéria territorial (ANTAS JÚNIOR, 2005).

Ao fim, a partir dessa relação entre Direito e Geografia e do território como fonte do primeiro, foi possível verificar no caso analisado, que Capão da Canoa e Xangri-Lá utilizaram-se do território para criar uma lei que regulamenta um produto imobiliário que ainda gera discussões no meio jurídico, diante da ausência de lei federal reguladora. A origem das leis complementares criadas nos municípios estudados encontra-se em um Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul e outros representantes municipais de regiões diferentes do Rio Grande do Sul nas quais os condomínios também se encontram presentes. Assim, a primeira Lei Complementar que regulamentou a matéria em Xangri-Lá é de 2004 (Lei Complementar n.º 007/2004), enquanto que no município de Capão da Canoa, a legislação foi criada em 2008 (Lei Complementar n.º 018/2008). Em 2019 Xangri-Lá contava com mais de trinta condomínios horizontais fechados em comercialização e Capão da Canoa possuía mais de dez (SOUZA, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações tecidas foi possível perquirir que o Direito e a Geografia possuem uma relação que se fortalece cotidianamente. Diante dessa relação estudou-se os condomínios horizontais fechados em duas cidades pequenas: Capão da Canoa e Xangri-Lá, localidades em que práticas comuns de metrópoles e cidades médias acabam sendo reproduzidas por grandes incorporadoras, construtoras e outros agentes produtores do espaço urbano.

Explicitando a relação entre norma e território buscou-se compreender como ocorreu o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte gaúcho e como nesse caso o território serviu como fonte não-formal do Direito, servindo de base para a criação das leis complementares que regulamentam os condomínios nessas duas localidades. Para tanto foi ressaltada a necessidade de superação da concepção positivista da norma e enfatizou-se como atos legiferantes podem ser também atos políticos.

Foi a partir da construção iniciada por Milton Santos (1996) e potencializada por Antas Júnior (2005), que o Direito percebe o território como uma fonte não-formal. Essa possibilidade detém uma pujança no Direito, que ainda se limita às fontes tradicionais como a lei, a jurisprudência e a doutrina. Construir um pensamento em torno dessa concepção epistemológica possibilitou entender a construção social da lei que orienta a inserção de condomínios horizontais fechados nos municípios analisados.

Os condomínios horizontais fechados mudaram e continuam modificando a paisagem dessas localidades. E, diante da globalização e do avanço do capitalismo, podem ser vistos, inclusive, em cidades pequenas (como é o caso de Capão da Canoa e de Xangri-Lá), concretizando nesses locais, grandes negócios (transações imobiliárias milionárias).

REFERÊNCIAS

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território. *Geosp*, São Paulo, v. 16, p. 81-86, 2004.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico como fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Espaço geográfico e direito: a regulação corporativa do território no período da globalização. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; SOUZA, Mariana Barbosa de. *Norma e território: Contribuições multidisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, pp. 16-36.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Distrito Federal: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, *Censo de 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, *Censo de 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 41-52.

FEE. *Fundação de Economia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

HAMMES, Elia Denise. A interpretação da norma jurídica pelos atores territoriais na implementação de políticas públicas. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; SOUZA, Mariana Barbosa de. (Organizadores.) *Norma e território: contribuições multidisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. pp. 135-149.

- MÜLLER, Friedrich. *O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturantes*. Trad. Dimitri Dimoulis et. al. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- OGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. Sobre a elaboração de normas jurídicas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 175-85, jun.1999.
- RAMOS, Alexandre Costa. *Fatores de ação migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Regional: Um Estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório*. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) –Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era nas finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Desafio do ordenamento territorial: O pensamento*. Fotocópia do original, 1994.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. *A revanche do território*. Em Folha de S. Paulo, 03 de agosto, 1997.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO – SEPLAG. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência geográfica*, v. 15, n. 1, p. 4-12, 2011.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; SOUZA, Mariana Barbosa de. (Organizadores.). *Norma e território: contribuições multidisciplinares*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.
- SOUZA, Mariana Barbosa de. *Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais*. 2013, 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- SOUZA, Mariana Barbosa de. *Condomínios horizontais fechados: urbanização e segregação socioespacial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, 2017.
- SOUZA, Mariana Barbosa de. *Norma e território: o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 2019, 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.
- SOUZA, Mariana Barbosa de. *Norma e território: o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no litoral norte do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021.
- STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan. de. *Ciência política e teoria geral do estado*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- STROHACKER, Tânia Marques. *Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa*. 2007, 399 f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ZUANAZZI, Pedro Tonon; BARTELS, Mariana. *Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS*. Porto Alegre: FEE, 2016.

PEQUENAS LOCALIDADES E GRANDES INFRAESTRUTURAS :
O CASO DE MARMELÂNDIA (REALEZA-PR) E OS EFEITOS
SOFRIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
BAIXO IGUAÇU

*PEQUEÑAS LOCALIDADES Y GRANDES INFRAESTRUCTURAS:
EL CASO DE MARMELÂNDIA (REALEZA-PR) Y LOS EFECTOS
DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA HIDROELÉCTRICA BAIXO
IGUAÇU*

Patricia Zandonade¹

Julia Lima²

RESUMO

O trabalho apresenta uma leitura das alterações nos modos de morar a partir dos impactos gerais causados na paisagem, resultante da implantação de empreendimentos energéticos de grande porte em pequenas localidades. Investiga, a partir do distrito de Marmelândia, município de Realeza-PR, as propostas de desenvolvimento territorial incorporada nos planos e programas de mitigação dos impactos da Hidrelétrica Baixo Iguaçu, que iniciou sua operação em 2018. A leitura da paisagem e a pertinência das propostas ou planos é complementada com as histórias e relatos das personagens moradoras afetadas pela Usina, visando um estudo que se aproxima e valoriza a perspectiva da população.

Palavras-chaves: Pequenas Localidades, Marmelândia, Hidrelétricas, Modos de Morar.

RESUMEN

El trabajo presenta una lectura de los cambios en las formas de vida derivadas de los impactos generales provocados en el paisaje, resultado de la implementación de proyectos energéticos a gran escala en pequeñas localidades. Investiga, desde el distrito de Marmelândia, municipio de Realeza-PR, las propuestas de desarrollo territorial incorporado en los planes y programas para la mitigación de los impactos de la Central Hidroeléctrica Baixo Iguaçu, que inició su operación en 2018. La lectura del paisaje y la relevancia de las propuestas o planes es complementada con los relatos y historias de los moradores impactados por la hidroeléctrica, con el objetivo de un estudio que aborde y valore la perspectiva de la población.

Palabras clave: Pequeños Pueblos, Marmelândia, Hidroeléctrica, Modos de Morar.

¹ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA. Coordenadora do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Doutora em Energia (UFABC), Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU USP) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UEL-PR). Endereço eletrônico: patricia.zandonade@unila.edu.br

² Pesquisadora IC no Projeto de Pesquisa "Modos de Morar e Coesão Territorial em Pequenas localidades: Leitura do Impacto dos Empreendimentos Energéticos para a Coesão Territorial" (2019-2020). Graduada no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Endereço Eletrônico: jlima288@gmail.com

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este artigo faz parte e traz resultados parciais da pesquisa "Modos de Morar e Coesão Territorial em Pequenas localidades: Leitura do Impacto dos Empreendimentos Energéticos para a Coesão Territorial", inserida no contexto do Grupo de Pesquisa TIPPA Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina. Inclui-se também neste artigo o resultado parcial de um projeto de Iniciação Científica, que teve Marmelândia (distrito de Realeza-PR) como o recorte empírico para a pesquisa, sendo esta uma das localidades mais afetadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu. Os principais instrumentos de investigação se baseiam numa leitura da paisagem da localidade, partindo da compreensão de seu modo de vida e sua paisagem como patrimônio territorial, e complementada com o levantamento de relatos de moradores sobre seu lugar. Os estudos para este artigo tiveram como base os documentos e relatórios gerados pela UHE e pelo Instituto Ambiental do Paraná, responsável pelo licenciamento ambiental, e em paralelo à trajetória de vida de pessoas moradoras da localidade, como forma de acessar a compreensão do território e suas alterações a partir da perspectiva das pessoas e famílias moradoras locais. Esta leitura é então ponderada a partir dos efeitos provocados e em curso na paisagem e modos de vida a partir da implantação da usina.

A pesquisa qualitativa de história de vida é uma metodologia de pesquisa e um instrumento importante quando associamos território e patrimônio, sobretudo ligado ao patrimônio popular e memórias no território. Visa a reconstrução do passado e/ou territorialidade através de testemunhos orais convertidos em material de estudo. Montenegro, em seu livro sobre e metodologias e memórias na história destaca que refletir sobre um relato ou história de vida

...a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador – ainda que com a participação do entrevistador – seleciona para construir uma imagem, uma identidade (MONTENEGRO, 2010, p. 63).

Apresenta uma investigação aproximada da realidade e impregnada dos filtros culturais e de grupos sociais, uma vez que explora o significado simbólico do lugar por meio da memória, abordando processos culturais, sociais, econômicos e políticos a partir da individualidade, contada através da concepção e percepção de seus protagonistas. Esta metodologia vem sendo mais e mais utilizada em pesquisas que pretendem captar as vozes e perspectivas de grupos e povos subalternos, e normalmente invisibilizados em uma narrativa dominante. Sem querer um levantamento por metodologias historiográficas, buscamos entender vivências e ampliar a possibilidades de compreensão do lugar e da paisagem, defendendo a pluralidade de modos de vida e promovendo a participação da comunidade na produção do conhecimento.

Para a leitura da paisagem e do lugar, dialogamos metodologicamente com as abordagens sobre patrimônio territorial difundidas por Magnaghi (2010), que constrói esta noção como sendo sedimentos materiais relacionados com a morfologia do lugar, à paisagem, às paisagens, e ainda aos recursos socioeconômicos acumulados nos processos de desenvolvimento, aos saberes e conhecimento do lugar, ao saber fazer, às manifestações culturais e a identidade vinculada à memória coletiva relacionada com as características de pertencimento ao lugar. É o conjunto de recursos culturais e naturais herdados em um lugar, reconhecido socialmente pela comunidade ou sociedade local. Magnaghi (2015) considera o patrimônio territorial, com suas paisagens, culturas e infraestruturas e saberes e modos de vida, como bens comuns, por terem sido produzidos pelo coletivo e não indivíduo, por processos longos e históricos coevolutivos em sua relação com o ambiente natural. Esta abordagem orienta a leitura e compreensão da paisagem e do lugar inseridas neste patrimônio territorial, e apesar deste texto não esgotar a discussão sobre estes termos e abordagens, é importante citar seu diálogo com esta vertente metodológica.

2. MARMELÂNDIA, HISTÓRIA E PAISAGEM

Marmelândia é um povoado reconhecido administrativamente como distrito pertencente ao Município de Realeza-PR, situado no sudoeste do Paraná, Brasil, próximo da fronteira com a Argentina. Esta comunidade está situada nas margens do Rio Iguazu, um pouco antes que seu curso desenhe o limite do Parque Nacional do Iguazu. A comunidade de Marmelândia possuía 193 habitantes e 48 domicílios no ano de 2000, segundo dados do IBGE. No ano de 2010 esse número era de 229 habitantes e 85 domicílios.

A formação do povoado de Marmelândia tem forte relevância para a história do município de Realeza, nas margens da principal via de ligação norte-sul da região e na antiga localização da balsa para atravessar o Rio Iguazu. O local foi por muito tempo a única conexão entre as cidades de Francisco Beltrão e Cascavel, cuja estrada foi determinante na formação do povoado. Com a construção da ponte sobre o Rio Iguazu no perímetro do povoado, o interior da localidade deixou de ser rota obrigatória para a travessia, fragilizando a dinâmica do comércio local ancorada na circulação de pessoas.



Figura 1: Distrito de Marmelândia (Realeza-PR) e contexto regional. Fonte: Autoras sobre imagem de Google Map (2021).

Antes da instalação da ponte, em substituição à balsa que operava em Marmelândia, os relatórios de EIA (Estudos de Impactos Ambientais, 2008) apresentados pelo Consórcio responsável pelas obras da represa apontam que os moradores viviam da exploração pesqueira e também do grande fluxo no trânsito da balsa, que tinha acesso a partir da então principal rua de Marmelândia. Na época apontava-se que o distrito tinha posto de combustível, hotéis, supermercado, indústrias. Este cenário dinâmico se alterou drasticamente com a construção da ponte. Hoje a localidade não possui grande dinamismo econômico. Grande parte dos moradores locais vivem de pequenos serviços nas propriedades rurais e de aposentadorias. Muitos possuem criação de animais e plantação como auto sustento.

O distrito de Marmelândia está incluído no perímetro territorial afetado diretamente pela implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. A formação do reservatório pós-instalação se localiza na porção do leito que margeia a área ocupada do distrito, e a nova APP (Área de Proteção Permanente) formada pela represa incidiu sobre áreas habitadas da localidade. De acordo com os dados publicados pela usina, 12 famílias foram diretamente afetadas, sendo aproximadamente 30 pessoas.



Figura 2: Distrito de Marmelândia (Realeza-PR) e obras da UHE Baixo Iguaçu em 2014. Fonte: Autoras sobre imagem de Google Map (2021).

No Cadastro Socioeconômico realizado em 2009, cujo relatório integra o caderno Estudos sobre a Infraestrutura Socioeconômica, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu³, as propriedades foram caracterizadas como terrenos de dimensões entre 400 e 100m², onde alguns maiores se apresentam como junção de pequenas escrituras anteriores. Seu traçado visto a partir da sua estrutura fundiária, tem a geometria quadriculada, com quadras 100x100m. As casas, segundo o cadastro, possuem até 100m². As casas eram abastecidas por energia elétrica, a partir de uma pequena subestação na localidade, e água encanada a partir de poço artesiano. Suas ruas não são pavimentadas, sendo algumas delas cascalhadas de tempos em tempos. As famílias identificadas no cadastro estavam morando na localidade entre 15 e 30 anos, com renda média entre 12 e 20 mil por ano. A maioria das famílias vivem de pequena produção a partir de horta, frutas e pequenos animais, para consumo próprio, e também para venda que em geral era feita diretamente para outras famílias locais. Tendo a PR-182 como seu acesso principal, margeando a localidade, as edificações que se encontram em face a esta rodovia são voltadas ao comércio. Existem ainda barracas de vendas de produtos locais, como queijos e embutidos, mel e feijão. Estes produtos são indicados como produzidos pelas famílias locais e agricultores do entorno.

A comunidade já não possui em sua localidade posto de saúde e escola. Existe, na rua que levava para a antiga balsa, um prédio público fechado onde já funcionou uma escola pública

³ O Caderno intitulado Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia N° 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio N° 001/2008 UHE Baixo Iguaçu Grupo II – Estudos sobre a Infraestrutura Socioeconomia, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu – Parte 1/2 e 2/2, pode ser acessado no endereço eletrônico <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>

fundamental. Além da rodovia, Marmelândia tem acesso também pela Linha Zution (linha é como se chamam as estradas rurais no oeste do Paraná), que liga a localidade às suas propriedades rurais, onde muitos prestam pequenos serviços ou possuem sítios ou chácaras.

3. MARMELÂNDIA E SEU PATRIMÔNIO TERRITORIAL

O Plano Diretor do Município de Realeza caracteriza o distrito de Marmelândia como uma área urbana. No entanto, seu modo de morar se identifica mais aos praticados no campo. O povoado tem em sua forma de morar uma relação importante com práticas associadas ao cultivo e com a vida no campo. Apesar de ser lido pelos documentos oficiais como um lugar de baixa renda e precariedade, a forma de vida dos moradores garante um certo nível de segurança e qualidade alimentar. Todos os quintais que possuem sua pequena casa, quase todas em madeira, no restante da área são cultivadas hortaliças e frutas, milho, mandioca, e também aves para a produção de ovos e carne. Alguns possuem vacas para produção de leite, e porcos para a carne.

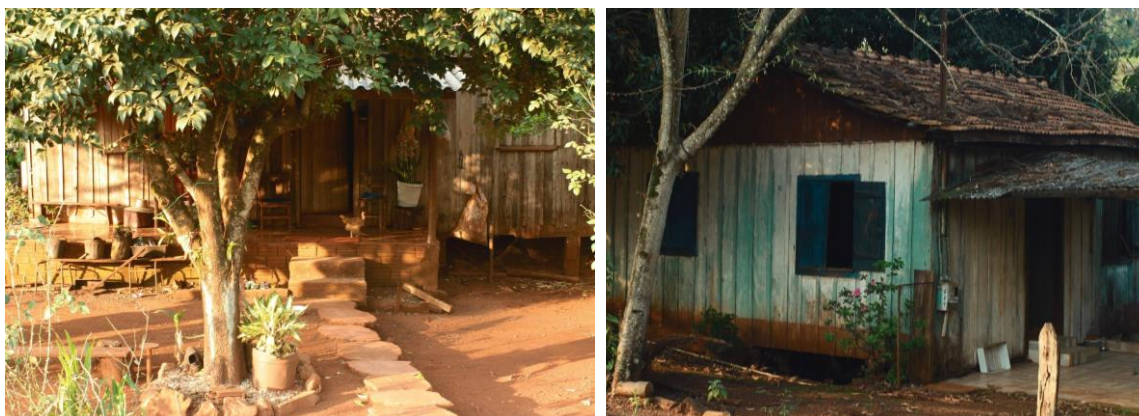


Figura 3: Casas na rua principal de Marmelândia em 2018, hoje demolidas. Foto: Manuel Corman, 2018.

Na frente da casa, principalmente em sua interface com a rua, as casas possuem frequentemente um jardim de flores diversas, mostrando capricho e casa cuidada. Os quintais não são pavimentados, e na maioria das vezes os limites da propriedade não são marcados. A produção doméstica serve para o consumo familiar e também para gerar renda a partir da venda de parte de seus produtos, venda esta com muita frequência para os próprios moradores locais, para famílias das proximidades do distrito e para venda no comércio da borda da rodovia. Esta dinâmica atribui ainda à comunidade uma relação de interdependência e maior conexão entre as famílias. Como construção, as casas são tradicionalmente feitas de madeira, material historicamente abundante na região, e telha cerâmica. Suspendidas do solo, se caracterizam por uma entrada associada à varanda, lugar de importância familiar e social.

Esta associação entre aglomeração em lotes de tamanho urbano e vida em sua dinâmica de produção rural caracteriza assim os modos de vida da localidade, e marcam a sua paisagem e seu padrão de assentamento. Neste contexto, sua paisagem tem uma identidade própria, que podemos destacar como características a) a predominância da madeira como o material construtivo, próprio da história do sudoeste e oeste paranaense ligado aos primeiros ciclos econômicos a partir da extração de madeira, b) a ausência de cercamentos dos quintais para a rua e dos quintais entre si; c) importância do cultivo de hortaliças, criação de aves como galinha e gansos, d) quintais sem pavimentação, e) importante presença de arborização nos quintais. A comunidade ainda possui prédios na principal rua que se encontram abandonados, mas que já foram a escola da cidade e o correio. Em frente à escola, uma quadra esportiva abandonada ainda serve de local para brincadeiras de crianças, que entram e ocupam livremente.



Figura 4: Capela São José. Foto: Manuel Corman, 2019.

Como paisagem e patrimônio, alguns elementos poderiam ser estudados como valores a serem potencializados como história local ou patrimônio, entre eles a Capela São José, que juntamente com seu barracão é a referência de lugar de encontro e reuniões, o prédio da antiga escola e o prédio do antigo correio juntamente com o bar da dona Alzira e sua cancha de bocha, na rua principal, a própria rua principal como memória da antiga linha (estrada) que levava à balsa, a área da antiga balsa, e as casas de madeira remanescentes, com sistema construtivo próprio da história da localidade.

4. A CHEGADA DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU

A Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu (UHEBI) foi implantada na última porção a jusante no Rio Iguaçu, afluente do Rio Paraná, com potência de 350 MW. O eixo do barramento, a

barragem da represa, situa-se no limite do Parque Nacional do Iguaçu⁴, na divisa dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, com seu reservatório ocupando também parte dos territórios dos municípios de Realeza, Nova Prata do Iguaçu e Planalto. Esta usina foi a sexta implantada no decorrer do percurso fluvial do rio, completando a ocupação de todo o seu leito por reservatórios de hidroelétricas. Em toda a bacia do rio Iguaçu, contando com seus afluentes, temos 8 UHEs: Santa Clara e Fundão no Rio Jordão, Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório, Salto Caxias e Baixo Iguaçu.

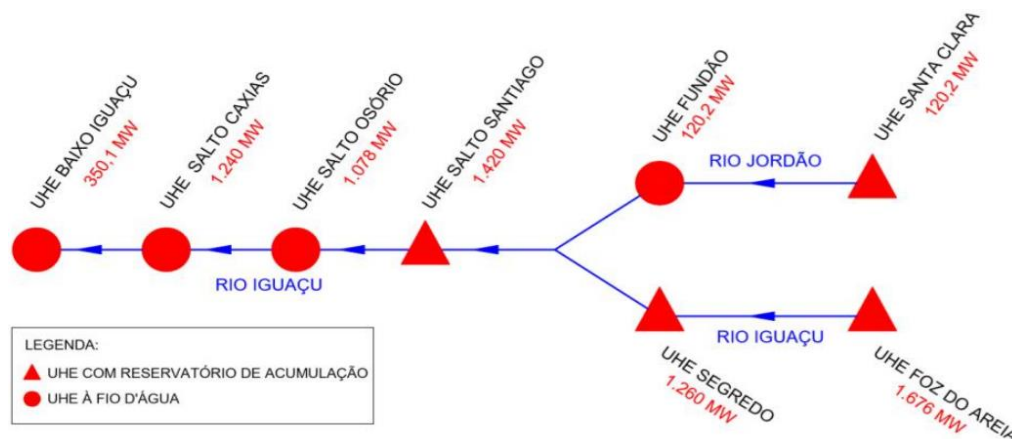


Figura 5: Usinas da bacia do Rio Iguaçu. Fonte: Bueno et al. (2019)

A UHEBI foi a última delas, iniciando a subida de seu reservatório no final do ano de 2018 e entrando em operação comercial em abril de 2019. A represa possui 35,36 km², com área inundada de 13,59 km². A UHEBI hoje é administrada por um consórcio formado pela Copel, Companhia Paranaense de Energia (uma empresa pública de capital aberto), e a Neoenergia, empresa afiliada da multinacional espanhola Iberdrola. A Neoenergia detém 70% do consórcio e a Copel 30%⁵. O grupo tem a concessão da usina por 30 anos, efetivado no 7º leilão de Energia Nova, em setembro de 2008.

4.1. EIMA RIMA E PROJETOS PARA MARMELÂNDIA

Dentre as diversas responsabilidades da UHE diante de seus impactos, os relatórios de levantamento e análise socioeconômicas apontaram a necessidade de um projeto e programa

⁴ O projeto original da Usina, dos anos 1980, propunha um barramento em local já dentro do Parque Nacional, para uma capacidade de geração de 1,2 mil megawatts, inundando uma área de 80 km². Depois de um processo demorado entre idas e vindas nos órgãos ambientais, aprovou-se o barramento no limite imediato do Parque, antes do rio entrar na Unidade de Conservação. Para mais informações sobre este processo, podemos ver Matiello, Catiane & Queluz, Gilson (2015).

⁵ Informação acessada no site Neoenergia, disponível em <https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/renovaveis/renovaveis-hidrica/baixo-iguacu/Paginas/default.aspx>

especial para a localidade de Marmelândia. Para que a população local possa adaptar-se a nova atividade estão previstos cursos de capacitação dentro do Programa de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação que será implementado durante a execução do Plano Básico Ambiental⁶. Adicionalmente, o Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida, o Programa de Apoio aos Municípios e as Comunidades Locais e o Programa de Relocação da Infraestrutura preveem a execução de várias ações que indicam como objetivo o desenvolvimento sustentável de Marmelândia.

Dos projetos listados como a serem desenvolvidos e implementados e que incluem Marmelândia na proposta temos:

- A. Programa de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais: indica o ajuste de infraestruturas áreas de influência da UHE, e das estradas rurais, incluindo áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento e segurança pública.
- B. Ajuste de redes viárias: o programa indica que seja realizada a readequação de todo o sistema viário urbano do distrito, e trechos de estradas rurais”
- C. Plano de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação: Plano de desenvolvimento econômico para os municípios a partir do incentivo para investimentos em cadeia econômica de turismo.
- D. Projeto de Requalificação de Marmelândia: o projeto de requalificação urbana do distrito parte da ideia de que a localidade precisa de um projeto especial, pelo grau de efeito que a usina tem sobre a comunidade. Ainda não está desenvolvido, mas aponta objetivos de urbanização da localidade;

Dos planos municipais, existe a proposta de investimentos no distrito de Marmelândia, com a criação do Portal do Sudoeste, museu gastronômico e cultural, indicando parceria com a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). A previsão para o reservatório na localidade é de aproveitamento turístico. No Plano Diretor de Realeza, a Macrozona de Interesse Turístico é descrita com especial destinação ao distrito de Marmelândia, para turismo rural e ecoturismo, indicando que se desenvolva de acordo com as práticas de conservação ambiental.

Na ocasião das oficinas realizadas pelo consórcio da usina, foi entregue pela comunidade aos pesquisadores um documento que continha pontos de reivindicação dos moradores no sentido de minimizar os impactos da Usina na comunidade:

- Ampliação do centro comunitário (pavilhão) e reforma da igreja, com pátio arborizado e cercado;
- Pavimentação das ruas e área de estacionamento;

⁶ O Plano Básico Ambiental Consolidado (PBA) que responde ao EIA RIMA da UHE Baixo Iguaçu é composto por 32 programas socioambientais. O PBA representam a proposta da empresa para anular, reduzir, mitigar ou compensar os impactos adversos ou negativos e potencializar os benéficos ou positivos.

- Calçamento na linha Zuttion;
- Área de lazer com praia, campo de futebol, ginásio de esportes e parque infantil;
- Conservação de solo em áreas de cultivo com calcário e cama de aviário, reforma de pastagem e irrigação, equipamentos agrícolas e barracão de máquinas;
- Sistema de água encanada de poço artesiano, com necessidade de 3 poços;
- Sistema de tanques-rede para piscicultura em açudes nas propriedades e no rio;
- Cursos de formação às pessoas da comunidade nas áreas de piscicultura e pecuária leiteira.

É interessante notar que a lista de reivindicações da comunidade entregue autonomamente à equipe de pesquisadores não inclui nenhum item ligado ao setor econômico do turismo, mas de infraestrutura para a comunidade, reforçando em especial seu caráter de comunidade agrícola e preocupação com produção de alimentos. A infraestrutura básica de água também é uma das preocupações listadas. A proposta de área de negócios de turismo parte sobretudo do planejamento municipal, da gestão de Realeza, que aponta o setor como um potencial para o município propondo destaque para a localidade de Marmelândia. Talvez a aparição dela na Oficina Comunitária pode estar associada à inserção deste tema por parte da equipe de oficina.

Na localidade de Marmelândia, as casas e lotes não foram propriamente atingidos pela água, mas com a subida do reservatório, todo o lado da principal rua da localidade, a antiga 'linha' com a balsa, ficou circunscrita na nova área de preservação permanente a partir da represa, mesmo considerando que esta APP é urbana e assim com uma faixa de 30 metros a partir do nível da água. No levantamento socioeconômico da concessionária, foram indicadas 11 propriedades que seriam afetadas pela nova APP, ocupadas por 12 famílias e 30 pessoas. Na nova APP também situavam-se um campo de futebol e um galpão, sendo a área comum de lazer da comunidade.

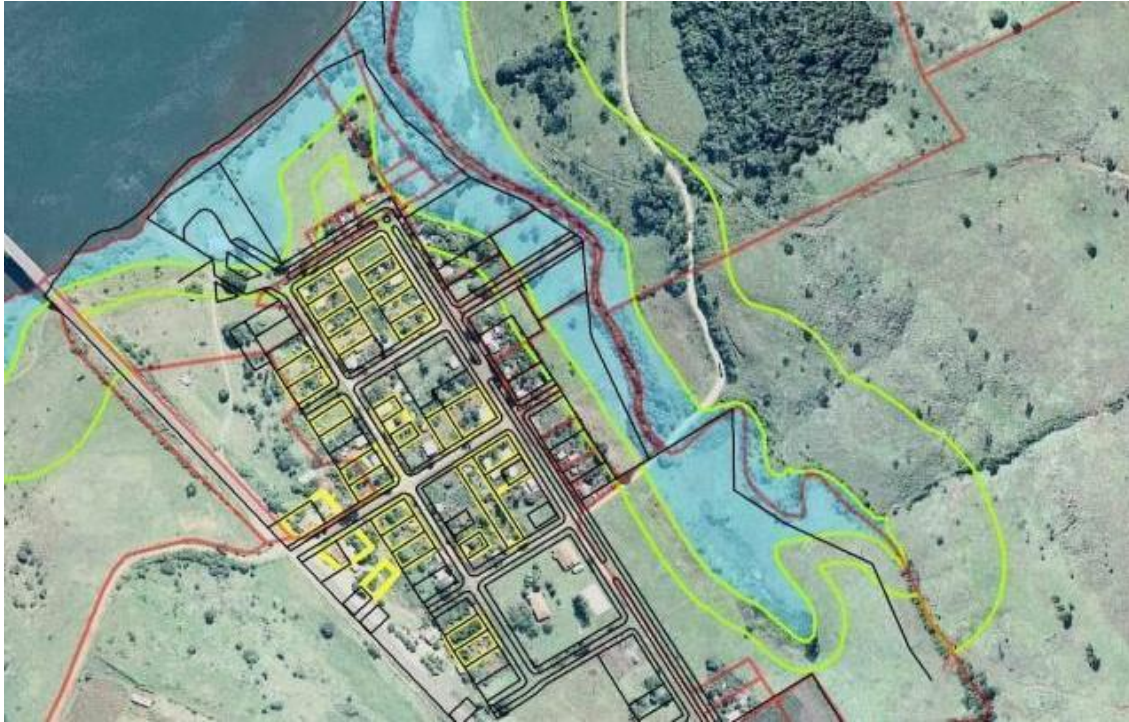


Figura 8: Marmelândia e perímetro das propriedades atingidas. Fonte: UHEBI, 2009⁷.



Figura 9: Marmelândia antes e depois da inundação. Fonte: satélite Google Earth, 2017 e 2020.

4.2. RELATOS DAS MORADORAS DA COMUNIDADE

Para o desenvolvimento deste estudo, as idas à Marmelândia ocorreram em 2019, envolvendo participantes da Escola Popular de Planejamento da Cidade (Projeto de Extensão UNILA) e o Grupo de pesquisa TIPPA (UNILA/CNPQ). As entrevistas foram realizadas com pessoas de referência para o bairro, como a família responsável pelo único bar/mercearia do local,

⁷ Relatório de Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia N° 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio N° 001/2008 UHE Baixo Iguaçu (<http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>, acessado em julho de 2021)

e outras pessoas que se disponibilizaram no momento da visita. Assim como Dona Alzira, a moradora Sueli também relembra um tempo em que a comunidade tinha mais equipamentos e movimento comercial. Ela aponta ainda uma alteração na sensação climática, a partir da ausência das árvores na borda do córrego, agora submersas.

“Estou há 56 anos aqui, tenho 64 anos. Vim do Rio Grande do Sul com meu tio, minha mãe veio depois. Estudei, casei, tive filhos e trabalho aqui. Na época era bastante movimentado e agora acabou. Está fracassado, muita gente saiu. Primeiro as pessoas da área atingida, que diminuiu o movimento, e depois mais pessoas foram saindo. A usina apareceu em 2012, as pessoas saíram no final do ano passado. Mas a vila já foi impactada antes. Antes de fazer a ponte, nos anos 80, havia mais comércios, bares, hotéis, hospital. A BR passava na rua em frente ao bar. Havia muitas crianças: a escola da frente atendia 200 delas. O bar era uma mercearia também, hoje já não vende mais. Espero que a situação melhore, como a prefeitura disse que aconteceria. Com a prainha acredito que o movimento volta, senão as pessoas continuarão saindo. Porque é longe da cidade e não tem mais nada aqui. Meu filho Everton nasceu e viveu sempre aqui. Trabalha no sítio (próprio) perto dali com gado e agricultura. Ele foi indenizado pela UBH por utilizar de madeiras do rio⁸. Eu queria ter sido indenizada também, pelos clientes que perdi.” (Dona Alzira, dona do Bar da cidade, na rua principal, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019)

“Quando vim para cá era bonito. Tinha hotel, hospital, escola, cartório. E era tudo iluminado. Eu era menina pequena, faz tempo. Tinha bastante casa, depois foi destruindo tudo. As pessoas foram indo para a cidade porque não tem muita coisa aqui. Eu penso que aqui é um lugar sossegado, só é ruim para ir no médico, mas passa ônibus para Realeza. A usina não mudou muito, só está mais calor por causa do lago, que diminuiu as árvores” (Sueli, moradora local nas proximidades da igreja, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019).

Estes relatos ilustram a sensação de abandono e falta de perspectiva de futuro relatada por parte das famílias, e ao mesmo tempo, a compreensão do tamanho do impacto do empreendimento em suas vidas. Dona Aparecida é uma senhora que vive em sua casa perto de onde está sendo construída a nova ponte, na ampliação das pistas da rodovia. Ela também testemunha a alteração da dinâmica local. Identifica o Pavilhão da Igreja e a quadra de futebol (hoje inundada) como importantes lugares para a comunidade. A moradora enfatiza a comunidade como um lugar de tranquilidade e conexão entre as famílias, ressaltando as raízes com o lugar.

“Tenho 45 anos aqui. Vim com 6 anos e criei meus filhos aqui. Costumava ser uma vila bem forte: tinha posto, hotel, bar, porto que passava balsa, tinha um moinho, tinha cartório. Com o tempo, depois da construção da ponte, foi diminuindo. Era muito bonito. A juventude se encontrava no pavilhão da igreja para ouvir Amado Batista. Tinha uma quadra de futebol também, nós tínhamos um time e íamos disputar nas outras cidades. Depois da ponte foi mudando tudo pra Flor da Serra. Das famílias que foram atingidas pela usina só duas saíram. Nós também fomos atingidos, mas ficamos aqui. Fomos indenizados e agora viemos para o terreno do pai. Quem ficou aqui foi quem

⁸ O filho de D. Alzira, Everton, complementou a informação explicando que a propriedade, que eram de 5 alqueires, foi inundada parcialmente em 3 alqueires, deixando apenas 2 alqueires, o que inviabilizava uma simples indenização. Então a UHE ficou com toda a propriedade de 5 alqueires e comprou outra propriedade de mesmo tamanho um pouco acima, na mesma região.

já tinha raízes, e se a prainha “sair” também, irá trazer mais movimento. O ruim é o lago, que não pode mais pescar e vigiam duas vezes por dia. Aqui é um lugar muito tranquilo de morar. Muito sossegado, muita paz. Pessoal tudo família, todo mundo se conhece. Como disse, teve muitas mudanças, mas a paz continua a mesma.” (Dona Aparecida, em depoimento ao grupo de pesquisadoras, em 2019)

Dona Maria de Lourdes conta que é moradora de Marmelândia a pouco tempo, vinda da área rural. Ela conta como a família foi removida pela UHE, onde perdeu seu lugar e seu cultivo, e também perdeu a coesão da família, que se reassentou em diferentes lugares, para conseguir trabalho. Mostra angústia pelo impedimento que sente de continuar seus modos de vida, a perda de seu patrimônio botânico e a impossibilidade de continuar acessando o rio e pescando, sendo agora uma área controlada pela UHE.

“Estou em Realeza há 40 anos, aqui em Marmelândia desde dezembro (2018) quando me expulsaram (de outra região atingida pela usina). Perdi tudo, a horta, as galinhas. Tinha tanta fruta, banana, bergamota. Agora moro aqui com meu marido e meus netos moram ali na frente. Ainda não me acostumei com a casa. Já tenho uma horta mas bem menor que a outra. Tem alface, uns remédios (plantas medicinais) mas poucos. Na outra tinha mais, e perdeu, não sei onde conseguir de novo. E ninguém pode pescar mais, nem pegar uma fruta ali pode mais, nem quem morava antes. Minha filha morava ali há 15 anos. Ela tinha uma horta também. E foi expulsa. Avisaram ela em cima da hora. Uma semana depois do aviso desmancharam tudo. Era uma quinta-feira, vieram com trator... Ela tem 5 filhos e 4 netos, moravam todos juntos. Tiveram que sair. E não indenizaram. E a gente não consegue ajudar também, eu trabalhei a vida toda. Ela perdeu todo o serviço. Trabalhava de doméstica para três casas aqui por perto. Agora foi para Capitão (Capitão Leônidas Marques). Não tem serviço lá, só o marido que é pedreiro. Ela só consegue vir um dia pra trabalhar aqui, mas um dia não ganha. 50 reais não dá pra muito.”

A moradora Andressa, que tem sua casa ao lado do antigo prédio da escola, apesar de não ser moradora antiga, compreende e sente o impacto da UHE na dinâmica da comunidade, com ênfase para a desconstrução de seu tecido social. Também tem fala crítica sobre os projetos prometidos pela Usina, onde se nota uma possível compreensão em sua fala de um nível de desconexão da proposta turística do município e da usina com as expectativas dos moradores.

“Tenho 25 anos, moro aqui há 5 anos. Quando me mudei não conhecia muito a história da cidade, já era a nova fase da comunidade. Ainda não tinha o lago, mas já sabia sobre a usina. Era sossegado, todo mundo tinha o seu emprego, mas tiveram que ir embora. A diferença foi que perdi meus amigos. Minha cunhada foi a 7km. Minha filha perdeu as amigas. Eles não fizeram nada para a comunidade, só tiraram. Ficam prometendo e enganando a gente. Fomos nas reuniões, eles falam dos projetos mas só ficam enrolando. Quando soltaram a água em dezembro já era para ter feito as coisas. Falam que tem a verba mas que precisam de não sei quem para liberar. Alguns projetos que disseram que

vão implantar são um restaurante, área para turismo, mirante, campo de futebol. As pessoas saíram ano passado. Pra quem tinha bastante terra ganhou bem, deu pra se colocar bem fora daqui. Algumas pessoas ficaram prejudicadas. Para mim não me afetou em nada, tirando os amigos que foram embora.”

As narrativas evidenciam também a insuficiência das leituras de impacto ambiental que consideram atingidas apenas as pessoas diretamente afetadas em suas propriedades ou moradias, sem considerar as dinâmicas sociais existentes e seus patrimônios territoriais.

5. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

O sentido do desenvolvimento como é apresentado pelos grandes projetos de infraestrutura em seus relatórios, em especial os de grande impacto social e ambiental, como é o caso da implantação de UHE tem sempre duas grandes narrativas, estas associadas a uma visão que precisa ser superada e evoluída para novas e mais efetivas formas de planejamento territorial: a) a de que a linha do progresso é esta e não se pode segurar este caminho, já que é indicado como o único possível, e que este progresso será bom para todos, e b) aqueles que se sentem atingidos, impactados, destituídos de direitos, são diretamente inseridos na narrativa como uma cultura inferior e retrógrada e modos de vida cujo tratamento deve ser o de superação. Este modelo de desenvolvimento, de grandes infraestruturas e grandes investimentos, possuem a perspectiva de inserção do território na economia global e de grandes fluxos financeiros, modelo este já exaustivamente estudado e demonstrado como associado a geração de riqueza, mas com concentração e produtora de grandes desigualdades sociais⁹. No caso das obrigações para licenciamento ambiental que são concernentes à localidade de Marmelândia, apontam ainda para o mesmo sentido de compreensão – a modernização do seu espaço urbano, e a superação dos atuais modos de vida, a partir da implantação do que é anunciado como um complexo turístico para a região, a partir de modelos privados de investimento e gestão.

Neste sentido, este artigo vem tensionar esta compreensão do que seria uma proposta de continuidade e desenvolvimento para a localidade, onde a implantação de um complexo de turismo, seja de investimento privado ou público, é apontado pelos documentos de planejamento como uma salvação para as economias locais. A ativação popular do patrimônio-territorial como um eixo de desenvolvimento transforma a paisagem em sua identidade, na realização social de sua economia de técnicas simples e de baixo impacto. Neste aspecto, seria interessante pensar

⁹ Para aprofundar este assunto, sugerimos a leitura de, entre outros, o livro de Thomas *PIKETTY, A Economia da Desigualdade, de 2005*, para uma discussão geral. Sobre regiões rurais e economias globais no Brasil, sugerimos o livro *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*, organizado por Arilson Favareto em 2019.

neste território reforçando sua identidade, sua rede de conectividade local entre pessoas e ao lugar, e sua força de subsistência e produtividade, que entendemos ser seu principal valor a ser preservado e potencializado.

Estas características, em tempo de transição climática, que nos traz um nível elevado de incertezas diante do colapso ambiental e social que se anuncia, são valores desejáveis nos planejamentos territoriais mais avançados no sentido da compreensão do contexto socioambiental que estamos e na valorização da qualidade de vida das pessoas e seus ecossistemas. Pensar uma nova forma de turismo, associada à valorização da ação coletiva da comunidade e à afirmação de seu modo de vida, sua forma tradicional e sustentável de viver, evitaria a exclusão desta comunidade e destas famílias de um novo ciclo econômico que se pretende. Assim, a memória, a história da construção desta identidade e deste modo de vida se tornam fundamentos de uma valorização das identidades e das propostas ancoradas na base ambiental existente e na realidade das famílias e seus anseios. Como contribuição para o planejamento dos caminhos da comunidade, no sentido de associar políticas públicas com participação e respeito ao patrimônio territorial, algumas chaves para pensar propostas e planos para o lugar precisam considerar que:

- i. A elitização do uso e exploração da paisagem como setor econômico turístico geraria exclusão de grande parte das famílias e expulsão econômica, desagregação da rede social e substituição dos moradores e supressão/esquecimento dos modos de vida e memórias locais;
- ii. Mesmo que a paisagem histórica já tenha sido afetada pela Usina, é importante pensar a paisagem e a história local como âncoras para o desenvolvimento do território-patrimônio, sendo assim um lugar onde seu uso para o lazer e recreação regional precisa estar submetido aos interesses e ritmos da comunidade;
- iii. É importante pensar a potenciação do que se tem como tradicional na comunidade, sendo a identidade agrícola em pequena escala, diversa e sem uso de agrotóxicos, ou seja, alinhadas historicamente como que se chama hoje permacultura;
- iv. O planejamento precisa pensar a localidade como local de moradia e de viver, com ativação de escolas e posto de saúde e infraestrutura de saneamento básico;
- v. Existe a oportunidade de se pensar em “selo de origem”, para os produtos locais e de qualidade artesanal, valorizando os produtos locais;
- vi. Existe a oportunidade de se pensar a visitação do local ligada ao acesso a produtos de selo de origem e a manifestações culturais;
- vii. É imprescindível se desenvolver um modelo de turismo comunitário e ecológico, que segue caminhos diferentes do de grandes empreendimentos balneários privados, concentradores da renda e em sua maioria não compatíveis com a preservação e regeneração ambiental, desenvolvido a partir de economias solidárias.

Apesar de todos estes planos e proposições, até este ano de 2021, a população está na expectativa do que será efetivamente implantado ou executado no distrito. A principal questão, segundo alguns moradores, é a falta de renda. Também a partir de relatos de moradores, existe também a previsão de loteamentos de casas de veraneio nos arredores da localidade, com a expectativa da abertura de frentes de trabalho nestas casas. A demora no desenvolvimento efetivo de propostas para a localidade é uma das principais reclamações das pessoas, que foram intensamente impactadas pelas obras a partir de 2013 e pela represa em 2018, e a reparação prometida nos planos, mesmo que aqui questionada e seus modelos, ainda não veio.

6. NOTAS DE CONCLUSÃO

A disseminação de projetos hidrelétricos, desde empreendimentos de grande porte até pequenas barragens, em áreas rurais e pequenas cidades gera debates a respeito dos impactos e efeitos no campo social e ambiental da localidade. Muitas vezes, sua implantação reconfigura a organização territorial, colidindo com os modos de morar da população e interferindo nas dinâmicas e práticas típicas do cotidiano rural ou híbrido, como a relação da comunidade com a natureza, tradições e hábitos alimentares, vínculos interpessoais e culturais com o lugar. Estes impactos e efeitos não seguem na mesma proporção ou ritmo que a execução de medidas reparadoras, deixando a população precarizada e empobrecida, muitas vezes com sua memória e história debaixo d'água, sem justiça pelos danos. Também apresenta forte interferência no funcionamento ecológico, com o desmatamento e/ou inundação de grandes áreas, afetando a flora e a evasão da fauna e seu habitat. Tal interferência igualmente afeta o desempenho econômico local, uma vez que a natureza está diretamente relacionada a práticas laborais e de subsistência das populações interioranas e tradicionais.

Neste contexto, é recorrente o desenvolvimento de projetos planos de desenvolvimento local, como forma de mitigação dos efeitos perversos das hidrelétricas sobre as populações locais, tendo o turismo como cadeia de economia. O turismo nestes contextos é abordado como a panaceia para os problemas de geração de renda e de melhoria da qualidade de vida, e como uma forma de superar os resultados negativos da implantação da grande infraestrutura. Seria importante aprender com os caminhos já trilhados, onde localidades com grande apelo turístico, como é o caso de Foz do Iguaçu e suas cataratas, não conseguem até hoje superar as mazelas deixadas pela enorme alteração na dinâmica territorial da região. O contrário, o modelo de turismo adotado e fomentado pela própria hidrelétrica como uma forma de desenvolvimento acarreta uma clivagem entre a realidade popular e a indústria do turismo, concentrando investimentos em localidades onde as camadas de menor renda são expulsas e precarizadas pela supervalorização do solo. Ao mesmo tempo, a riqueza gerada pelo turismo acaba em grupos concentrados

detentores de equipamentos de turismo e de capital de investimento, e não se traduz em melhoria de vida para a população em geral.

Entendendo o direito à terra como um direito básico ao ser humano e considerando que o Estado tem a função de fornecer as condições mínimas de alocação espacial e infraestrutura, reconhece-se como fundamental a condução do planejamento participativo do território a fim de garantir a democratização, manutenção e sustentabilidade das comunidades e lugares e a definição popular dos caminhos e modelos de desenvolvimento desejados. É importante reforçar ainda que o direito à terra está vinculado ao direito à memória e as relações estabelecidas entre pessoas e seu meio por gerações. E que, estas violações, ao se constituírem em pequenas localidades, fora dos eixos metropolitanos, ganham uma invisibilidade que amplia a vulnerabilidade de tais populações. Esta memória, que constrói a identidade e modos de vida do lugar, colocada agora em risco pelos impactos e apagamentos da paisagem pela implantação da UHE, pode ser também um eixo de atuação e de alavanca para pensar planos e propostas de desenvolvimento local, associando talvez novas cadeias de economia associada ao turismo de cultura e agroecologia.

Este artigo pretendeu trazer o contexto de uma destas pequenas localidades afetadas, invisibilizadas e desvalorizadas em seu modo de vida diante de um processo de implantação de grande empreendimento da economia global, e ao mesmo tempo dar voz e visibilidade ao território e personagens afetados, aproximando a investigação a uma escala da realidade. Busca a compreensão do morar dessas pequenas localidades e, a partir da mirada desse, aprofundar o território e seu significado.

REFERÊNCIAS

BUENO, M. L.; BERTONE, A. C.; KEPPEN, R. de P. T.; DETZEL, D. H. M. Usinas Hidroelétricas com Reservatório de Acumulação e a fiação D'água. Estudo de Caso aplicado à Bacia do Rio Iguaçu. *XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. *Licença de Instalação nº 17033*. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1329.html>

UHE BAIXO IGUAÇU. *Estudo de Impacto Ambiental*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Plano Básico Ambiental Consolidado*. 2013. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Programa de Monitoramento da Paisagem: Estudo de Evolução da Paisagem da AID da UHE Baixo Iguaçu*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Programa de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais*. 2018. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Relatório fundiário: Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida*. 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Relatório de Impacto Ambiental*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/downloads>

_____. *Estudos sobre Infraestrutura, Socioeconomia, Cultura e Desenvolvimento Sustentável nas Populações Impactadas pela UHE Baixo Iguaçu – Parte 1 e 2 (Atendimento aos Requisitos da Licença Prévia Nº 17648 e ao Parecer Técnico Conjunto IAP/PNI-ICMBio Nº 001/2008 UHE Baixo Iguaçu GRUPO II*. Disponível em <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/2cba50511d41c1497690160629261509.pdf>

FAVARETO, Arilson. *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana*. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

JASPER, Fernando. *Obra da hidrelétrica de Baixo Iguaçu será retomada na quinta-feira*. *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, dia 25 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/obra-da-hidreletrica-de-baixo-iguacu-sera-retomada-na-quinta-feira-cf422q0dequcq3gd174rtf4u3/015>.

MAGNAGHI, A., *La Biorégion urbaine*. Petit traité sur le territoire bien commun, Les Lilas, Eterotopia, 2014.

MATIELLO, Catiane & QUELUZ, Gilson. A implantação da usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu: uma análise a partir dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. v. 16 n. 109 (2015). Acessado em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-951.2015v16n109p2>

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

PIKETTY, Thomas. *A Economia da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DO PLANEJAMENTO E DA POLÍTICA
PÚBLICA DE SANEAMENTO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS
*ASPECTOS ESPECÍFICOS DE LA PLANIFICACIÓN SANITARIA Y
POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMIENTO EN PEQUEÑOS
MUNICIPIOS*

Ricardo de Sousa Moretti¹

Paulo Eduardo Vieira Cunha²

Gilbrando Trajano Medeiros Junior³

Aldo da Fonseca Tinoco Filho⁴

RESUMO

O artigo analisa o quadro específico dos serviços de saneamento básico nos pequenos municípios, na ótica da meta de universalização do atendimento e de enquadramento dos serviços de saneamento para todos como parte dos direitos humanos. São analisadas as características específicas dos pequenos municípios que interferem nos serviços de saneamento e os rebatimentos dessas características no planejamento dos serviços e na implementação de políticas públicas. É analisado o impacto e os problemas do Projeto de Lei que propõe a revisão do marco legal do saneamento (PL 3261/19) no enfrentamento dos desafios de melhoria do saneamento nos municípios de pequeno porte. Conclui-se pela importância da revisão dos critérios de planejamento e projeto dos serviços públicos de saneamento nos pequenos municípios, considerando as características e especificidades neles encontradas.

Palavras-chave: Saneamento. Pequenos municípios. Planejamento do saneamento.

¹ Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo, mestrado em Engenharia de Solos pela Universidade de São Paulo e doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Universidade Federal do ABC, aposentado desde novembro de 2017, professor e pesquisador colaborador do Programa de Planejamento e Gestão do Território. Endereço eletrônico: ufrn.moretti@gmail.com.

² Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado e doutorado em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Professor do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço eletrônico: pauloeduardovc@gmail.com

³ Possui graduação em Engenharia Ambiental é também bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui graduação em Environmental Engineering, Arizona State University, ASU, Tempe, Estados Unidos com período sanduíche através do programa Ciências sem Fronteiras. Endereço eletrônico: gilbrandojr@gmail.com.

⁴ Possui Graduação em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Especialização em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte., Pós Graduação em Engenharia Hidráulica e Sanitária pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia Sanitária pela UFRN. Endereço eletrônico: aldotinoco123@gmail.com.

RESUMEN

El artículo analiza el panorama específico de los servicios de saneamiento básico en los municipios pequeños, desde el punto de vista del objetivo de la universalización del servicio y enmarcando los servicios de saneamiento para todos como parte de los derechos humanos. Se analizan las características específicas de los pequeños municipios que interfieren en los servicios de saneamiento y el impacto de estas características en la planificación de los servicios y en la implementación de las políticas públicas. Se analiza el impacto y problemática del Proyecto de Ley que propone la revisión del marco legal de saneamiento (PL 3261/19) para enfrentar los desafíos de mejoramiento del saneamiento en pequeños municipios. Se concluye por la importancia de revisar los criterios de planificación y diseño de los servicios públicos de saneamiento en los municipios pequeños, considerando las características y especificidades que se encuentran en ellos.

Palabras clave: Saneamiento. pequeños municipios. planificación del saneamiento.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil é expressiva a extensão territorial e a parcela da população que reside em pequenos municípios e que tem a dinâmica de vida fortemente ligada às atividades rurais, mesmo que seu lugar de residência seja o perímetro urbano definido pela legislação municipal. Viver no perímetro urbano é o conceito utilizado para definir a “população urbana” pelo IBGE e, neste sentido, é importante destacar que qualquer comparação entre população urbana e rural entre países é bastante problemática e sujeita a erros, pois os critérios de enquadramento variam significativamente de país para país. Segundo estudo realizado por Patrícia Cruz, a depender do critério utilizado para definir o que é população rural, o Brasil, por exemplo, pode apresentar 15% de população rural, mas, por outros procedimentos, pode apresentar 50% (CRUZ, 2016, p. 180).

Estudo do IBGE publicado em 2015, com base nos dados do último Censo, analisou as aglomerações populacionais no Brasil (IBGE, 2015) e abriu possibilidade para se separar, no conjunto dos municípios, aqueles que podem ser chamados de isolados, por não integrarem uma aglomeração. O conceito de aglomeração populacional utilizado pelo IBGE leva em conta a existência de parcelas conurbadas e os movimentos pendulares para trabalho e estudo envolvendo mais de um município. Foram identificadas 294 aglomerações populacionais com um total de 953 municípios. Já os municípios isolados são 82 de médio ou grande porte e 4530 de pequeno porte, ou seja, até cem mil habitantes. Os isolados de pequeno porte tinham uma população de 68 milhões em 2010, no último Censo, ou seja, 35,7% da população brasileira (IBGE, 2015).

Não resta dúvida sobre a importância de um olhar atento ao que se passa nos pequenos municípios brasileiros. Caberia de início questionar o que pode ser considerado um pequeno

município? Esta questão daria origem a um texto que extrapolaria os limites propostos para a finalidade deste artigo. O IBGE, na sua publicação sobre aglomerações populacionais, enquadra como pequeno município aquele com população de até 100 mil habitantes. Evidentemente a situação é muito mais complexa do que o número de habitantes e as próprias publicações do IBGE sinalizam neste sentido. Trata-se de um município isolado ou que integra um aglomerado populacional? Para efeitos da análise deste artigo será adotado o critério do IBGE de considerar pequenos os municípios com até 100 mil habitantes e se buscará iluminar as diferenças entre a realidade de um pequeno município isolado daquela encontrada em um município que integra uma região metropolitana, buscando focar na ótica dos serviços de saneamento.

É preocupante que se utilizem para análise da realidade dos pequenos municípios os mesmos parâmetros de análise que são utilizados nos municípios de maior porte. A leitura pode levar a resultados muito diferentes da realidade efetivamente encontrada. Da mesma forma, é fundamental que se avance na regulamentação de critérios e parâmetros de planejamento territorial, específicos para a situação encontrada nos pequenos municípios. É muito diferente a demanda de planejamento de um município médio ou grande daquela que se verifica num pequeno município. Um exemplo neste sentido é o conteúdo mínimo do Plano Diretor, previsto no Estatuto das Cidades, que inclui necessariamente disposições requeridas para o exercício do direito de preempção (art. 25), da outorga onerosa do direito de construir (art. 28), da permissão para alteração do uso do solo mediante contrapartida (art. 29), das operações urbanas consorciadas (art. 32) e da transferência do direito de construir (art. 35). É questionável se esses instrumentos são efetivamente úteis e necessários num pequeno município, embora seja inquestionável sua importância nos grandes centros.

Vários instrumentos de planejamento territorial são concebidos em geral tendo como referência a realidade de médios e grandes municípios. De acordo com Dowbor (2016), no Brasil, a maioria dos municípios é pequena e possuem mais a características de um aglomerado rural do que propriamente uma cidade. Mas o fato é que mesmo nos municípios pequenos, é no núcleo urbano local que se tomam as decisões sobre o conjunto do território municipal. Os pequenos municípios são oprimidos pela necessidade de responder a demandas estabelecidas pelas esferas estadual e federal, de preenchimento de pesquisas, de resposta a questionários, de preparação de planos e participação em programas que foram pensados a partir da ótica dos municípios de maior porte populacional.

Vale destacar alguns aspectos das finanças das pequenas municipalidades. A descentralização administrativa e de responsabilidades trazida pela Constituição de 1988 não foi acompanhada pela correspondente distribuição de recursos. Do total de recursos públicos, 55% ficam na esfera federal, 25% na esfera estadual e apenas 20% nos municípios (FNP, 2017). Nas pequenas cidades, a receita própria constitui uma parcela pequena do orçamento total e a maior

parte dos recursos vem de transferências automáticas de recursos das esferas estadual e federal. Os municípios também recebem transferências por algum tipo de serviço prestado, como na área de saúde, em que a transferência não depende da submissão de uma proposta ou projeto, bastando a execução da atividade, como por exemplo, no reembolso de um parto realizado em um hospital municipal (Moretti e outros, 2019). Fabiana Kuhn defende que deveria haver algum tipo de transferência desta modalidade também no caso dos serviços de saneamento. Seu estudo mostra que a falta de recursos na esfera municipal, em especial nas pequenas municipalidades, faz com que cresça em importância os recursos oriundos das emendas parlamentares. No caso do saneamento, em alguns anos, 70% do total de recursos transferidos pela esfera federal para os municípios, foi oriunda de emendas parlamentares (KUHNS, 2018).

Os pequenos municípios, no Brasil e em diversos países do mundo, têm enfrentado o grande desafio de oferecer condições para que sua população se interesse em lá permanecer, em especial a população jovem. É emblemático o exemplo de várias pequenas localidades na Itália que oferecem imóveis por um euro, para pessoas que se interessem em lá se instalar e montar seus negócios. O governo italiano, em 2012, mapeou e classificou as pequenas comunidades com economia deprimida (“inner áreas”) quanto ao grau de vulnerabilidade e dificuldade de acesso a serviços básicos de infraestrutura e serviços públicos. Com base neste mapeamento selecionou 72 áreas estratégicas para investimentos, em especial para a implantação de equipamentos de saúde, educação e mobilidade e gerou o plano: “Estratégia Nacional para as Áreas Interiores- 2014-2020” (SNAI), que tem viabilizado investimentos da ordem de 400 milhões de euros anuais, para dinamização destas localidades consideradas estratégicas (GALDERISI e GIADA, 2019).

Não há dúvida da importância e da necessidade de se ter no Brasil um programa que foque na ampliação da atratividade de permanência da população nos pequenos municípios. Visando contribuir para o entendimento da necessidade de um olhar específico para o que se encontra nos pequenos municípios, este artigo se concentra especificamente na análise da situação relativa aos serviços de saneamento básico.

Considera-se que boas condições de saneamento básico são portas de entrada para boas condições de saúde pública. E não há dúvida que é importante avançar na melhoria das condições de saneamento dos pequenos municípios, como parte de uma estratégia para favorecer a permanência ou mesmo o crescimento populacional nas pequenas localidades. Neste sentido vem a análise deste artigo, primeiro para auxiliar na reflexão sobre os aspectos específicos da realidade encontrada nos pequenos municípios, quando se foca no saneamento. E, posteriormente, na análise dos desafios específicos de planejar os serviços de saneamento, quer nos municípios pequenos isolados, ou naqueles que integram um aglomerado populacional, em especial de caráter metropolitano. Por último, busca-se analisar o significado de algumas mudanças estruturais que estão sendo propostas na legislação nacional, para avaliar em que medida são ou não convergentes

para este objetivo, que se considera estrutural, de melhorar as condições de permanência para aqueles que vivem nas pequenas localidades do Brasil.

2. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS ISOLADOS E A INFLUÊNCIA, POSITIVA OU NEGATIVA, NA OFERTA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Em geral, pode-se dizer que são maiores os custos de funcionamento dos serviços de saneamento nos pequenos municípios. Porém, quais são os fatores que diferenciam e que tornam mais problemático o equacionamento dos serviços de saneamento nesses locais? E por outro lado, quais são os fatores que facilitam a realização desses serviços e dos quais se poderia tomar partido na perspectiva de garantir a todos um serviço de boa qualidade?

A questão da escala é um fator importante. A equipe que trabalha numa pequena estação de tratamento de água ou de esgotos não é muito diferente daquela que trabalha numa instalação maior, de médio porte. Os custos administrativos envolvidos na operacionalização dos serviços são rateados entre um número menor de economias. A questão da escala pode ser bem exemplificada no caso dos resíduos. Um município de 20 mil habitantes, que tenha 15 mil habitantes na sua área urbana, por exemplo, gera na área urbana por volta de 9 toneladas de lixo por dia, o que corresponde a duas ou três viagens de caminhão compactador. Quando se considera a necessidade de um caminhão reserva, considerando demandas de manutenção, percebe-se que o sistema é oneroso. O problema de escala fica mais claro quando se pensa na presença de algum equipamento no local em que o lixo é disposto. O equipamento ficará parado enquanto aguarda a chegada das duas ou três viagens do caminhão compactador? É fácil avaliar o custo e a dificuldade de operacionalizar algo nesta direção. Todo este quadro é evidentemente muito distinto quer se trate de um município isolado ou um pequeno município que integra um aglomerado ou região metropolitana. Vale ressaltar assim, que neste tópico o foco é para os municípios pequenos e isolados.

Em geral, são maiores os lotes dos municípios pequenos, ou seja, são menores as densidades populacionais, maiores as extensões e os custos das redes de água, esgotos e drenagem, são maiores os percursos dos caminhões de coleta de lixo. Por outro lado, essa característica facilita os sistemas locais, em especial os sistemas que envolvem a infiltração das águas servidas, ou algum tipo de tratamento alternativo dos resíduos gerados, por exemplo, através da compostagem da parcela orgânica e aproveitamento do composto no próprio lote.

Não raro, encontram-se nos pequenos municípios algumas concentrações populacionais, em distritos que têm algumas características e demandas de área urbanizada, embora de pequeno porte e forte interação com a área rural e de produção agrícola. O atendimento com qualidade desses pequenos distritos é sempre problemático e oneroso.

Os municípios pequenos e isolados convivem com uma realidade em que é menor a circulação de dinheiro, em que são maiores as trocas e a produção, em caráter de subsistência. O mesmo valor monetário em uma cidade grande ou pequena assume proporções claramente diferenciadas, em função desta característica de menor fluxo de dinheiro. Isto se rebate no significado monetário das contas dos serviços de água e esgotamento sanitário, que a população tem muito maior dificuldade para arcar.

A baixa capacidade institucional constitui um círculo vicioso. O município consegue captar poucos recursos das transferências voluntárias das esferas estadual e federal, em função da sua pequena capacidade institucional. E tem uma pequena capacidade institucional justamente porque conta com poucos recursos, já que não consegue captar recursos destas transferências. O município tem a titularidade pelos serviços de saneamento e a responsabilidade pelo planejamento destes serviços. Porém, as diretrizes e regras para preparação dos planos de saneamento são baseadas na realidade dos municípios médios e grandes e constitui um verdadeiro desafio e ônus para os pequenos municípios a preparação dos diversos planos, nos moldes que são indicados pelas esferas federal e estaduais. Muitas vezes o atendimento a essas regras é condição necessária para que se façam transferências de recursos para a esfera municipal. O círculo vicioso se estreita...

Por outro lado, há também que se considerar algumas facilidades encontradas nos pequenos municípios, que facilitam o equacionamento das demandas de saneamento. Há maior disponibilidade de terrenos, os terrenos são maiores e muitas vezes é mais fácil encontrar água bruta de boa qualidade, relativamente próximo ao núcleo urbano. A maior disponibilidade de terrenos facilita, por exemplo, as soluções de disposição dos esgotos em lagoas de estabilização, que são de baixo custo de implantação e de manutenção, embora exijam áreas relativamente grandes, da ordem de 2 m² por habitante, a depender do clima local. Como já anteriormente apontado, o fato dos terrenos serem maiores facilita as soluções através de sistemas de fossas com disposição final adequada, que podem funcionar muito bem se adequadamente operadas.

Os pequenos núcleos urbanos têm também menores extensões contínuas impermeabilizadas e isto significa menor interferência nos sistemas naturais de escoamento das águas pluviais, potencialmente com menores problemas que aqueles encontrados quando todo o regime de escoamento das águas é afetado pela urbanização.

Finalmente, há que se destacar as facilidades derivadas de um maior contato e relacionamento pessoal entre os integrantes da comunidade, o que facilita, por exemplo, a difusão de ideias a condução de processos participativos. Esta característica de maior proximidade constitui, por outro lado, uma dificuldade adicional, pois a pessoalidade das relações pode interferir nas decisões técnicas se, por qualquer motivo, é necessário contrariar os interesses de

um grupo específico. O compadrio leva a que se busque evitar qualquer tipo de conflito, mesmo quando a livre exposição e embate de ideias se mostra necessária para encontrar a melhor solução.

3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

A realidade e os desafios para equacionar os problemas de saneamento nos pequenos municípios que integram aglomerações metropolitanas são evidentemente muito distintos daqueles encontrados nos municípios isolados. Em variados graus, muitos deles enfrentam dificuldades associadas à proximidade com o município polo, de maior porte, que se traduz em movimentos pendulares em direção à maior oferta de oportunidades de trabalho e de serviços públicos e a uma concorrência nas atividades comercial e de serviços, que pode fazer com que parte da receita associada ao consumo de bens e serviços gere riqueza no município polo ficando, porém, o município de menor porte com diversas responsabilidades, entre elas a de fornecer um serviço de qualidade para o saneamento básico, num contexto em que conta com muito menos recursos do que o município polo.

Também é usual, em especial quando o pequeno município tem fronteiras com municípios vizinhos maiores e intensamente urbanizados, que se desenvolvam núcleos urbanos distantes da sede principal, mas próximos aos mesmos.

Por outro lado, há as potencialidades de economia de escala que estão associadas à formação de uma grande aglomeração populacional, que se traduzem em benefícios especialmente quando se consegue lograr um planejamento integrado com o município polo e quando a operação dos serviços nos dois municípios é efetuada pela mesma companhia de saneamento. Nestes casos, ficaria teoricamente mais fácil que as partes central (incluindo o sistema de captação de água bruta potável e tratamento dos esgotos) e arterial dos sistemas de infraestrutura assumissem um caráter regional, ficando a cargo dos municípios principalmente a gestão dos sistemas capilares destes sistemas. Porém isto nem sempre acontece.

Para ilustrar o tipo de problema enfrentado pelos municípios pequenos que integram aglomerações populacionais será apresentado o caso do município de Macaíba, pertencente à Região Metropolitana de Natal, que fica também vizinho aos municípios maiores de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, onde está situado o Aeroporto Internacional (Figura 01). Um município pequeno, com um Centro Industrial Avançado e um Distrito Industrial onde, porém, parte expressiva da sua população se desloca para Natal, para trabalho e atividades diversas. Vale destacar que tem sido verificada uma expressiva melhoria das condições socioeconômicas do município, que apresentou um IDHM de 0,640 em 2010, em contraponto ao valor de apenas 0,368 em 1991.

É um município com população estimada de 80.792 habitantes em 2019. Em 2010 tinha 69 mil habitantes dos quais 27 mil na área rural, população esta que tem crescido mais que a população urbana nos últimos anos. O município tem enfrentado dificuldades para obter água para seu suprimento e hoje é levado a promover o rodízio no abastecimento de água e a negociar seu suprimento com os municípios maiores (Natal e São Gonçalo), o que o coloca em desvantagem, face ao maior porte dos municípios vizinhos. A figura 02 mostra as bacias hidrográficas do município, com destaque para a bacia do rio Potengi, que ocupa a maior extensão territorial.

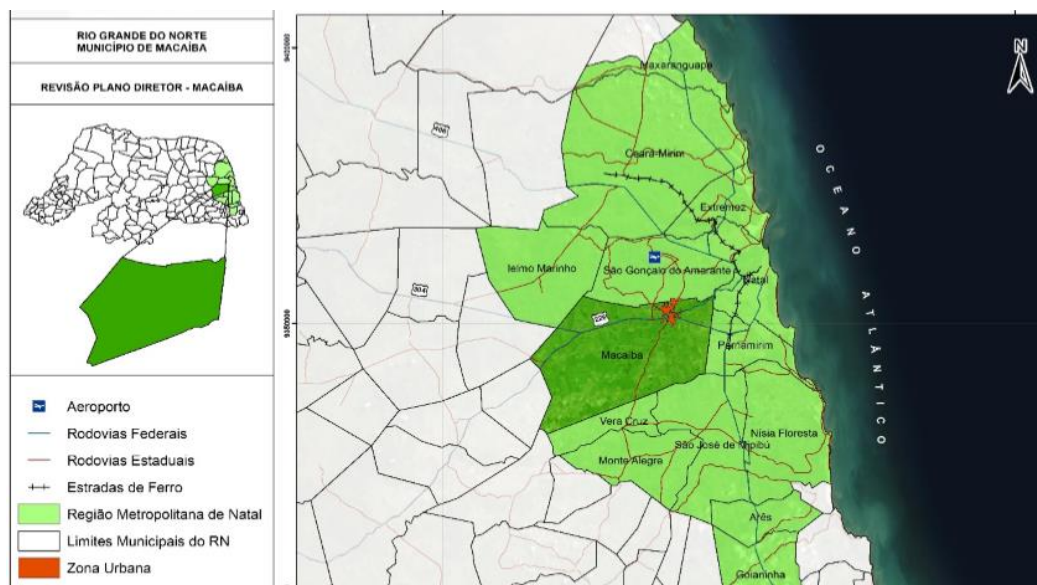


Figura 01: Localização : do município de Macaíba, na Região Metropolitana de Natal. Fonte: Revisão do Plano Diretor de Macaíba, FUNCERN, 2019.

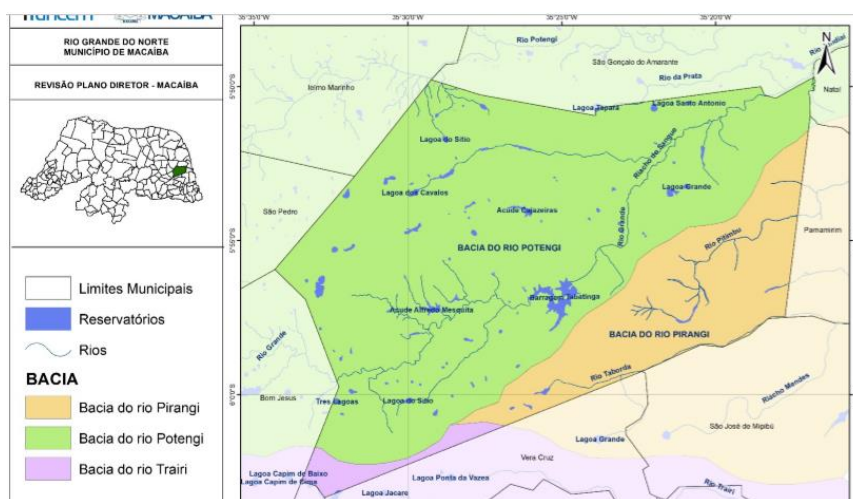


Figura 02: Bacias hidrográficas de Macaíba-RN. Fonte: Revisão do Plano Diretor de Macaíba, FUNCERN, 2019.

Na bacia do Rio Pirangi identificam-se problemas associados ao aumento da ocupação urbana em área de interesse ambiental, com perda da vegetação natural nos arredores de suas nascentes. Verifica-se ainda deficiente sistema de tratamento e disposição dos esgotos e um sistema de manejo de águas pluviais praticamente inexistente.

Na bacia do Rio Potengi são marcantes as deficiências do sistema de esgotamento sanitário, com muitos pontos de lançamento das águas servidas, sem tratamento, no próprio rio. A carcinicultura interferiu na perda de importantes áreas de mangue e a barragem do rio Tabatinga, se por um lado alterou a dinâmica de sedimentos, por outro lado, constitui importante recurso hídrico e com sua construção as frequentes inundações na sede do município foram reduzidas.

O manancial de abastecimento é o Aquífero Dunas-Barreiras, tanto para a sede como para o bairro de Bela Vista, limítrofe com Parnamirim, onde a CAERN- Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte é responsável pelo suprimento. A despeito de apresentar boa qualidade, (apenas o PH abaixo de 6,0 na maior parte dos poços) os problemas de quantidade se mostram como de maior risco. O fornecimento de água para a sede apresenta intermitência (rodízio) e existem áreas elevadas com baixas pressões cujo atendimento depende de boosters.

No restante do município, o abastecimento é feito por associações de moradores e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) de São Gonçalo do Amarante, também pertencente à Região Metropolitana de Natal.

O sistema de esgotamento sanitário se encontra em processo de implantação, compreendendo as três bacias de esgotamento sanitário centrais, de maior densidade. As demais bacias serão contempladas somente numa segunda etapa.

O município de Macaíba está submetido a um risco eminente de colapso no abastecimento das suas duas principais áreas urbanas, com risco inclusive de intrusão salina do seu manancial subterrâneo, o Aquífero Barreiras. O município se vê forçado a negociar com o SAAE de São Gonçalo do Amarante e a comprar água desse município. Tem ainda a necessidade de pressionar a CAERN a pesquisar outras fontes de abastecimento para a garantia da regularidade no seu suprimento. Face ao porte do município e às dificuldades financeiras associadas à transferência de renda decorrente dos movimentos pendulares para os municípios vizinhos de maior população, a negociação é sempre difícil e tem-se no presente um momento tenso, em que os resultados desta negociação serão cruciais para garantir o suprimento e abastecimento de sua população.

4. DESAFIOS DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

De acordo com a Lei nº. 11.445/2007, a obrigação de planejar os serviços de saneamento é do titular, sendo esta a única atividade indelegável (podem ser delegadas a organização, a

regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços), ou seja, os municípios – independente de seu porte e condição econômica – são obrigados pela referida Lei a elaborar o planejamento dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem/ manejo das águas pluviais e manejo de resíduos sólidos/ limpeza pública. Desta forma, segundo o art. 9º, cabe aos municípios (titulares dos serviços) formular suas políticas públicas de saneamento básico, devendo para tanto elaborar seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). A Lei 12.305/2010 prevê ainda a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, que pode estar inserido nos PMSB (Lei 12305/2010, art 18, &1º).

O conteúdo mínimo do PMSB é estabelecido pelo art.19º da Lei 11.445/2007 e contempla:

-Diagnóstico da situação atual das condições dos quatro componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana/ manejo de águas pluviais e limpeza urbana/ manejo dos resíduos sólidos) e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização;

-Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

-Ações para emergências e contingências;

-Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Na referida Lei não há distinção entre o conteúdo mínimo para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico em razão do porte do município. Fazendo um paralelo com estudos ambientais, a depender do porte e do impacto do empreendimento, são elaborados documentos mais complexos, como estudos de impacto ambiental (EIA), ou mais simples, como os relatórios ambientais simplificados (RAS), os quais possuem conteúdos mínimos a serem apresentados, assim como complexidades bem distintas.

A ausência desta distinção para os PMSB faz com que os pequenos municípios contemplem em seus planos as mesmas informações que municípios bem maiores e mais estruturados, os quais possuem evidentemente maiores recursos – humano e financeiro – para elaboração de seus planos. O conteúdo do plano é definido por critérios técnicos baseados na realidade destes municípios maiores, o que resulta em planos grandes e complexos (alguns planos superam as 1.000 páginas) que na maioria das ocasiões, excedem a capacidade técnica e financeira dos pequenos municípios, tendo em vista que os mesmos – na maioria dos casos – não possuem em seu quadro funcional profissionais com conhecimento para elaboração de um documento tão complexo, nem tampouco dispõe de recursos financeiros para a contratação dos mesmos.

Tal situação foi confirmada por Lisboa, Heller e Silveira (2013), que destacaram que uma das principais razões apontadas pelos gestores municipais para elaboração dos planos de saneamento em municípios de pequeno porte é a limitação quanto à qualificação profissional e capacidade técnica municipal para elaboração dos mesmos.

Tal dificuldade é acentuada pelo fato da maior parte dos recursos para a elaboração dos planos municipais de saneamento destes municípios serem oriundas da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o que obriga os municípios a elaborarem seus PMSB em conformidade com o disposto no Termo de Referência (TR) da Fundação, o qual determina um grande detalhamento, sobretudo na etapa de diagnóstico, etapa que deve abranger os quatro componentes do saneamento básico, num nível mais desagregado, de maneira a caracterizar a área de planejamento (urbana e rural) observando suas especificidades.

Este é o caso, dos 86 (oitenta e seis) municípios do Rio Grande do Norte que compõem o Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) com intuito de fornecer apoio técnico às prefeituras destes municípios para elaborar seus Planos Municipais de Saneamento Básico. No âmbito deste projeto de pesquisa, as maiores dificuldades reportadas quanto a complexidade do PMSB dizem respeito à etapa de diagnóstico em razão da grande quantidade de informações a serem coletadas, as quais – sobretudo nas zonas rurais – nem sempre se encontram disponíveis, o que acarreta enormes dificuldade da equipe local em dar conta das demandas do plano.

Um fator interessante e inesperado observado pela equipe da UFRN é o desconhecimento das equipes locais quanto aos limites municipais, sendo comum o atendimento de determinadas comunidades rurais pertencentes ao município por municípios vizinhos, assim como este atender comunidades rurais de cidades limítrofes. Como o TR da FUNASA exige o detalhamento dos quatro eixos do saneamento em todas as comunidades do município, evidentemente, nestes casos há uma dificuldade adicional na coleta de dados, o que conseqüentemente prejudica a elaboração dos planos de saneamento nestes municípios.

Some-se ao exposto anteriormente, o fato que, em razão da baixa disponibilidade de mão obra qualificada em vários municípios, as equipes locais possuem uma série de demandas (no caso dos engenheiros elaboração de projetos e orçamentos, fiscalização e medição de obras, entre outros), além das referentes aos planos municipais de saneamento, o que faz com que a elaboração do plano não tenha continuidade. Soma-se a esse fato, um aspecto comum na maioria dos municípios brasileiros que é o limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal (LRF), pois mesmo com quadros capacitados e desenvolvendo os trabalhos inerentes ao planejamento, boa parte do pessoal envolvido tem de se desligar do quadro em determinado período para que o município atenda os critérios legais estabelecidos pela legislação no que diz respeito ao limite

prudencial. Essa prática é comum, tendo em vista que as pessoas delegadas pelo gestor municipal para desenvolver as atividades do plano são, em sua grande maioria, cargos comissionados, tendo em vista que os funcionários de carreira dos municípios de pequeno porte ocupam funções que não atendem por completo às necessidades exigidas pelo plano.

Lisboa, Heller e Silveira (2013), destacam que a qualificação profissional pode ser parcialmente resolvida mediante realização de capacitação e contratação de profissionais. Neste sentido, é importante destacar a premente necessidade de envolvimento da equipe técnica local, pois caso contrário corre-se o risco de o PMSB ser construído descolado da realidade do município.

Um das dificuldades relatadas pelos gestores para elaboração dos PMSB é a capacidade financeira dos municípios em contratar profissionais para elaboração dos mesmos (LISBOA, HELLER E SILVEIRA, 2013). Desta forma, com a qualificação da equipe local têm-se benefício adicional, da não necessidade de se onerar a folha de pessoal da Prefeitura com a contratação de profissional específico para elaboração do plano.

Quanto a este item, deve-se registrar que a FUNASA tem avançando neste sentido, como por exemplo, no caso do estado do Rio Grande do Norte, na qual a busca qualificar profissionais em cada município para elaborar a minuta de seus Planos Municipais de Saneamento Básico. Tal medida, conforme mencionado anteriormente, permite que o documento seja elaborado em conformidade com a realidade local e, portanto, mais adequado às particularidades dos municípios, bem como dotar os mesmos de quadros técnicos capazes de trabalhar nas demandas identificadas nos planos.

Outra dificuldade encontrada nos pequenos municípios é a integração dos mesmos com os prestadores de serviço, sobretudo as Companhias Estaduais de Saneamento, as quais possuem suas estruturas administrativas regionalizadas em cidades polos da região. Desta forma, os escritórios locais não detêm a maioria das informações necessárias à elaboração dos planos, as quais precisam ser encaminhadas pelas regionais e/ou pela administração central situada na capital, resultando em excessiva demora no envio das informações necessárias a consecução do Plano.

Por fim, mas não menos importante o critério político é uma das variáveis que traz uma das maiores dificuldades enfrentadas na elaboração dos planos em pequenos municípios, tendo em vista que muitas vezes os gestores municipais se negam a prestar determinadas informações sobre os serviços de saneamento temendo pelo seu futuro político ou por possíveis penalizações.

As dificuldades aqui relatadas resultam no quadro atual no qual, mesmo a existência do plano sendo condição para o município ter acesso a recursos federais na área de saneamento a partir de 31 de dezembro de 2019, muitos municípios, sobretudo os de pequeno porte localizados nos estados da região Norte e Nordeste, ainda não terem finalizados seus planos, o que pode

contribuir para o não atendimento da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que determina para o indicador G2 (porcentagem de municípios brasileiros com Plano) atinja 90% em 2033.

5. DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA PARA O SANEAMENTO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E OS POSSÍVEIS ENTRAVES ASSOCIADOS ÀS PROPOSTAS DE MUDANÇA DO MARCO LEGAL FEDERAL

Face aos desafios do equacionamento do saneamento nos pequenos municípios anteriormente apresentados, fica clara a necessidade de uma política pública que facilite e favoreça a solução também nesta modalidade de municípios, mesmo quando a solução enfrenta dificuldades e quando é deficitária a prestação do serviço. Atualmente as companhias de saneamento estaduais tem se utilizado do subsídio cruzado, ou seja, a margem de lucratividade que obtém nos maiores municípios propicia que se preste o serviço, mesmo de forma deficitária, em vários pequenos municípios. Em outros casos, os pequenos municípios se articulam em consórcios, para possibilitar a economia de escala necessária à viabilização do serviço. Embora o maior número de consórcios intermunicipais seja da área de saúde, é expressiva a parcela de consórcios também na área de saneamento, e a criação de consórcios para esta finalidade é um fato alvissareiro (ABRUCIO e SANO, 2013).

Considera-se importante que haja uma mudança da postura das companhias de água e esgotos, com relação às soluções locais de saneamento. No contexto atual, é absolutamente raro que uma companhia aceite fornecer assistência técnica, acompanhamento e orientações para sistemas locais e de pequeno porte, quer para captação de água, quer para o tratamento e disposição de esgotos no próprio lote. Nos Estados Unidos, por exemplo, são frequentes os casos em que a limpeza da fossa séptica é periodicamente realizada pela companhia responsável pelo saneamento, que cobra pelo serviço realizado juntamente com a cobrança pelo fornecimento de água.

Neste sentido considera-se estratégica a presença da esfera estadual, agindo junto com as companhias de saneamento, quer sejam municipais, estaduais ou consorciadas, atuando na cobertura das deficiências institucionais dos pequenos municípios, apoiando e dando suporte para as iniciativas de assistência técnica às soluções locais, descentralizadas.

A mudança do marco legal do saneamento, que tramita atualmente no Congresso Nacional (PL 3261) constitui uma séria ameaça ao bom equacionamento do serviço de saneamento nos pequenos municípios, em especial porque, ao induzir a privatização dos serviços, praticamente elimina a possibilidade do subsídio cruzado praticado pelas companhias estaduais e cria, de forma velada, um impeditivo à prestação de serviços através de consórcios de vários municípios.

Conforme indicado pela Nota Técnica do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, sobre o PL 3261/19, ao vedar a realização de novos contratos de programa (art. 13, §8º, Lei 11.107, com redação dada pelo art. 6º, PL 3261/19), o projeto de lei inviabiliza, juridicamente, a gestão associada de serviços públicos prevista na constituição (art. 241, CF), induzindo a privatização (IBDU, 2019). Essa nota técnica analisa os problemas desta proposição legislativa, na ótica do direito à cidade sustentável, autonomia dos municípios, planejamento como função pública, gestão democrática, participação e direito à água e ao saneamento como direito humano fundamental.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário têm características de monopólio. Os custos e as dificuldades de execução das redes fazem com que apenas um prestador do serviço se apresente para o consumidor. Neste contexto, é bastante arriscada a privatização dos serviços e tratamento da água e saneamento como mera mercadoria. Os maus resultados apresentados nos locais onde ocorreu a privatização, no Brasil e no mundo, não deixam dúvidas sobre os equívocos do projeto de lei que tramita atualmente no Congresso Nacional. No atual marco legal do saneamento a privatização está prevista e é uma alternativa para os municípios. Porém, o PL 3261 ora em debate, que se propõe a rever este marco legal, praticamente induz a privatização ao impedir que os municípios possam assinar contrato de programa com as empresas estaduais de saneamento ou mesmo com outros municípios com Serviços Autônomos ou não.

Avalia-se que caso venha a ser aprovado o PL3261/2019, há um risco concreto de aumento dos preços cobrados pelos serviços de saneamento nos pequenos municípios, ou a piora da qualidade dos serviços prestados ou a injeção de recursos públicos para subsidiar os serviços ou, o que é mais provável, uma associação destes três problemas.

Uma boa notícia com relação ao saneamento nas pequenas comunidades é a aprovação, em dezembro de 2019, do Programa Nacional de Saneamento Rural (BRASIL, 2019), que caso venha a ser efetivamente implementado, deve trazer uma melhoria importante para as condições de saneamento e saúde pública da parcela da população enquadrada no programa, que é da ordem de 39 milhões de pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios de pequeno porte, quer isolados ou integrantes de regiões metropolitanas, apresentam características específicas quanto aos serviços de saneamento e também quanto ao planejamento destes serviços que fazem com que seja claramente estratégica uma abordagem diferenciada daquela que é adotada nos municípios de médio e grande porte. A necessidade de enfrentar os desafios da pequena escala e o potencial para a utilização de soluções locais e alternativas aos sistemas tradicionalmente utilizados nos grandes centros, indicam claramente a necessidade de um partido diferenciado de planejamento, projeto, construção e operação destes

serviços. Considera-se fundamental levar em conta as facilidades decorrentes das maiores disponibilidades de terra intra urbana e nas proximidades da área urbanizada, como forma de redução dos custos dos serviços, assim como avançar nas diferentes modalidades da cooperação intergovernamental, em especial nos consórcios, para que se consiga a necessária otimização decorrente dessa associação.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. & SANO, H. *Associativismo intergovenamental: experiências brasileiras. Inovação na Gestão Pública. Cooperação Brasil/Espanha*. Editora IABS. Brasília: 2013.
- BRASIL. Programa Nacional de Saneamento Rural / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2019. 260 p. e BRASIL- *Programa Saneamento Brasil Rural / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde*. – Brasília: Funasa, 2019. 27 p. Disponível em: <https://www.saneamentobrasilrural.com.br/livro-tecnico.pdf>. Acesso dia 17/12/2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab*. Brasília: Ministério das Cidades/SNSA, 2013.
- BRASIL. Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Termo de referência para elaboração de plano municipal de saneamento básico*. Brasília, 2018. 187p.
- CRUZ, P.M.F. e MORETTI, R. S. Ação do Poder Público no Planejamento da Área Rural. In: *XVI Enanpur-Desenvolvimento, Planejamento e Insurgências*. Belo Horizonte, Anpur, 2015.
- CRUZ, P.M.F. *A Área Rural no Planejamento Territorial: reflexões sobre o enquadramento do rural e sobre a atuação da esfera municipal no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do ABC- Programa de Planejamento e Gestão do Território. Santo André, 2016.
- DOWBOR, L. *O que é poder local*. Impertriz, MA: Ética, 2016.
- GALDERISI, A. e GIADA, L. Italian small villages: strengths and weaknesses of on-going strategies for revitalizing a fragile heritage. *Anais do STC 2019- Small Towns Conference*. Salerno, 2019.
- Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico- IBDU. *Nota Técnica sobre o PL 3261/19 – Ameaça ao direito à água e ao saneamento como componente do direito à cidade sustentável* Disponível em <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/NOTA-T%C3%89CNICA-DO-IBDU-SOBRE-O-PL-3261.pdf>. Acesso dia 15 de dezembro de 2019.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015: IBGE. Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf. Acesso dia 8 de maio de 2019.

FNP- Frente Nacional de Prefeitos. *Anuário Multi Cidades: Finanças dos Municípios do Brasil*, Vitória, ES. Disponível em;
<http://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/476-anuario-multi-cidades-2017>>
Acesso dia 8 de maio de 2019.

KUHN, F. [2018]. *A política de saneamento básico na federação brasileira e as desigualdades regionais: uma análise dos municípios paulistas*. Dissertação (Mestrado). UFABC- Programa de Planejamento e Gestão do Território. Santo André-SP.206 pp.

LISBOA, S. S.; HELLER, L.; SILVEIRA, R. B. Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores: experiências brasileiras. *Engenharia Sanitária e Ambiental*. Vol. 18. n4. out/dez . 341-348. Editora ABES. Rio de Janeiro: 2013.

MORETTI, R.S. FREITAS, E. e CAVALCANTI, E. Forgotten cities: analysis of the problems and challenges of small towns in Brazil. *Anais do STC 2019- Small Towns Conference*. Salerno, 2019.

TEMPO DE ESPERAR: A RESISTÊNCIA, ESTRATÉGIAS E LUTA
EM ACAMPAMENTOS MST NO OESTE DO PARANÁ
*TIEMPO DE ESPERA: RESITENCIA, ESTRATEGIAS Y LUCHA EN
LOS CAMPAMENTOS DE MST EN EL OESTE DE PARANÁ*

Maria Cristina Lobregat¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas interpretações produzidas a partir das experiências etnográficas vividas durante a pesquisa de doutorado vinculada ao PPGSCF- Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), cujo objetivo consistia em interpretar as variadas estratégias de espera e resistência de trabalhadores sem-terra, em situação de “liminaridade” (TURNER, 2013) em dois Acampamentos MST localizados em São Miguel do Iguazu e Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos na região oeste do Paraná. Os dados foram obtidos por meio da observação participante, entrevistas nos acampamentos e anotações em caderno de campo. O grupo social de trabalhadores rurais sem-terra, consiste em um conjunto de famílias que retornaram ao Brasil no início dos anos 2000 e integraram-se ao MST após a experiência de viver no Paraguai. As análises das narrativas retomam as memórias de luta e resistência que compõem o tempo de espera pela terra. Nesse sentido, as interpretações das possibilidades conclusivas refletem as estratégias de resistência, luta e espera pela terra após as ocupações/despejos, bem como das constituições dos “lugares” familiares e coletivos dentro dos acampamentos que definem o provisório em um “tempo de espera” longo pelo período de existência de cada acampamento (entre 5 e 15 anos em 2019), são o tempo e o espaço materializando a luta e resistência na experiência do trabalhador acampado.

Palavras-chave: Etnografia. Acampamentos MST. Resistência. Espera.

RESUMEN

Este artículo presenta algunas interpretaciones producidas a partir de las experiencias etnográficas vividas durante la investigación doctoral vinculada al PPGSCF- Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), cuyo objetivo fue interpretar las variadas estrategias de espera y resistencia de los trabajadores sin tierra, en una situación de "liminalidad" (TURNER, 2013) en dos campamentos del MST ubicados en São Miguel do Iguazu y Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos en la región oeste de Paraná. Los datos se obtuvieron mediante la observación participante, entrevistas en los campamentos y anotaciones en un cuaderno de campo. El grupo social de los trabajadores rurales sin tierra está formado por un grupo de familias que regresaron a Brasil a principios de la década de 2000 y se unieron al MST

¹ Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras - UNIOESTE (2021), Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre - UFAC (2013), Especialista em Literatura e Pesquisa pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1996) e graduada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1992).

tras la experiencia de vivir en Paraguay. Los análisis de las narraciones retoman las memorias de lucha y resistencia que conforman el tiempo de espera de la tierra. En este sentido, las interpretaciones de las posibilidades conclusivas reflejan las estrategias de resistencia, lucha y espera por la tierra después de las ocupaciones/desalojos, así como de las constituciones de "lugares" familiares y colectivos dentro de los campamentos que definen lo provisional en un largo "tiempo de espera" para el periodo de existencia de cada campamento (entre 5 y 15 años en 2019), son tiempo y espacio materializando la lucha y la resistencia en la experiencia del trabajador acampado.

Palabras clave: Etnografía. Campamentos del MST. La resistencia. La espera.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida para iniciar este artigo envolve a possível compreensão e a apresentação necessária do “tempo ativo na espera”² constituído de experiências e estratégias de luta de trabalhadores sem-terra enquanto vivem em Acampamentos MST. Durante a pesquisa etnográfica realizada entre 2018 e 2019 no período de doutoramento no PPGSCF/UNIOESTE houve um contato direto com o cotidiano de dois Acampamentos do MST: Sebastião Camargo em São Miguel do Iguazu e Chico Mendes em Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos na região oeste do Paraná. A partir dessa aproximação com as famílias de trabalhadores sem-terra, observou-se que havia a necessidade de pensar o tempo como categoria de análise. Foi exercitando a reflexão sobre o tempo que a “espera” destacou-se no contexto e a condução de toda a discussão foi envolvida por análises, teorias e problemas provenientes de diversas áreas de conhecimento no campo das humanidades. Esse enfoque analítico exigiu um encontro de disciplinas para excluir, distanciar, aproximar e/ou aperfeiçoar as discussões científicas envolvendo o tempo.

O artigo inicia pela contextualização da relação da pesquisa com a ideia de “tempo ativo na espera” envolvendo a organização de referenciais teóricos e dados coletados após a pesquisa etnográfica, já que a luta, resistência e espera passam a ter um papel insistente e preponderante para pensar a experiência dos trabalhadores rurais sem-terra que se movimentam e praticam o espaço, enquanto, cronologicamente, o tempo passa anunciando uma densidade temporal repleta de estratégias de permanência na terra ocupada.

Para a percepção do tempo vivido no acampamento, durante a observação participante, ancorar-se em Jhoanes Fabian foi necessário para compreender as formas oscilantes entre o pesquisador e o pesquisado. O autor destaca que muitas vezes o antropólogo constrói seu objeto,

² O “tempo ativo na espera” faz parte da discussão presente na tese de doutorado defendida em abril de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF/UNIOESTE). Este artigo reafirma as reflexões teóricas contidas na argumentação central da pesquisa. Na tese de doutorado os nomes dos entrevistados não são revelados e como estratégia de ocultamento.

o “outro”, a partir da negação de compartilhamento do tempo. Tal problematização elenca a reflexão necessária durante a pesquisa de campo, tornando claro que “[...] não há conhecimento sobre o Outro que também não seja um ato temporal, histórico, político” (FABIAN, 2013, p. 40) e que um distanciamento interfere na “intersubjetividade” e na relação com “outro”.

A partir das escolhas teóricas (FABIAN (2013); GEERTZ (2015) e CARDOSO OLIVEIRA (2006)) que conduziram a pesquisa, foi possível entender a espera pela terra durante longo tempo no Acampamento Chico Mendes (15 anos em 2019) e Sebastião Camargo (5 anos em 2019). As famílias acampadas participantes da pesquisa possuem experiências temporais que envolvem a ida ao Paraguai e o retorno ao Brasil, o partir/ficar, além do ocupar/esperar. Aquele que não viveu a experiência de migrar, retornar e se inserir em um contexto de luta pela terra, talvez não consiga compreender, a espera pela reforma agrária durante um tempo longo vivendo de maneira provisória. Pode ser complexo entender o morar no acampamento, normalmente, em condições avaliadas pelo próprio olhar do acampado como precárias, sem estar atento ao valor simbólico das habitações em lona. São realidades diferentes entre pesquisador e pesquisados, o que dificulta alguns enfrentamentos relacionados a esse modo de viver para alguém que tem diante de si a pesquisa etnográfica. O principal argumento levantado por Fabian insinua o papel dinâmico e ativo do pesquisador nos trabalhos de campo para, além de adquirir o “sentido” da vida dos grupos pesquisados, também “se colocar dentro desse sentido” (FABIAN, 2013). Um reconstruir-se contínuo presente em todos os momentos da pesquisa de campo. “Situar-nos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal” (GEERTZ, 2015, p.10), entretanto, apenas com uma postura comunicativa e de respeito ao outro é que a aproximação com o grupo estudado poderá ser mais completa e significativa.

A partir da compreensão do tempo vivido dentro do acampamento e das experiências constituídas pelos despejos (insistentes na memória individual e coletiva de luta), buscou-se atenuar o processo complexo que o tempo ativo na espera representa. Com isso, a forma de morar é também interpretada como uma estratégia simbólica de resistência com a construção de habitações reconhecidas como “barracos de lona” que além dos significados ocultos também fornecem estratégias de mobilidade para o trabalhador sem-terra em situações de tensões e despejos.

2. MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA E POSSIBILIDADES DE ESPERA

Na tentativa de abandonar os conceitos pré-concebidos no fazer etnográfico, surgia a necessidade de pensar a partir da teoria de Geertz com a “descrição densa” e o “estar lá” como pontos importantes na interpretação e na compreensão etnográfica (GEERTZ, 2015). A busca de

significados seguiu pistas construídas pelas famílias de trabalhadores sem-terra acampados, sendo que as experiências e o cotidiano dos atores mostraram que significados foram construídos e reconstruídos durante o convívio deles no acampamento. Torna-se necessário destacar que as entrevistas e aproximações aconteceram, especificamente, com as famílias retornadas do Paraguai e engajaram na luta pela reforma agrária ao se instalarem em acampamentos do MST.

Os comportamentos dentro da coletividade, do “todo complexo” (GEERTZ, 2015), possibilitam singularidades ao modo de estar e ser nos Acampamentos. Foi possível perceber que embora exista um jogo social com base em normas internas que organizam o MST, há a individualidade em diversas situações. A relação de cada trabalhador acampado com o espaço ocupado, com as práticas diárias e com o tempo vivido possui significados próprios para cada um. Com base na reflexão de Geertz foi preciso recusar esquemas universais em prol da participação do olhar local, na experiência etnográfica, essa postura propiciou uma interação melhor na pesquisa de campo, na atenção ao tempo dos acampados e evitar as armadilhas do julgamento e do senso comum em relação ao próprio movimento MST. O “estar lá” foi importantíssimo, mas o “estar aqui” é de certa forma instigante e bastante discutido por Clifford Geertz (2005) que menciona o nervosismo ao “[...] pretender explicar o outro enigmático sob a alegação de ter convivido com ele [...]” (GEERTZ, 2005, p.171). Existe uma insistente necessidade de diversificar as formas de pesquisar/decifrar a realidade pesquisada para “adaptar-nos a uma situação ao mesmo tempo fluida, plural, descentralizada e irradicavelmente desorganizada” (GEERTZ, 2014, p. 26). A perspectiva de Geertz, vinculado à corrente antropológica interpretativa, entende a cultura como um sistema de símbolos e pode ser variável, com sua própria dinâmica capaz de interagir e moldar as bases externas ou materiais, sobre as quais podem ser feitas interpretações, e, a partir delas, torna-se perceptível a rejeição aos esquemas universais de estudar um grupo social como o de acampados, por exemplo. O antropólogo usa a ideia de teia produzida dentro de um sistema compartilhado. O que representa as concepções culturais de um grupo são os mitos, os rituais e os símbolos. Victor Turner (2013) completa a ideia acrescentando que há significados desconhecidos pelos próprios membros do grupo, sem terem a consciência desses saberes, sendo possível e até mesmo conveniente uma interpretação externa a esse grupo. Os símbolos expressam ideias e maneiras de pensar o/no cotidiano, na realidade vivida pelo grupo e podem ser polissêmicos, ou seja, muitos significados e diversos sentidos, provocando reações, intenções e sentimentos diferentes. Na realidade experimentada e experienciada no acampamento a partir da permanência na espera, os trabalhadores constroem seus significados em relação ao valor simbólico do “barraco de lona”, por exemplo.

Ao observar a provisoriedade do “barraco de lona”, a primeira impressão pode ser a de precariedade e ausência de política social. Na entrevista semiestruturada, havia a pergunta sobre a forma de viver em uma provisoriedade “quase” que permanente e como eles percebiam e

sentiam essa realidade. Com o objetivo de exemplificar e interpretar essa condição provisória vivida no acampamento e sustentada em um tempo de espera, este texto traz experiências do Acampamento Sebastião Camargo em uma das entrevistas. Os “barracos de lona” estão dispostos no lado direito da estrada principal, há energia elétrica e água encanada no espaço ocupado. Uma das trabalhadoras e moradora nesse acampamento, disse que não é autorizado fazer piso de cimento, cerâmica ou lajotas, pois todos sabem da provisoriamente de estadia no espaço e, por ser um bosque, não querem danificar o solo com ruínas de construções. Podem, no entanto, fazer paredes e assoalhos de madeira e deve haver a presença da lona preta, uma característica comum em Acampamentos do MST.

Os trabalhadores vivem em habitações, conhecidas como barracos, e com mínimo de conforto e apenas o necessário para manter o cotidiano. Nesse sentido, a referência da pesquisadora é a habitação urbana em bairros com saneamento, calçadas e esgoto, a dificuldade em habitar uma “casa” improvisada, como é o caso do “barraco de lona”, já significava uma certeza aos olhos de pesquisadora que é de “fora”. As dificuldades interligam-se ao clima da região, quando, no verão, o calor é intenso e, no inverno, as temperaturas baixas causam doenças respiratórias. Em resumo, a palavra que dava significado à condição era vulnerabilidade, naquele momento de observação. Com a regularidade de visitas e a convivência com os acampados, e antes de pré-julgamentos, foi necessário interpretar o que motivava o desejo de estar “em cima da terra”, mantendo a condição prolongada (5 e 15 anos) “debaixo da lona”.

Em entrevista gravada com uma moradora, apareceu como tema o viver na provisoriamente. Essa trabalhadora, desde criança, morou em acampamento com os pais; depois, no primeiro casamento com o marido e filhos e, após a separação, continuou no Acampamento Sebastião Camargo. À minha curiosidade sobre suas condições de moradia tão precárias, respondeu:

É só falta de conforto! Tu não tem conforto nenhum, não tem! Não tem conforto, né? Mas eu, pessoalmente, não me incomodo! Pra dizer bem a verdade pra você, eu não me incomodo. Eu me incomodo de a gente viver anos e anos da vida da gente, lutando, e, né? A autoridade tem, tem, tem, né, várias formas de ajudar a resolver e não ajuda, só atrapalha. Não me incomodo, eu digo de uma forma assim, ó, dizer assim, ó “eu vim ‘debaixo da lona’”, isso me irrita? Não! Isso não me irrita, porque eu tenho objetivo, **eu tenho um sonho para alcançar, que é ter uma vida digna e é por isso que a gente está aqui.** A gente tá aqui pra isso. Porque eu acho que desde que tu coloque teu sonho pra frente, nada é empecilho pra você de conseguir. Porque daí se eu dizer “eu vou me irritar com a lona, eu vou me irritar em dormir debaixo de um barraco?” tu não alcança o que você quer. Eu acho que você tem que buscar algo maior! Tem que colocar algo maior na sua frente, pra você... claro que não é fácil! (Trabalhadora rural sem-terra do acampamento Sebastião Camargo)

A entrevistada se atém à esperança de conquistar um “lote” a partir da resistência e luta coletiva, o que impulsiona a espera em condições sem conforto. Quando fala de sonho e da

realização dele ressalta que deve haver a contrapartida de sacrifício, como se fosse uma recompensa imaterial de caráter subjetivo. O “barraco de lona” também significa para a acampada entrevistada, uma forma de resistência e luta, mesmo sabendo que há inúmeras dificuldades geradas pelo desconforto. Entretanto, o sonho de conseguir conquistar a terra é mais agudo que o desconforto. Para ela, sem o sonho de conquistar “um pedaço de terra” não há luta. É o sonho que a mantém “debaixo da lona”. Há também o valor simbólico do barraco de lona que implica em transmitir a necessidade da reforma agrária, e isso se transforma em uma prática dentro do MST, ou seja, é necessário revestir a cobertura das casas com lonas pretas. Roseli Caldart (2000) alerta que essas habitações, classificadas como “barracos” dentro dos acampamentos, são marcas simbólicas do próprio movimento social. E essa habitação é construída, normalmente, na área que futuramente pode se transformar em assentamento, em outras situações, situam-se à margem de rodovias que dão acesso à fazenda onde se quer ocupar. Os barracos representam uma linguagem social com o objetivo de trazer a visibilidade da luta pela terra, além de sensibilizar e mobilizar a opinião pública, “[...] uma forma de reivindicar demandas sociais ao Estado, políticas públicas, nesse caso, desapropriação de terras para fins de reforma agrária” (LOERA, 2014, p. 24).

Quando os trabalhadores rurais retornados do Paraguai participou das ocupações ligadas ao MST e ergueu sua habitação com lonas pretas, eles confirmaram, simbolicamente, que são candidatos à reforma agrária. Da mesma forma, para o grupo em geral, a união dos barracos significa que aquele espaço físico é o que se pretende ocupar. Essa mensagem é comunicada ao Incra, e o Estado sabe que o próximo passo será ou não a desapropriação do imóvel rural. (CALDART, 2000). Muitos acampados utilizam essa prática, mas desconhecem a simbologia da lona preta. Esses símbolos são construídos pelo MST e o trabalhador recém-chegado também se apropria deles para se manter como parte do grupo.

A vida no acampamento possui muitas experiências compostas pela violência. Tanto o Acampamento Sebastião Camargo quanto o Chico Mendes passaram pela experiência do despejo e de constantes ameaças de despejo. A ocupação precede o despejo, quase como uma regra a ser seguida como estratégia de repressão. Comentando essa ordem cronológica, emerge a ideia da naturalização do despejo, ou seja, todo acampado sabe que pode ser despejado.

Os trabalhadores rurais acampados não aceitam viver nas periferias pobres urbanas e também não concordam com o modelo agrário/exportador executado pelos latifúndios existentes no estado. O posicionamento político dos trabalhadores sem-terra é um motivo para a estigmatização deles como invasores. Simultaneamente a isso há o poder do Estado, frequentemente aliado a setores conservadores, sendo que há o emprego de violência juntamente com formas invisíveis de poder simbólico, produzindo princípios de legitimidade que criminalizam os sem-terra. Entende-se o Estado como aquele que detém o monopólio de violência física e simbólica, como definiu Bourdieu a partir de Weber.

Há também um forte empenho em legitimar as ações violentas, formando a opinião pública, construindo subjetividades que aceitam a discriminação do grupo social composto por trabalhadores sem-terra. A caracterização dos trabalhadores sem-terra como “terroristas”, “invasores” é criada, isto é, aquele que, ao invés de trabalhar para “comprar” sua terra, precisa “invadir” a propriedade privada de outro para “ganhar” a terra. O mecanismo jurídico pertence a uma sociedade com leis equivalentes a armas com as quais a opressão é materializada ou os privilégios são preservados.

A trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra define as ocupações como estratégias de luta, bem como a posterior formação de acampamentos. Dessa forma, a ocupação e a(s) marcha(s) dão visibilidade à luta transformando-a em fato social, o que legitima o MST e seus objetivos. O movimento utiliza essas estratégias contra os órgãos responsáveis pela política agrária no Brasil cuja meta deveria ser a democratização do acesso à terra, mas encontra sempre uma força contrária aos ideais de divisão de latifúndios, o que resulta em despejos acompanhados pela violência.

Muitos fatos marcaram a história do MST³. Um deles é conhecido como o Massacre de Corumbiara⁴, ocorrido em Rondônia no ano de 1995; e o Massacre do Eldorado dos Carajás, ocorrido na rodovia estadual PA 150, estado do Pará, em 1996. Os dois massacres ficaram impunes. Devido a violência, foram transformados em fatos políticos fortalecendo a resistência do MST. Nesse sentido, a experiência de despejo, com violência policial, vincula os trabalhadores ainda mais à luta pela terra e aos ideais de reforma agrária debatidos dentro do MST.

O grupo de trabalhadores envolvidos na pesquisa de doutorado passaram pelas experiências de despejo e sabem que este é inerente ao acampamento, bem como a violência pode ou não acontecer. A espera, fortalecida pela luta pela reforma agrária, foi caracterizada pela experiência de despejo nos dois acampamentos. As memórias são de um tempo vivenciado e envolve narrativas que buscam na memória as diferentes e as semelhantes experiências dos acampados ao experimentarem a contrapartida do Estado, normalmente composta por violência. Nos relatos de cada um, a experiência do despejo associa-se à permanência na luta. Segundo o que foi narrado, aqueles que permanecem ligados ao MST após o despejo são símbolos de resistência e merecedores da terra.

³ Na região oeste do Paraná, a violência no campo também foi uma estratégia do Estado e das milícias. Sebastião Camargo era trabalhador rural, foi assassinado aos 65 anos durante um despejo ilegal da Fazenda Santo Ângelo realizado por uma milícia privada vinculada à UDR (União Democrática Ruralista), no dia 7 de fevereiro de 1998, no município de Marilena, noroeste do Paraná. Disponível em: mst.org.br/2016/12/16/mais-de-18-anos-depois-estado-do-parana-se-retrata-pela-morte-de-trabalhador-rural-sem-terra

⁴ Na página da CPT, há detalhes do massacre registrado no capítulo do livro *Corumbiara: caso encerrado*, de João Peres. Disponível em www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo

Dialogando com os acampados do Acampamento Sebastião Camargo, veio à tona a experiência de despejo de uma fazenda no município de Santa Terezinha do Iguaçu. Em março de 2016, as famílias acampadas no Acampamento Sebastião Camargo, deslocaram-se para a ocupação da Fazenda Santa Maria⁵ e em maio do mesmo ano foram despejadas. Ao lembrarem do despejo, constroem uma memória coletiva; suas conclusões sobre a experiência de despejo são diferentes. Cada memória pessoal é um ponto de vista referente à memória coletiva. A narrativa demonstra a lembrança dos detalhes mais significativos, considerando a presença da violência dos policiais:

Ai, ali foi uma experiência horrível, foi uma experiência assim, ele falou assim... Eu tava subindo, né, ele disse pra nós, pros piá⁶ que tava junto “Vocês põe tudo a mochila no chão e põe a mão para trás”. Eu pensei: eles vão metralhar, né? Daí tava meu filho, tava sobrinha do meu ex-marido, tava minha ex-cunhada, nós tava nuns oito, assim. Aí eu não, porque eu estava com meu filho deficiente, né? Meio que entenderam, aí ele falou: “A senhora fica aí”. Aí eu falei: “Policial você vai matar o meu filho?” Ele não respondeu. Daí eu falei assim: “Se o senhor vai matar, o senhor me avisa porque daí eu quero virar as costas, eu não quero ver”. Aí ele não respondeu e eu falei assim: “Vai matar eles? Vai fazer que nem fizeram lá com o Camargo?”, que é o Sebastião Camargo, né? (Entrevista concedida em 15/10/2018)

Uma lembrança bastante individual na qual a entrevistada ressalta seus receios, suas angústias e seu desespero. A narrativa é composta por outras pessoas presentes no momento do confronto, é uma descrição de um evento coletivo. Além disso, é estabelecido não só um julgamento de valor à experiência, qualificada como “horrível” pela violência sofrida por ela, mas também pelo que lembrou de outros conflitos em outros acampamentos. Esse fato, ao ser revivido, a fez lembrar de outro do qual ela não participou, mas foi construído pela memória coletiva por meio das narrativas que os grupos vão formulando e mantendo vivo na memória coletiva do grupo. Os trabalhadores que acampam reconhecem a possibilidade do despejo quando ocupam a área. A construção de barracos também adquire sentido quando se pensa em despejo; há uma orientação da organização do movimento social para que as habitações sejam provisórias antecipando a possibilidade de serem despejados. Aliado a tudo isso, a resistência após o despejo é fortalecida e o tempo de espera é expandido.

A assimilação das lembranças de despejo são diferentes para os membros do grupo social que passou pela mesma experiência. Outra acampada entrevistada também narra os fatos com outros detalhes.

⁵ A fazenda Santa Maria, localizada no município de Santa Terezinha do Iguaçu, na região oeste do Paraná, foi ocupada em março de 2016. Na ocasião, os possíveis proprietários estavam envolvidos no desvio de dinheiro público na Petrobrás, citados nas delações do doleiro Alberto Youssef e do lobista Fernando Moura, durante as investigações da Operação Lava Jato. As famílias moradoras no Acampamento Sebastião Camargo ocuparam a fazenda esperando uma negociação do Incra, já que havia irregularidades na propriedade, mas não obtiveram êxito e foram despejadas em 18 de maio de 2016, com a presença de policiais e bastante violência. (LOBREGAT, 2021)

⁶ Variante Linguística regional paranaense que significa menino, garoto.

Dentro de dois meses, fora de lá de novo! Chegamos aqui, fiquemos, nossa! Foi muito sofrimento! E era ainda num dia chuvoso! Chuva, chuva! E o pessoal com as coisa molhando! Tudo na chuva e os policial escoltando o pessoal daqui.

_Mas foi violento ou não? (Cristina)

_Não, não foi violento por causa de que nós saimo de lá. Se nós tivesse ficado dentro das casa... Por causa de que quando falou que a polícia já tinha entrado por cima na sede, nós tinha saído pra BR. Daí a polícia entrou lá e não encontrou ninguém, mas se eles encontrasse lá nós, seria violento, eles ia bater mesmo! Mas o pessoal já sabia, já! O pessoal que levou nós, porque eles pegaro e sairo tudo, sairo na frente. (Entrevista concedida em 27/11/2018)

O ponto de vista da segunda entrevistada sobre a violência dos policiais se diferencia da narrativa anterior e já citada. A experiência descrita no segundo fragmento mostra que a ação de despejo não gerou trauma como a da anterior. O sofrimento nesse caso aparece como característica pós-despejo, quando as “famílias” retornaram ao Acampamento Sebastião Camargo e ficaram juntas em um mesmo espaço, sem suas residências, muitos sem os pertences pessoais e todos sem a terra que almejavam conquistar. Segundo as histórias que os acampados narraram, todos dividiram o espaço do barracão do ITEPA⁷, amontoados e vivendo coletivamente por vários meses, pois, com a ação do despejo muitos barracos foram destruídos. Os despejados, sem recursos para construir novas casas, não tinham em suas posses muitas coisas além de roupas, documentos e panelas. Necessitaram de meses para iniciarem a montagem de novos barracos no local.

O despejo ocorrido em Santa Maria é narrado com ênfase e detalhes de violência pela terceira trabalhadora entrevistada. Na ocasião do despejo, a estratégia dos acampados foi fugir até a BR 277. Como relata a primeira entrevistada havia poucas pessoas no momento do despejo “surpresa”, pois a maioria dos acampados estava em atividades de trabalho fora da ocupação.

E como a gente foi para Santa Maria e foi um despejo trágico, não sei se você viu! Se nós não tivesse saído pra BR, nós tinha sido queimado lá dentro, eu não sei o que acontecia. Nós saímos, né, assim que a gente soube veio o batalhão de choque em peso! É uma coisa como se fosse uma guerra! Pra despejar nós! Aí viemos pra BR encontrar eles, eles na BR, ali no portão de Santa Maria. Eles não tavam deixando ninguém entrar, reportagem nenhuma. Eu não sei o que que eles iam fazer com nós ali, não sei qual era a estratégia. Como eles foram surpreendidos com nós tudo na BR, mudou né? O meu filho mais novo foi um que caiu por causa de gás, né? Spray e gás de pimenta! Sete criança desmaiou na beira da BR. Muita bomba de gás, o meu filho foi um que caiu. Muita bomba de gás e pimenta, muita covardia e tinha pouca gente na época. A gente acampou lá com mil e quinhentas pessoas, durante três meses chegou a quase três mil. No dia do despejo como a gente foi pego desprevenido, tinha muita pouca gente. O povo saía trabalhar, né? Trabalhar e se virar, já tava mais tranquilo assim. Foi muito assim, foi do golpe, quando aconteceu o golpe com a Dilma, o despejo veio junto. Então permanecemos na área de fevereiro até

⁷ ITEPA (Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária), instituição que funcionou até 2014, foi desativada devido à ausência de recursos federais.

maio, até maio quando veio o golpe da Dilma e o brinde foi pra nós. Porque veio o despejo junto! (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Essa narradora interpreta e baseia-se no argumento referente à força política que se iniciava após o *impeachment* de Dilma Rousseff e àquilo que a fazenda, citada durante a investigação Lava Jato, representava. Para os acampados, estava muito claro que com a mudança de governo em 2016, as políticas também mudariam as estratégias, e o despejo passaria a ser uma realidade com bastante recorrência. A ocasião latejava a suspeita de despejo e ao mesmo tempo fortalecia a resistência.

O despejo experienciado pelos acampados de Sebastião Camargo não se restringe apenas a agressões física e/ou verbal e mortes que entram em estatísticas. O despejo nunca será pacífico, pois é um deslocamento forçado não só de um espaço geográfico, mas de um espaço praticado, onde se constroem relações entre os vizinhos, do cultivo no quintal, das amizades entre os filhos dos vizinhos, reelaboração das mobilidades e o significado dado à possibilidade de ser assentado. A violência está também na desconstrução do vivido e experienciado no espaço ocupado e, posteriormente, praticado.

Durante a pesquisa etnográfica, a temática do despejo era ressaltada nas falas dos entrevistados. Conforme dados do relatório da CPT– Caderno Conflitos no Campo/2018, no ano de 2018, aconteceram 1124 conflitos no campo o que justificava o receio deles sobre os rumos que um novo governo poderia tomar. Com a posse do presidente eleito Jair Bolsonaro, em 2019, o número de conflitos no campo aumentou para 1254, acompanhados de 28 assassinatos, mas ainda não há dados levantados e publicados referentes a 2020, um ano marcado pela pandemia do Covid-19.

Em 2018, durante a etnografia, um dos pontos interessantes nas narrativas dos trabalhadores do Acampamento Sebastião Camargo é que todos que falaram da ida à Fazenda Santa Maria, exaltaram o número expressivo de “famílias”, uma grande romaria, o que traduz uma das estratégias de ocupação do MST. Além disso, tais narrativas de caminhada das “famílias” até a fazenda destacam as lembranças semelhantes entre os membros do mesmo grupo. A forma de interpretar o despejo é um tanto individual, mas juntando as peças forma-se uma coletividade. Quando o morador do acampamento passa pela experiência do despejo, o seu engajamento é mais intenso pelo significado do ato simbólico que fortifica a resistência. Para o acampado recém-chegado, o despejo não possui o mesmo significado que para o morador mais antigo com experiência de despejo. Tal experiência desenvolve um vínculo com o ideal de conseguir uma terra para trabalhar. Isso demonstra que as recordações possuem aspectos tanto pessoais como coletivos e se articulam, entretanto, a dimensão social da memória faz dos entrevistados os verdadeiros protagonistas da própria história. O trabalhador que passa pela experiência de ocupação e despejo desenvolve uma identificação maior com a luta pela terra enquanto espera

conquistá-la. É durante a espera que as histórias de um tempo vivido são contadas aos novos integrantes e aos filhos, marcando na memória um fato político utilizado como argumento de visibilidade do MST. Nesse contexto, o lembrar é um ato político de resistência e luta.

O tempo de espera não é imóvel, é um esperar em movimento e, a partir das experiências do grupo, as estratégias de permanência e resistência vão se materializando em ações anteriores e posteriores ao despejo. No Acampamento Chico Mendes, a tentativa de despejo aconteceu logo após a ocupação, entretanto as estratégias de resistência atingiram êxito, e conseguiram permanecer no local que ocuparam em 2004. As narrativas são compostas de orgulho por vencer a luta. Enquanto narravam a história acontecida há quinze anos, era possível entender os motivos do vínculo de cada um com aquele “pedaço de chão” e, sobretudo, com o MST. O movimento social, com mais de trinta anos de história, teve expansão e conquistas como resultados da resistência, luta e até mesmo de fatos de violência contra lideranças e integrantes do movimento. Esse caminhar faz com que o MST mantenha na agenda política a questão da reforma agrária, propondo, através da luta, outro caminho para um tipo de desenvolvimento avesso ao agronegócio. Em 2019, completam-se quinze anos, quase a metade da existência do MST, que os acampados do Chico Mendes estão vivendo no mesmo espaço, sobrevivendo às ameaças de despejo intensificadas a partir de 2017. Antes disso, logo depois da ocupação, o acampados foram vitoriosos no enfrentamento com a ameaça de despejo.

Sim, naquele tempo o Movimento tinha muita pessoa. Daí veio ali a polícia para tirar nós, mas não chegou ali no acampamento. Ficou, ficou assim, pra lá assim que vai pra Matelândia não tem uns pé de eucalipto?

_Sim. (Cristina)

_Então, lá nós derrubamos eucalipto na estrada e não deixemos eles passar. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

A narrativa traz a experiência de enfrentamento para se manterem acampados. Antecipadamente à chegada da polícia foi feita uma barreira na rodovia estadual, PR 597, antes da estrada de pavimentação poliédrica que dá acesso ao Acampamento Chico Mendes. Durante os quinze anos de acampamento, foi apenas essa a tentativa de despejo envolvendo policiais. Depois disso, só recebem ameaças da proprietária da fazenda e visitas inesperadas de homens desempenhando o papel de “seguranças” da proprietária. Atualmente, o processo de ocupação está na via judicial, um novo caminho que seguem para tentar a Lei de Usucapião, devido à morosidade do Incra para definir questões de desapropriações, e a reforma agrária está em segundo plano no contexto político.

A tentativa, real e aparelhada, de despejo no Acampamento Chico Mendes aconteceu em 2004, após cenário de violência nos anos anteriores, com massacres pelo país, o que pode ter sido um impeditivo na decisão de repressão policial mais violenta, como também pode ser que a barreira de mulheres e crianças feita pelos acampados (narradas durante as entrevistas) tenha sido

um implicativo para não gerar o “fato” que costumeiramente mexe com a opinião pública. Quanto mais o Estado ou as milícias privadas reprimem, mais fatos políticos são criados e mais vínculo do acampado com o MST vai sendo construído enquanto a espera pela terra continua de forma diversificada e densa. A experiência de despejo os transforma em trabalhadores rurais militantes mais fortes e legitimados na realidade interna do acampamento. O tempo composto de lembranças vai dando significados à luta e à resistência de maneira protagonizadora.

O “estar inserido” na luta e na resistência é uma alternativa para a conquista de cidadania e, sobretudo, os espaços de luta são caminhos possíveis de integrar os trabalhadores rurais acampados aos direitos de grupos sociais dos quais sempre foram excluídos. O acampado protagoniza a própria história enquanto espera. A vida dele no acampamento constitui-se num longo e demorado processo envolvido por várias lutas que deixam as experiências como sementes para germinar novas estratégias de resistência.

Não há como dar um único significado à realidade dinâmica do acampamento, visto que uma parcela dos integrantes está mais envolvida com o MST, pelas experiências construídas dentro do movimento, mas há também uma rotatividade constante de famílias o que torna diferente a realidade do acampamento em relação ao assentamento

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar o texto significa elaborar algumas respostas, entretanto muitas perguntas podem nascer das possíveis certezas, pois apreender sobre as relações sociais pode abrir novos significados durante a observação da vida de trabalhadores rurais sem-terra em Acampamentos do MST, sobretudo quando a experiência temporal vai ressignificando a forma de “ser” e “estar” em um espaço de acampamento.

Realizar a pesquisa de doutorado dentro de acampamentos do MST exigiu persistência, em 2018, e envolvimento político com a causa da luta pela terra, em 2019. Com a etnografia, a compreensão de que o papel de pesquisadora se dissolveu no cotidiano vivido dentro dos acampamentos; a manutenção da relação com o interlocutor fundava o envolvimento com o sonho deles de conquistar a terra. Pode ser que essa postura subjetiva tenha ofuscado a forma de ver ou ajudado a não atribuir julgamentos de valor caros àquele que faz etnografia.

O espaço/tempo de acampamento ressignificam a forma de “ser” e “estar” no mundo. Analisando o tempo de espera, foi possível compreender a vida social do grupo de trabalhadores sem-terra participantes da pesquisa, pois este tempo é constituído dentro das peculiaridades e das necessidades construídas social e culturalmente a partir das relações estabelecidas. Da mesma forma, a memória, nesse contexto, também é um trabalho do tempo. Cada entrevistado atribui um significado às suas experiências e dimensiona a relação dele com a terra, com a luta e com a

resistência. É também nas experiências de um tempo passado que os trabalhadores identificam-se com a luta e com as práticas cotidianas em uma realidade campesina e da mesma forma traduzem nos modos de sentirem-se integrados ao movimento social como a alternativa que possibilita a posse de terra.

Para os trabalhadores sem-terra, manterem-se nos acampamentos é um desafio diário. Os “barracos de lona” improvisados, a ausência de políticas de reforma agrária, as ameaças de despejo, as novas leis e medidas provisórias do governo (ampliação de posse de armas em propriedades rurais pela Lei nº 13.870 /2019, a regularização fundiária com a Medida Provisória nº 759/ 2016 e a Medida Provisória nº 910/ 2019), os despejos durante a crise sanitária, as posturas do Presidente do Brasil frente à reforma agrária, simbolizam um momento político preocupante para quem está inserido no MST, incluindo acampados e assentados. Para os acampados há muita clareza nas ameaças, pois elas são contundentes, constantes e remetem às experiências vividas durante outros governos.

Este pode não ser o momento de conclusão, pois o artigo é apenas um recorte pequeno do todo da pesquisa de doutorado e de todo o universo que a temática de estudo possibilita. A pesquisa necessita de “outros” olhares sobre a temática para que se expanda a análise e reflexão sobre os limites e possibilidades do viver em uma espera em movimento e contínua.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. Estudos Avançados, v.15, nº43, São Paulo, 2001.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019, Brasília, 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016. Brasília, 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.

FABIAN, Jhoannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabeleceu seu objeto*. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LOERA, Nashieli Rangel. *Tempo de acampamento*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2014.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº10, 1992.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

O TERRITÓRIO CAMPESINO DO CONTESTADO:
MULTITERRITORIALIDADE E CONFLITOS NO MUNDO
CABOCLO

*THE PEASANT TERRITORY OF CONTESTADO:
MULTITERRITORIALITY AND CONFLICTS IN THE CABOCLO
WORLD*

Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo se propõe como uma discussão teórica, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre o território do Contestado, localizado na região Sul do Brasil. Inicialmente apresenta-se o território Contestado e os conflitos territoriais advindos da inserção da região na lógica capitalista de mercantilização e acumulação. Posteriormente faz-se uma discussão a respeito da categoria território e sua multidimensionalidade, não apenas em seu atributo político, mas também econômico, social e cultural. Entende-se o Território Contestado enquanto um território campesino (Fernandes, 2008), que entra em conflito com diversos territórios (multiterritorialidade) especialmente a partir da entrada de capital estrangeiro com o aval e através do Estado, trazendo para o território elementos da modernidade que transformaram violentamente a vida cabocla, provocando uma mudança não apenas material, mas também cultural e simbólica, culminando na Guerra do Contestado. Assim, o território se constitui como um espaço transformado a partir de diversas territorialidades, a dos caboclos, a do Estado, do capital internacional, que coexistem e se contrastam até os dias de hoje, resultando em processos de resistências e reterritorialização que se mantêm material e simbolicamente, seja nos movimentos de luta pela terra, pela fé no monge, os cemitérios dos anjos e etc.

Palavras chave: território; Contestado; Guerra do Contestado; multiterritorialidade; Território Contestado.

ABSTRACT

This paper is presented as a theoretical discussion about the Contestado territory, located in the South of Brazil. The territory is considered to be a lived space, in which its cultural and symbolic dimensions are not abstract but rather seen as elements of creation of an identity to the location, e.g. the faith in the Monge, the caboclo lifestyle, the resistance against land deprivation, the “angel’s cemetery” and others. Thus, the entrance of foreign capital allowed by the state brought many material and symbolic transformations which resulted in the Contestado War. Therefore, the territory can be considered as a space transformed by many territorialities, one of the caboclos, of the state, of the international capital etc. Nowadays the elements present in the territory portray

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e docente de Geografia no Instituto Federal do Paraná – Campus Foz do Iguaçu, Brasil. Endereço eletrônico: luiz.deoliveira@ifpr.edu.br

the multiterritoriality resulting from the coexistence of different territories: the caboclo (territorializing) the one of the capital (unterritorializing) and the memory/resistance (reterritorializing)

Key-words: territory; Contestado; Contestado War; multiterritoriality;

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho procura-se entender as transformações ocorridas no território do Contestado no início do século XX responsáveis por mudanças econômicas, políticas e sociais para a população cabocla que ali vivia. Essas transformações culminaram na guerra civil do Contestado, em que milhares de camponeses foram mortos durante e posteriormente ao conflito, devido à ação da nascente República, sob a influência do capital transnacional.

Primeiramente procura-se entender o território contestado e as transformações ocorridas com a inserção da região na lógica capitalista de mercantilização e acumulação, em diálogo com as proposições de Milton Santos (1999), considerando a relação entre o território e o dinheiro, através da entrada de capital transnacional no território, em um processo de territorialização - desterritorialização - reterritorialização (Haesbaert, 2007).

Posteriormente faz-se uma discussão sobre o conceito de território e multiterritorialidade, discutindo as diversas dimensões do conceito, em um diálogo entre as formulações de Fernandes (2008), Haesbaert (2005; 2007) e Souza (2005).

Por último é levantada a questão da resistência camponesa tanto no processo da guerra quanto atualmente, material e simbolicamente de um território que continua em conflito devido às sobreposições de diferentes territórios (multiterritorialidade).

2. TERRITÓRIO CONTESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CABOCLO

Neste trabalho procura-se entender o território do Contestado em dois momentos históricos diferentes: antes e depois da chegada do capital estrangeiro que teve início com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande a partir de 1906, que significou uma complexidade maior tanto para o dinheiro quanto para o território.

O hoje conhecido como planalto catarinense foi historicamente ocupado por indígenas, posteriormente colonizados no século XVIII por paulistas através dos caminhos de tropas (que usavam também os caminhos Peabirus), estabelecendo a pecuária extensiva na região. Esta ocupação foi fundada principalmente por meio dos latifúndios, com o poder incontestado dos senhores de terra sobre as famílias, os escravos, os empregados e agregados. No sertão, longe da administração provincial e na periferia dessa estrutura fundiária, viviam os camponeses:

resquícios de populações de indígenas - Kaingang, Xokleng, Guarani - e caboclos descendentes do encontro com portugueses e espanhóis; negros alforriados por lutar na Revolução Farroupilha (1835 -1845), na Guerra do Paraguai (1865-1870) e na Revolução Federalista (1893 - 1895), colonos e tropeiros. Esta população campesina vivia em uma economia de subsistência, através da caça, coleta, extrativismo e pequenas roças e criações, dependendo das relações de camaradagem para sua existência, uma vez que a população era negligenciada pelo Estado (SANTA CATARINA, 2013; KAISER, 2012).

Pode-se pensar o Contestado antes da entrada do capital estrangeiro como coloca Lima (2013) como uma “sociedade de diferenciação progressiva, de pequenas comunidades homogêneas, indiferenciadas, com pouca organização política e de reduzida divisão do trabalho” (LIMA, 2013, p. 84). Esta forma de organização social no território é semelhante à descrita por Milton Santos (1999):

Nesse primeiro momento, o funcionamento do território deve muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras se adaptam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo. Elas eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada. As relações sociais presentes eram pouco numerosas, e eram também relações simples e pouco densas. Se o entorno mostrava mistérios na sua existência, não eram eles devidos, como hoje, à produção da história, mas às forças naturais, e forças naturais desconhecidas, ao contrário de hoje quando de alguma forma conhecemos o funcionamento da natureza. Então, nesse tempo a vida material de algum modo se impunha sobre o resto da vida social, e o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão (SANTOS, 1999, pp. 8 e 9).

Assim, pode-se dizer que neste contexto a vida social no Contestado estava direta e intrinsecamente relacionada com a relação com a terra e a transformação da natureza pelos caboclos e caboclas eram o que agregava valor ao pedaço de terra, também no plano simbólico, de pertencimento, de construção.

Esta ideia está diretamente ligada à territorialidade apontada anteriormente por Haesbaert (2007) e que para Souza (2005) é algo extremamente abstrato e está ligada à relação do indivíduo ou grupo com o espaço que ocupa e transforma. Sobre este pertencimento Fraga (2011) afirma que:

O território próprio ao grupo é concebido como um terreno em que as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível coletivo é total, e a oposição e a diferenciação são estabelecidas em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo, espaço como objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um

grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. (FRAGA, 2011, p. 12)

No caso do Contestado a entrada de capital transnacional através da venda das terras devolutas pelo Estado no fim do século XIX e a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (Figura 1) e a colonização da região no início do Século XX representou o avanço capitalista da época e provocou mudanças profundas no território, tanto materialmente como também no cotidiano dos caboclos, criando novos padrões de convívio social e desencadeou a Guerra do Contestado.

De acordo com Lima (2013) o surgimento das grandes corporações no início do Século XX e o avanço do capitalismo provocaram uma reconfiguração produtiva a nível global, demandando uma infraestrutura que permitisse a reprodução do capital, o que fez com que as empresas criassem espaços próprios para sustentar seus empreendimentos, devido à grande necessidade de mobilidade de capital e de força de trabalho.

Neste período histórico, segundo Santos (1999), com a intensificação da produção e do comércio internacional, há a complexificação do dinheiro que passa a atuar como informação e regulador. A partir daí tudo tende a se tornar mercadoria e o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, característica fundamental para entender as transformações ocorridas no mundo. Para o autor:

Em última análise é esse o resultado da influência do dinheiro em estado puro sobre o território. A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando tem uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores, e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia. (SANTOS, 1999, p.13)

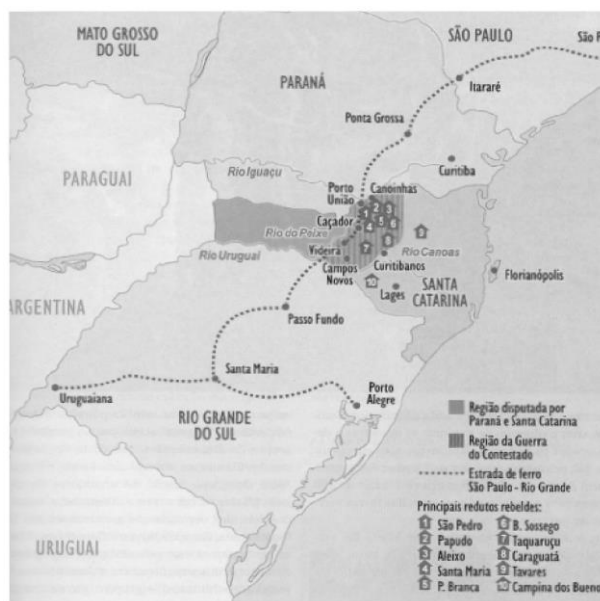


Figura 1 Localização da região do Contestado e o traçado da ferrovia São Paulo - Rio Grande (Fonte: LIMA, 2013)

Diante disso, entende-se que é neste processo que foram postas as bases das disputas territoriais entre capital (cada vez mais complexo) e campesinato, nesta sobreposição de territórios antagônicos, o território camponês e o território capitalista:

as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Assim, é dentro deste prisma que se considera o território do Contestado: um espaço apropriado material e simbolicamente pelos caboclos e que, a partir dessa unidade coletiva, se diferenciava e se opunha às transformações advindas da complexificação do território brasileiro, pautada na exploração capitalista, que entende-se enquanto processo de desterritorialização, especialmente com a construção da ferrovia.

A partir das proposições de Lefebvre, Haesbaert (2007) explica que a apropriação deveria ter predominância sobre a dominação, entretanto a acumulação capitalista inverte as prioridades, impedindo a reapropriação dos espaços dominados pelo capital. Segundo o autor esta dominação segue uma lógica homogeneizante do capital (ou uma ideologia, para Milton Santos), através do poder simbólico na mudança na vida dos caboclos e caboclas, que não está somente ligada com a aplicação do capital ou as questões econômicas, ou seja:

O "território simbólico" invade e refaz as "funções" num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana toma-se, mais do que nunca, também, simbólica - um simbólico, porém, que não advém do "espaço vivido" da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos. (HAESBAERT, 2007, p. 28)

Entende-se o território do Contestado também dentro deste espectro uma vez que de um lado se vê a lógica racionalista do capital estrangeiro e do Estado (no caso a República nascente), que enxergava um território "vazio" a ser colonizado, ocupado e modernizado a fim de gerar riquezas. Enquanto no outro extremo encontrava-se a apropriação pura daquele espaço pelos camponeses, que desenvolveram um valor simbólico para com a terra, da qual tiravam seu sustento e por ela lutaram durante a Guerra.

A transformação do território Contestado se dá principalmente a partir de 1908, com a chegada de máquinas e operários para a construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG), que já havia sido iniciada em 1906 porém se tornou mais agressiva a partir da venda da estrada para a Brazil Railway Company, do estadunidense Percival Farquhar (KAISER, 2012).

O estadunidense era responsável pelo Grupo Farquhar, conglomerado empresarial que formou um monopólio, adquirindo no Brasil além da EFSPRG também a Estrada de Ferro do

Paraná, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, a Compagnie Auxiliaire dês Chemins de Fer du Brésil, a concessão para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, dentre outras (SILVEIRA, 2007). Além disso, possuía várias subsidiárias: a Brazil Railway Company citada anteriormente, mas também a Brazil Lumber and Colonization Company, importante agente de transformação no território Contestado.

Além dos juros do capital investido, o grupo Farquar recebeu uma faixa de terra marginal aos trilhos, a chamada “zona privilegiada” que poderia se estender até 18 km de largura, que contabilizava uma extensa área de 6.696 km², que corresponderia a 7% do que hoje é o território do Estado de Santa Catarina (KAISER, 2012).

Já em 1910 o trecho da estrada de ferro foi concluída e o consórcio adquiriu a linha que ligava o porto de São Francisco (atualmente município de São Francisco do Sul – SC) e Porto União da Vitória (que após o conflito foi dividida em União da Vitória – PR e Porto União –SC) e em 1912 inaugurou mais uma unidade da Lumber em Três Barras (além da primeira unidade em Calmon iniciada em 1908).

Para a construção da ferrovia foram contratados 8.000 operários, dos quais 2.000 continuaram a trabalhar após para o grupo, enquanto os demais demitidos não receberam a passagem de volta como lhes foi prometido pela empresa, por volta de 2000 homens se embrenharam no território junto com os outros posseiros que perderam suas terras para a construção da ferrovia (KAISER, 2012).

Assim, em pouco tempo todo o território contestado sofreu grandes transformações: a chegada de máquinas e operários, chegada da ferrovia e do trem, expropriação dos posseiros, a colonização de europeus, criação de uma milícia de pistoleiros por Farquhar, derrubada da floresta, criação de grandes empresas, como a Lumber que possuía inclusive uma sala de cinema em seu interior, dentre outras.

Entende-se então que a ferrovia foi o elemento fundamental de desterritorialização, que permitiu a permeação do capital no território camponês e pode ser entendida inclusive como um símbolo importante da modernidade e da apropriação do capital, que trouxe junto com ela as transformações e conflitos entre territórios. Tanto que parte da resistência dos camponeses foram ataques à ferrovia, como o episódio do assalto ao trem pagador e os ataques às estações².

² Para mais informações sobre estes episódios consultar THOMÉ, Nilson. O assalto ao Trem Pagador: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil. Pinheiro Preto (SC): 2009.

3. TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE

Para este trabalho, as análises e estudos se apóiam na categoria de território, numa perspectiva de sobreposição de modos de vida e apropriação do espaço que levaram às transformações locais e culminaram na Guerra do Contestado.

Para Fernandes (2008) a própria significação do conceito de território está em disputa, uma vez que é utilizado por instituições para elaboração de políticas públicas, pesquisadores em seus projetos e muitas vezes em iniciativas de controles sociais, o que significa que a sua definição envolve necessariamente a intencionalidade dos sujeitos envolvidos. Portanto, a escolha deste conceito também se coloca enquanto um posicionamento político de entendimento da realidade do Contestado. Assim, propõe-se o entendimento do conceito a partir de um diálogo entre as formulações de Fernandes (2008), Haesbaert (2005; 2007) Santos (1999) e Souza (2005).

Para Fernandes (2008) os estudos sobre o território devem partir da reflexão sobre o espaço, dentro do enfoque miltoniano que o entende enquanto uma totalidade, na mediação entre sociedade e natureza, em uma relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Para Fernandes (2008), é neste movimento ininterrupto de transformações é que se produzem os espaços e territórios.

Para o autor é fundamental entender que todo território é uma totalidade, mas não uno, que coexiste com diversos territórios em constante conflitualidade (multiterritorialidade). Esta totalidade possui diversas dimensões: política, cultural econômica, social e ambiental, o que caracteriza a sua “multidimensionalidade”:

A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional e internacional. (FERNANDES, 2008, p. 280).

Para Fernandes, predominam as abordagens do conceito apenas em sua dimensão econômica e social apenas em um sentido ligado à governança, normalmente utilizada por órgãos governamentais e agências multilaterais, o que leva a uma incapacidade de compreender que não se trata de um único território, mas de uma sobreposição de diversos deles em diversas escalas. Essa negligência não é apenas no plano teórico, mas impede avanços na prática, uma vez que não socializa as outras dimensões e outros territórios nas tomadas de decisão. Por isso é importante entender as relações entre as diferentes dimensões dos território, para além da dimensão política (FERNANDES, 2008).

Para essa superação, Fernandes (2008) considera a existência de três tipos de territórios materiais: o primeiro (país, estados e municípios); o segundo (propriedades privadas capitalistas e propriedades privadas não-capitalistas); o terceiro (diferentes espaços controlados por relações

de poder, podendo ser fixos ou móveis). Focando sua análise no segundo território ele explica que sua caracterização depende da relação social que o produz. Para ele os territórios do agronegócio são diferentes dos territórios camponeses, uma vez que se organizam e reproduzem relações sociais de maneiras completamente distintas:

Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. (FERNANDES, 2008, p. 285).

Esta conflituosidade entre os territórios devido à multiterritorialidade também é abordada por Haesbaert (2007). Segundo o autor há uma vivência de diversos territórios simultaneamente, o que configura a multiterritorialidade. Isso acontece, pois o território é sempre diverso e complexo, pois trata-se do espaço vivido, ao contrário do território produzido e reproduzido pelo capital e aparelhado pelo Estado. A partir desta ideia o autor explora dois extremos da dominação e da apropriação do espaço, que vai desde a dominação funcional e concreta das dimensões políticas e econômicas, até a maior apropriação subjetiva e/ou simbólica/cultural.

Assim como Fernandes, Haesbaert afirma que a territorialidade não incorpora apenas a dimensão política, mas também a econômica e cultural e diz respeito à forma como as pessoas utilizam a terra e se organizam no espaço dando significados para aquele lugar. O autor considera que a territorialidade tem, de forma ontológica, uma dimensão imaterial que enquanto símbolo de um território pode se inserir como estratégia político-cultural, portanto não pode ser pensada apenas como uma abstração analítica para fins epistemológicos (Haesbaert, 2005).

Em sua análise sobre a ocupação do espaço pelo capital, Haesbaert (2005) explica como o que chama de “modernização arrasadora” padroniza os espaços, incorporando-os a uma rede hierarquizada a nível global de acumulação, enquanto exclui a maioria da população.

Em relação a isso o autor defende que o avanço tecnológico e a modernidade devem ser pensados a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. No primeiro são fundamentais as dimensões política e cultural, que dão um caráter de identidade, qualificação e conseqüentemente diferenciação entre áreas, delimitando fronteiras e que pode ter como conseqüência o isolamento. Com a desterritorialização que acontece através de fluxos há a criação de uma hierarquia de dimensão política e econômica que tem como conseqüência a homogeneização, a perda da identidade, a mobilização e pode causar a desintegração, a exploração e a instabilidade (HAESBAERT, 2005).

Entretanto, Haesbaert (2007) encara a desterritorialização enquanto mito, uma vez que não se destrói os processos de territorialização, mas sim complexifica-o em um processo de reterritorialização. Isso não quer dizer necessariamente que não exista a desterritorialização, mas

que ela está sempre atrelada à reterritorializações. Portanto, estes conflitos se dão nesta dinâmica: Territorialização - Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R).

Sob esse prisma teórico, no próximo item será analisado então o território Contestado sob uma perspectiva multidimensional e os conflitos com outros territórios advindos da desterritorialização que tem como seu principal elemento e símbolo a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande.

Fernandes (2008) a partir de seus estudos passou a entender que a luta pela terra significa uma luta por um tipo específico de território, o território campesino. Portanto, em síntese, a proposta aqui é entender o Contestado enquanto um território campesino em suas diferentes dimensões e conflitos com outros territórios, para a superação de visão estrita do conceito e entendimento da realidade.

Entende-se aqui que a dimensão política da soberania, atributo essencial do território, que levou a escalada dos conflitos entre estes múltiplos territórios sobrepostos, com a entrada de capital estrangeiro na região e a resistência camponesa, o estabelecimento das fronteiras e ocupação do território da República, a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, o poder dos coronéis locais que conseguem mobilizar os “vaqueanos” na luta pelo estabelecimento do seu poder local, etc.

Para além das dimensões políticas e econômicas em disputa, é fundamental ressaltar também a dimensão simbólica do território campesino, não de uma maneira ideal, que paira apenas no imaginário de uma população que apenas se lembra do conflito e de uma ordem social que está há muito perdida. Pelo contrário, a dimensão simbólica está presente na materialidade da resistência dos campesinos nesse território que segue sendo negligenciado pelo Estado, constantemente desterritorializado por diversos braços do capital, mas que encampa lutas da população cabocla por seu território até hoje.

4. RETERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

Para o Haesbaert (2005) as redes (de transporte, comunicação, etc.) geralmente são agentes desterritorializantes, uma vez que facilitam os fluxos, trocas e poderes externos ao território. Entretanto, a desterritorialização propõe reterritorializações, pois há a criação de novos modos de vida e interações sociais e consequentemente de movimentos de resistência.

A resistência dos camponeses que levou a guerra é entendida então enquanto processo de reterritorialização, que mostrou um elevado grau de organização, que lutaram contra o grupo Farquhar, com sua milícia armada e amparada pelas forças policiais, os coronéis locais e o Estado.

Ou ainda de acordo com Milton Santos (1999):

No entanto, se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste. Basta refazermos mentalmente o mapa do dinheiro no Brasil e nele encontraremos um lugar onde há todas as modalidades possíveis de dinheiro (São Paulo), e outro onde a única modalidade de dinheiro possível é o dinheiro-moeda (um ponto isolado no estado mais pobre) (...) Curiosamente, este formidável sistema ideológico acaba por ter um papel na produção da materialidade e na conformação da existência das pessoas. (SANTOS, 1999, p. 10 e 11)

É desta forma que entende-se a resistência dos caboclos e a luta por seu território não somente quando da construção da ferrovia e da colonização, mas nos dias atuais, uma vez que a população ainda sofre com a pobreza e a negligência do Estado. Ao percorrer a região é possível perceber elementos que proporcionam evidências da existência de várias territorialidades, é possível perceber em Fraga (2011) quando diz que as memórias dos anos de horror vividos não foram contados pela história oficial, porém se mantiveram vivos na memória coletiva, devido à suas profundas marcas deixadas. Ou ainda quando o autor fala das redes (impostas pelo capital e pelo Estado e não aquelas redes solidárias dos sertanejos) que transformaram aquele espaço, e fizeram dele a prisão do caboclo.

O território, antes tomado pela Floresta de Araucária após atividade madeireira com destaque para a atuação da companhia Lumber, hoje se destina em grande parte à produção de madeiras de reflorestamento e à soja, comandadas também por grandes empresas que se ramificam em todos os âmbitos da vida no território, como é possível ver a atuação da empresa Syngenta nas escolas locais, através do “Projeto Syngenta Escola no Campo”.

No município de Três Barras, onde antigamente era a estação de trem da cidade, hoje é o Museu Municipal que guarda parte da memória da luta campestre e da Guerra do Contestado. Em frente, onde antes era a serraria da Companhia Lumber, hoje as terras pertencem ao Exército Brasileiro e possui uma placa muito emblemática, que parece concretizar a multiterritorialidade no Contestado e seus conflitos, em que se lê “Nestas terras um dia Contestadas o seu Exército adentra-se para efende-las”

No livro da exposição “Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas” há um apelo para a superação das visões idealizadas e espetaculares da Guerra e do “homem do Contestado” e focar na resistência, na disputa por liberdade e solidariedade que são parte do território Contestado na atualidade e estão presentes na vida e no dia-a-dia do território com destaque para a fé no Monge³, por exemplo: [...] Estas populações são herdeiras de uma tradição muito antiga e vigorosa. Daí vem a sua força; por isso resistiram em condições tão adversas e

³ O Monge foi considerado um messias pela população. Na realidade foram três diferentes homens santos unificados em um único personagem que era conhecido por curar doenças e realizar milagres e teve um papel fundamental na mobilização dos caboclos (KAISER, 2012).

mantiveram traços culturais tão característicos, mesmo nas cidades globalizadas da atualidade (SANTA CATARINA, 2013, p. 52).

Outros elementos de resistência do território do Contestado como o ditado popular “Quem tem mói, mói, e quem não tem, mói também, e no fim, todos ficam iguais”, a atuação de Vicente Telles com o memorial do Contestado em Irani, as águas e representações do Monge encontradas em vários locais do Território, a bandeira do Contestado juntamente com as bandeiras oficiais em Porto União, os memoriais sobre a história do Território e do conflito em lugares históricos, os “cemitérios dos anjos”, jazigos das crianças mortas no conflitos, dentre muitos outros.

Esta dimensão de que o Contestado ainda é um território em disputa pode ser vista em uma passagem de Fraga (2010):

Lebon Regis, pequena cidade da ex-região contestada foi, na década de 1980 e início dos anos 1990, a típica cidade do interior do Brasil que corria o risco de desaparecer do mapa devido ao êxodo rural e à falta de perspectivas, além da concentração das terras regionais nas mãos de poucos latifundiários. Tais fatos foram modificados com as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o assentamento em muitos latifúndios desapropriados pela reforma agrária. Isso trouxe vida, desenvolvimento e geração de riqueza para o município que tendia ao desaparecimento – isso ficou claro com as constatações, fruto das observações do dinamismo na cidade naquele dia (FRAGA, 2010, p.36)

Outro exemplo é a Romaria da Terra em Santa Catarina, organizada pela Comissão Pastoral da Terra em articulação com os movimentos sociais, cuja primeira ocorreu em 1986 em Taquaruçu, cidade santa do Contestado, localizada hoje no município de Fraiburgo. Em 2015 realizou-se a Romaria do Centenário do Contestado em Timbó Grande, também em Território Contestado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que a luta no Contestado não estava somente no plano de luta pelo território no sentido de seus limites e relações de poder que o envolvem, mas também na disputa por um território campesino que é oposto ao território capitalista nacional, disputado inclusive na esfera estadual, disputa que muitas vezes ganha o protagonismo na história do Contestado.

Entende-se também que a entrada de capital estrangeiro com o aval do Estado trouxe para o território elementos da modernidade que transformaram violentamente a vida do sertanejo, provocando uma mudança não apenas material, mas também cultural e simbólica, de uma forma sempre excludente que acabou levando à Guerra do Contestado.

O território do Contestado evidencia como é fundamental a superação da visão unicamente política do conceito de território, sob o risco de incompreensão da realidade, uma vez que compreender a disputa territorial somente no plano da governança é apagar a dimensão da luta pela terra. Por isso a necessidade de demarcação de que o Contestado é um território camponês, em suas múltiplas dimensões, inclusive simbólica, em disputa até hoje, território esse que segue sendo negligenciado pelo Estado, constantemente desterritorializado por diversos braços do capital, mas que encampa lutas da população cabocla por seu território camponês.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. e Fabrini, J. E. (coords.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In CASTRO, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, N° 17, 2007.

FRAGA, N. C. *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido* "Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná". Editora Hemisfério Sul Ltda., 2010.

FRAGA, N. C. Território e Silêncio: a bandeira, a guerra e o povo invisível. In FRAGA, N. C. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.

KAISER, J. *Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2012.

LIMA, S. R. Capital transnacional na região do contestado: os sinais de modernidade no processo de ocupação. In DELLABRIDA, V. R. (org.) *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: Reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*. São Paulo: LiberArs, 2013.

SANTA CATARINA (Estado). *Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas*. Florianópolis: Edições FCC, 2013.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Ano I, n°1, 1999.

SILVEIRA, M. R. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. Editora Interciência, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

THOMÉ, Nilson. *O assalto ao Trem Pagador: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil*. Pinheiro Preto (SC): 2009.

PERMACULTURA, ECOLOGIA POLÍTICA E REDE DE VILAS
RURAI: PERCURSOS E EXPERIMENTOS EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL

*PERMACULTURA, ECOLOGÍA POLÍTICA Y RED DE ALDEAS
RURALES: CAMINOS Y EXPERIMENTOS EN LA PLANIFICACIÓN
TERRITORIAL*

Fernando Carneiro Pires¹

Céline Veríssimo²

Raimundo Christian Oliveira Soares³

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões acerca de conceitos que podem ser utilizados e aprofundados nas leituras, análises e ações de planejamento territorial. O século XX foi marcado por mudanças significativas na intensidade do uso de elementos naturais como água, solo fértil, minerais e combustíveis fósseis, em decorrência do capitalismo global, o que levou às sociedades do mundo a passar por transformações drásticas nas formas de organização social, trabalho, alimentação, migrações forçadas e transformação do seu habitat. Rever e desconstruir conceitos como: desenvolvimento, ecologia, território, política e sociedade, permite criar significados mais coerentes com a realidade de austeridade e violências. Além disso, esclarece a disputa de narrativas discursivas antagônicas sobre ambiente e sociedade. Neste artigo, o foco é analisar de forma crítica a Permacultura enquanto teoria, o seu contexto de origem, as ideias iniciais e o processo de desenvolvimento das propostas colocadas em prática, registradas em publicações. Foram abordados também o campo da Ecologia Política, a Sociedade em Rede e os Movimentos Sociais, analisando um caso de implantação de vilas rurais no Paraná que vislumbra a definição do conceito rurbanidade. Ao final são apresentadas considerações relacionando a teoria e a práxis. Conclui-se que articular o arcabouço teórico da Permacultura com o da Ecologia Política Latino-Americana permite aprofundar o debate e qualificar as práticas em planejamento territorial, seja por iniciativas pessoais ou coletivas da sociedade, ou a partir do poder público descentralizado em ações participativas deliberativas, na direção de um futuro socioambientalmente mais justo.

Palavras-chave: Permacultura, Ecologia Política Latino-Americana, Decolonialidade, Rurbanidade.

¹ Mestrando no Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento, UNILA, graduado em Arquitetura e Urbanismo. Integrante do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina. Endereço eletrônico: fernandocarneiropires@gmail.com

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA. Doutora em Development Planning (University College London), Mestre em Arquitetura Sustentável (Universidade de Chiba, Japão) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (ARCA/ETAC, Portugal). Endereço eletrônico: celine.verissimo@unila.edu.br

³ Mestrado em andamento em Políticas Públicas e Desenvolvimento, graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, UNILA. Bolsista Capes/Fundação Araucária. Endereço eletrônico: raimundo.soares.unila@gmail.com

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar reflexiones sobre conceptos que pueden ser utilizados y profundizados en las lecturas, análisis y acciones de planificación territorial. El siglo XX estuvo marcado por cambios significativos en la intensidad del uso de elementos naturales como agua, suelo fértil, minerales y combustibles fósiles, como consecuencia del capitalismo global, que llevó a las sociedades mundiales a sufrir transformaciones drásticas en las formas de organización social, trabajo, alimentación, migraciones forzadas y transformación de su hábitat. Revisar y deconstruir conceptos como: desarrollo, ecología, territorio, política y sociedad, permite la creación de significados más coherentes con la realidad de la austeridad y la violencia. Además, aclara la disputa entre narrativas discursivas antagónicas sobre el medio ambiente y la sociedad. En este artículo, el enfoque es analizar críticamente la Permacultura como teoría, su contexto de origen, las ideas iniciales y el proceso de desarrollo de las propuestas puestas en práctica, registradas en publicaciones. También se abordó el campo de Ecología Política, Sociedad en Red y Movimientos Sociales, analizando un caso de implantación de poblados rurales en Paraná que contempla la definición del concepto de rurbano. Al final, se presentan consideraciones relativas a la teoría y la praxis. Se concluye que articular el marco teórico de la Permacultura con el de la Ecología Política Latinoamericana permite profundizar el debate y las prácticas de calificación en la planificación territorial, ya sea a través de iniciativas personales o colectivas de la sociedad, o desde el poder público descentralizado en acciones deliberativas participativas, hacia una más solo futuro socioambiental.

Palabras clave: Permacultura, Ecología Política Latinoamericana, Descolonialidad, Rurbanidad.

1. INTRODUÇÃO

Compreender as dinâmicas territoriais e observar as bases teóricas e práticas que as mobilizam, é um tema geral no qual este artigo foi elaborado. Para tal, o artigo compreende dois estudos de revisão bibliográfica que visam organizar a correlação entre ideias, conceitos e práticas aqui articuladas entre Permacultura e Ecologia Política Latino-Americana. Nessa discussão, pretende-se propor uma abordagem Outra de planejamento territorial, que possa melhor convergir a pluriversalidade de saberes dos povos e sua relação com a natureza.

O primeiro estudo aborda a Permacultura e a Ecologia Política Latino-Americana enquanto bases teóricas que dão suporte à reflexão crítica, aos movimentos sociais e às práticas, com viés transformador face à realidade de austeridade e de violências, entendidas como resultantes da dominação colonialista, capitalista e patriarcal da modernidade eurocêntrica. Esta análise crítica visa evidenciar a base teórica por detrás de práticas e movimentos que se inspiram na aplicação da Permacultura, para qualificar territórios e relações socioambientais em tempos em que a autonomia dialética com a natureza é cada vez mais importante para a nossa sociedade. O segundo estudo traz uma experiência de iniciativa estatal, mas com uma forte relação com

movimentos sociais, servindo de base empírica para a reflexão dos saberes que emergem das lutas e das resistências a partir dos conceitos apresentados.

Ambos os estudos foram inicialmente desenvolvidos em disciplinas⁴ do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD-UNILA), em Foz do Iguaçu, Paraná. Deste modo, o objetivo central deste artigo é propor o debate acerca de conceitos fundamentados pelas teorias e demonstrado nas práticas sociais, que possam no futuro ser aprofundados em análises aplicadas e implementados em ações e políticas públicas de planejamento territorial com participação pública deliberativa.

2. PERMACULTURA E ECOLOGIA POLÍTICA

O artigo apresenta a genealogia e a contextualização teórica do conceito Permacultura, que em sua origem se centrou em desenvolver uma agricultura permanente. Recentemente, o seu significado mais contemporâneo de cultura permanente contra-hegemônica, abrange diversas áreas da vida em sociedade na natureza. A Permacultura é um conceito que foi proposto na década de 1970 e hoje, após 40 anos de implementação, apresenta diversas práticas, resultados e vertentes que apresentaremos aqui de forma sucinta.

A fundamentação teórica se dá abordando dois aspectos principais, o ambiental ou natural, e o social ou cultural, de modo a compreender as implicações humanas na interação com os demais elementos naturais e suas transformações para construção do seu habitat. Aqui, identificamos os aspectos políticos e econômicos presentes na teoria e nas práticas da Permacultura, para responder às seguintes questões: qual é o modelo socioeconômico proposto pela concepção da Permacultura? A Permacultura é universalista? Ou será pluricultural? Como ela reconhece o bem comum, o decrescimento? Será que se relaciona com o Bem Viver⁵? Como ela entende e expressa o “sistema humano completo”? Até que ponto propõe ou não uma transição social na contracorrente do atual sistema capitalista globalizado? A permacultura considera lutar contra as desigualdades de classe, raça e gênero?

O século XX foi marcado por mudanças significativas na intensidade do uso dos elementos e ciclos da Terra, tais como: água, solo fértil, minerais e combustíveis fósseis, para permitir a expansão global do capitalismo aliado ao individualismo e consumismo desenfreado. A lógica do capitalismo global, nada mais fez do que levar as sociedades em todo o mundo a passar por transformações nas formas de organização social, de produção e padrão alimentar, de

⁴ *Ativação Social e Desenvolvimento* - Prof. Dr. Exolvildres Queiroz Netto - 2019.1; e *Temas em Ecologia Política e Desenvolvimento* - Profa. Dra. Céline Veríssimo - 2019.2.

⁵ Entendemos Bem Viver como cosmovisão dos povos originários e tradicionais, bem como uma visão futura propositiva que se fundamenta nestes mesmos valores. Para aprofundar no tema indica-se a leitura de “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” de Alberto Acosta.

construção de suas infraestruturas físicas e de migrações forçadas. Estas transformações ocorreram tanto por iniciativa interna da sociedade, quanto externas a partir das dinâmicas geopolíticas gerando aquilo que se chama de desigualdade Norte-Sul, ou seja, a linha abissal (Santos, 2010) que separa os que participam e prosperam, daqueles que são excluídos e explorados e vivem em sofrimento. Este fato foi e tem sido a base para diversas reflexões teóricas e proposições de como viver no mundo atual, por um lado reconhecendo impactos e por outro buscando caminhos a seguir.

O conceito de Permacultura articula práticas do conhecimento ancestral com a visão holística da atualidade e foi elaborado a partir dos anos 1970, inicialmente na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. O australiano Bill Mollison (1928-2016) cresceu em uma pequena vila na região insular do Estado da Tasmânia e notou, ao longo dos anos, as transformações ambientais decorrentes da mudança dos sistemas produtivos, políticos e econômicos. Nos anos 1950, sistemas naturais como cardumes e florestas já não eram como antes, esta percepção evidenciou o vínculo afetivo e analítico que ele tinha pela terra em que cresceu. Mollison trabalhou como cientista na seção de Pesquisa de Vida Silvestre da Organização para a Pesquisa Científica do Reino Unido - CSIRO e para o Departamento de Pesqueiros Interiores da Tasmânia, momento em que tentou demonstrar a sua inquietação com as transformações ambientais que dolorosamente observava, mas preferiu se afastar da forma hegemônica da sociedade para voltar com algo propositivo, “algo que nos permitisse a todos viver sem a destruição desenfreada dos sistemas biológicos”. No ano de 1968 iniciou o trabalho como docente na Universidade da Tasmânia e foi aí que, em 1974, junto com David Holmgren (1955-), então estudante na mesma instituição, desenvolveu um sistema de agricultura "ecológica" a que chamaram de Permaculture, a partir da contração das palavras permanent e agriculture, ou seja, agricultura permanente. Os princípios da Permacultura que ambos desenvolveram foram publicados em 1976 no livro Permaculture One, seguido de Permaculture Two um ano depois (figura 01). (MOLLISON, 1998).

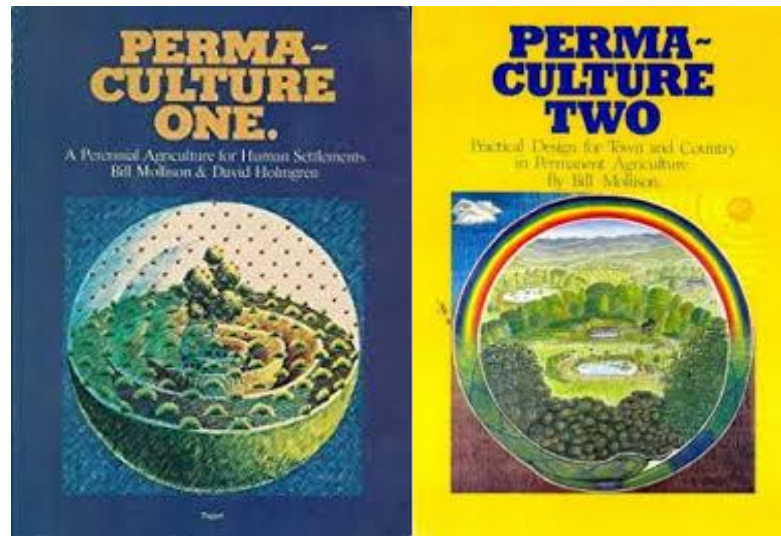


Figura 01: Capas dos livros *Permaculture One* e *Permaculture Two*. Fonte: Amazon.

Com o passar do tempo o conceito de Permacultura foi ampliado e em 1991, na publicação *Introduction to Permaculture*, Mollison diz:

Nos anos 70, eu via a Permacultura como uma associação benéfica de plantas e animais em relação aos assentamentos humanos, em sua maioria direcionados para a autossuficiência doméstica e comunitária, e possivelmente com uma “iniciativa comercial” a partir do excedente daquele sistema. Todavia, a Permacultura veio a significar mais do que suficiência alimentar doméstica. Autossuficiência alimentar não tem sentido sem que as pessoas tenham acesso à terra, informações e recursos financeiros. Então, nos anos mais recentes, a Permacultura veio a englobar estratégias financeiras e legais apropriadas, incluindo estratégias para o acesso à terra, negócios e autofinanciamento regional. Desta forma ela é um sistema humano completo. (MOLLISON, 1998).

David Holmgren (1955-) é também australiano e foi durante a sua formação em Design Ambiental na Universidade da Tasmânia que desenvolveu os trabalhos com Bill Mollison e juntos chegaram à criação conceitual e prática da Permacultura, em sua concepção inicial mais voltada a uma agricultura permanente. Seus pais eram ativistas políticos da classe trabalhadora e no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 recebeu influência das transformações sociais que estavam acontecendo pelo mundo. Em 1973 iniciou a sua formação profissional e acadêmica na inovadora Environmental Design School (Escola de Design Ambiental), na cidade de Hobart no Estado da Tasmânia. Após o lançamento do livro *Permaculture One*, Holmgren se dedicou ao desenvolvimento prático de design para um modo de vida autossuficiente, atuando profissionalmente como consultor em design especializado principalmente nas paisagens temperadas do sudeste australiano, enfatizando o foco biorregional no território em que vivia (HOLMGREN, 2013). Em relação ao contexto de origem e a influências teóricas, Holmgren (2017) aponta que:

A permacultura chegou pela primeira vez à proeminência pública através da grande mídia, e cresceu então para se tornar um movimento global de praticantes, *designers*, professores e ativistas através do PDC (Curso de Design de Permacultura), tudo fora do meio acadêmico. Apesar disso, o conceito de permacultura começou a germinar no solo da academia no meio dos anos 70 (...). Apesar de uma visão negativa da situação do mundo informar o conceito de permacultura, na estrutura do Curso de Design de Permacultura desenvolvido mais tarde por Bill, o foco estava firmemente direcionado a soluções de design ecológico. Agricultura orgânica, energia alternativa, autossuficiência, comunidades intencionais e localismo cooperativo foram parte da mistura da qual surgiu a permacultura. No nível conceitual, EF Schumacher (*Small is Beautiful, [O Negócio é Ser Pequeno]*, 1973) e Edward Goldsmith (*Ecologist Magazine*), Ian McHarg e Christopher Alexander, combinados com visionários do movimento da agricultura orgânica como FH King, Russel Smith, Albert Howard e outros. Mais importante, de acordo com a minha perspectiva, a primeira referência em Permaculture One foi ao Livro de Howard Odum, *Power, Environment and Society (Energia, Ambiente e Sociedade)* (1971), um livro difícil que trata da energia incorporada como uma ‘moeda’, e usa uma linguagem de circuitos de energia para identificar e explicar princípios e padrões que unem sistemas naturais, humanos e geofísicos. Esse trabalho foi feito de forma independente do trabalho de Lovelock que chegou à hipótese Gaia. (HOLMGREN, 2017).

Dois publicações de destaque demonstram a sua produção teórica atual, sendo estas o livro “Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade” de 2002 com edição em português de 2013, e *Retrosuburbia: the downshifter's guide to a resilient future* de 2018 (Figura 02).

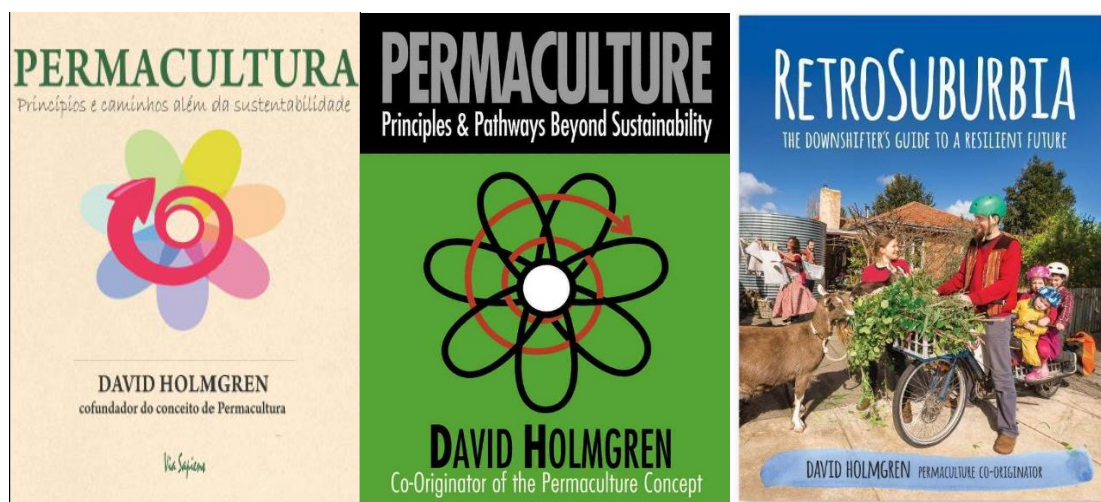


Figura 2: Capas dos livros Permacultura além da Sustentabilidade e *Retrosuburbia*. Fonte: holmgren.com.au.

Além dos textos sobre Permacultura de Bill Mollison e David Holmgren, autores do campo teórico em Ecologia Política Latino-Americana completam a base para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas mais adiante. Os textos escolhidos são de Arturo Escobar com “O lugar da natureza e a natureza do lugar”, Enrique Leff com “Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana” e Eduardo Gudynas e Alberto Acosta com “La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa”.

A Ecologia Política é um campo teórico de base Marxista que articula a questão do vínculo intrínseco entre abordagens políticas e econômicas e seus reflexos socioambientais, argumentando de forma crítica sobre o capitalismo, na medida em que este aliena a humanidade da natureza. Desta forma, traz a reflexão e a desconstrução de conceitos que são muitas vezes usados e difundidos em prol do desenvolvimento capitalista e alimentam a manutenção de estruturas de poder que não promovem melhorias socioambientais efetivas, pelo contrário, destroem a vida humana e a vida não-humana levando à entropia do sistema ecológico.

Neste sentido, os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e ecologia, permeiam necessariamente esta discussão, uma vez que estes termos são costumeiramente utilizados em prol da continuação predatória da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humano escravizante. Consideramos que ações efetivas para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e formas de vida na Terra precisam passar pelo respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, cultural e religiosa, pela valorização da biodiversidade e dos saberes bioculturais dos nossos povos, porque não existe um só mundo à imagem ocidental, mas muitíssimos outros que foram ignorados pela história, mas mantidos vivos na luta e resistência contra a modernidade-colonialidade. As ponderações permitem melhorar as práticas e qualificar a teoria que sustenta as ações.

A Permacultura pode ser entendida, além das definições e conceitos, como teoria, como prática e como movimento social. Estes três aspectos podem ser analisados separadamente ou em conjunto, uma vez que no conjunto as partes interagem. No entanto, neste artigo o foco foi analisar a Permacultura enquanto teoria, o seu contexto de origem, as ideias iniciais e o processo de desenvolvimento das propostas registradas em publicações, principalmente as de autoria dos criadores do conceito, ou seja, textos de Bill Mollison e de David Holmgren. Esta análise permitiu evidenciar a base teórica por detrás das práticas e movimentos que se inspiram ou mesmo se focam na aplicação dinâmica da Permacultura, com o objetivo comum de qualificar ambientes e relações.

Importa evidenciar os objetivos da Ecologia Política e da Permacultura, no sentido de permitir o diálogo de forma objetiva. A Ecologia Política tem por objetivo explicitar que natureza e sociedade existem de forma interdependente. A Permacultura tem por objetivo contribuir para a regeneração de sistemas naturais a partir de sistemas humanos planejados.

A Ecologia Política aborda desde o século XIX a reflexão crítica sobre a base política de problemas ecológicos, bem como implicações interativas entre as ações e o reflexo destas no ambiente e na sociedade de um determinado lugar, demonstrando a vinculação entre política, ecologia e sociedade, mesmo antes de definições de ecologia terem sido criadas e do aumento do aquecimento global e mudança climática.

Elementos de análise que podem ser destacados na teoria dos textos de Ecologia Política são: a valorização do lugar, o discurso crítico sobre o desenvolvimento, a estrutura de poder (patriarcal colonial e capital), o eurocentrismo e outras imposições, a desconstrução da colonialidade, a economia global com impactos locais, a diversidade cultural, a exploração ambiental (mineração, desflorestação, etc), o discurso neoMalthusiano de que a população e a pobreza são o problema, a defesa territorial dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais, a diversidade epistemológica (sistemas de conhecimento), e a crítica ao capitalismo e ao desenvolvimentismo como catalisadores alienantes que aumentam o abismo norte-sul, ricos-pobres, campo-cidade, entre muitos outros dualismos daí resultantes.

Os conflitos ambientais evidenciam os altos custos ao ambiente, a falta de contabilização socioambiental, a presença de impactos irreversíveis e a pressão invisível e inimitável do mercado financeiro no controle desses processos. Por detrás da evidência está a interação onde a humanidade faz a mediação das relações entre política, economia e sociedade, com os processos biofísicos dos ecossistemas naturais. Outros aspectos da crise ambiental atual, sem esquecer do aquecimento global e mudança climática, são a urbanização, industrialização, extrativismo e globalização; a pressão ecológica, política e econômica que gera ou reforça a degradação ambiental e desigualdades socioeconômicas; e as crises de governo, de planejamento e o desenvolvimento manobrados para que o mercado continue funcionando, em detrimento dos custos na sociedade e no ambiente. Uma base desta crise é, portanto, o sistema capitalista e industrial.

A Ecologia Política considera que natureza e sociedade não existem independentemente, a população e as pessoas pobres não são causa da degradação ambiental, escassez e destruição dos recursos, e que o capitalismo e a globalização são responsáveis pela atual crise ecológica, ou seja, importa analisar a injustiça ambiental, as relações dialéticas e não lineares, as relações de poder desiguais, as formas de poder social, e o fato de as cidades e vilas não serem lugares onde a natureza acaba. A Ecologia Política de origem marxista está vinculada ao início das reflexões e proposições teóricas com base nas sociedades da Europa nos séculos XIX e XX. A Ecologia Política Latino-Americana avança com uma perspectiva que obtém na teoria do chamado Giro Decolonial expandindo assim a abordagem marxista de classe ao tomar por base empírica as sociedades e territórios do sul global (primeiro Índia e depois América Latina) e tratar de denunciar a continuidade histórica da colonialidade inaugurada à escala global no séc. XV permitindo assim acrescentar no debate as dimensões de raça e gênero, articulando a perspectiva acadêmica com a dos movimentos sociais e resistências populares nas relações entre a sociedade e a natureza. O grande desafio atual está em superar o abismo entre os modelos ecocêntricos da ecologia conservacionista e os antropocêntricos da ecologia humana, de modo a alcançar um

equilíbrio e aplicar modelos que possam representar simultaneamente os processos ecológicos e os humanos.

Por sua vez, o contexto de origem da Permacultura, no Estado da Tasmânia na Austrália, em uma região insular, permitiu a união de conhecimentos tradicionais dos povos aborígenes a estruturas de produção de conhecimento ocidental, uma vez que foi, mesmo em um contexto não convencional, em uma universidade que surgiu a formulação do conceito, levando aquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de tradução intercultural (Santos, 2010). Este aspecto é fundamental de considerar no sentido de observar a postura de resistência e de transformação se utilizando de estruturas prévias à mudança pretendida. Na sequência, inclusive pela abordagem de resistência, a teoria e a prática seguiram seu amadurecimento já de forma mais independente e autônoma, e de certa forma na contracorrente da modernidade eurocêntrica, o que originou movimentos no mundo inspirados, influenciados ou com algum nível de contato com os princípios ou a formação propriamente em Permacultura.

A premissa teórica da Permacultura ser prática não negava a importância do estudo e da produção teórica, no entanto, levou a algumas práticas e movimentos a aplicar de forma superficial a proposta abrangente que os autores buscaram explicitar. Esta superficialidade mais visível chega a representar ao senso comum o que é a Permacultura e limitar dessa forma o seu potencial de transformação, seja ambiental, social, econômico, cultural, ou mesmo epistemológico, no sentido de reconstruir conceitos. Neste aspecto, a teoria da Ecologia Política Latino-Americana permite a ampliação do senso crítico e a abrangência da visão ao analisar e propor ações que de fato realizam e contribuem para transformações locais e globais, no enfrentamento da dominação colonial, capitalista e patriarcal nos povos do mundo e no planeta Terra.

A Austrália como Sul do Norte, ou seja, localizada no hemisfério Sul, mas com padrões de vida do Norte global, é simbólica na abordagem da Ecologia Política sobre a Permacultura, porque envolve resistência à modernidade-colonialidade e resgata e valoriza o conhecimento de seus povos originários - os chamados aborígenes. As violências, genocídios e epistemicídio sobre os povos aborígenes foram os mesmos que na América Latina, então como é que a Permacultura na Austrália valoriza e convive com os povos originários? E no mundo, como as experiências de Permacultura se relacionam com os povos originários e tradições ancestrais e mesmo com a alteridade?

Em um exemplo latino-americano no Peru, o Refúgio Tikabamba, que é um centro de Permacultura na região andina, valoriza e promove com a comunidade local, espaços de fortalecimento biocultural.

Complementando o estudo comparativo entre abordagens e experiências de planejamento territorial, por assim dizer sem reduzir a abrangência das ideias, a próxima parte deste artigo segue com a análise de aspectos mais concretos a serem articulados nas reflexões propostas.

Estes aspectos correspondem ao conceito de sociedade em rede e o estudo da experiência das Vilas Rurais no Paraná.

3. REDE DE VILAS RURAIS NO PARANÁ

No contexto do Desenvolvimento Rural, o Governo do Paraná criou, na década de 1990 com apoio do Banco Mundial, Vilas Rurais para qualificar a vida de famílias em áreas rurais do estado. Esta iniciativa será analisada considerando o referencial teórico sobre Sociedade em Rede e Participação Social, visando compreender os resultados, potenciais e limitações.

A organização social com o uso de tecnologias de comunicação e informação caracteriza um determinado contexto histórico, a Sociedade em Rede (CASTELLS, 2000), onde as relações sociais passam a lidar com esta variável tecnológica, de modo que os processos de participação e os movimentos sociais são por esta influenciados. No entanto, a organização em Rede não se limita ao uso de tecnologias de comunicação e informação, sendo relevante considerar principalmente quem são os atores, as relações e os resultados das ações realizadas.

Abordando o tema Redes e Desenvolvimento Rural, a análise apresentada visa refletir sobre as questões: quais os resultados das Vilas Rurais criadas pelo Governo do Paraná no desenvolvimento rural do estado? O conceito de Rede ou Sociedade em Rede foi considerado ou pode ser aplicado nesta iniciativa? Com isso, busca-se observar as Vilas Rurais de acordo com o conceito de Sociedade em Rede e identificar a participação social nesta política pública. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico os autores Manuel Castells e Ilse Scherer-Warren, bem como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES-PR.

3.1. SOCIEDADE EM REDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os conceitos de sociedade em rede e participação social serão trabalhados neste artigo com base nos autores Manuel Castells e Ilse Scherer-Warren. Para Castells (2000), as tecnologias de informação e comunicação transformaram a sociedade, apresentando algumas características distintas de outros momentos históricos, como a liderança difusa, a comunicação direta e auto-reguladora, a atuação local e global ao mesmo tempo, e a própria singularidade histórica.

A influência da organização mundial em rede sobre a sociedade e os indivíduos traz uma reflexão sobre a oposição bipolar entre a Rede e o Ser, dentro do processo de transposição tecnológica revolucionária no contexto social, onde a tecnologia e a sociedade passam por uma

transformação histórica. O início se dá nos anos 1970 na Califórnia - EUA, e com sua expansão, consequências sociais involuntárias da tecnologia são notadas em todo o mundo. Por surgir da reestruturação capitalista, e nova sociedade é capitalista e informacional. (CASTELLS, 2000)

Analisando o desenvolvimento e a produção, a reestruturação capitalista promove o desenvolvimento do informacionalismo. O capitalismo e o estatismo são modos de produção e o industrialismo e o informacionalismo são modos de desenvolvimento. Neste sentido, o que é formado pode ser chamado de capitalismo informacional. A partir deste quadro, a sociedade informacional possui especificidades históricas e culturais por um lado, e semelhanças de paradigma econômico e tecnológico por outro (CASTELLS, 2000). De acordo com Castells (2000), o Ser na sociedade informacional apresenta uma manifestação paradoxal entre viver conectado com o mundo e perder a própria identidade. Neste sentido, o autor apresenta uma visão otimista, caracterizada por um mundo multicultural e interdependente, formando uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais.

Relacionando as redes mais à participação social, Scherer-Warren (2011) aborda a articulação da sociedade civil, as redes sociais, os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. No contexto da globalização e informatização, os movimentos sociais tendem a se diversificar e complexificar. A noção de sociedade civil pode ser entendida como parte da classificação da sociedade em Estado, Mercado, Sociedade Civil, sendo a participação cidadã um desafio para todos e um referencial de atuação buscado pelos movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 2011)

A autora apresenta três níveis de organização da sociedade civil: 1. associativismo local; 2. articulação inter-organizacionais; e 3. mobilizações na esfera pública. Deste processo surge a rede de movimento social enquanto conceito teórico para explicar a reunião de diversos movimentos sociais já organizados em rede, formando assim redes de redes, ou redes de movimentos sociais no sentido de somar forças em pautas comuns (SCHERER-WARREN, 2011). O movimento social se define por possuir identidade, adversário e projeto. Neste sentido, coloca-se uma reflexão sobre a atuação com o Estado ou de forma mais autônoma, no sentido de criar pressões legítimas sem assumir para si o papel de outra parte (SCHERER-WARREN, 2011). A transversalidade de direitos - civis, políticos, socioeconômicos, ecológicos ou de localismo, à diferença - é outra característica observada no contexto de maior conectividade, o que leva a valores se tornarem reivindicações. Além dos direitos humanos clássicos, portanto, há uma nova geração de direitos sendo formados e reivindicados. (SCHERER-WARREN, 2011)

As redes de redes de movimentos são então formadas a partir desta complexificação e interconexão de pautas em comum. E as formas de atuação segmentadas passam a ser mais integradas, no sentido de reunir conhecimento, ativismo e prestação de serviço ao invés de apenas haver uma atuação específica (SCHERER-WARREN, 2011). Este quadro leva ao momento de

empoderamento das redes de movimento, onde orientações político-pedagógicas podem ser notadas: 1. resgatar a dignidade; 2. ação coletiva; e 3. articulação. Neste sentido, a governança e a participação são construídas em espaços de formação e atuação: mobilizações de base local; fóruns da sociedade civil; e parcerias entre sociedade civil, Estado e mercado (SCHERER-WARREN, 2011). A gestão das políticas públicas pode ser mais ou menos cidadã, de acordo com as relações de força e as possibilidades de convergência entre movimentos, estado e mercado. Os sujeitos neste contexto apresentam-se com relativa autonomia e a possibilidade de transposição de fronteiras territoriais, temporais e sociais formam uma nova utopia do ativismo. (SCHERER-WARREN, 2011)

3.2. VILAS RURAIS EM REDE

O processo de modernização da agricultura no Brasil, foi fortemente fomentado pelo regime militar em meados de 1960 a partir de uma política desenvolvimentista, como forma de política desenvolvimentista. Essa postura marcava um importante momento na agricultura brasileira, a transição de uma antiga estrutura agrícola, atrasada tecnologicamente, para uma agricultura inserida nos circuitos capitalistas e com uma nova forma de produção integrada a processos industriais (SCHNEIDER, 2003. P 145).

A principal ferramenta usada pelo Estado no processo de modernização da agricultura brasileira foi a Lei n.º 4.829 de 5/11/1965, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, onde era possível acessar financiamentos e créditos nas áreas rurais, com finalidade de incentivar o progresso técnico e assim alcançar a modernização (BIANCHINI, 2015. P 15).

A partir do Sistema Nacional de Crédito Rural a agricultura se expande e se moderniza no Brasil, principalmente na região sul do País. Porém, essa modernização chegava somente para aqueles agricultores que já possuíam recursos e garantias para acessar o crédito rural, criando assim uma “modernização conservadora” (SILVA, 1996).

No estado do Paraná, a modernização chegava e se estruturava de maneira sólida, devido às antigas estruturas de produção de café na região norte do estado, que já contavam com certo grau de modernização e estavam mais inseridas no mercado capitalista. As antigas produções de café davam espaço para a produção de soja e trigo, e não só a produção, mas devido a inserção dos complexos agroindustriais na década de 1970, os produtos processados a partir dessas culturas também ganharam destaque, tanto para exportação quanto para consumo interno. Essa nova lógica de produção também requer uma série de investimentos, como insumos, tratores, equipamentos industriais, dentre outros, e o crédito rural atenderia essas necessidades, porém, somente para os produtores que possuíam certas garantias, como terras com grandes dimensões, e que tivessem

como prioridade a produção de soja e trigo ou produtos demandados pelos centros urbanos (ASARI; PONTE, 2001).

A modernização da agricultura também modificou a forma de trabalho rural com a inserção de máquinas nos processos produtivos, onde não era mais necessário a mão de obra durante todo o processo de produção, transformando os trabalhadores fixos em temporários, ou “bóias-frias”, e criando um processo de migração pendular, que se caracterizava pelo deslocamento dos trabalhadores das áreas periféricas urbanas para as áreas rurais (SILVA, 1996).

Além da mudança na forma de trabalho no campo, outro fenômeno causado pela modernização, e que complementa a mudança na forma de trabalho e a migração dos trabalhadores para área rural, é a concentração fundiária que acabou eliminando os pequenos produtores que estavam ao redor das grandes propriedades. Esse fenômeno foi consequência do acesso ao crédito, discutido anteriormente, que contemplava somente os grandes produtores, e acabava deixando os pequenos produtores cada vez mais encurralados na região (ASARI; PONTE, 2001).

Pode-se dizer que a combinação dos problemas discutidos até aqui, teve como consequência o êxodo rural (e uma série de problemas urbanos), e como principais pessoas inseridas nesse fenômeno estavam os produtores que não conseguiram se manter no campo, devido às pressões exercidas pelos grandes produtores, e que acabaram na nova dinâmica trabalhista, como trabalhadores temporários que migravam das periferias urbanas para as áreas rurais para trabalhar em determinados períodos da produção. A partir dos problemas gerados pela modernização e pressões exercidas por atores de movimentos sociais, em meados da década de 1990 continua o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária no estado do Paraná, e um dos atores envolvidos neste período no debate foi o Banco Mundial. O Banco Mundial teve um papel importante no debate da reforma agrária, porém controverso com a sua visão de reforma, onde se tinha um modelo de reforma agrária de mercado, resultante das discussões envolta dos problemas gerados pela modernização forçada da agricultura em países periféricos, ou o modelo estrutural adotado na época (PEREIRA, 2004).

A partir disso, o Banco Mundial passa a investir em fundos sociais e ambientais no Brasil (e em uma série de países periféricos), tudo isso em conjunto com o governo federal e os estaduais. No estado do Paraná o projeto apoiado foi o de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza do PR- Paraná 12 meses, que recebia recursos do FUNPARANÁ, com objetivo de aliviar vários problemas presentes no meio rural (GARRISON, 2001).

Além dos problemas comentados até aqui, durante a década de 1990 os movimentos sociais estavam em ascensão e exercendo grande pressão sob o governo, com manifestações, conflitos e ocupações, o que fez com que o governo federal e os Estados agissem de forma rápida

para solucionar esse problema. A ideia de reforma agrária de mercado, proposta pelo Banco Mundial, foi então adotada (PEREIRA, 2004).

No estado do Paraná, o Projeto Paraná 12 meses, deu origem ao Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, que em seguida daria origem ao subprograma Vilas Rurais, criados durante o governo de Jaime Lerner, que tinha como objetivo de realocar a população rural que migrou para os centros urbanos, principalmente os trabalhadores volantes, ou “bóias-frias” (SOUZA, 2001).

O subprograma Vilas Rurais surge como alternativa para uma possível “reforma agrária”, porém, na lógica proposta pelo Banco Mundial e como solução para a grande pressão exercida pelos movimentos sociais, que estavam em ascensão na época. A ideia do governo do Paraná, era fazer uma reforma diferente das reivindicadas, menos conflituosas e violentas se comparadas às ocupações do Movimento Sem Terra - MST, e focada nos trabalhadores volantes (PONTE, 2002).

Além das alternativas expressas anteriormente, uma outra proposta feita pelo subprograma era trabalhar com características urbanas e rurais nas vilas, trazendo o conceito de “rurbano” (ANDRONIO; SOUZA, 2001).

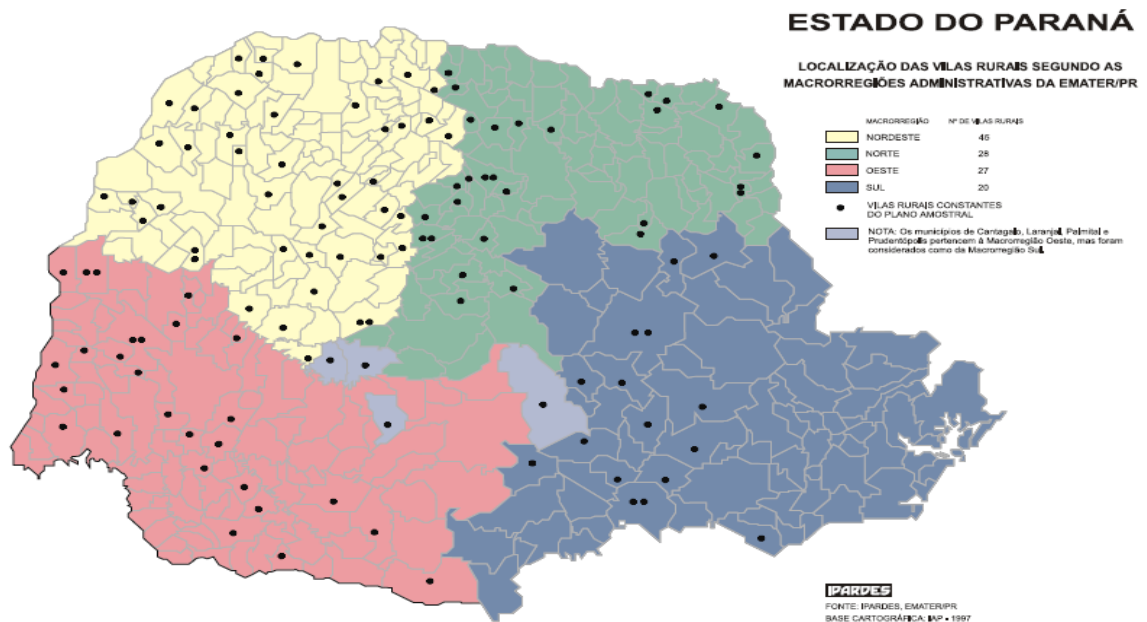
Trabalhar com a ideia de “rurbano” nas vilas rurais, foi consequência dos impactos da modernização da agricultura, que por sua vez, mudou a forma de produzir no campo, trazendo uma lógica mais capitalista e uma relação mais próxima com os centros urbanos. Outro ponto a destacar quanto a ideia de “rurbano” é o estilo de vida das pessoas que fizeram parte do Vilas Rurais, os atores viviam nas periferias de centros urbanos, com uma dinâmica urbana, mesmo grande parte sendo trabalhadores volantes que migravam do centro urbano para o rural, de forma sazonal, em períodos de colheita por exemplo (ANDRONIO; SOUZA, 2001).

Segundo Bana (2001), o objetivo geral do subprograma Vilas Rurais era implantar vilas rurais próximas a centros urbanos, com intuito de melhorar a condição de vida das famílias dos trabalhadores volantes, com residências e espaço para produção agrícola, contribuindo para o aumento da produção agrícola no estado. Para alcançar o principal objetivo, o Vilas Rurais tinha uma série de objetivos específicos que podemos ver a seguir:

- a) Propiciar melhores condições de moradia aos trabalhadores rurais volantes atendidos, fixando-os em seu próprio meio.
- b) Melhorar as condições nutricionais do público-alvo, através da produção de alimentos de subsistência em sua propriedade.
- c) Desenvolver o desempenho profissional dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares nas atividades agrícolas e não agrícolas do setor rural.
- d) Contribuir para o aumento da renda familiar através da capacitação de mulheres e jovens, em ofícios possíveis de serem absorvidos pelo mercado próximo ou local.
- e) Melhorar as condições sociais da família através de adequado atendimento sanitário, educacional e de lazer.

- f) Propiciar mão-de-obra qualificada à disposição da produção agrícola.
- g) Contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho.
- h) Contribuir para a eliminação do trabalho infantil e regularização do trabalho juvenil.
- i) Contribuir para que nas relações de trabalho sejam respeitados os aspectos trabalhistas e previdenciários.
- j) Integrar os trabalhadores rurais volantes e seus familiares ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), assegurando a melhoria das condições de trabalho e propiciando novas oportunidades, agrícolas e não agrícolas, de geração de emprego e renda.
- k) Apoiar a organização da categoria, diretamente ou através de suas entidades representativas.
- l) Disseminar o associativismo incentivando a organização comunitária.
- m) Redirecionar os investimentos que hoje são feitos nos centros urbanos em função das imigrações (BANA, 2001).

O Vilas Rurais durante sua implementação, beneficiou cerca de 15.600 famílias, com um total de 120 vilas rurais, distribuídas em todo o estado do Paraná (Ver Mapa 1) (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2002).



Mapa 1 : Distribuição das vilas rurais no estado do Paraná. Fonte: IPARDES

Nota-se que as principais regiões beneficiadas pelo Vilas Rurais foram a norte e nordeste do estado, onde se tinha um maior fluxo de trabalhadores volantes, devido ao histórico de

produção das duas regiões, e por terem sido regiões bastante afetadas pelo fenômeno de modernização da agricultura. Segundo relatórios do IPARDES (2000), cerca de 19,9% dos trabalhadores que viviam nas vilas rurais eram trabalhadores rurais temporários, fortalecendo a ideia de que o Vilas Rurais tinha como público-alvo os trabalhadores bóias-frias.

É importante trazer para o debate deste trabalho a questão histórica da região, o processo de modernização da agricultura, a mudança no meio rural do Estado e a criação do subprograma Vilas Rurais, para visualizar no próximo tópico como isso influenciou na formação das próprias vilas rurais, na articulação dos atores que pensaram na política e os que foram beneficiados, na relação dos movimentos sociais com a questão da reforma agrária, e para visualizar as vilas que ainda restam. Para analisar a experiência das Vilas Rurais no Paraná, observou-se aspectos quanto a formação das comunidades; se houve ou não articulação social; a situação atual a partir de dois estudos de caso; a rede de atores na formulação e implementação desta política pública; a relação dos movimentos sociais com este projeto; e a ideia de uma “reforma agrária possível” (SOUZA; OLIVEIRA, 2014).

A formação das comunidades se deu a partir da iniciativa do Governo do Estado do Paraná, no entanto havia a pressão de movimentos sociais, principalmente as atividades do MST, por soluções de reforma agrária. O critério de definição dos moradores se deu a partir das relações de trabalho volante em cada região, buscando atender famílias que já tinham uma relação com o local de implantação das vilas. A articulação entre Sociedade Civil, Estado e Mercado se deu de forma dispersa e houve muito mais uma ação direta do Estado, relacionado com o Banco Mundial, para atender uma demanda social, o que indica a relação entre diferentes níveis de atuação, desde o global até o local. A pressão social no contexto de luta pela reforma agrária e a existência de problemas urbanos com movimentos sociais vinculados, gerou de certa forma um contexto favorável à tomada de decisão por parte do Estado, o que foi viabilizado pelo programa de desenvolvimento financiado pelo Banco Mundial. No desenvolvimento das vilas, a falta de formação para a participação e organização social pode ser notada nos problemas apresentados e até mesmo nas justificativas para se terminar o projeto. Por outro lado, territorialmente foi formada uma rede de vilas rurais no estado que é um resultado concreto e um potencial a ser utilizado pelas comunidades atuais e futuras das vilas.

Os atores que formaram a rede de formulação e implementação desta política pública de reforma agrária, mesmo considerando o desequilíbrio entre as partes, pode-se dizer que representam o estado, o mercado e a sociedade civil, ou seja, o Governo do Estado do Paraná, o Banco Mundial e as famílias atendidas, além da participação indireta do movimento social sem terra, principalmente o MST, no sentido de criar pressão social e política para soluções de acesso à terra. O processo de modernização da agricultura gerou um ambiente de conflitos e reivindicações no espaço rural, o que foi intensificado pelas ocupações de terras improdutivas e

pressões feitas no ambiente político pelo movimento social sem terra, principalmente o MST, reivindicando uma reforma agrária no País. Essa participação no debate acabou influenciando, mesmo que de maneira informal, a criação do Vilas Rurais, pois como visto, um dos motivos da criação do subprograma foi ter uma proposta diferente das que o MST reivindicava, porém o Estado acabou aderindo à ideia de que era necessário se fazer uma reforma agrária.

Neste sentido, referente aos movimentos sociais, nota-se que havia uma identidade, um projeto de reforma agrária e existiam os adversários, que seriam o Estado e grandes proprietários de terras modernizados. Essa estrutura, leva à reflexão da atuação do movimento com o Estado, e como são criadas as pressões legítimas nessa relação. A ideia de reforma agrária pensada pelos movimentos sociais, acabou sendo substituída pela ideia de reforma agrária de mercado, proposta pelo Banco Mundial, uma política que teve sua articulação e implementação feita de “cima para baixo”, sem a participação direta do público-alvo, e pensada a partir da lógica das organizações envolvidas.

O Vilas Rurais, como projeto dessa “reforma agrária”, acabou passando por diversos problemas quanto a organização dos atores envolvidos, foram gerados conflitos entre moradores das Vilas, problemas tipicamente urbanos, advindos da lógica urbana que os moradores possuíam e que acabaram dificultando o processo de reforma agrária proposto pelo Estado. Em relação à infraestrutura física e comunitária das Vilas Rurais, hoje existe uma rede física de vilas rurais no Estado, fato que pode ser utilizado para novas ações de desenvolvimento rural. Em Foz do Iguaçu - PR, a Vila Rural foi incorporada ao planejamento municipal por meio de seu plano diretor, integrando de certa forma a rede urbana e rural da cidade.

Na experiência de Foz do Iguaçu quanto na rede estadual de vilas rurais formada, mais em um sentido físico do que social, nota-se que há o potencial de qualificação das práticas de planejamento territorial pelos municípios, bem como demanda de formação e valorização dos agricultores e residentes de modo geral destes assentamentos, o que é possível realizar com a contribuição de aspectos teóricos, metodológicos e organizacionais apresentados e estudados pela Permacultura e pela Ecologia Política, como exemplo: o design ambiental a partir das demandas das pessoas e da regeneração ambiental; a valorização cultural e o estímulo a soluções que incorporam o tempo de desenvolvimento dos sistemas e não apenas ações de curta duração ou imediatas; e no campo educacional, a importância de ações que integram a comunidade a partir dos diversos saberes socialmente construídos.

4. DISCUSSÃO

Os modos de vida tradicionais são fonte de conhecimento, mas também são práticas do presente e que podem contribuir para a solução de problemas atuais. Neste sentido, mais do que

aprender é necessário respeitar os modos de vida tradicionais e buscar meios de preservar sistemas de conhecimentos e de estar no mundo diversos. Refletir sobre a construção e a desconstrução de conceitos como desenvolvimento, ecologia, política e cultura, permite criar significados coerentes com a realidade e evidencia a disputa de narrativas em que vivemos.

A Permacultura está inserida neste contexto e, portanto, se faz necessária a constante reflexão sobre o posicionamento político e social de suas práticas. As Vilas Rurais representam uma ação importante por parte do Governo Estadual, no entanto, a distribuição das Vilas Rurais no Estado apresenta a característica de isolamento entre elas, sendo as relações sociais promovidas mais internamente e localmente do que entre uma e outra. A participação dos moradores se deu de forma receptiva e não necessariamente construtiva, apresentando diferenças de envolvimento social caso a caso. Por outro lado, a falta de suporte do poder público na manutenção da iniciativa foi determinante para a paralisação do programa, inclusive com a falta de capacitação para a participação.

O conceito de redes, tanto no aspecto informacional quanto no social, e o estudo das transformações sociais e econômicas a partir das tecnologias de informação no contexto de reestruturação do capitalismo, permitiu fazer uma leitura mais profunda sobre o programa Vilas Rurais, de modo a compreender melhor o processo de formação, as dificuldades e o potencial da rede de vilas rurais que hoje é um fato no Estado do Paraná. De fato, percebeu-se que o programa foi administrado em grande parte pelo Estado, não havendo participação social e articulação, em formato de rede, por parte dos beneficiários, porém, como visto antes, uma rede de articulação tem papel fundamental nas ações de um grupo, e pode ser visto como um avanço nas reivindicações. Para construção e avanço nos debates, as mobilizações de bases locais, fóruns da sociedade civil e parcerias entre sociedade civil, Estado e Mercado, são ações fundamentais para a construção da governança e participação da comunidade, como vimos em Scherer-Warren, (2011). Além da importância do papel das redes nas vilas rurais, a Permacultura e a Ecologia Política trazem importantes elementos que podem empoderar os atores das vilas rurais. No âmbito da Permacultura, pensando a partir de Mollison, temos além de um sistema suficientemente alimentar, propostas de estratégias financeiras partindo da comunidade e articulações para o acesso à terra. A Permacultura também possui um viés de movimento social, o que fortalece ainda mais a questão das vilas rurais atuantes em rede.

Enquanto política pública, nota-se a importância de maior envolvimento e participação cidadã nos processos de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural, da mesma forma que em políticas urbanas também é desejável, de forma a gerar resultados mais consistentes e coerentes com as comunidades participantes. Além disso, o envolvimento e participação nos processos de formulação de políticas públicas se faz ainda mais importante nas áreas chamadas “rurbanas”, devido às pressões causadas cada vez mais por centros urbanos,

muitas vezes oriundas do próprio poder público, com cobrança de impostos e taxas urbanas em áreas que contam com produção rural. Existe também as pressões oriundas do mercado imobiliário, que cada vez mais busca se expandir. Visto isso, enxerga-se a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas que abranjam as especificidades da população urbana, porém levando em consideração a participação dos atores envolvidos, com metodologias de avaliação e formulação que sejam “Bottom-up”, ou seja, que a política seja elaborada a partir dos problemas levantados pela comunidade e com a participação ativa das pessoas. Destaca-se por fim, o potencial da implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural e urbano a partir de abordagens territoriais e análises críticas, necessárias especialmente na particularidade de comunidades urbanas, como as famílias que vivem e produzem nas Vilas Rurais, valorizando assim modelos descentralizados e que promovam a autonomia dos povos.

REFERÊNCIAS

ANDRONIO, J. V. E. Y. M. W. J.; SOUZA, R. S. M. DE. *As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes*. n. 11, p. 43, 2001.

ASARI, A. Y.; PONTE, K. F. DA. *Programa Vilas Rurais : retorno do trabalhador rural ao campo ? Geografia*, v. 10, n. 2, p. 163–173, 2001.

BANA, L. *Vilas Rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista*, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, 2000.

COHAPAR. *Cohapar lança projeto de habitação rural e suspende Vilas Rurais*. 2003.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86

GARRISON, J. W. *Estudos sobre os fundos sociais e ambientais apoiados pelo Banco Mundial no Brasil*. 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Vilas Rurais*. Consultado na Internet, em 25 de fevereiro de 2002. <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>.

GUDYNAS, Eduardo e ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. In: *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Maracaibo, Venezuela: A 16, n. 53, p. 71-83.

HOLMGREN, David. *Os Fundamentos da Permacultura*. Versão resumida em português. Santo Antônio do Pinhal, SP: Ecosistemas, 2007.

HOLMGREN, David. *Permacultura: 4 décadas de educação, design e ação para um futuro próspero de decrescimento energético*. Tradução: Pedro Souza. Discurso de aceitação do Doutorado – CQU (Central Queensland University), 2017. Disponível em : <https://permacultura.paginas.ufsc.br/files/2018/04/Discurso-Homgren-doutorado-CQU_-_portugues.pdf>. Acesso em 20 set 2019.

HOLMGREN, David. *Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade*. Tradução Luzia Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

IPARDES, I. P. D. D. E. E. S. *Avaliação da atividade Vilas Rurais: síntese estadual e macrorregional*. Curitiba, 2000.

IPARDES. *Avaliação da atividade Vilas Rurais*. 1999.

JORNAL DE BELTRÃO. *Pontos positivos e negativos das Vilas Rurais*. 2005.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva Latinoamericana. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: vol. 35, 2015.

MOLLISON, Bill. *Introdução à Permacultura*. Tradução: André Luis Jaeger Soares. Brasília: MMA/SDR/PNFC, 1998.

PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), v. Mestrado, p. 282, 2004.

PONTE, K. F. DA. Reflexões sobre o programa vila rural a partir de algumas ideias propostas por Ignácio Rangel. In: *Geografia*, vol. 11, p. 209–218, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In *Vida em Rede*, 2011.

SILVA, J. G. DA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996.

SOUZA, Simone Ferreira de; OLIVEIRA, Edi Carlos de. *Projeto governamental paranaense “Vilas Rurais”*: Uma análise comparativa da real atividade desenvolvida nas Vilas Rurais Esperança e Nova Vida. 2014.

CIDADE E MULHERES: REFLEXÕES SOBRE LUGAR DE
MORADIA E SEGREGAÇÃO URBANA
*CITY AND WOMEN: REFLECTIONS ABOUT
HABITATION AND URBAN SEGREGATION*

Tuize Rovere¹
Claudia Tirelli²

RESUMO

Este artigo tem a intenção de fomentar o debate acerca dos conceitos de segregação urbana, alargando seus limites para a apreensão das questões de gênero, especificamente de mulheres. Na área do planejamento urbano e regional é vasta a produção envolvendo a temática da segregação urbana, um assunto que possui consolidada pesquisa acadêmica no Brasil. Porém, as investigações a respeito do tema acabam por universalizar as questões territoriais referentes às mulheres. Buscando reverter este quadro, aborda-se a questão de gênero dentro da segregação urbana, referindo-se às mulheres moradoras das periferias urbanas empobrecidas. A escolha de trabalhar com temáticas urbanas de forma crítica, especialmente em um momento de crescente conservadorismo, favorece a reflexão e busca criar formas de combate aos retrocessos e privações de direitos fundamentais do tempo presente.

Palavras-chave: Segregação urbana. Gênero. Cidade. Mulheres.

ABSTRACT

This article intends to foster debate on the concepts of urban segregation, extending its limits for the apprehension of gender issues. In the area of urban and regional planning, the production involving the theme of urban segregation is vast, a subject that has consolidated academic research in Brazil. However, investigations on the subject end up universalizing territorial issues related to women. To reverse this situation, the issue of gender within urban segregation is addressed, referring to women living in impoverished urban peripheries. The choice to work with urban themes in a critical way, especially in a time of increasing conservatism, favors reflection and seeks to create ways to combat the setbacks and deprivations of fundamental rights of the present time.

Palavras-chave: Urban segregation. Gender. City. Women.

¹ Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, na linha de pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas e especialista MBA em Gestão Ambiental pela Universidade do Oeste de SC -UNOESC. Atualmente é pesquisadora membro do GEPEUR - Grupo de Estudos em Planejamento Urbano e Regional, CNPq, do GEDEPP - Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas - CNPq, do Observatório do Desenvolvimento Regional - Observa - DR e do Observatório dos Conflitos da Cidade (UCPel) - CNPq. Endereço eletrônico: hoff.tuize@gmail.com.

² É doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluídos, respectivamente. Pós-doutora pela Universidad Complutense de Madrid/Espanha. Realizou a graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), onde integra o corpo permanente de docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e o corpo docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação. Endereço Eletrônico: ctirelli@unisc.br.

1. INTRODUÇÃO: CIDADE E MULHERES

“E a cidade, pode ser assim cruel”.
(Daíra – Tanto Tempo)

As cidades nunca foram funcionais às mulheres e suas diferentes possibilidades, mas essa realidade vem sendo desconstruída à custa de muita luta e transformação. Os espaços urbanos, planejados e construídos a partir de uma epistemologia eurocentrada e positivista da cidade, têm resultado em uma cidade projetada a partir de uma lógica funcionalista. O sujeito neutro, ou o usuário universal da cidade, permanece sendo a principal referência para o planejamento urbano. As cidades resultantes desse modelo são cidades baseadas em princípios patriarcais, estruturadas para apoiar formas específicas de organização familiar e a manutenção dos papéis sociais de gênero (KERN, 2021). A partir destas construções, os grupos sociais tomados como “o outro”, ou todos aqueles que não pertencem ao ponto de vista único e neutralizante, são tomados como dignos de controle e subalternização. No espaço urbano essa intervenção se dá sobre os corpos das mulheres, da população LGBTQIA+³, dos negros e das negras, das crianças, dos idosos e das idosas, dos indígenas e das indígenas e das pessoas com qualquer diversidade física ou mental. Esses grupos continuam a ter suas vidas limitadas pelas normas sociais urbanas que se materializam no espaço. (KERN, 2021)

Este é o modelo de urbanismo que se repete ao redor do mundo e vem deixando de lado os enfrentamentos necessários da desigualdade social e das exclusões de grupos marginalizados, evidenciando, e até mesmo provocando, sua exclusão através do ambiente construído das cidades. No entanto, a implementação desse modelo urbano de regulação e normatização não ocorre sem resistências e o encontro com outras formas de habitar a cidade. Neste artigo iremos abordar como as mulheres constroem as suas formas de existência na cidade, ressignificando esse espaço urbano a partir de suas experiências e práticas.

Sabe-se que, à luz do que afirmava Simone de Beauvoir (1908-1986), a recente e frágil obtenção de direitos urbanos pelas mulheres é passível de retrocesso e exige vigília e luta constante (BEAUVOIR, 1967), realidade que se intensifica diante da ofensiva conservadora que temos enfrentado em termos de Brasil e América Latina. Alguns estudos dentro do urbanismo feminista, perspectiva adotada neste trabalho, têm buscado adotar uma abordagem interseccional para a construção de um planejamento urbano menos excludente e sexista, incorporando uma

³ A sigla LGBTQIA+ representa um grupo de pessoas que se reconhece por orientação sexual ou identidade de gênero diferente do que é tido como aceito na sociedade patriarcal, machista e conservadora que defende que o gênero e a sexualidade precisam obedecer ao sexo biológico. Seu significado é L: lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros, transexuais e travestis; Q: queer; I: intersexo e A: assexuais. A sigla é uma evolução de GLS – gays, lésbicas e simpatizantes, de forma a inserir cada vez mais diversidade à luta por aceitação. Fonte: Dia internacional do Orgulho Gay: Saiba o que significa cada letra da sigla LGBTQIA+ (uol.com.br)

diversidade de demandas e características que produzem, para além das construções sociais de gênero, as diferentes formas de habitar a cidade. (COLLECTIU PUNT 6, 2019)

Ana Fani Carlos (2017) afirma que a cidade é um espaço apropriável para a realização da vida, e que essa apropriação começa na escala do corpo e do uso do espaço através do corpo e dos sentidos. Na medida em que se sobrepõem diferentes formas de controle e opressão sobre os corpos marginalizados, o processo de apropriação e uso da cidade se torna truncado, envolto em obstáculos à cidadania e ao alcance de direitos fundamentais. As mulheres têm suas experiências urbanas intimamente ligadas aos seus corpos e à definição biológica da feminilidade (KERN, 2021). Assim, sua experiência cotidiana corporificada está profundamente ligada ao gênero, à capacidade reprodutiva e à sua posição de submissão frente às construções patriarcais.

Minha identidade de gênero molda como eu me movo pela cidade, como vivo meu cotidiano e as opções que estão disponíveis para mim. Meu gênero é mais que meu corpo, mas meu corpo é o lugar da minha experiência, onde minha identidade, história e os espaços em que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne (KERN, 2021, p. 22).

O direito básico à moradia é um dos tantos que constantemente são subtraídos da realidade das mulheres brasileiras, especialmente daquelas moradoras das periferias urbanas empobrecidas e sujeitas à precariedade habitacional. Por sua vez, o fenômeno da segregação urbana vem sendo discutido no Brasil há décadas, com extensa produção acadêmica sobre o tema, especialmente no que diz respeito às grandes metrópoles. Porém, a abordagem dada tem se alinhado à prática universalista adotada no planejamento urbano ao longo dos séculos, que além de corresponder a um sujeito neutro ainda mantém o foco nas dinâmicas urbanas das cidades grandes. O próprio “Direito à cidade”, tão presente e reivindicado em documentos de movimentos sociais, de políticas públicas e em artigos científicos da área do Planejamento Urbano, acaba reificando uma ideia de cidade utópica, que não está amparada nas múltiplas experiências de habitar dos grupos que nela vivem (AGIER, 2015).

Este artigo⁴ é fruto das pesquisas realizadas junto ao GEDEPP⁵ e baseada na dissertação de mestrado intitulada *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*⁶, tratando dos efeitos da segregação urbana para as mulheres moradoras na periferia empobrecida da cidade. Para isso, foram utilizados diferentes conceitos de segregação urbana desenvolvidos por autores brasileiros a exemplo de Flávio Villaça (2001), Eduardo Marques (2007) e Roberto Lobato Corrêa (2013). Essas ideias foram relacionadas entre si, debatidas e até

⁴ Através deste artigo, pretende-se também prestar uma homenagem póstuma ao professor Flávio Villaça (falecido em março de 2021), cujas ideias foram fundamentais para a compreensão da cidade e do fenômeno da segregação urbana no Brasil.

⁵ Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas, ligado ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – PPGDR/UNISC.

⁶ Defendida no ano de 2018 junto ao PPGDR/UNISC.

contrapostas observando a perspectiva feminista dos estudos urbanos. Para isso foram utilizadas autoras de diferentes áreas do conhecimento como a geografia, a arquitetura e o urbanismo, que vêm buscando alargar as fronteiras do conhecimento de suas respectivas áreas. Joseli Silva (2009), Inés Sanchez Madariaga (2004), Zaida Muxí (2006) e Rossana Tavares (2015), entre outras pesquisadoras utilizadas neste artigo, têm dedicado sua produção acadêmica a essa importante temática. Esse cruzamento de ideias mostra-se fundamental para dar conta de um fenômeno tão complexo e multifacetado como a segregação urbana e seus efeitos nos diferentes grupos socialmente excluídos.

Divulgar e compartilhar, dentro do campo do planejamento urbano, pesquisas que investiguem a relação das mulheres com a cidade, especialmente as mulheres empobrecidas e moradoras das periferias urbanas no interior do Brasil é uma escolha política e uma estratégia para tornar visível o invisibilizado. Considerando que 54% das mulheres responsáveis por domicílios brasileiros⁷ se encontram vivendo abaixo da linha de pobreza⁸ e que a maioria delas está nas periferias das cidades, o tema se torna ainda mais urgente. É preciso de pesquisas que contraponham de forma crítica a utilização de um sujeito neutro, ainda hoje adotado, tanto na produção científica hegemônica, quanto no planejamento urbano e regional.

Assim, este artigo tem como objetivo a apresentação de uma concepção feminista acerca da segregação urbana e de sua relação com o gênero – tomado não como recorte, mas como tema que atravessa todas as problemáticas. Busca-se aqui ainda a promoção do pensamento crítico e o incentivo pela busca de alternativas para uma mudança concreta na formulação e implementação de políticas públicas. Por fim, é intuito deste trabalho, engrossar as fileiras dos estudos que buscam promover o acesso de cada vez mais mulheres aos bens e serviços urbanos e à cidade como um todo e, assim, proporcionar este acesso a todos aqueles que não correspondem ao “sujeito neutro” do urbanismo.

Além da presente introdução, o artigo aqui apresentado se estrutura em outras quatro partes: na segunda se discute os conceitos de segregação urbana e sua relação com as questões de gênero e a perspectiva feminista de abordagem do espaço urbano. Mais especificamente, neste capítulo se discorre sobre as dinâmicas espaciais urbanas impostas às mulheres, normalmente ligadas à sua função biológica, ao trabalho de cuidado e à reprodução da vida e suas consequências nos modos de ocupar ou não o espaço urbano. Na terceira parte, debate-se a segregação urbana e a cidade média de Santa Cruz do Sul. Na quarta, são descritos e debatidos alguns dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas junto às mulheres moradoras da periferia urbana da cidade de

⁷ Dados do IBGE (Intituto Brasileiro de Geografia e Estatística) encontrados na Síntese de Indicadores Sociais 2019. Disponível em [liv101678.pdf \(ibge.gov.br\)](#).

⁸ A linha da extrema pobreza estipulada pelo Banco Mundial é de menos de US\$ 1,90 diário *per capita* no arranjo familiar. Dados do Banco Mundial divulgados pelo Instituto de Estudos Latino Americanos/UFSC, disponíveis em Os pobres do mundo segundo o Banco Mundial | IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos ([ufsc.br](#)).

Santa Cruz do Sul. Por último, como continuação de um debate ainda distante da finalização, propõe-se uma breve reflexão sobre os efeitos da segregação urbana para as dinâmicas urbanas realizadas pelas mulheres e os possíveis desdobramentos desta questão.

2. SEGREGAÇÃO URBANA: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS

O espaço urbano é ocupado por diferentes grupos sociais que desempenham dinâmicas próprias e acessam a cidade de acordo com suas possibilidades. Essas dinâmicas se dão a partir dos diferentes corpos, vistos como pertencentes ou não ao espaço urbano normativo. A segregação urbana, nesse contexto, pode ser vista como a materialização no espaço dos constrangimentos impostos pelas construções sociais a esses corpos e às suas diferentes formas de acesso. Neste estudo, o fenômeno da segregação urbana não é tomado como um processo dicotômico entre centro e periferia, mas como um fenômeno multifatorial para o qual são relevantes os aspectos físicos ligados a fatores como local de moradia, condições de mobilidade e acesso à infraestrutura; mas também os sociais, como condições de isolamento, exclusão e homofilia⁹. É preciso também que se considere as diferentes escalas de ocupação do espaço, desde a escala do corpo e sua relação com o lugar em que habita, passando pelas relações de vizinhança, até a relação com o bairro e com a cidade como um todo. Assim, os efeitos das políticas públicas habitacionais tomam um papel importante para sua compreensão, na medida em que localizam espacialmente os corpos na cidade a partir de seus locais de moradia. A dimensão espacial, por sua vez, permeia todos os processos urbanos, constrangendo ou facilitando as dinâmicas espaciais realizadas por esses corpos.

Bichir, Marques e Torres (2006) afirmam que as políticas públicas sociais brasileiras normalmente não levam em conta a distribuição desigual dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, tanto em sua formulação, como em sua implementação. Para os autores, um dos fatores mais importantes para a compreensão das diferenças de acesso aos bens e serviços públicos seria a dimensão espacial que interfere no funcionamento das políticas públicas:

Essa dimensão espacial seria causada pelo efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distâncias têm sobre indivíduos e grupos, assim como sobre as suas formas de inserção social de forma ampla. Essas análises indicam, por exemplo, que indivíduos de condições sociais idênticas, mas localizados em regiões distintas da cidade, tendem a ter acessos bastante

⁹ Como homofilia social considera-se neste trabalho o estudo de Eduardo Marques (2007) sobre redes sociais de indivíduos pobres em São Paulo. Nele, o autor considera que essas redes podem apresentar a ausência de indivíduos não pobres, chamando este fenômeno de homofilia social, ou seja, redes de sociabilidade individuais nas quais as relações acontecem majoritariamente entre pessoas com características sociais semelhantes. Para Marques, a restrição nas relações sociais ocasionada pela pobreza é o um dos principais impedimentos à mobilidade social e colabora para a perpetuação da pobreza e da desigualdade.

diferenciados a serviços, bem como ao mercado de trabalho (BICHIR, MARQUES E TORRES, 2006, p.235).

A pesquisa aqui apresentada propõe também uma reflexão sobre a ideia de que as periferias urbanas são sempre desprovidas de infraestruturas e serviços públicos, especialmente no que se trata de cidades médias. A observação empírica leva à percepção de que as periferias urbanas de cidades médias¹⁰, como Santa Cruz do Sul, apresentam grande heterogeneidade quanto ao provimento de bens e serviços públicos, nem sempre apresentando em todas as suas áreas periféricas uma grande discrepância de atendimento em relação ao centro. Ainda assim, apesar de muitas vezes contarem com infraestrutura considerável, as periferias continuam sendo segregadas levando-se em consideração a comparação entre a quantidade/qualidade dos investimentos nessa infraestrutura entre os locais mais e menos valorizados na cidade (HOFF, 2018) e os constrangimentos que dificultam o acesso a ela. Entre esses constrangimentos, especialmente no que diz respeito aos deslocamentos desempenhados por mulheres, estão a violência de gênero, a dificuldade de mobilidade e a distância dos equipamentos e serviços de apoio ao trabalho reprodutivo.

Autores como Flávio Villaça (2001) e Eduardo Marques (2007) têm dedicado sua produção acadêmica ao estudo da segregação urbana, porém, trabalhos sob a perspectiva feminista da segregação urbana ainda são escassos no Brasil. Considerando que a construção do lugar social das mulheres ainda passa pela dimensão biológica, pela capacidade reprodutiva, pela divisão sexual do trabalho e pelo trabalho reprodutivo não (ou mal) remunerado, a vivência da cidade pelas mulheres normalmente é atrelada às atividades e redes de apoio necessárias aos cuidados. Nesse contexto, as dinâmicas urbanas que as mulheres precisam desempenhar para dar conta do trabalho reprodutivo são particulares e diferenciadas (MADARIAGA, 2004) em relação às do sujeito tomado como neutro, o qual na verdade se configura como masculino, branco, cis-heteronormativo e produtivo ao capitalismo. Porém, ainda que permeado por essas diferenças discrepantes entre os usos da cidade, o fenômeno da segregação urbana continua sendo tratado como universal, e para que se possa compreendê-lo e dar visibilidade aos seus efeitos sobre as mulheres, é preciso que conceitos como gênero, normatividade e patriarcado sejam trazidos à reflexão no contexto dos estudos urbanos.

Para Villaça (2011) a segregação espacial urbana seria aquela que se refere ao local de ocupação dentro do espaço urbano pelas diferentes classes sociais, articulando a análise do espaço segregado à economia, à política e à ideologia, meios pelos quais se opera a dominação. De acordo com o autor, a segregação envolve não somente o preço da terra urbana, mas condições de

¹⁰ Por se tratar de um fenômeno intraurbano, adota-se para esta pesquisa a classificação do IBGE para cidades médias, que seriam aquelas que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes, e não as classificações que dizem respeito às redes urbanas e às relações de interdependência entre as cidades.

proximidade aos bens e serviços urbanos e a outros atrativos como infraestrutura, natureza e *status*. Esses fatores podem levar aqueles que têm condições de escolher seu local de moradia a ter prioridade no acesso aos espaços de seu interesse. O autor não se refere somente ao valor da terra, na medida em que as classes mais altas também podem procurar pela terra mais barata das periferias urbanas de acordo com os atrativos ali presentes. Assim, a segregação pode ser considerada um processo dialético “em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 148). Trata-se, então, de um processo único, no qual os mais ricos segregam-se voluntariamente em busca dos locais que melhor lhes convêm. Por consequência os mais pobres sofrem a segregação involuntária, sendo levados a ocupar os espaços mais baratos e nos quais as classes mais altas não se interessam em ocupar. A ocupação dos territórios pelas classes mais empobrecidas normalmente se dá via moradias irregulares, cedidas, alugadas ou ainda através das políticas públicas habitacionais, ocupando locais normalmente afastados dos centros urbanos em que se localiza o setor terciário e que contam com menos atrativos:

No setor terciário, está a grande concentração dos empregos dos mais ricos, especialmente nos escritórios várias profissões liberais e ainda os das atividades modernas como o *marketing*, a publicidade, comunicação, propaganda, informática etc.) nas sedes das corporações multinacionais, nos bancos e nas financeiras, nas sedes das empresas médias e grandes das mais variadas naturezas, consultórios etc., e ainda no comércio varejista. Esses empregos estão concentrados numa única área, que é precisamente a mesma onde estão concentradas suas residências dos mais ricos (...) (VILLAÇA, 2011, p. 50).

Numa perspectiva próxima a de Villaça (2011) está Roberto Lobato Corrêa (2013), para quem existe intensa relação entre o local de habitação e a segregação das classes sociais no espaço urbano. Para ele, as classes mais altas determinam a configuração dos territórios uma vez que possuem o poder econômico e assim dispõem da possibilidade de escolha. Lobato Corrêa trata este fenômeno por segregação residencial. Assim como Villaça (2001), Corrêa (2013) contrapõe a segregação por poder de escolha, ou “autossegregação”, e a segregação por imposição, ou “segregação induzida”. A “autossegregação” seria aquela onde o indivíduo tem a possibilidade de escolher os melhores locais de habitação de acordo com seus interesses, o que Villaça (2001) chama de “segregação voluntária”. Corrêa afirma que a autossegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano e de suas amplas e confortáveis habitações. Graças aos cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas auto segregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o *status* e prestígio que possuem. Essas áreas são consideradas nobres, tendo sido criadas pelo grupo de alto status social e para ele. É, assim, uma política de classe que tem no espaço um ingrediente muito importante (CORRÊA, 2013). Já a “segregação induzida”

corresponderia à “segregação involuntária” citada por Villaça (2001), ao se referir àquela em que os indivíduos são levados por fatores externos a sua vontade, residindo “onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação” e envolveria ainda “aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis.” (CORRÊA, 2013, p. 43). A convergência dos dois autores se dá na interpretação da segregação como um fenômeno único, em que a segregação das classes mais ricas implica na segregação das classes mais pobres.

Eduardo Marques (2015) afirma que dois importantes fatores para a segregação urbana são a separação (afastamento) e a desigualdade de acesso aos serviços e infraestruturas públicas e oportunidades. Considera-se que Marques (2015), assim como Villaça (2001), assume o aspecto multifatorial da segregação e acrescenta ainda a existência de diferentes graus de carências e heterogeneidade social nas periferias urbanas:

partimos da convicção de que separação e desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente, sendo, portanto, processos indissolúveis, que precisam ser pensados dinamicamente. Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferente desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados; embora isso também ocorra, os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação (MARQUES, 2015, p. 35).

Para Marques (2015) espaços igualmente pobres possuem, por vezes, características muito diferentes entre si, como, por exemplo, a intensidade da ocorrência de mazelas urbanas como desemprego e violência. Esta observação é importante também, no que diz respeito às diversas configurações urbanas presentes nas periferias. Indo além, Marques (2015) considera que a dinâmica da segregação urbana não se limita à dificuldade de acesso e pobreza urbana, embora considere fatores importantes no processo. A segregação urbana diz respeito também ao grau de separação ou isolamento entre os diferentes grupos sociais. A sociabilidade dos indivíduos também seria afetada pelo fenômeno, uma vez que a dificuldade de acesso aumenta conforme o grau de homogeneidade presente nas regiões mais pobres da cidade. Assim, grupos mais homogêneos e de pior acesso às estruturas de possibilidades, tendem a formar suas redes de sociabilidade de maneira mais restrita, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade (MARQUES, 2015). Essas redes seriam fundamentais não apenas para a intensificação dos laços no interior das comunidades de baixa renda, mas principalmente para a construção de pontes para fora da comunidade que permitam solucionar os problemas do cotidiano mais facilmente e viabilizar processos de mobilidade social e maior acesso a oportunidades de trabalho e a serviços públicos (HOFF, 2018).

Nota-se aqui, claramente, o apagamento por parte dos autores acerca de outras dimensões da segregação urbana, que vão além das questões de classe social e acesso ao trabalho e aos bens e serviços públicos. Embora afirmem que o lugar de moradia é um fator determinante para a segregação, não levam em consideração as diferenças entre a ocupação do espaço urbano pelos diferentes corpos. Também não consideram a forma com que o corpo feminino é levado a se relacionar com o espaço urbano e os constrangimentos específicos aos quais está submetido, desde o seu lugar de moradia até a sua relação com os espaços públicos.

De acordo com Madariaga (2004), as demandas impostas aos corpos femininos colidem com as estruturas urbanas funcionalistas e normativas. As mulheres arcam com dupla jornada de trabalho (doméstico e remunerado) e usam o espaço das cidades de maneira complexa, conforme as atividades que necessitam desempenhar, ou seja, conciliando as suas atividades remuneradas e não-remuneradas. Noutro sentido, o homem-padrão (branco e produtivo) perfaz deslocamentos pendulares, tradicionalmente em veículos motorizados, coletivos ou não, que vão da casa para o trabalho e vice-versa. Assim, as mulheres são levadas a ocupar o espaço das cidades a partir da realização de suas funções reprodutivas e seus deslocamentos se dão de maneira poligonal, pois precisam responder às demandas familiares e às suas próprias demandas, as quais envolvem o deslocamento à escola para levar os filhos, aos locais que oferecem serviços de saúde, lazer e outros serviços, além daqueles necessários ao cumprimento das suas jornadas de trabalho remunerado. Hoff (2018) destaca que, em se tratando de mulheres em situação de vulnerabilidade e que não possuem acesso aos bens e serviços particulares, esta condição prejudica significativamente a mobilidade urbana e, conseqüentemente, a sua autonomia.

Las mujeres son las principales usuarias del transporte público, encadenan más viajes, viajan por más motivos diferentes, recorren distancias más cortas, realizan una gran parte de sus desplazamientos en el entorno de la vivienda y hacen muchos viajes acompañando a otras personas que carecen de autonomía personal. Aunque se muevan más, tienen menos movilidad y ésta está constreñida por su dependencia de las necesidades de los otros y de los horarios de los servicios públicos, y por su menor acceso al transporte privado (MADARIAGA, 2004, p. 109).

Apesar dessas evidências, a cidade continua a ser pensada para este sujeito universal e neutro e não para as pessoas que historicamente estão colocadas à margem do planejamento urbano e suas políticas públicas. É importante salientar que esse processo não se dá de forma natural, mas corresponde às prioridades e hierarquias existentes em um sistema econômico capitalista em uma sociedade patriarcal (COLLECTIU PUNT 6, 2019). Veja-se que o termo produtivo é essencial para o entendimento das dinâmicas espaciais. Os deslocamentos poligonais realizados tradicionalmente pelas mulheres também são realizados por outros agentes tomados como “improdutivos” ou não funcionais ao sistema, como as pessoas com necessidades específicas (cadeirantes, cegos, etc.) e pessoas idosas, as quais também podem ter a sua

locomoção reduzida, além de pessoas que não se enquadram no padrão normativo e por isso estão sujeitas a uma série de constrangimento à sua mobilidade.

A mobilidade urbana, por sua vez, atua como condicionante fundamental no processo de segregação involuntária em que os mais pobres ocupam os locais mais afastados e com menor possibilidade de se deslocar pela cidade (VILLAÇA, 2001). Isto afeta, sobretudo, o deslocamento das mulheres e outros grupos socialmente marginalizados. A setorização das cidades nos moldes funcionalistas, inspirado em uma concepção modernista (JACOBS, 2000), interfere intensamente nas possibilidades de deslocamento das mulheres moradoras das periferias urbanas. Setores com a função exclusiva de moradia, nos quais normalmente são implementados os conjuntos residenciais promovidos pelas políticas públicas habitacionais, acabam por dificultar a mobilidade feminina. O aumento da distância da moradia aos serviços, comércio e empregos, muitas vezes inviabiliza a inserção no mercado de trabalho e ainda na esfera social. Além disso, as mulheres estão sujeitas a uma série de constrangimentos específicos, relacionados com a sua corporeidade, como o medo da violência de gênero. Em uma pesquisa realizada pela ActionAid, divulgada em 2016, 86% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio em espaços públicos das cidades brasileiras, sendo que 79% destas atribuem os assédios a má qualidade dos serviços públicos. Neste contexto, o tempo, a segurança e as formas de deslocamento pelo espaço urbano são determinantes da qualidade de acesso à cidade, embora grande parte dos estudos sobre a segregação urbana no Brasil considere somente o tempo como sendo um fator primordial para a questão da mobilidade urbana.

Muitas mulheres moradoras das periferias, obrigadas a tomar conta dos filhos e dependentes sem contar com redes de apoio, acabam ficando restritas ao espaço doméstico e ao trabalho informal, aprofundando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade. Essas mulheres têm a mobilidade reduzida pela distância e pelas condições de realização do trabalho reprodutivo sobre elas imposto. Em conversas com moradoras da periferia urbana santa-cruzense durante a realização da pesquisa de mestrado (HOFF, 2018), ouviu-se mulheres relatarem a impossibilidade de se deslocarem até um trabalho formal, normalmente próximo ao centro da cidade, por ter que adequar seus horários ao horário da escola dos filhos. Por conta do medo da violência e da ausência de atividades para o turno inverso ao do período de aulas, essas mães se sentem na obrigação de acompanhar seus filhos até a escola e aguardá-los no momento da saída, acompanhando-os no trajeto de ida e volta. Esse condicionamento inviabiliza seu acesso a empregos formais distantes de seu local de moradia e com jornadas convencionais de trabalho de oito horas diárias (não conseguiriam chegar a tempo do turno de trabalho):

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da

cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido (VILLAÇA, 2011, p. 56).

Cabe fazer uma ressalva às teorias de Villaça (2011) quando afirma genericamente que, para as famílias mais pobres, o deslocamento casa-trabalho é mais relevante do que os desempenhados em função do trabalho reprodutivo e outras demandas pessoais. Urbanistas como Inéz Madariaga (2004) e Zaida Muxí (2006) apontam para os deslocamentos femininos no espaço urbano em função das atividades domésticas, cuidados com os filhos e familiares dependentes e as dificuldades de realização destes deslocamentos em função das dinâmicas de organização urbana. A segregação é um dos mais fortes constrangedores das atividades impostas às mulheres, especialmente no que diz respeito às mulheres pobres e em situação de vulnerabilidade. São essas mulheres que pela sua condição, são frequentemente submetidas ao que Villaça chama de “segregação involuntária”, ou seja, “quando o indivíduo ou uma família se veem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 147). Nas cidades brasileiras, inúmeros são os casos de populações levadas, por condições alheias a sua vontade, a habitar em locais afastados de seus territórios de origem (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2015), muitas vezes desconstituindo parcial ou totalmente suas relações de proximidade e vizinhança. Uma das formas de afastamento das famílias de baixa renda de seus locais de origem, dos centros urbanos e das áreas mais valorizadas e bem servidas de bens e serviços públicos, é a implementação de políticas públicas habitacionais como o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A ação do Estado também pode ser uma das possibilidades de causas para a segregação urbana (BICHIR, MARQUES E TORRES, 2006). Assim, a política pública habitacional do programa MCMV, que tem deslocado compulsoriamente populações empobrecidas, especialmente mulheres, para as periferias das cidades, pode ter como efeito colateral a segregação de determinados grupos sociais marginalizados. Percebe-se um padrão de deslocamentos nos reassentamentos promovidos pelo programa, fazendo com que grande parte dos conjuntos habitacionais por ele financiados ocupe as periferias empobrecidas das cidades. Indo além, a priorização da titularidade feminina no programa acaba fazendo com que as mulheres, especialmente as responsáveis pela família (normalmente monoparentais) sejam as principais afetadas pela segregação urbana ocasionada por este tipo de empreendimento e ainda perpetuando o papel social imposto a elas.

Vale salientar que o aumento das distâncias e a setorialização não implicam em ausência de bens e serviços públicos, ainda que estes estejam presentes em quantidade e qualidade menores do que o necessário (apenas 25% das crianças menores de seis anos são atendidas por creches no

Brasil¹¹, por exemplo). Muitas periferias são providas por serviços coletivos básicos como transporte, creches, postos de saúde e escolas, porém, a observação empírica indica que estes não são suficientes para prover as necessidades familiares de suporte e apoio no trabalho de criação dos filhos e manutenção da vida familiar. As mulheres acabam arcando com esta demanda, fazendo com que a simples presença destes serviços não seja suficiente para sua emancipação ou (re)inserção no mercado de trabalho. A ausência de políticas públicas emancipatórias eficientes voltadas para a realidade da mulher, assim como a manutenção do papel social feminino funcionam como fator de constrangimento, limitando o acesso ao espaço urbano. O papel social imposto aos corpos femininos no espaço urbano pode ser entendido como o que Villaça (2003) chama de ideologia dominante, ou os processos ideológicos pelos quais os poderes dominantes naturalizam o pensamento normativo como verdadeiro. Assim, a relação de não pertencimento e por consequência a não priorização de políticas públicas que proporcionem a ocupação do espaço público pelas mulheres são vistas como normais ou se tornam invisíveis diante da universalização empregada na elaboração e implementação das políticas públicas urbanas.

3. SEGREGAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

O conjunto de costumes e valores sociais ao longo do tempo faz parte do que configura as diferentes dinâmicas urbanas e produz marcas materiais que permanecem no espaço, tanto na arquitetura, quanto no seu traçado. Essas dinâmicas também têm expressão imaterial no desenho da cidade. Dessa forma, pode-se dizer que a cidade se forma na dialética entre o material e o imaterial, o pessoal e o social, o público e o privado, o habitar e o produzir, o construir e o destruir, sendo reconhecida como resultado da vivência humana, sempre em transformação (CARLOS, 2017). As diferentes forças representadas pelas realidades sociais diversas que compõem o espaço urbano são dotadas de possibilidades de transformação, concretizando objetivos e materializando suas ações no território da cidade. Ao mesmo tempo, os diferentes usos do espaço urbano também podem configurar as dinâmicas sociais que nele se encerram. Para Lobato Côrrea (2013) assim como os diferentes usos urbanos surgem a partir da ocupação espacial, o inverso também é verdadeiro, a ocupação pode ser definida a partir dos usos. O autor usa como exemplo a concentração de indústrias numa determinada cidade, ou o uso do espaço como setor industrial, pode proporcionar o surgimento de bairros operários ao seu redor. No caso de Santa Cruz do Sul é exatamente esta a dinâmica observada.

¹¹ Dados do Censo Escolar 2016 realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>.

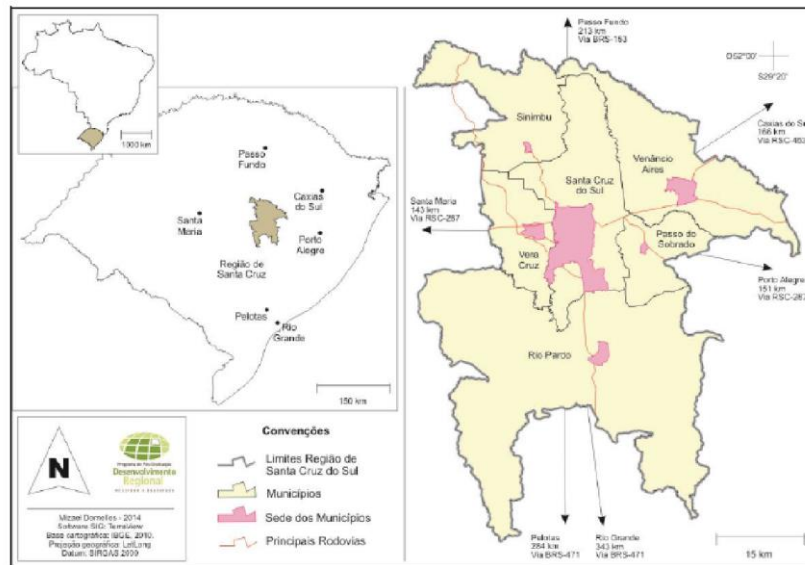


Figura 1: Mapa de localização da cidade de Santa Cruz do Sul no RS.

Fonte: DORNELES, 2015 *apud* HOFF, 2018.

A cidade de Santa Cruz do Sul está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a 151 km da capital Porto Alegre. O município conta com uma população de 131.365 pessoas (IBGE, 2021), o que lhe confere o status de cidade média de acordo com a classificação do IBGE (entre 100.000 e 500.000 habitantes). Trata-se de uma cidade essencialmente urbana, já que aproximadamente 90% de sua população reside nesta área do município (IBGE, 2010).

Configura-se também como pólo agroindustrial de tabaco do país, centro sub-regional da rede urbana gaúcha e centro econômico comercial e de serviços da região do Vale do Rio Pardo, localizada na área centro oriental do Rio Grande do Sul (SILVEIRA, 2016). A influência da indústria fumageira no processo de urbanização se deu especialmente na segunda metade do século XX, a partir da instalação das multinacionais do setor. Profundas transformações se dão no espaço urbano desde então: substancial aumento da população, acelerada ampliação do perímetro urbano, intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias e o crescimento significativo das vilas populares na periferia urbana (SILVEIRA, 2003). Ainda segundo Silveira (2003), a formação da periferia sul da cidade se deu enquanto local dos safristas, e permaneceu menos provida de infraestrutura e serviços públicos, enquanto abriga a população mais empobrecida, o que se configura como um processo de segregação urbana.

A localização de assentamentos populares, próximos ao setor industrial (ao sul do município) e à BR 471, conformou uma periferia pobre, e atraiu para esta área da cidade tanto os novos migrantes, quanto os trabalhadores que buscavam um lugar na cidade que fosse acessível à sua realidade. Enquanto isso, a área central da cidade, assim como a dos bairros ao seu redor, valorizada pela presença de infraestrutura pública e proximidade do setor terciário (comércio e serviços), tornou-se alvo da especulação imobiliária, visando às classes alta e média da população.

Com terrenos cada vez mais caros, a área central foi aos poucos ocupada por estas classes, levando os trabalhadores a ocuparem as áreas mais próximas às indústrias, ou aquelas situadas além do perímetro urbano (SILVEIRA, 2003). Assim a segregação foi naturalizada na dinâmica social de formação da cidade de Santa Cruz do Sul e o desenvolvimento econômico e o capitalismo imprimiram suas marcas neste processo, assim como as formas patriarcais de desenvolvimento urbano.

A segregação urbana diz respeito à cidade em seu conjunto e tem no território a materialização da pobreza, uma vez que o local de moradia representa importante influência nos condicionantes de acesso à cidade, especialmente aos grupos sociais marginalizados. Na configuração patriarcal do espaço urbano, se perpetua o papel social das mulheres, conformando sua relação com o lugar de habitação de forma bastante intensa, na medida em que se ocupam do trabalho reprodutivo. Neste aspecto “o isolamento geográfico e a distância, levam a um acesso mais difícil às oportunidades produzidas na cidade” (MARQUES, 2007, p. 34), especialmente em uma cidade do porte médio como Santa Cruz do Sul, onde o comércio e os serviços tendem a se concentrar no centro ou em áreas na proximidade das áreas centrais.

A localização da habitação dos trabalhadores nas proximidades da área industrial é fruto da mesma dinâmica que levou estes trabalhadores a migrarem para a cidade de Santa Cruz: servir de mão de obra barata para a indústria. Por sua vez, a proximidade com a indústria transforma a área ao seu redor em terra barata para moradia, num círculo vicioso de pessoas empobrecidas habitando lugares empobrecidos. Embora existam núcleos habitacionais populares espalhados pela zona urbana, como por exemplo, a chamada “antiga Cohab” (próxima a UNISC), nos últimos dez anos, os empreendimentos habitacionais voltados para as classes mais baixas da população e financiados por programas habitacionais federais foram construídos em terras da zona sul. Este fenômeno acaba reafirmando a periferia sul como o “lugar dos pobres na cidade”: “Em que pese a presença de uma pequena parcela das camadas mais pobres no espaço dos mais ricos, o fato é que a grande maioria dessas camadas ocupa o “lado de lá” da cidade e as periferias afastadas” (VILLAÇA, 2001, p. 225, grifo do autor). Villaça (2012) afirma que o espaço urbano tende a (re)produzir os interesses das burguesias, controlando o mercado, o estado e a ideologia. Quanto maior a desigualdade social, maior a desigualdade no espaço urbano. Assim, em Santa Cruz do Sul as desigualdades sociais são materializadas na forma de um espaço urbano desigual. Enquanto as zonas norte e leste são vistas como mais promissoras para a especulação imobiliária, e por isso alvo dos maiores investimentos tanto pelo poder público quanto pela via privada, a zona sul cada vez mais se configura como o lugar onde aqueles que não conseguem acessar o restante da cidade habitam.

Ainda que reproduza em muitos aspectos a relação com a segregação que se dá nas grandes cidades, o desenvolvimento urbano na cidade de Santa Cruz do Sul reserva suas

particularidades em relação a elas. Tanto o crescimento, quanto as transformações da forma urbana santa-cruzense são resultado tanto da industrialização quanto do interesse e ação de agentes como construtores, empreendedores e empresas ligadas à construção civil (SILVEIRA, 2016). Todos esses agentes participam em alguma escala da produção do espaço urbano, salvaguardando seus próprios interesses, influenciando e até mesmo direcionando o poder público e o desenvolvimento da cidade. Santa Cruz não possui a delimitação de uma Zona de Interesse Especial, que priorize o uso social da propriedade ou os interesses das populações mais vulneráveis e com menor poder de interferência nos rumos do desenvolvimento do município. Assim, a quantidade de investimentos em infraestrutura de bens e serviços públicos e a localização dos empreendimentos financiados pelas políticas públicas habitacionais acabam por obedecer aos mesmos interesses do mercado imobiliário, da especulação e da financeirização do espaço urbano. Em última escala, estão mais uma vez colocados à ação do capital, os grupos marginalizados, os mais vulneráveis e as populações empobrecidas, entre elas, as mulheres. Segundo o Censo do ano de 2010, 46% da população urbana santa-cruzense é formada por mulheres, sendo que destas, 33,3% são as responsáveis pelos domicílios. Nos domicílios com um único responsável, as mulheres respondem por 87,3% das famílias. O rendimento médio das mulheres em Santa Cruz do Sul corresponde a 66,3% do rendimento masculino. A partir de dados do portal ObservaDR/Covid-19¹², identifica-se a sobreposição de fatores como precariedade habitacional, número de mulheres responsáveis pelos domicílios e baixos salários, configurando a pobreza santa-cruzense como feminina e moradora da periferia sul da cidade (ROVERE, 2020).

4. A SEGREGAÇÃO URBANA E AS MULHERES

As observações realizadas aconteceram desde o ano de 2016 até o ano de 2020 (no período pré-pandêmico de janeiro a março), junto aos conjuntos residenciais Santo Antônio e Vivem Bem, ambos localizados na periferia sul de Santa Cruz do Sul e financiados pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida na modalidade 1 – contemplando famílias com renda de zero até 3 salários mínimos. Ambos os residenciais se localizam margeando a área industrial da cidade, e a cerca de 10 quilômetros do centro. O conjunto residencial Santo Antônio, com 242 famílias alojadas em apartamentos de 43,24m² em prédios, foi implementado no ano de 2012. Já o Viver Bem foi entregue aos moradores no ano de 2015 e abrigou 908 famílias em casas de 40,7m². As pesquisas contaram com um questionário para estabelecimento de um perfil socioeconômico dos moradores, além de observação direta nos locais, participação de dinâmicas

¹² Dados disponíveis no relatório *Rendimento mensal e gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Santa Cruz do Sul* (ROVERE, 2020) disponíveis em 3.Texto-Rendimento-nominal-mensal-e-gênero-dos-responsáveis-pelos-domicílios-em-Santa-Cruz-do-Sul.docx-1.pdf (observadr.org.br)

informais como rodas de chimarrão, conversas informais com as mulheres que circulavam pelo espaço público e entrevistas com as mulheres moradoras do residencial Santo Antônio. Neste artigo estão reunidos dados que se considera relevantes para o melhor entendimento sobre os efeitos da segregação urbana sobre as mulheres, especialmente as mulheres empobrecidas moradoras das periferias das cidades.

Em Santa Cruz do Sul as mulheres sem cônjuge e responsáveis pelos domicílios correspondem a 87,3% e deste percentual, 52,5% vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. No conjunto habitacional Santo Antônio, 59% das pessoas entrevistadas para as pesquisas aqui descritas foram do sexo feminino, enquanto 83,9% das famílias que lá residem contam com mulheres como responsáveis. Quase a metade das famílias que lá residem vivem em condições precárias, contando com renda de até um salário mínimo mensal (43,20%), na maior parte das vezes oriundo de programas de redistribuição de renda como o Bolsa Família (53%). No residencial Viver Bem, a realidade apresenta-se um pouco diversa já que 90,6% das responsáveis pelas unidades residenciais são mulheres, a maioria de jovens entre 18 e 30 anos (cerca de 40%). Apenas 22,47% se autodeclararam pretas ou pardas. A maior parte das famílias tem renda entre um e dois salários mínimos (51,87%), seguidas das famílias que recebem até um salário mensal (40,64%).

Muitas mulheres relataram o desemprego, a falta de condições para o trabalho e a tentativa de obtenção de uma fonte de renda por pequenos serviços ou empreendimentos. Pagu¹³, uma moradora do Santo Antônio, contou que obtinha o sustento dos cinco filhos pelo Bolsa Família. Ela tentava fazer chocolates para vender visando uma renda extra, mas só conseguia comprar o material para as trufas quando sobrava dinheiro das bolsas. Com dois filhos pequenos e sem vagas na creche próxima ao local de moradia, Pagu não conseguia trabalhar, então tentava empreender por conta própria, assim como muitas mulheres residentes do local, sujeitas a relações precarizadas de trabalho, ou sem outra fonte de rendimentos a não ser as políticas públicas de distribuição de renda. Com uma renda abaixo do necessário para sua subsistência, desempregadas ou em empregos informais e contando muitas vezes somente com os benefícios sociais, essas mulheres estão imersas em uma realidade de pobreza, agravada muitas vezes pelo local de moradia, na periferia sul da cidade. A desarticulação entre as políticas públicas sociais (DRAIBE, 1993), além de reforçar o patriarcado, muitas vezes inviabiliza o exercício da plena cidadania feminina, na medida em que impossibilita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à mobilidade urbana, à saúde e planejamento familiar, entre outros.

A maior parte das moradoras de ambos os conjuntos habitacionais são provenientes de outros bairros da mesma periferia, onde a maioria vivia junto a familiares ou em casas alugadas.

¹³ Os nomes das mulheres foram trocados para a preservação de suas identidades.

O fato das moradoras serem provenientes da mesma situação de periferia e segregação faz com que não haja a percepção da própria situação em relação à cidade, nem quanto à diferença de acesso aos bens e serviços públicos em relação ao centro ou quanto ao acesso ao próprio centro e à grande parte dos empregos nos setores de comércio e serviços ali presentes, como demonstra a fala de uma das moradoras do conjunto Santo Antônio:

Trabalho é bem perto, 15 minutos daqui... o transporte público é bom, em uma hora passa três ônibus, então... não tem que se queixar, né... perde um tu pega o outro... e... a escola é um pouquinho longe, a creche é um pouquinho longe... mas tem creche e tem escola, emprego... todo mundo precisa trabalhar, tem que correr atrás... no centro... só vou no final do mês porque tem que ir pra pagar as contas, não adianta... no final de semana vamos no shopping ou na pracinha, mas aí a gente vai de carro, mas dia de semana eu ando de ônibus... (LEOLINDA, 2017).

Mais do que a segregação, é assimilada pelas mulheres a necessidade de obtenção de moradia própria, ou da propriedade privada da moradia, como garantia de dignidade e melhoria de vida, entendendo os efeitos colaterais da política pública habitacional como inerentes ao processo. Apesar disso, o medo foi um dos fatores de constrangimento percebido pelas mulheres, inclusive causando impedimentos nas relações com o espaço público e na realização das tarefas cotidianas, como levar os filhos à escola ou sair para trabalhar em horários menos movimentados. Nas falas das moradoras, essa violência é atribuída à falta de presença do Estado e também ao grande número de unidades habitacionais abandonadas, sujeitas à invasão por pessoas que elas acreditam estar ligadas ao tráfico. A proximidade com outras áreas de risco e dominadas por facções criminosas também foi apontada como fator gerador de violência, tanto pelos moradores, como pelos profissionais da prefeitura que trabalham ou trabalharam no local. Ainda segundo relato das moradoras, a única polícia que comparece no interior do conjunto habitacional é a polícia civil, e quando aparece, acaba invadindo apartamentos, deixando um rastro de medo e intimidação.

Existe também, por parte das mulheres, uma grande preocupação com os filhos, com sua educação e especialmente com a sua segurança.

(...) às vezes até pra evitar de (as crianças) verem as vendas (de drogas) e as gurias (prostitutas) ali, aquele entra e sai com os próprios cliente, ou até de quando vê tá no meio de uma bala perdida, né. Que uma vez deu um assalto ali daquele posto que o cara fugiu e deu tiroteio dentro do Residencial, que deu no ano passado, lembra? (...) tava dando tiro dentro do Residencial. E se tem o pessoal tomando chimarrão e as crianças brincando naquela hora... Aquela pracinha é só pros cachorros, só pros cachorros (NÍSIA, 2017).

Tem muita criança aqui vendo isso, e vai pro mesmo caminho. As crianças ali fora já brincam de arma, brincam de ser bandidos. Eles vejam... eles não querem ser mocinhos, querem ser bandidos. Que futuro essas crianças tem? (LEOLINDA, 2017).

O que eu tentei dizer pra minha mais velha ontem de noite, quando ela disse que queria ir sair, eu já disse pra ela: aqui não tem como. De repente tu vai, tu não volta, no caminho... bom, os táxi não querem vir trazer ninguém aqui, ou tu dorme fora, ou tu arruma alguém que vai te buscar e vai te trazer. Uma parceria, porque táxi não vem, e se vai, o taxista vem buscar e é assaltado, praticamente não tem como. E antigamente não, antigamente onde que nós morava nós ia, nós voltava, o táxi vinha, o táxi ia... era um outro padrão. Esse é bem complicado, de morar aqui (DANDARA, 2017).

A busca por uma qualidade melhor no ensino leva inclusive algumas mães a matricularem seus filhos em escolas distantes do conjunto habitacional onde vivem, como no caso de Dandara e Leolinda, que tem seus filhos mais velhos matriculados em escolas mais próximas do centro da cidade, que acreditam ser melhores do que as que ali existem. Segundo elas, o acesso à educação é visto como uma maneira de manter as crianças longe da criminalidade e ainda como facilitador para que as mães possam trabalhar. Nísia relata a relação de medo e cuidado com as crianças no residencial Santo Antônio.

Além das dificuldades já relatadas, a estigmatização das mulheres que residem no conjunto habitacional, segundo elas, também é fator de impedimento para a sua contratação no mercado de trabalho formal. O residencial Santo Antônio, por exemplo, é conhecido como “Carandiru”, por seus muros altos e pela suposta criminalidade que ali se encontraria. Até mesmo os antigos moradores do bairro demonstram preconceito contra os moradores do residencial:

Em matéria de emprego, ninguém dá emprego pra quem mora aqui, a não ser se te conhece. Porque geralmente quando tu fala no residencial Santo Antônio, ele é tão mal falado, que as pessoas não confiam mais. ... Aquela história do Carandiru, isso me irrita quando as pessoas falam que aqui é o Carandiru, esses dias fiquei indignada. Esses dias já disse pra faxineira que disse: ai, vou vir trabalhar no Carandiru... o Carandiru paga tuas contas, paga a tua comida, paga o teu vai-e-vem, o Carandiru é que tá te pagando. Na verdade, eu tô te pagando, tu fala do Carandiru mas eu tô te pagando. Se eu não pagar o condomínio tu não come. (irritada) É uma coisa puxando a outra... (DANDARA, 2017).

Assim, considera-se que a situação de segregação tem efeitos muito específicos entre as mulheres, especialmente por conta da construção patriarcal do espaço urbano, da divisão sexual do trabalho e da manutenção do papel social feminino que estas construções ajudam a perpetuar. As políticas e os serviços públicos urbanos brasileiros não vêm atuando no sentido de causar uma ruptura com o sistema patriarcal. Observa-se ainda que as mulheres residentes das periferias urbanas enfrentam cotidianamente os constrangimentos impostos pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos que servem de apoio ao trabalho reprodutivo e dificuldade de acesso ao trabalho formal e melhor remunerado, além de enfrentarem o estigma, o medo da violência, a sensação de não pertencimento ao espaço público e a mobilidade urbana comprometida por esses fatores.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA OUTROS ESTUDOS

Com a intenção de promover o debate e a (re)apropriação do conceito de segregação urbana a partir de uma perspectiva feminista: que relacione gênero, apropriação urbana, dinâmicas sociais e seus reflexos espaciais – este artigo teve a pretensão de relacionar algumas das ideias desenvolvidas por autores brasileiros que estudam o tema há décadas. Em um segundo momento, o artigo também se propôs a relacionar os conceitos de segregação urbana não só com os atravessamentos de gênero, mas com a realidade encontrada através das pesquisas realizadas pelas autoras na periferia urbana de Santa Cruz do Sul, desde o ano de 2016. Para que estes objetivos fossem alcançados, se propôs a apreensão das teorias universalizantes utilizadas nos estudos sobre segregação urbana e o entendimento da relação das mulheres com a cidade a partir de uma perspectiva feminista do espaço urbano e do urbanismo. Ademais, essa perspectiva contribuiu para uma construção teórica que privilegiasse o surgimento de elementos e categorias inéditos, e não apenas compará-los às bases teóricas existentes. Sendo assim, destaque-se a importância de ter-se atribuído ao espaço urbano um caráter relacional, entendendo a dialética de forças que o conformam, compreendendo que existe uma realidade para além das construções normativas adotadas ainda hoje no planejamento urbano. Compreendendo então os elementos surgidos e o objetivo geral traçado para o presente artigo, percebe-se que as mulheres estão submetidas a constrangimentos que são intrínsecos às construções sociais de gênero perpetuadas pela construção social patriarcal materializada no espaço urbano. Essas construções estão intimamente ligadas à divisão sexual do trabalho, à perpetuação do trabalho reprodutivo por parte das mulheres e à corporificação de suas características biológicas na conformação de um espaço urbano que ainda favorece a família patriarcal e as relações patriarcais de poder. A partir de olhares não-hegemônicos para a cidade é que se pode dar conta da complexidade de demandas que surgem das vivências urbanas não normativas.

É importante salientar, que as mulheres não estão presentes no espaço urbano somente como submetidas aos poderes dominantes. Apesar dos constrangimentos encontrados como o medo da violência e a falta de acessos, as mulheres resistem e ressignificam a cidade a partir das suas experiências. Identificar essas resistências e o seu potencial transformador é o desafio a que a perspectiva feminista aqui adotada se propõe. Paradoxalmente, desde a imposição de um papel social ligado à reprodução da vida, as mulheres estabelecem as próprias forças de resistência e transformação de suas vivências cotidianas nas cidades, especialmente nas periferias empobrecidas,

São mulheres que pela própria forma de socialização feminina, voltada às relações de afeto e amizade, contam com as vizinhas para olharem seus filhos quando precisam dar pequenas saídas no dia-a-dia, ou até mesmo por turnos inteiros, para acessarem o mercado de trabalho. São elas que acolhem os filhos das moradoras mais vulneráveis, fornecendo alimento e cuidados, ou acolhem

os filhos de suas filhas e noras, para que as mesmas possam trabalhar. Essas pequenas redes são resistência à subordinação impressa pelo espaço urbano patriarcal. Ao mesmo tempo em que são socialmente cobradas para que se incluam como força laboral no mercado de trabalho formal, são impelidas a assumirem sozinhas o cuidado com sua prole e a manutenção da salubridade de suas moradias. Dentro de suas casas, as mulheres são a autoridade máxima sobre os filhos e dependentes, empenhando-se em mantê-los na escola e longe de influências que considerem negativas. Paradoxalmente, sua maior força de reação muitas vezes consiste na manutenção do papel social a elas imposto, afastam-se do trabalho formal remunerado, contrariando as expectativas sociais, mas investem naquilo que elas enxergam como sua principal tarefa: o cuidado com os filhos (HOFF, 2018, p. 128).

Por fim, este artigo não tem a pretensão de dar por encerrada a discussão sobre segregação urbana e os atravessamentos de gênero, ao contrário, entende-se que é necessário ampliar o rol de possibilidades que envolvem a temática, a fim de contribuir e enriquecer o debate acadêmico. Há uma contradição entre a base teórica escolhida, que se mostra insuficiente para dar conta do objeto empírico escolhido para o presente artigo. Isso se explica porque grande parte dos autores que são considerados referências no Brasil na questão da segregação urbana continuam a ignorar a diversidade de demandas presentes nos territórios, especialmente as demandas das mulheres. Temas como estes não podem mais ser considerados como recortes, mas sim como problemáticas transversais à realidade urbana. Nesse sentido, aponta-se para as possibilidades futuras de investigação a partir deste artigo, com outros olhares e procedimentos metodológicos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Do Direito à Cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro*. Rio de Janeiro, *Mana*, v. 2, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/abstract/?lang=pt>. Consultado em 01 de outubro de 2021.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1967.

BICHIR, Renata M.; MARQUES, Eduardo C. e TORRES, Haroldo G. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: José Marcos P. da Cunha. (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas – População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 231-252. Disponível em http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_8_pgs_231_252.pdf. Consultado em 10 de maio de 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Aprivação do urbano e o “Direito à Cidade” em Henry Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (orgs). *São Paulo: Contexto*, 2017.

COL.LECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista: por una transformació radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

CORREA, Roberto L. *O espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2013.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DORNELLES, Mizael. *Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da região de Santa Cruz – RS*. 2016. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

DRAIBE, Sônia M. *O welfare state no Brasil: características e perspectivas*. Unicamp, NEPP – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Caderno de Pesquisa N°8, 1993. Disponível em <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

HOFF, Tuize Silva Rovere. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431680&idtema=132&search=rio-grande-do-sul|santa-cruz-do-sul|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010> Consultado em 14 de junho de 2016.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço urbano em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MADARIAGA, Inés Sánchez. Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida. *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, N°8: Reciclar la ciudad, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1253144>>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. Metrôpole, legislação e desigualdade. In: *Estudos Avançados*, V. 17, N° 48, 2003, USP, São Paulo. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Consultado em 04 de outubro de 2016.

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata; GOMES, Sandra; PAVEZ, Thais. Os desafios da metrópole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metrópole. In: LAVALLE, Adrian G. (org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de livre docência. São Paulo, USP, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2007_Redetes_sociais.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

MUXÌ, Zaida Martines. *Ciudad próxima. Urbanismo sin género*. In: Café de las ciudades, ano 5, número 49, novembro de 2006. Disponível em http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_49_1.htm. Consultado em 16 de agosto de 2016.

ROVERE, Tuize S. *Rendimento mensal e gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Santa Cruz do Sul*. Observa/DR, 2020. Disponível em [3.Texto-Rendimento-nominal-mensal-e-gênero-dos-responsáveis-pelos-domicílios-em-Santa-Cruz-do-Sul.docx-1.pdf \(observadr.org.br\). Consultado em 03 de outubro de 2021.](https://www.observa.org.br/observa/observa-2020-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000)

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Joseli M. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. *Cidade, Corporação e Periferia Urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial na cidade média de Santa Cruz do Sul – Brasil. In: *Revista FLUP*, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto: FLUP, 2016. Disponível em [46-62_silveira \(up.pt\)](https://www.flup.up.pt/revista-flup/46-62-silveira-up-pt). Acesso em 28 de julho de 2021.

TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. 231 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: *Revista Estudos Avançados*, V.25, N°71, São Paulo: janeiro/abril de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004. Consultado em 28 de outubro de 2016.

_____. A segregação urbana e a justiça. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 11, N° 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

_____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.

EXISTE VIDA LGBTQIAP+¹ ALÉM DA CIDADE GRANDE:
REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE EM PONTA
GROSSA-PARANÁ
*THERE IS LGBTQIAP+ LIFE BEYOND THE BIG CITY:
REFLECTIONS ON THE RIGHT TO THE CITY IN PONTA
GROSSA-PARANÁ*

Mariana Barbosa de Souza²

Marcio Jose Ornat³

RESUMO

A partir de uma releitura feminista, busca-se analisar o direito à cidade de pessoas LGBTQIAP+ em Ponta Grossa-PR, perpassando por atravessamentos como os marcadores sociais da diferença relativos a gênero e à sexualidade. Por meio de narrativas desta população específica sobre suas histórias de vida e caminhos trilhados no espaço urbano pontagrossense, demonstra-se de que maneira estas pessoas acessam o direito à cidade, como o compreendem e como pensam-no a partir de uma potência para empoderamento e autonomia: desde questões tocantes à segurança no espaço público até a reapropriação deste mesmo espaço, que é também político, concebendo uma luta por direito à cidade que se relaciona com outros marcadores, como gênero e sexualidade.

Palavras-Chave: sexualidades; gênero; espaço urbano; direito à cidade.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Mais outras sexualidades e identidades de gênero que não se identificam diretamente com a sigla.

² Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG (2019-2020). Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, Licenciada em História pela Universidade Pitágoras UNOPAR e graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada - OAB/RS 98.797. Atualmente é Docente no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestranda em História, Cultura e Identidades na UEPG. Pesquisadora membra do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais (GEPEUR) – CNPq (UFRGS/UNISC); do Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividade (LAGEDIS) – CNPq (UEPG); do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) – UEPG; e do Grupo de Pesquisa Territórios Interiores, Paisagem e Povos na América Latina (TIPPA) – CNPq (UNILA). Endereço eletrônico: barbosadesouzmariana@gmail.com.

³ Pós-Doutor em Geografia e Sexualidades (Universitat Autònoma de Barcelona - 2016); Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ - 2011); Mestre em Gestão do Território pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UEPG - 2008); Licenciado e Bacharel em Geografia (UEPG - 2005); Bacharel em Teologia (Claretiano - 2020). É professor Associado no Departamento de Geociências (UEPG) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO - UEPG); É pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais (GETE - UEPG), do Grupo de Pesquisa Instrumentações Geotecnológicas (UNICENTRO) e do Mandrágora/Netmal - Grupo de Estudos de Gênero e Religião (Universidade Metodista de São Paulo); compõe a equipe de coordenação da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino-americana - REGGSILA; é coordenador de layout da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Endereço eletrônico: geogenero@gmail.com.

ABSTRACT

Based on a feminist reinterpretation, the aim is to analyze the right to the city of LGBTQIAP+ people in Ponta Grossa-PR, passing through crossings such as the social markers of difference related to gender and sexuality. Through narratives of this specific population about their life stories and paths taken in the urban space of Ponta Grossa, it is demonstrated how these people access the right to the city, how they understand it, and how they think about it from power for empowerment and autonomy: from issues related to security in the public space to the appropriation of this same space, which is also political, conceiving a struggle for the right to the city that is related to other markers, such as gender and sexuality.

Key words: sexualities; genre; urban space; right to the city.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos vêm crescendo a importância do papel de populações minoritárias e a visibilidade de suas lutas em movimentos sociais existentes. São grupos, comitês, conselhos municipais de direitos, encontros culturais, que se dedicam à realização de ações pontuais destinadas à população LGBTQIAP+. A inserção dessas pessoas em lutas como as que pautam o direito à cidade, que até recentemente não eram tidas como prioritárias para a luta anticapitalista e eram até mesmo denominadas de uma questão que se relacionava às pautas identitárias e não estruturais, resultou no crescimento de maneiras de engajamento, de discussão e atuação militante.

No caso específico do direito à cidade, este desvela pontos importantes para compreender, para além da associação direta do seu entendimento como direito de ir e vir livremente, os fatores que envolvem as pessoas LGBTQIAP+ como também titulares de direitos fundamentais, tendo em vista que o direito à cidade envolve uma gama de outros direitos, sobretudo sociais como direito à saúde e o direito à educação.

Apesar de o debate de gênero e sexualidade estar inserido de maneira mais sistemática dentro de pautas de militância dos movimentos de luta pelo direito à cidade, as relações entre empoderamento de pessoas LGBTQIAP+ e os frutos advindos de autonomia dessa população ao participarem desses movimentos são prementes e envolvem fatores relacionados à formação do capitalismo e das cidades no tocante às desigualdades de gênero. Em outras palavras, isso significa dizer que é possível perceber a aliança entre capitalismo e desigualdade de gênero no cotidiano das cidades, sejam elas metrópoles ou cidades pequenas. Pensando essa relação e questões de gênero, este artigo busca preencher a lacuna científica que existe nos estudos tocantes ao direito à cidade, quando relacionadas às problemáticas de gênero e de sexualidades.

Assim, este estudo parte de uma abordagem descritiva, do tipo relato de experiência. As experiências acerca do direito à cidade de pessoas LGBTQIAP+ em Ponta Grossa-PR foram vivenciadas por vinte e três (23) pessoas. A coleta de dados foi realizada utilizando o questionário online *Google Forms*, durante os meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Para a análise dos dados também utilizamos a plataforma *Google Forms*, para detalhar os resultados em relação a cada parte integrante da comunidade LGBTQIAP+, separadas em categorias definidas no próprio questionário.

Para melhor entender os dados coletados a partir do uso do questionário *online*, com base nos Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Estudos Feministas, como Judith Butler (2013, 2018 e 2019), compreendemos que a sociedade e, no caso em análise a cidade, deve ser entendida como um ambiente em que todos/as possam conviver sem sentir o desrespeito e as violências sociais. Para isso, articulamos parte dos resultados de uma pesquisa de pós-doutoramento em Geografia, concluída (2019-2020). Unimos dados da pesquisa mencionada com recentes publicações sobre direito à cidade, permitindo construir, por meio da associação à pesquisa documental e bibliográfica, um conhecimento científico acerca do tema.

Destacamos que para a sociedade, muitas pessoas que compõem a população LGBTQIAP+ são seres abjetos e pesquisas relacionadas à essa população são tidas como ausentes de necessidade, sem importância ou de cunho exótico, como apontado por Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Júnior, na obra *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços* (2013). Autores e autoras de pesquisas tocantes a gênero e sexualidade são constantemente submetidos a constrangimentos que menosprezam seus trabalhos e até mesmo suas vivências. São também ataques pessoais sarcásticos que são consequência da mais pura ignorância em relação à produção científica como um todo. Cotidianamente o que se vê, especialmente no Brasil, é um negacionismo científico.

É normal convivermos com piadas por parte, inclusive, de outros acadêmicos e da comunidade em geral atacando nossas pesquisas, ou nossa qualificação intelectual e comportamento moral. Nada mais são do que tentativas de dominar a ordem discursiva presente em diferentes áreas do conhecimento. Contudo, ressaltamos que fazemos parte deste discurso e nossas proposições científicas estão inseridas no campo discursivo e são alvos de comentários em listas de discussões, ao mesmo tempo em que são alvo de comentários na internet. O trecho que segue faz parte de uma resposta fornecida ao *Google Forms* (todas as respostas foram anônimas) e direcionada diretamente à autora do presente artigo: “*Deus criou o homem e a mulher. Esse tipo de pesquisa não é importante pra nada. Tu como advogada não tinha nem que receber bolsa pra estudar uma merda dessas. Dá pra ver que nem pra advogada serviu*”.

Os meios informais que o formulário construído para atender a nossa pesquisa alcançou, como vários canais da internet e redes sociais, são meios democráticos que permitem, ao mesmo

tempo, que pessoas se identifiquem com a temática e contra argumentem comentários como o que foi destacado. Essa situação é apenas ilustrativa de algo que acontece rotineiramente em avaliações de artigos em periódicos, em avaliação de trabalhos para eventos acadêmicos científicos e etc., como também destacado por Silva, Ornat e Chimin Júnior (2013), quando a pesquisa trata da temática relacionada a gênero e sexualidades.

Desta feita, para dar conta do objetivo geral deste trabalho que é entender o direito à cidade de pessoas LGBTQIAP+ em Ponta Grossa-PR, o artigo conta com além dessa introdução e das considerações finais, outras duas partes. A primeira, ancorada teoricamente nos estudos da filósofa Judith Butler (2013, 2018 e 2019), trata do direito de aparecer e da população LGBTQIAP+ em Ponta Grossa. A próxima seção trata da análise dos dados coletados e evidencia as vivências das pessoas LGBTQIAP+ e sua relação com o direito à cidade.

2. POPULAÇÃO LGBTQIAP+: NOTAS PRELIMINARES SOBRE O DIREITO DE APARECER EM PONTA GROSSA

A população LGBTQIAP+ está inserida em um contexto de precariedade em diferentes escalas. O Brasil é o país em que ocorrem mais mortes e ataques violentos no mundo contra pessoas LGBTQIAP+ (MELLO, AVELAR e BRITTO, 2014). O ano de 2019 restou marcado por ser a primeira vez em que o Atlas da Violência, publicado anualmente pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, inseriu dados sobre a violência contra esta população. A segurança, bem como o combate à violência sofrida no cotidiano, passa pela necessidade de dados mais precisos sobre o tema, além de debates sobre a criação de políticas urbanas que permitam a existência segura nas cidades. Ademais, é preciso ir além: é preciso pensar em uma cidade que não seja funcionalista/patrimonialista e isso perpassa por um planejamento urbano que leve em considerações as questões de gênero e de sexualidade. Isso significa dizer que é preciso buscar uma cidade que pense e leve em consideração principalmente as pessoas.

Recentemente, em 2019, o Atlas da Violência apontou uma ausência que interfere no modo como podemos entender a violência praticada contra pessoas LGBTQIAP+ e que influencia, também, na maneira como as políticas públicas são elaboradas. Ora, se estão ausentes dados das agressões praticadas contra essa comunidade, ou a motivação (de ódio) de muitas das violências perpetradas, resta como uma difícil e complexa tarefa pensar modos de mitigação dessas ações. O mencionado Atlas da Violência obteve a partir da busca em fontes alternativas, dados que apontam para um contexto aterrador de violência. Em 2011 foram relatados apenas 5 casos de homicídio no Brasil, enquanto que em 2017, esse número atingiu o patamar de 193 casos, mediante denúncias realizadas ao Disque 100 (vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). Esses elementos, associados à compreensão dos dados informados pelo

Sistema de Vigilância de Violências do Ministério da Saúde, apontam para o crescimento significativo de agressões e violências praticadas contra pessoas LGBTQIAP+ no Brasil.

Destacamos que, em se tratando do mapeamento dos casos de violência contra pessoas LGBTQIAP+, o Grupo Gay da Bahia (GGB) analisa dados obtidos a partir de outras fontes (como notícias em endereços eletrônicos e em jornais), desde a década de 1980. Na década que compreende os anos de 2008 e 2018 o número de homicídios contra a comunidade analisada saltou de 187 para 420 pessoas por ano. É o mesmo que dizer que a cada 16 horas uma pessoa LGBTQIAP+ é morta apenas por ser quem é, ou por expressar seus sentimentos.

No mesmo sentido, chamam atenção os dados apresentados pela organização *TransRespect* (organização internacional) (2019): o Brasil é um dos países com maior número de mortes de pessoas trans, juntamente com México e Estados Unidos. A expectativa de vida de uma mulher trans no Brasil é de 35 anos, o que não representa nem a metade da média nacional⁴. A cada 5 horas uma pessoa LGBTQIAP+ é vítima de algum tipo de agressão, que pode ser desde lesão corporal até tentativa de homicídio ou homicídio consumado, conforme dados do Disque 100 e organizadas pelo Atlas de Violência (2019). Destacamos ainda que os casos noticiados de homicídio praticados contra as pessoas LGBTQIAP+ são retratados cotidianamente com requintes de crueldade, o que demonstra o ódio praticado contra a comunidade.

E essa violência vai além da representação em números, tendo em vista que ao mesmo tempo em que a vítima sofre com agressão, também sofre com o silenciamento e com a vergonha de expor-se. Essas agressões também influem significativamente na preservação da saúde mental de pessoas LGBTQIAP+. De acordo com Iacovini (2019), pessoas LGBTQIAP+ são acometidas até 7 (sete) vezes mais por casos de depressão e por casos de suicídio, quando comparadas com o restante da população no Brasil. O medo constante e a insegurança que envolve a vida dessas pessoas também age sobre sua saúde mental, conforme podemos perceber.

Assim, tanto a incorporação e a análise de dados contra pessoas LGBTQIAP+ no Atlas da Violência (2019), quanto o reconhecimento da conduta típica penal, realizada pelo Supremo Tribunal Federal em 2019 e trabalhos acadêmicos produzidos para entender as vivências dessa comunidade, são símbolos importantes para a resistência que a população promove paulatinamente, com as suas existências, com os seus corpos nas cidades. As duas ações impactam na efetivação ao direito à cidade de pessoas LGBTQIAP+, porque dão visibilidade às agressões sofridas por esta população e enfatizam que estes são atos que devem ser combatidos.

⁴ No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida ao nascer, em 2019, é de 80 anos para mulheres e de 73 anos para homens.

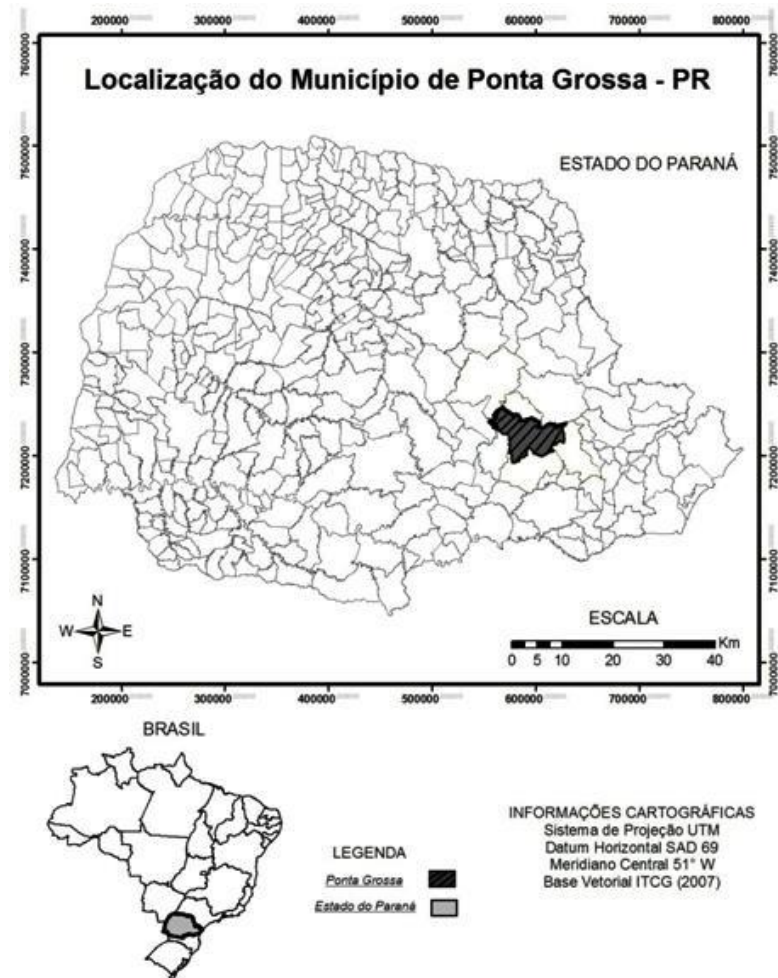


Figura 01 – Localização de Ponta Grossa – Paraná. Fonte: PONTES et al, 2016.

E é nesse contexto que se encontra inserida Ponta Grossa, o quarto município mais populoso do estado do Paraná, com 311.611 habitantes (IBGE, 2010), e possui características específicas, que envolvem contradições que se relacionam com a modernização que resultou em uma formação territorial única. O município localiza-se na mesorregião Centro-oriental do Paraná, e seu centro urbano está situado a 118 quilômetros de Curitiba, capital do estado, conforme é possível visualizar na figura 1.

Assim, como em outras cidades, o que se percebe em Ponta Grossa é uma constituição de pessoas a partir do que é tido como normal e o que deve ser tido como abjeto, conforme propõe Judith Butler (2013, 2018 e 2019). Gêneros e sexualidades são repelidos ante os padrões tidos como normais. Aquilo que se entende como coerente a partir de um raciocínio que deriva da exclusão de alguns e algumas também se encontra presente no espaço urbano para sua própria definição, bem como a definição dos usos da cidade e do direito à cidade em si.

A filósofa Judith Butler (2019) dá sequência ao seu raciocínio para nos apresentar a teoria da performatividade de gênero, na qual nos mostra como as pessoas são forjadas na repetição de ações que significam os corpos, a maneira de agir e de se comportar, que aparenta uma forma

estável para as normas que são rigorosas quanto aos gêneros e às sexualidades, resultando na naturalização de uma coerência, como se existisse uma essência dos corpos que não pode ser quebrada. A autora rompe com a ideia de materialidade dos corpos. Segundo Judith Butler (2019) chamar atenção para o retorno à materialidade dos corpos ou à materialidade do sexo é dar prioridade para uma história que se baseia na hierarquia sexual e apagamentos sexuais.

O direito de aparecer, denominado por Judith Butler (2018) a partir de uma tentativa de reunir as compreensões das teorias da performatividade e da precariedade faz uma ligação das populações mais precárias às minorias sexuais e de gênero. A performatividade trata, sobretudo, das características das apresentações linguísticas. É uma maneira de dar nome a um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de evocar um conjunto de efeitos. Assim, não se trata apenas do fato de que a linguagem tem poder de agir, mas sim que sua atuação é poderosa. Em se tratando de gênero, as inscrições e questões primeiras estão associadas às expectativas dos outros que nos afetam. É uma imposição psicológica, social e uma insuflação de normas. Logicamente existem vivências que rompem e desafiam as normas de reconhecimento que predominam na sociedade.

Quando trata da teoria de precariedade, Judith Butler (2019) traz à tona a situação política que induz certas populações ao sofrimento das consequências advindas da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas, restando, assim, expostas ao dano, às situações violentas e à morte.

A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (BUTLER, 2018, p. 41).

Nesse contexto, a precariedade pode atingir diferentes grupos, mas que podem ser parte de uma mesma população, estando interligados por sua inesperada ou longínqua subordinação à condição precária, até mesmo quando não reconhecem tal ligação. Assim, a precariedade está imbricada às normas de gênero, principalmente quando são quebradas as normas de reconhecimento presentes na sociedade e as pessoas restam sujeitas ao assédio, à violência (nos seus tipos mais variados) e à patologização.

Em se tratando da escala local, especificamente Ponta Grossa-PR, tais estatísticas também estão presentes. Estudos produzidos pelo Grupo de Estudos Territoriais – GETE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), dão conta dos preconceitos diversos e diferentes violências sofridas pela população LGBTQIAP+. Apenas a título ilustrativo, destacamos trabalhos como o de William Hanke (2016), dissertação de mestrado em Geografia que analisou espaços de opressão e de alívio na vivência gay em Ponta Grossa; Adelaine Ellis Carbonar dos Santos (2015), dissertação de mestrado em Geografia que analisou o espaço escolar, homossexualidades e a

prática discursiva em Ponta Grossa, Paraná; Ramon de Oliveira Bieco Braga (2020), tese de doutoramento em geografia que tratou de compreender o espaço e as práticas do Cuidado de si, na Relação Saúde/Doença do corpo das travestis e Mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa. Todos estes trabalhos demonstram a importância de analisarmos processos relativos à população LGBTQIAP+ também em cidades médias e pequenas. Na próxima seção abordaremos este tema de maneira mais profunda.

3. GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO À CIDADE EM PONTA GROSSA-PR

Inicialmente, entendemos importante contextualizar o porquê de utilizarmos o questionário na plataforma *Google Forms*, sua forma de veiculação, bem como o conteúdo proposto. Realizamos uma análise quali-quantitativa com base na estatística descritiva disponibilizada pela própria plataforma *Google Forms* e esta metodologia foi adequada ao objetivo do artigo. O formulário foi disponibilizado em redes sociais e via e-mail, especialmente de estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG.

Entendemos que importa apresentar uma contextualização das pessoas que responderam o questionário na plataforma *Google Forms*. Em relação à idade, a maior parte das pessoas (43,5%) possui entre 18 e 25 anos de idade. No que diz respeito à raça, 91,3% declarou-se branca. Em relação à religião 56,5% declararam que são Ateu/Ateia/Sem Religião. No que diz respeito à escolaridade, 43,5% cursam pós-graduação. 56,5% possuem renda familiar que varia entre 2 e 5 salários mínimos.

Com o questionário a nossa intenção de analisar o direito à cidade de pessoas LGBTQIAP+ em Ponta Grossa-PR é partir de uma compreensão global da comunidade e não de um público específico. Por essa razão partimos da possibilidade de entender todas as pessoas que fazem parte desse grupo específico, simultaneamente entendendo que isso possui limitações, na medida em que as identidades que compõem a sigla sofrem com o preconceito e com a violência em diferentes escalas.

Assim, 47,8% dos respondentes identificou-se como sendo do gênero masculino. 43,5% são do gênero feminino e 8,7% são pessoas não binárias. A partir do entendimento proposto por Lorenzo Bernini (2011, p. 34) acerca da transgeneridade, como sendo “pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo do nascimento”, podemos aumentar a gama para pessoas que não se enquadram ao gênero que lhes foi determinado quando do seu nascimento – ou até mesmo

antes dele, tendo em vista que durante o período gestacional é cultural toda uma expectativa criada em torno da criança e de seu gênero⁵.

Nesse entendimento também estão incluídos todos os gêneros não binários que além de romperem com as normas de gênero estabelecidas no nascimento, vão além de qualquer limite imposto socialmente. São pessoas que não serão exclusivamente mulher ou unicamente homem, mas que permearão distintas formas de dualidade, de múltiplos significados, de parcialidade, de fluidez e de ageneridade.

Comprovamos a importância de dar visibilidade às expressões dessas identidades, que variam de indivíduo para indivíduo e conforme o contexto de cada pessoa. A comunidade LGBTQIAP+ é marcada pela aproximação de diferentes pessoas que lutam por direitos civis e sociais e que sofrem ataques todos os dias. Estes direitos são questionados porque

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2013, p. 38).

Em relação à orientação sexual treze (13) pessoas afirmaram que são homossexuais (se relacionam com pessoas do mesmo gênero). Cinco (5) pessoas declararam que são heterossexuais (possuem atração pelo gênero oposto). Duas (2) pessoas são bissexuais (se relacionam com homens e mulheres). Duas (2) pessoas disseram que são predominantemente heterossexuais⁶. Uma (01) pessoa declarou-se pansexual, que são pessoas que se atraem por todos os tipos de gêneros ou orientações sexuais.

Enfatizamos que a discussão que envolve a concretização do Direito à Cidade, bem como o combate à violência sofrida no cotidiano, passa pela necessidade de dados mais precisos sobre o tema. Um passo importante para isso foi o julgamento havido em 2019 no STF⁷, que considerou, por maioria favorável, a criminalização da LGBTQIAP+fobia no Brasil. Na ocasião foram discutidas características jurídicas e políticas controversas a respeito da temática, tendo em vista

⁵ Chamamos atenção especificamente nesse caso em relação aos chás de revelação, que no Brasil tomaram proporção de grandes eventos, com produções caras que envolvem decorações que se limitam a caracterizar o binarismo de gênero, com azul para meninos e rosa para meninas. Salientamos, ainda, que a indústria segue o mesmo ritmo, seja para vestimentas, seja para brinquedos. No tocante aos chás de revelação, muitos empreendedores têm visto esse costume como uma oportunidade de negócio, conforme notícia que segue: <https://abcasa.org.br/2019/04/24/cha-de-revelacao-cresce-a-cada-dia-e-aquece-mercado-de-festas/>

⁶ Alguns autores indicam que essa classificação pode sofrer alterações conforme a dimensão da orientação sexual que está sendo investigada. Apenas como exemplo citamos: atração sexual, fantasias sexuais, práticas sexuais, entre outras. (MENEZES, 2005).

⁷ Para acessar mais informações: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

que o debate envolveu setores sociais neoconservadores⁸, grande parte deles possuindo fundo religioso, críticos ao estado penal e à seleção por ele imposta.

Por outro viés, o embasamento favorável à criminalização tratava de apontar a necessidade de tipificação de uma conduta criminosa para que fosse possível dar visibilidade à violência praticada cotidianamente contra pessoas LGBTQIAP+. Os dados não são precisos sobre a motivação de crimes contra pessoas LGBTQIAP+, porque nos registros policiais não consta tal motivação de ódio.

Parte do aumento nos números de doenças psicológicas está relacionada com o constrangimento, com o assédio, a discriminação e os diferentes tipos de violências experienciados por essas pessoas. O medo sentido por pessoas LGBTQIAP+ as silencia porque as compele a não ocupar ou usufruir determinados espaços da cidade, nas suas mais distintas dimensões, restringindo a vida social, a afetividade, as relações políticas e até mesmo as relações econômicas. Há uma imposição sobre quais as regiões da cidade devem ser frequentadas, levando-se em conta que algumas destas regiões são, possivelmente, mais *friendly* do que outras, havendo também uma imposição de quais as vestimentas ou quais as maneiras de expressão devem ser utilizadas ou não, quais pessoas podem ou não, simplesmente, andar de mãos dadas. Por essa razão, existe também uma busca pelos grandes centros urbanos, a partir de uma percepção de que estes centros são mais inclusivos e até mesmo mais receptivos às pessoas LGBTQIAP+.

Outrossim, quando questionados acerca da sensação de segurança para todas as pessoas, se ela se altera conforme raça, gênero, identidade de gênero e orientação sexual 91,3% (21 pessoas) responderam que sim, que não é a mesma para todos. E quando questionados em relação ao bairro em que moram, vinte (20) pessoas afirmaram sentir medo ou insegurança. Dez pessoas responderam que sentem segurança somente quando estão em casa. Essa sensação de insegurança vai além do bairro em que moram, ela chega no local em que trabalham as pessoas LGBTQIAP+ em Ponta Grossa. 26,1% afirmaram que sentem medo ou insegurança também no bairro em que trabalham.

Quando questionados acerca do local em que estudam, dezesseis (16) dos entrevistados afirmaram que estudam na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Quando perguntados sobre o sentimento de segurança e de medo no bairro em que estudam, as dezesseis (16) pessoas que estudam asseveraram que não sentem medo nos bairros em que a Universidade se localiza (Uvaranas e Centro).

⁸ Michael W. Apple (2000) chama atenção para o histórico do movimento neoconservador surgido logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por volta dos anos 1960 e 1970. O termo neoconservador passou a ser designado à Nova Direita. No presente artigo utilizamos o termo *neoconservador*, por entender que assim como em outros países, há no Brasil um grupo específico que atua para frear o avanço de pautas progressistas, principalmente quando estas pautas envolvem discussões de gênero e de sexualidades.

A mesma pergunta, em relação ao sentimento de medo e insegurança, foi realizada em relação aos bairros e lugares frequentados para outras atividades que se diferem de residir e estudar, como frequentar o comércio e outros serviços, por exemplo. Dezesete pessoas responderam que já sentiram medo ou insegurança e os locais frequentados mais citados foram: o bairro centro e locais específicos que são receptivos às pessoas LGBTQIAP+, como é o caso de certos bares e restaurantes (Phono Pub, Boteco da Estação, Pizzaria *O Forno*). O shopping Palladium também foi destacado, assim como o Parque Ambiental, para a prática de atividades físicas.

Apesar de as pessoas que compõem a comunidade LGBTQIAP+ terem consciência de que certos lugares são mais seguros que outros, sete (7) pessoas que não se sentem seguras em lugar algum. Soma-se a isso outras duas respostas que destacamos. A primeira é de uma mulher bissexual, que tem entre 18 e 25 anos, que afirmou que sente segurança apenas “dentro da sala da psicóloga”. Um homem transgênero com mais de trinta anos declarou que se sente seguro apenas em “locais com pessoas transitando e bem iluminados”.

Destacamos que o medo de usar os espaços públicos, parques, serviços e, principalmente o transporte, é o que impede que pessoas LGBTQIAP+ possam exercer o seu direito à cidade⁹. “O medo e a falta de segurança podem ser vistos como um assunto social e espacial que se relacionam, em muitos casos, com o desenho dos espaços urbanos”. (FENSTER, 2010, p. 01). Esse desenho urbano é mencionado pelos respondentes, quando relacionam a segurança à iluminação pública e a lugares de Ponta Grossa com maior presença de transeuntes. Em outras palavras, percebemos que a experiência narrada pelos respondentes é comum às mulheres, às pessoas LGBTQIAP+ e que está intimamente ligada à maneira como se dá o desenho urbano da cidade de Ponta Grossa.

O planejamento urbano não dá conta de uma cidade não normativa. Todos os dias a população LGBTQIAP+, a partir de suas vivências no espaço urbano, colide com estruturas urbanas que são funcionalistas, além de serem normativas. Isso significa dizer que os espaços não foram criados a partir da sensibilidade inerente aos gêneros, logo espaços deixam de ser acessados por pessoas que não se sentem seguras neles e a mobilidade delas se torna reduzida.

Então, afirmamos que a cidade não normativa é aquela que apresenta lugares seguros e espaços passíveis do exercício de cidadania e do direito de uso. Espaços reconhecidamente receptivos pela comunidade LGBTQIAP+ estão incorporados na noção do direito à cidade. Para essas pessoas o espaço seguro é o espaço urbano, que possibilita que vivam de maneira anônima. Logo, o direito à cidade se materializa quando também o direito à diferença se encontra presente

⁹ Gill Valentine, (1998) Rachel Pain (1991) e Clare Madge (1997), afirmam o mesmo especificamente para mulheres.

As informações apresentadas desvendaram práticas cotidianas em que o direito à cidade é concretizado até um certo momento dentro do contexto dos papéis tradicionais de gênero. Entretanto, outras experiências também podem indicar a violação ao direito à cidade e que embora não façam parte da presente análise, carecem ao menos de um apontamento. São situações que estão engendradas na relação de pertencimento à cidade e que se inter-relacionam com patriarcado, com questões culturais e religiosas que podem resultar na redução ou não acesso aos espaços públicos.

Neste sentido, a definição normativa do direito à cidade parece incluir os grupos marginais, tais como estrangeiros, pessoas de diferentes identidades que habitam a cidade e mulheres. Contudo, estas práticas inclusivas nem sempre se cumprem devido, precisamente, ao domínio patriarcal nos diferentes níveis assinalados neste documento: lar, imóvel, rua, bairro, cidade, etc. [...] No nível de cidade, as práticas patriarcais se expressam nos sentimentos de medo, segurança e nas exclusões dos espaços públicos em função do gênero, de acordo com as normas culturais e religiosas. (FENSTER, 2010, p. 01).

E essas práticas patriarcais foram vividas pelos respondentes. Quando questionadas se haviam passado ou testemunhado algum ato de violência no espaço urbano ou no transporte público, dezessete (17) pessoas afirmaram que sim. E dentre os atos foram apresentadas situações como: *encoxar* mulheres no transporte público, abusos por parte da polícia militar, assaltos e tentativas de assaltos. E quando questionadas se tais atos seriam de LGBTQIAP+fobia, 12 (doze) pessoas responderam que sim.

Partindo para uma análise microescalar, a do corpo, questionamos se em algum momento foi necessário mudar de roupa, ou de comportamento em espaços públicos, em razão do medo de agressões, dezesseis (16) pessoas responderam que sim. E dezessete (17) pessoas, ou seja, 73,9% do total, afirmaram que já sentiram medo de andar de mãos dadas na rua com seu(sua) companheiro(a), marido, esposa, namorado(a), crush, xodó.

E é exatamente nesse sentido que vai a fala que segue, de uma pessoa não binária, homossexual, com idade entre 18 e 25 anos:

Acredito também que tenhamos que seguir discutindo a ocupação de espaços, principalmente de espaços de poder. Enquanto bicha, decidi ocupar a educação. Que a gente possa continuar nos movimentando e ocupando outros lugares. Além disso, acredito que pensar em direito a cidade para a comunidade LGBTI+ no Brasil é sempre retornar para a ditadura militar, que nos perseguiu e literalmente caçou. Se a cidade é entendida como pública para a população macro, acho que para nós, especificamente, não é pública em sua totalidade. O poder público precisa compreender o trajeto que essa comunidade faz dentro do espaço urbano, principalmente sujeitas mais marginais dessa comunidade. Que partes da cidade estamos ocupando? (DADOS QUESTIONÁRIO. Google Forms. 2019-2020).

Diante do exposto, enfatizamos que o direito à cidade reúne outros direitos que se relacionam com o direito de usar e participar da cidade. O direito à cidade não possui limitações

abstratas. Seus elementos fornecem pistas, indicadores e apontamentos para que as políticas e práticas urbanas sejam modificadas para tornarem-se inclusivas. As cidades carecem de assumir uma responsabilidade diante das pluralidades que nela vivem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidencia a natureza das diferentes compreensões que se encontram nos conceitos de direito à cidade, quando investigado a partir da perspectiva da população LGBTQIAP+ e, especificamente, na cidade de Ponta Grossa – PR.

A partir da ideia de direito à cidade desenvolvida por Henry Lefebvre (2001), a premissa que nos guiou levou em consideração o amparo teórico apresentado pela filósofa Judith Butler (2013, 2018 e 2019) para afirmar que o espaço urbano pontagrossense deve ser visto como espaço de processos espaciais dinâmicos e não como algo estático e ausente de articulações com as vivências das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+.

Logo, afirmamos que o direito à cidade envolve outros tantos direitos, como direito à educação, à saúde, à alimentação, ao bem-estar, à convivência comunitária, ao direito de ir e vir e que é violado em razão das relações embasadas no gênero e que são fortemente enraizadas na estrutura patriarcal, conforme compreendido também por Joan Scott (1990). Estas violações são percebidas por meio das vidas cotidianas de pessoas LGBTQIAP+ que experienciam o espaço urbano de Ponta Grossa.

Para finalizar, o direito à cidade quando estudado a partir da perspectiva de gênero resulta em compreensões que dizem respeito ao uso e à participação, como já afirmado por Tovi Fenster (2010), porque discussões acerca das relações patriarcais de poder necessitam ser estabelecidas. Tais relações devem servir como ponto de partida para futuras investigações a respeito do dano causado ao direito à cidade de pessoas que possuem marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, orientação afetiva e outros. Este contexto, por estar ausente na conceituação proposta por Henry Lefebvre (2001), está cada vez mais distante de tornar-se algo real, o que ressalta a importância da sua discussão.

5. AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos em nível de Pós-Doutorado (PNPD).

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. *Política cultural e educação*. Tradução de José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BERNINI, L. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*. Natal. v. 5, n. 06, 2012, p. 15-48.

BRAGA, R. de O. B. *Espaço e as Práticas do Cuidado de Si, na Relação Saúde/Doença do Corpo das Travestis e Mulheres Transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françaoli. São Paulo: n-1edicações; Crocodilo Edições, 2019.

DADOS QUESTIONÁRIO. Google Forms. *Direito à cidade e as relações com identidades gênero e sexualidades em Ponta Grossa-PR*. 2019-2020.

FENSTER, T. O Direito à Cidade e a Vida Cotidiana Baseada no Gênero. *Gloobalhoj, n°23*; HIC-AL Santiago do Chile, 2010. Disponível em: <http://www.hic-et.org/content/Cidades%20para%20todos-PORT.pdf>

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil. Relatório 2018*. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2021.

HANKE, W. *Espaços de opressão e de alívio na vivência gay em Ponta Grossa, Paraná*. 2016. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Projeção da população do Brasil por idade e sexo para o período 2000/2060*. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.

IACOVINI, R. F. G. *O que o Atlas da Violência e o STF têm a ver com o direito à cidade da população LGBTQ+?*. 2019. Disponível em: < http://www.justificando.com/2019/06/06/o-que-o-atlas-da-violencia-e-o-stf-tem-a-ver-com-o-direito-a-cidade-da-populacao-lgbt/?fbclid=IwAR3GMKOMc180oTI9UI34_tpb5V9OOBhjaWSz4jZb-LblSMaKAOrUg0b9QI>. Acesso em 29 mar. 2021.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MADGE, C. *Public Parks and the Geography of Fear*. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie 88, n. 3, 1997, p. 237-250.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. de; BRITTO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. *Estudos feministas*, v. 22, n. 1, 2014, p. 297-320. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100016>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MENEZES, A. B. *Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano*. 2005. 340 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PAIN, R. Space, Sexual Violence and Social Control. *Progress in Human Geography* 15, n.4, 1991, p. 415-431.

PONTES, C. C.; LEITE, M. L.; GAVÃO, N.; VIRGENS FILHO, J. S. *Efeitos do clima na saúde: análise das internações de crianças menores de cinco anos por pneumonia no município de Ponta Grossa/PR*. Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba, v. 12, n. 18, p. 38-52, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/abclima.v18i0.43444>

SANTOS, A. E. C. dos. *Espaço escolar, homossexualidades e prática discursiva em Ponta Grossa, Paraná*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 71-99.

SILVA, M. J. da; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013.

VALENTINE, G. Food and the Production of the Civilised Street. In: FYFE, N. (org.). *Images of the Street: Planning Identity and Control in Public Space*. London: Routledge, 1998, p. 192-204.

SEMEANDO AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS NO
PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: MULHERES CAMPONESAS E
CUIDADORAS DO CONTESTADO – LAPA, PR

*SEMBRANDO AUTONOMÍA Y RESISTENCIA DIARIA EN LA
PLANIFICACIÓN COMUNITARIA: MUJERES CAMPESINAS Y
CUIDADORAS DEL CONTESTADO - LAPA, PR*

Iara Beatriz Falcade Pereira¹

RESUMO

Este artigo aborda um recorte dos trabalhos de conclusão de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (FALCADE-PEREIRA, 2019). As pesquisas foram realizadas em parceria com o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra no mesmo estado (MST PR). Para este artigo temos como objetivo visibilizar o protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado (Lapa, PR) e as práticas do cuidado como mobilizadoras de estratégias comunitárias para a reprodução da vida e de planejamentos contra hegemônicos. Foram trazidos estudos e análises sobre o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA do Contestado, porém os elementos principais vêm da realidade desse território por meio de narrativas de 3 integrantes da comunidade, destacando estas dimensões da agroecologia, do cuidado e do comunitário. A base teórica principal articula a realidade da comunidade em questão (TORINELLI, 2016), o plano de ordenamento territorial participativo em território agrário (PDA, 2001), GUTIERREZ E SALAZAR (2015, 2017), e OROZCO (2014). Como resultados, o cotidiano narrado evidenciou o protagonismo das mulheres camponesas como mobilizadoras dos trabalhos de cuidados e trabalhos comunitários. Estes foram e são geradores de renda, possibilitaram a permanência na terra, potencializaram a transição agroecológica no assentamento e também consolidaram a estruturação e manutenção da Sede Comunitária. Assim, esses processos foram referenciais importantes no contexto das investigações das pesquisas sobre planejamentos contra hegemônicos e em territórios interioranos, contribuindo em campos exploratórios de um planejamento territorial comunitário que considere o tempo e a centralidade do cuidado da reprodução da vida.

Palavras chave: mulheres camponesas, agroecologia, cuidado, planejamento territorial comunitário e reprodução da vida.

¹ Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: ibfalcade@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo analiza un extracto de los trabajos finales de graduación del curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Paraná (FALCADE-PEREIRA, 2019). Las investigaciones se realizaron en alianza con el Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra del mismo estado (MST PR). Para este artículo, buscamos visibilizar el protagonismo de la mujer campesina en el Asentamiento Contestado y las prácticas de cuidado como estrategias comunitarias movilizadoras para la reproducción de la vida y la planificación contrahegemónica. Se trajeron estudios y análisis sobre el Plan de Desarrollo de Asentamientos - PDA do Contestado, pero los elementos principales provienen de la realidad de este territorio a través de narrativas de 3 miembros de la comunidad que destacan estas dimensiones de agroecología, lo cuidado y lo comunitario. La base teórica principal articula la realidad de la comunidad en cuestión (TORINELLI, 2016), el plan participativo de ordenamiento territorial en territorio agrario (PDA, 2001), GUTIERREZ E SALAZAR (2015, 2017) y OROZCO (2014). Como resultado, la vida cotidiana narrada mostró el protagonismo de la mujer campesina como movilizadora del trabajo de cuidado y trabajo comunitario. Estos fueron y son generadores de ingresos, permitieron permanecer en la tierra, impulsaron la transición agroecológica en el asentamiento y también consolidaron la estructuración y mantenimiento de la Sede Comunitaria. Estos procesos fueron referentes importantes en el contexto de las investigaciones sobre planificación contrahegemónica y en territorios interioranos, contribuyendo a campos exploratorios de planificación territorial comunitaria que considera el tiempo y la centralidad del cuidado para la reproducción de la vida. **Palabras clave:** mujer campesina, agroecología, cuidado, ordenamiento territorial comunitario y reproducción de la vida.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um compartilhamento de experiência, constituído a partir de um recorte e articulação de elementos dos trabalhos já concluídos² no curso de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. O primeiro trabalho escrito, corresponde à monografia e intitula-se “Planejamento Comunitário em Assentamentos Rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória” (2018). O segundo trabalho

² Este artigo foi construído diretamente para o Dossiê Territórios Interioranos e Moradia (2021), e teve como horizonte dar destaque para a narrativa histórica de integrantes do MST sobre o planejamento e a vida envolvida nesse processo no Assentamento Contestado. Esta história narrada foi elemento chave para os trabalhos de final de curso, por isso foi selecionada como contribuição para o dossiê. Porém também destaco que os trabalhos citados contêm outros aprofundamentos no entorno desta narrativa.

é o Trabalho Final de Graduação – TFG “A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná” (2019)³.

Estas pesquisas foram realizadas em parceria com o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra–MST do Paraná, a partir da demanda de pensar planejamentos comunitários para os territórios de reforma agrária do movimento no estado. Diante de múltiplas condições, os estudos se realizaram com enfoque no Assentamento Contestado que se localiza no município da Lapa-PR, mas também tiveram contribuições e vivências analisadas nos territórios: Acampamento Dom Tomás Balduino – Quedas do Iguaçu- PR; Pré-assentamento José Lutzenberger – Antonina-PR; e Assentamento da COPAVI – Paracity-PR. Os dois trabalhos estiveram baseados em uma articulação do tripé da Reforma Agrária, de um Planejamento Territorial Comunitário e da Perspectiva do Cuidado, destacando o campo exploratório das dimensões do Cuidado como linha condutora para um planejamento territorial comunitário pensado e inserido nos cenários da reforma agrária popular, proposta pelo MST.

Para a realização da etapa da monografia foram realizadas entrevistas não estruturadas com Dalvan Mallmann⁴, Priscila Facina Monnerat⁵ e Sylviane Guilherme⁶. A principal entrevista se deu com Dalvan com o intuito de ouvir sobre a história do Assentamento Contestado desde sua ocupação e a consolidação do seu território, pois ele foi indicado por várias/os companheiras/os para tal, por viver no assentamento desde a sua ocupação e acampamento, tendo também um histórico de participação militante e ativa na construção da comunidade. A partir deste diálogo, houve outros com Priscila e Sylviane sobre a vida da comunidade, além da imersão vivenciada na Sede Comunitária para atividades de extensão e principalmente voluntariados⁷. Estes diálogos

³ Ambos os trabalhos de conclusão de curso não foram publicados, sendo este artigo de caráter inédito.

⁴ Assentado entrevistado, morador do assentamento desde o início de seu processo de ocupação e regularização (1999).

⁵ Assentada no Contestado desde 2004, engenheira florestal, agroecóloga e militante no Setor de Gênero do MST no estado e nacionalmente.

⁶ Integrante do Setor Nacional de Cultura do MST e responsável pelo encaminhamento do projeto de funcionamento do Casarão do Contestado como Centro Cultural.

⁷ No período do segundo semestre de 2018 estive contribuindo na limpeza e organização do Casarão (centro cultural do assentamento) antes da sua inauguração, a qual ocorreu no aniversário de 20 anos do assentamento no início de 2019. Essas tarefas foram coordenadas por Sylviane, companheira que me convidou para tal vivência, em que íamos para o assentamento semanalmente para passar alguns dias nestas funções. Esta experiência me possibilitou dialogar com Sylviane durante as viagens de ida e volta, na casinha que compartilhamos, e em uma série de outros tempos que traziam falas inseridas nesta narrativa. Da mesma forma, Priscila contribuiu nestas atividades e também compartilhou de forma oral algumas das suas perspectivas registradas neste artigo. Deixo meu sincero agradecimento pela acolhida e companheirismo para estas mulheres em especial, que meio à prosas com mate, trabalho, risos e alimentos/jantares tornaram essa vivência um imenso aprendizado que levo para a vida. Sem o cuidado de ambas, certamente minha inserção no assentamento e as outras relações estabelecidas não teriam sido como foram. Deixo também meu agradecimento à Dalvan, que dispôs algumas horas no refeitório da Sede Comunitária, próximo ao cantinho do chimarrão, para narrar a história do assentamento desde a vivência do PDA. Em face à isso e ao tempo do trabalho da monografia, não foram gravadas e transcritas as próprias falas de Sylviane e Priscila, porém reconheço a importância de trazê-las, também no atual mestrado em andamento em parceria com o MST PR e em todos os trabalhos possíveis futuramente. De qualquer maneira, por crer no potencial do que me foi compartilhado, trago estas narrativas como destaque para este artigo.

configuraram uma profunda narrativa sobre o planejamento da comunidade, como na realização do seu Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA em 2001, e também como foram os contextos, dificuldades e potencialidades da dinâmica comunitária na constante consolidação e estruturação da mesma. O cotidiano narrado evidenciou o protagonismo das mulheres camponesas do Contestado como mobilizadoras dos trabalhos de cuidados e trabalhos comunitários. Estes foram e são geradores de renda, possibilitaram a permanência na terra, potencializaram a transição agroecológica no assentamento e também consolidaram a estruturação e manutenção da Sede Comunitária.

Este protagonismo, em primeiro momento não se deu diante de mobilizações feministas como contou Priscila, no entanto, geraram transformações tanto nas produções e unidades familiares quanto na esfera comunitária de forma material e imaterial. Logo, a reprodução da vida diária demonstrou os sentidos e o sistema comunitário que consolidou uma parte dos planejamentos desejados no PDA e um modelo de vida agroecológico.

Portanto, o objetivo deste artigo é visibilizar esse protagonismo das mulheres camponesas do Contestado e as práticas do cuidado como mobilizadoras de estratégias comunitárias para a reprodução da vida. Foram trazidos estudos e análises sobre o PDA do Contestado (tanto na monografia quanto no TFG), porém os elementos principais vêm da realidade deste território, com destaque para as dimensões da agroecologia, do cuidado e do comunitário.

Consideramos importante mostrar a intersecção de tempos e um planejamento documental como o PDA, e os tempos cotidianos da manutenção da reprodução da vida dessa comunidade. Pois evidencia que existem potenciais de resistência e autonomia em histórias invisibilizadas, as quais desejamos deixar registradas neste artigo.

Ainda, esses processos são referenciais importantes no contexto das investigações das pesquisas sobre planejamentos contra hegemônicos e em territórios interioranos, contribuindo em campos exploratórios de um planejamento territorial comunitário e perspectivas de planejamentos alternativos que considerem o tempo e a centralidade do cuidado da reprodução da vida.

2. O ASSENTAMENTO CONTESTADO - MST, LAPA – PR

O Assentamento Contestado localiza-se no Município da Lapa, cerca de 70 km da capital curitibana do Estado do Paraná – Brasil, e é um território de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). A área total do assentamento é de 3.228 hectares e 38% de seu território (1.300 hectares) é preservado como reserva legal. Os outros 1.928 hectares são subdivididos em uma área comunitária e em média por 12 hectares de terra por unidade

familiar, sendo aproximadamente 150 famílias divididas em 10 núcleos de base⁸ (FALCADE-PEREIRA, 2018).

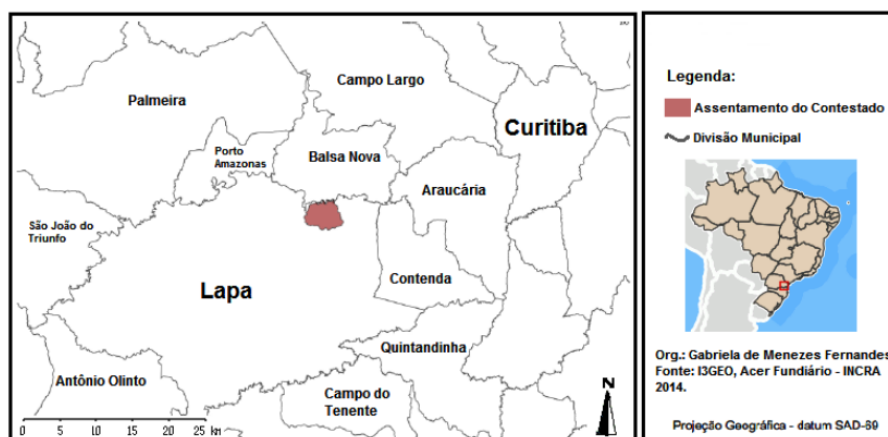


Figura 01 - Mapa de localização do Assentamento Contestado (Lapa/PR)..Fonte: Fernandes e Facco (2015).

A liberação oficial e consolidação desse assentamento ocorreu em 29 de novembro do ano 2000 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois foi um território considerado terra devoluta⁹, e em 07 de fevereiro de 1999 foi ocupado em processo pacífico de reivindicação de reforma agrária por famílias agricultoras e integrantes do MST (TORINELLI, 2016). esta segunda data é a comemorada como aniversário da comunidade.

O território ocupado era anteriormente uma grande propriedade pertencente ao denominado Barão do Cerro Azul, em seguida adquirido pela empresa Grupo Indústria Cerâmica Paraná (INCEPA) para realização de produção de cerâmicas como atividade econômica devido à grande quantidade de plantações de eucalipto, presentes na área, utilizadas para queima e secagem das peças (PDA, 2001). Esta empresa no entanto, tinha uma grande dívida com a União e por isso o movimento a ocupou reivindicando sua destinação à reforma agrária, mesmo estando em um contexto conjuntural considerado desfavorável devido aos posicionamentos políticos contrários ao movimento por parte do governador do estado Jaime Lerner (do PFL na época) e do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Desde a ocupação, as famílias começaram a cultivar seus alimentos na terra e construíram coletivamente seus acordos e diretrizes para a comunidade e já neste momento havia a premissa

⁸ Cada núcleo de base do Contestado consiste em grupamentos de 10 a 15 famílias.

⁹ Terras devolutas “são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021) Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>> Acesso em 19 de Julho de 2021.

de promover um assentamento voltado à produção de alimentos orgânicos¹⁰ (FALCADE-PEREIRA, 2018).

3. PLANEJANDO NA REFORMA AGRÁRIA: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA/PR)

Assim que se regularizou o assentamento, segundo Dalvan Mallmann (2018), morador do Contestado, a comunidade começou o estabelecimento do seu Regimento de Assentamento, que consistiu em um regimento de processo interno muito importante no sentido de ser o conjunto de regras e normas que as famílias construíram internamente sobre suas demandas de educação, saúde, cultivo, renda, preservação ambiental, entre outras (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Este documento basicamente consiste em sistematizar os eixos comuns e acordos das famílias quanto à perspectiva e objetivo do assentamento, materializando os primeiros passos da sua organização comunitária. (FALCADE-PEREIRA, 2019, p. 4)

Estes acordos são portanto um documento muito detalhado, fundamental para o início e a história do assentamento, tendo influência até os dias atuais nos processos decisórios da comunidade principalmente porque também foi uma sistematização utilizada no princípio e ao longo do processo de realização do seu Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA¹¹ (FALCADE-PEREIRA, 2018). A partir da regularização e do regimento interno da comunidade foi iniciado então o seu PDA, conhecido como “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Contestado” elaborado e publicado no ano de 2001 com a participação de atores internos e externos ao movimento. Este, trata de um plano de ordenamento territorial participativo em território agrário, que contou com uma equipe técnica responsável multidisciplinar das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Biologia, Engenharia Florestal, Psicologia e Geografia (PDA, 2001). Os profissionais eram integrantes da Ambiens Sociedade Cooperativa -

¹⁰ Na época ainda não era amplamente difundido pelo movimento o uso do termo de produção agroecológica, como é apropriado atualmente pelo MST não somente como modelo de produção de alimentos (TORINELLI, 2016).

¹¹ “O estabelecimento de um assentamento rural pelo INCRA passa por diferentes etapas de implantação. A criação do assentamento é feita através de um projeto de assentamento, onde define-se a capacidade estimada de famílias e as informações principais da área. A etapa de implantação corresponde à divisão do assentamento em lotes ou glebas, a instalação das famílias e o planejamento. Nessa fase, “os beneficiários recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar, até que, através de um sorteio, cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba” (INCRA, página oficial, 2018). Nesta etapa é realizado o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), quer dizer, o estudo realizado de forma participativa, e que deve orientar as diretrizes de desenvolvimento, realizar um diagnóstico da localidade e proporcionar um projeto que incorpore todas as esferas da vida para as famílias assentadas, sociais, ambientais, produtivas, etc.” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.35)

AMBIENS¹² e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER¹³, dois grupos que por meio de licitação trabalharam via convênio na realização do PDA do Contestado.

Havia 105 famílias participantes da construção do PDA já subdivididas nos 10 núcleos de base pré-estabelecidos. Desde este período cada núcleo conta com funções rotativas de um coordenador do gênero masculino e uma coordenadora do gênero feminino, segundo diretriz do MST, e também um conselho para a discussão de temas mais amplos e relevantes a toda a comunidade composto por cerca de 60 pessoas (FALCADE-PEREIRA, 2018). Há, ainda, as comissões também ativas até atualmente, as quais:

[...] na fase de construção do PDA existiam as da área de saúde, educação, produção, esporte, liturgia e formação. Estas comissões se constituem por assentados voluntários de todos os grupos e funcionam de acordo com a sua própria organização e planejamento internos. Na época de construção do plano, teve também início a formação de um grupo de mulheres e um grupo de jovens, tendo em vista que o levantamento realizado pela equipe técnica demonstrou que estes segmentos representavam parte significativa da população do assentamento. (FALCADE-PEREIRA, 2018, p. 81)

O processo de organização participativa do PDA, segundo Dalvan, foi construído em reuniões semanais da equipe técnica com a comunidade. A metodologia de preparação estabelecida do plano se dava em duas etapas, sendo elas (i) o diagnóstico do projeto do assentamento e a (ii) definição de programas do desenvolvimento sustentável do Contestado (PDA, 2001). As sistematizações dos dados levantados eram apresentadas à comunidade para seu conhecimento e acompanhamento, e também para discutirem as propostas apresentadas pela equipe técnica. Na etapa dois ocorriam reuniões com as famílias para que discutissem os sistemas produtivos e apresentassem as propostas de parcelamento da área com a premissa de respeitarem as particularidades de cada núcleo de família na definição da tipologia do parcelamento de áreas de moradia e de produção da comunidade (PDA, 2001).

O resultado deste processo de planejamento foi um documento aprovado em assembleia, reconhecido pelas famílias nas falas de Dalvan como fruto de uma dinâmica de diálogo horizontal e satisfatório entre saberes. O documento final, em suma, está organizado por:

(i) apresentação, (ii) metodologia de preparação do plano, (iii) informações gerais do assentamento, (iv) localização e acesso – em capítulos menores iniciando o plano; e (v) contexto da área de influência do projeto de assentamento, (vi) diagnóstico do projeto de assentamento (com diagnóstico do meio natural, organização territorial atual e diagnóstico do meio sócio econômico e cultural), e (vii)

¹² A Ambiens “é uma organização coletivista de profissionais, fundada em julho de 2000 na cidade de Curitiba-PR” (AMBIENS, 2018). <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>.

¹³ O DESER é uma organização não governamental (ONG) fundada em julho de 1988 “a partir de diferentes demandas de organizações do campo – como os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas as igrejas e entidades de assessoria dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (PDA, 2001)” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.79).

programação do desenvolvimento sustentável - em capítulos maiores com os dados técnicos coletados, cenários desejados e programas de referência para consolidação do objetivo do PDA. (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.83)

As áreas de moradia e plantio foram estabelecidas integradas para cada família com uma área em média de 12 hectares por unidade familiar, sendo no entanto, que apenas um núcleo de famílias optou por um modelo de desenho em formato de “agrovila” – o qual mantinha as áreas das casas vizinhas próximas e as áreas produtivas ao redor da agrovila. Também foi estabelecido uma área destinada a Sede Comunitária, como vemos na Figura 02 a seguir:

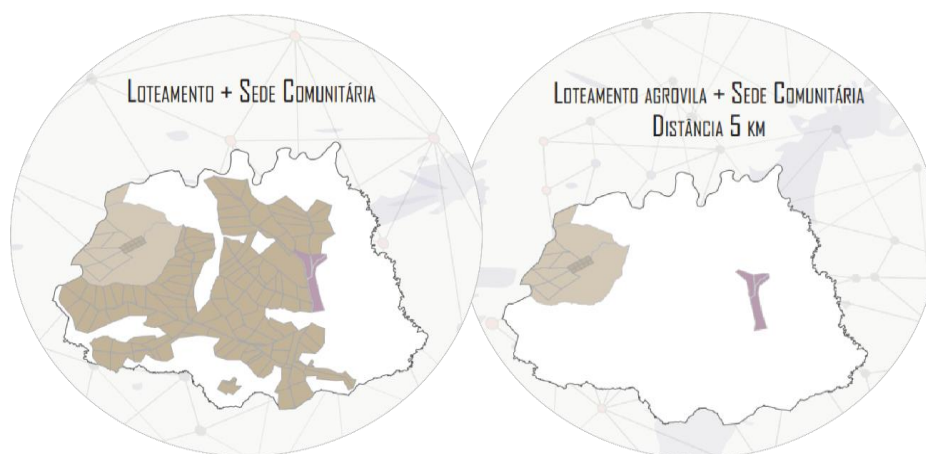


Figura 02 - Mapas “figura fundo” do loteamento e área comunitária no PDA¹⁴. Fonte: a autora (2019).

O principal objetivo do documento era definir diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Assentamento (PDA, 2001), e consta nas falas de Dalvan que de fato o PDA foi um importante balizador de conteúdo essencial e prático, com demandas identificadas pela comunidade no capítulo final quanto à programação deste desenvolvimento sustentável. Os programas, portanto, eram de organização territorial (1), programa produtivo (2), programa social (3) e programa ambiental (4) (Tabela 1 – Síntese da programação do desenvolvimento sustentável no A. Contestado¹⁵). Neles dispunham projeções e identificações de “cenários e estratégias para a construção e consolidação do assentamento nas distintas esferas da vida dos programas (PDA, 2001)” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.84).

A fase da Programação baseia-se na decisão - pelos representantes de toda a população do local - de qual futuro gostariam de ter para a organização e estrutura do assentamento. O objetivo principal é a indicação de propostas, com o estabelecimento de metas, maneiras de viabilização e custos. As famílias

¹⁴ Estes dois círculos são recortes dentre os mapas apresentados no trabalho completo de TFG em 2019, realizados em layout próprio para o referido trabalho, no entanto com bases utilizadas de arquivos em formato DWG (AutoCAD) do PDA do assentamento (2001).

¹⁵ Para o desenvolvimento da monografia e do TFG (2019) foi realizado uma síntese de cada Programa em formato tabela.

querem garantir a educação para as crianças e os jovens, querem uma maior assistência na área de saúde e uma melhor organização na estrutura habitacional e de área comum, assim como nas estradas de acesso. (PDA, 2001 p. 90)

Tabela 1 – Síntese da programação do desenvolvimento sustentável no Assentamento Contestado.

PROGRAMAS	ÁREAS
Organização Territorial	Habitação, Energia, Estradas, Saneamento.
Programa Produtivo	Agricultura, Turismo.
Programa Social	Organização comunitária, Educação, Saúde, Cultura e Lazer.
Programa Ambiental	Conservação, Reflorestamento, Manejo de Fauna.

Fonte: PDA (2001)

4. PÉS NA TERRA: O COTIDIANO PÓS-PDA

A conclusão do PDA do Assentamento Contestado foi uma conquista de muita importância para a comunidade camponesa assentada, para o MST, para a construção de uma reforma agrária popular e também para transformações amplas de sociedade e do sistema-mundo que vivemos. Essa experiência de resistência camponesa seguiu, portanto, o processo cotidiano de luta para melhorar as condições de vida nesse território após a conclusão do PDA, bem como desde o dia da sua ocupação. Há elementos, então, que se acrescentam e se costuram um pouco mais na narrativa da história do Contestado, sobre como foi produzido seu território ao longo do tempo e que o configura diferente das terras de monocultivo de eucalipto da Incepa cerca de duas décadas atrás.

Voltamos ‘a pisar mais um pouco nas terras do assentamento’ dialogando com Dalvan sobre os anos de consolidação da comunidade e desse território de reforma agrária do MST que até 2018 tinha cerca de 100 famílias plantando de forma agroecológica e comercializando esta produção pela sua Cooperativa Terra Livre. Ele conta que o processo de migração¹⁶ para modelos de plantio agroecológicos ocorreu e ainda ocorre em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio e conseqüentemente permite às famílias a resistência de habitar este território (FALCADE-PEREIRA, 2018).

O trabalho coletivo pariu a Cooperativa Terra Livre em abril de 2010, comercializando a produção de todos/as cooperados/as e “possibilitando que os mesmos pudessem acessar a venda de seus produtos dentro dos programas institucionais públicos destinados à Agricultura Familiar, oferecidos pelo Governo Federal”, naquele período ainda governo Lula (PT) (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.127). Segundo Dalvan, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi um mobilizador à mudança das produções convencionais que estavam sendo cultivadas no

¹⁶ A maior parte da população do Assentamento Contestado inicialmente produzia de forma convencional com o uso de insumos artificiais e agrotóxicos.

assentamento e que estavam causando evasão de uma parte das famílias até o ano de 2008 quando havia uma crise econômica no assentamento. Com o PAA cessou o êxodo na comunidade e, ao contrário, houve a vinda de novas famílias na maioria parentes e conhecidas da população que permaneceu no Contestado.

O entendimento desses fatos anteriores e posteriores à 2008, de acordo com Dalvan, possibilita que compreendamos o impacto da Agroecologia em duas etapas no processo histórico do Contestado. Esses processos, segundo ele, estão associados a questões culturais principalmente pelas apropriações das tipologias de sistemas de cultivo e produções camponesas vinculadas à origem de grande parte das famílias do sudoeste e sul paranaense, e também do oeste catarinense. Essas famílias culturalmente produziam leite e grãos como soja, milho e feijão. Logo, as culturas agrícolas produzidas nestas regiões eram de ciclos longos e as famílias já utilizavam os sistemas convencionais. Porém, devido ao baixo grau de fertilidade dos solos da Lapa, comparadas com as regiões descritas, a alta demanda de maquinário e agrotóxicos tornava esses cultivos fora do alcance dos pequenos agricultores e essas práticas foram dificultadas no assentamento chegando até ao dobro de tempo necessário para produzir quantidades de massa por hectare semelhantes (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Nos primeiros anos, minimamente, as famílias conseguiram dar conta da produção de leite. O maior obstáculo era o escoamento desta, pois os/as camponeses não alcançaram canais de comercialização seguros. De acordo com de Dalvan, o cansaço alavancado pela inviabilidade econômica de processos caros, com defasagens materiais e dificuldades de transporte culminaram na interrupção da “teimosia cultural¹⁷” local que persistia. Houve então no período de 2005 e 2006 uma crise econômica no assentamento a partir do descarte da produção leiteira como renda, gerando a saída de algumas famílias. Entretanto, há uma ressalva por parte de Dalvan que narra que nove famílias já desconfiavam do processo com o leite e começaram a organizar vendas de hortifrúti pelo PAA e assim, com o tempo, mais famílias foram aderindo ao programa (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Além do diálogo com Dalvan neste momento também temos as narrativas de Priscila e, ambos relatam que a descoberta da possibilidade de produções de hortifrúti veio por parte das mulheres camponesas do Contestado. Os dois comentaram que os homens faziam os plantios em maior escala para captar recursos financeiros e as mulheres ficavam responsáveis pelo planejamento e gestão do cuidado da família como a produção dos cultivos de autoconsumo. Como os grãos e o leite não garantiram dinheiro mínimo, “o que restou” para a família foi vender o que as mulheres vinham cultivando no quintal da casa: os excedentes da horta, como cenoura, alface, repolho, frutas, entre outros (FALCADE-PEREIRA, 2018). E assim a comunidade

¹⁷ Termo utilizado pelo próprio Dalvan ao contar estes processos.

começou a perceber o ramo hortifrúti como possibilidade de geração de renda num sentido amplo dentro do assentamento, já que era também a produção mais adaptada às terras da região. Logo, com pouco recurso comparado ao leite e de mais fácil adaptação para produções orgânicas, a comunidade se viu com ‘os pés sobre as terras’ do horizonte do Regimento interno, que pretendia que em 5 anos após o PDA, “100% da produção interna ao assentamento fosse de orgânicos” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.130). Assim, seguiram e seguem os caminhos de construção desse território agroecológico de reforma agrária.

5. SEMEANDO AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS: MULHERES CAMPONESAS E CUIDADORAS DO CONTESTADO

O processo de transição dos modos produtivos do território do Contestado teve uma relação direta com a prática dos cotidianos das mulheres camponesas, como visto anteriormente e é, por isso, desde essa ênfase que seguimos esta escrita. No entanto, segundo Priscila é importante observarmos que “a prática comum às mulheres consistia na responsabilidade da reprodução da vida e ao que fosse relacionado ao cuidado da casa, do marido e filhos nos moldes patriarcais e machistas” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.129), realidade fortemente compartilhada na sociedade brasileira. Inicialmente ela conta que não foi diante de uma perspectiva feminista que se observou esta experiência. Porém, como parte do processo, é determinante uma perspectiva sobre esse protagonismo como chave motora para avanços no cotidiano e no projeto de reforma agrária popular do MST.

Neste sentido, atualmente com a incorporação e aprofundamento da bandeira da Agroecologia para além dos modelos de produção, os períodos e processos de transição de cultivos convencionais e a incorporação de práticas agroecológicas, atreladas à outras dinâmicas e técnicas agroecologistas passou a ser chamada de “transição agroecológica”. No Contestado, o cenário atual das famílias trabalhando seus plantios incorporando formas agroecológicas atinge cerca de 80% dos/as agricultores/as.



Figura 03 – Horta Mandala coletiva no Assentamento Contestado. Fonte: Torinelli (2016)

A partir de então, da inserção agroecológica no modo de vida do assentamento, Dalvan relata que o êxodo parou de ocorrer e “a apropriação sobre o que significava a Agroecologia para as famílias, significou de fato pensar outro tipo de comércio, de mercado, de relação com a natureza, com as famílias e com o consumidor” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.130). Com o foco político da agroecologia em olhar para a vida foi que as mulheres camponesas puderam ir ampliando seus espaços de inserção no movimento. Isto não ocorria apenas internamente ao Contestado, segundo Priscila e Dalvan, pois situações semelhantes ocorreram em outros territórios simultaneamente a mudanças que foram compondo a política do MST nacionalmente, visto que o modelo que chamavam “agronegocinho” dos planejamentos dos assentamentos na época não dava conta e não propunha relações distintas das já estabelecidas hegemonicamente (FALCADE-PEREIRA, 2018).

As dimensões da agroecologia contribuíram, portanto, primeiramente para que o movimento olhasse a matriz de produção e renda, porém ainda há outras dimensões as quais estavam nas responsabilidades das mulheres camponesas nos cuidados da família, por exemplo como os/as filhos/as e idosos na saúde e educação, que também tiveram interferências territoriais no caso do Contestado (FALCADE-PEREIRA, 2018).

6. MANUTENÇÃO COMUNITÁRIA: UMA INTERSECÇÃO DO CUIDADO COTIDIANO E DO PROGRAMA SOCIAL DO PDA

Os diálogos com Sylviane constataram este elemento das dinâmicas territoriais das mulheres camponesas e cuidadoras do Contestado, quando esta falava sobre a construção e consolidação da área da Sede Comunitária, pois enquanto os homens estavam majoritariamente ocupados com as questões produtivas, as mulheres protagonizaram a esfera de preocupação com

os temas de educação e saúde da família – principalmente dos/as filhos/as (FALCADE-PEREIRA, 2018).

A Sede Comunitária, no entanto, foi sonhada por toda a comunidade na construção do PDA. Esse ponto foi possível constatar na leitura desse documento que definia como uma decisão coletiva das famílias quais eram os programas e quais era os objetivos e estratégias para alcançar bem-estar e vida digna no território conquistado (FALCADE-PEREIRA, 2018). Os programas eram o produtivo, o social, o ambiental e o de organização territorial como já mencionado. Havia ainda subtópicos em cada um, e verificamos que a Sede Comunitária estava sendo pensada desde o programa social que compunha os eixos de desenvolvimento da organização comunitária, da educação, da saúde, da cultura e do lazer (PDA, 2001). A comunidade discutiu e aprovou, naquele momento, diretrizes e metas a serem construídas nesses eixos como vemos da sistematização da Tabela 02 deste artigo. Veremos a seguir as respectivas histórias e intersecções da atuação de mulheres camponesas da comunidade envolvidas no processo de conquista e manutenção da vida diária nos casos de 4 das estruturas presentes no espaço comum da Sede Comunitária do assentamento: o Centro Cultural Casarão, o posto de saúde, a ciranda infantil e a Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA.

O espaço do Centro Cultural Casarão está na antiga casa grande da fazenda construída pelo Barão do Cerro Azul. O uso deste espaço como centro de atividades culturais foi proposto por um grupo majoritariamente de mulheres sob coordenação de Sylviane, integrante do setor de cultura do MST. O Casarão foi o primeiro local que serviu de abrigo para as famílias na época da ocupação e sempre foi utilizado como espaço de encontros, reuniões, assembleias, formações e festejos. Foi decidido reformar e restaurar este espaço importante para a comunidade, que também é um imóvel tombado, sendo então que Sylviane assumiu a liderança dessa tarefa com muito cuidado e dedicação nos anos anteriores à 2018¹⁸, tornando o Casarão “o primeiro espaço cultural dentro de um assentamento de reforma agrária, na região Sul do Brasil” (MST, 2019¹⁹).

¹⁸ O Casarão foi reinaugurado, agora como centro cultural, no aniversário de 20 anos do assentamento em fevereiro de 2019.

¹⁹ Trecho consultado em < <https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/> (2021).



Figura 04 – Imagem satelital de parte da Sede Comunitária do Assentamento Contestado, onde localizam-se as principais estruturas comunitárias do mesmo. Fonte: Google Maps (2018).

A unidade básica de saúde Francisca Roberta “Chica Pelega” foi inaugurada em dezembro de 2016. Dona Maria²⁰ do setor de saúde do MST trabalha há anos com tratamentos de saúde popular como bioenergia e cultivo de plantas medicinais e foi a precursora da conquista do posto de saúde dentro do assentamento. Além de ter insistido nos processos burocráticos, acompanhado sua construção, atualmente é a principal responsável pela manutenção e atendimento semanal de bioenergia à comunidade. Além disso, Dona Maria também iniciou uma horta medicinal coletiva que pretende ser mantida comunitariamente (FALCADE-PEREIRA, 2018).

A Ciranda Infantil Curupira, creche do assentamento, surgiu a partir da necessidade coletiva de diversas mulheres camponesas e mães, trabalhadoras do campo ou também professoras na escola primária e educandas da ELAA. Estas assumem os principais cuidados de filhos/as pequenos/as, e por isso o espaço foi construído com mobilização majoritariamente feminina, inclusive em festas e arrecadações financeiras para tal. O objetivo da ciranda é compartilhar, segundo Oliveira (2015), “a educação das crianças com a comunidade e o coletivo escolar instituído, além de proporcionar às crianças um ambiente saudável, que possa atender as necessidades de aprendizagem e a promoção das potencialidades humanas para o seu desenvolvimento” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.136).

²⁰ Deixo meu agradecimento à Dona Maria que também esteve cotidianamente presente na Sede e no convívio que experienciei no Contestado, tendo inclusive feito atendimentos de bioenergia à mim e realizado um percurso na horta medicinal comunitária do postinho.

PROGRAMA SOCIAL	SITUAÇÃO, PREVISÃO E RESULTADOS ESPERADOS DO PDA
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir e incentivar as discussões quanto ao funcionamento do assentamento, pelo formato eleito pela comunidade; - Disponibilizar suporte técnico para o desenvolvimento da organização comunitária; - Incentivar por meio das atividades de capacitação/formação o desenvolvimento pessoal de cada envolvido na organização como um todo.
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento de ensino multiseriado, com aulas ministradas por assentadas; - Construir Escola Municipal; - Construir Creche; - Construir Escola estadual de 5ª a 8ª e ensino médio dentro do Contestado; - Alfabetização de jovens e adultos; incentivar e instalar cursos específicos para adultos interessados.
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar atendimento médico e odontológico para as famílias do assentamento.
CULTURA E LAZER	<ul style="list-style-type: none"> - Criar opções de lazer dentro do assentamento; - Criar atividades saudáveis para jovens, crianças e a terceira idade; - Desenvolver a vida cultural; - Identidade comunitária; - Manifestações comunitárias culturais;

Tabela 02 – Síntese do Programa Social do PDA (2001)²¹. Fonte: a autora (2019).

A Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA é uma iniciativa da Via Campesina inaugurada em 2005 que recebe integrantes de múltiplos movimentos sociais dos países da América Latina e Caribe para formação técnica em Agroecologia e educação no campo. A escola já formou 4 turmas de tecnólogos/as em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR e, formou 1 turma de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia em parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR. Sua proposta educativa “se divide em três eixos – acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e troca de saberes entre os povos da América Latina – e está calcada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e no materialismo histórico” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.135).

²¹ Esta tabela é um recorte da tabela integral de cada Programa do PDA desenvolvida no TFG (2019).



Figura 05 – Mosaico de fotografias de 2018: Centro Cultural Casarão, Posto de Saúde Chica Pelega, Ciranda Infantil Curupira e ELAA. Fonte: a autora (2021²²).

Além dos espaços citados, na área da Sede Comunitária do Contestado ainda estão outras estruturas como a Cooperativa Terra Livre, o Centro Estadual de Educação do Campo de Ensino Fundamental e Médio Contestado, o alojamento dos/as educandos/as da ELAA, o alojamento de visitantes, a sala “El espacio” e outras salas de aula e reuniões, a biblioteca e secretaria da ELAA, a área de plantio agroecológico experimental da ELAA, os banheiros coletivos, a cozinha e o refeitório comunitário. Esses espaços foram levantados e sistematizados em tabela por eixo do programa social como “Situação e Resultados Conquistados ao fim de 2018” nas pranchas originais do TFG “A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná” (FALCADE-PEREIRA, 2019).

Ainda, num panorama geral do assentamento, dos relatos sobre os cuidados da coletividade como cozinhar, limpar, e educar, na maioria das vezes, dos/as responsáveis e profissionais que realizam estas tarefas, são majoritariamente mulheres (FALCADE-PEREIRA, 2019). Todos esses espaços são considerados importantes segundo Priscila, Sylviane e Dalvan como materializações que atendem melhor as demandas internas da comunidade e promovem integração e articulações entre as pessoas que vivenciam este território da Sede.

²² Mosaico elaborado para este artigo, sendo as fotos e o desenho de autoria própria.

7. A REPRODUÇÃO DA VIDA PARA MOBILIZAR E TORNAR VIVAS AS ESTRUTURAS COMUNITÁRIAS E O PDA

As pesquisas referenciadas da Monografia (2018) e TFG (2019) permearam uma série de leituras as quais apresentamos alguns recortes rearticulados para contribuir na narrativa apresentada até o momento.

O debate do cuidado, segundo Orozco (2012) é uma categoria sobre “gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” podendo ser de ordem material quanto à necessidades fisiológicas do corpo ou, ainda, imaterial relativa ao bem-estar emocional. Com base nos estudos feministas e debates sobre a Economia do Cuidado destacamos uma perspectiva coletiva sobre estas ações diárias:

[...] a manutenção da vida é uma necessidade cotidiana e cíclica, e que é realizada pelo que define-se de trabalhos do cuidado. Estas são as relações de produção de bens e serviços cujo objetivo é o bem estar das pessoas ao longo dos ciclos de nossas vidas, que partem desde a escala individual do corpo, da escala coletiva de interação com os outros corpos, e da escala espacial de interação com o território que os corpos se inserem. Estes trabalhos, entendidos dentro dos três seguintes componentes: autocuidado (i), cuidado com pessoas (ii) e cuidado com o território (iii) (ANZORC – Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina), tem escalas e uma interface espacial. (FALCADE-PEREIRA, 2019, p.2.)

Dialogamos, portanto, com as autoras Gutierrez e Salazar (2015) que afirmam que a perspectiva comunitária permite a visibilização da reprodução da vida como núcleo configurador das relações sociais. Logo, a forma social que assume o trabalho concreto é a característica fundamental destas relações, ou seja, “como se evidencia a capacidade dos “valores de uso” de se converterem em riqueza social” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.55) e nesse sentido, então, as práticas do cuidado e o trabalho doméstico e comunitário (seja no âmbito familiar ou outras escalas) recebem seu devido valor.

As mulheres camponesas do Assentamento Contestado, desse modo, por meio destas ações e trabalhos de cuidado da vida nas escalas domésticas e da Sede Comunitária, produzem ainda trabalhos comunitários capazes de produzir “bens comunitários” que transcendem as necessidades culturais de consumo individual, como teorizam Gutierrez e Salazar (2015). As autoras ainda aprofundam:

La posibilidad misma del trabajo comunitario –o de actividades colectivas para la producción de lo común– deviene de un proceso dinámico que gestiona y organiza la reproducción de la vida comunitaria. El sistema de circulación y flujo de bienes comunitarios no puede surgir “de la nada” (...). Tal sistema de circulación y flujo de bienes comunitarios tampoco consiste en una serie de reglas que se establecen de una vez y para siempre (...), y mucho menos depende del altruismo de los miembros de la comunidad. El sistema de

intercambio y flujo de bienes comunitarios se funda, antes que en cualquier otra cosa, en la capacidad de decisión colectiva sobre aquello a intercambiar y sobre los términos mismos del intercambio. (GUTIERREZ e SALAZAR, 2015 p. 36)

Estes elementos e dinâmicas observadas permitem politizar os processos reprodutivos, “que incluem diversos sistemas de circulação e fluxo de bens, configurando uma rede de trocas materiais e simbólicas” (FALCADE-PEREIRA, 2018, P.56). No caso do Contestado nas suas estruturas comunitárias e o PDA, a reprodução da vida por meio dos trabalhos de cuidado e trabalhos comunitários mobilizam e vivificam os acordos e sonhos realizados tanto nos documentos do regimento interno e do próprio PDA, quanto ao longo do tempo, uma vez que esses sistemas de circulação de bens comunitários não são estáticos.

Para além, reconhecer o protagonismo das mulheres camponesas nas narrativas apresentadas, é visibilizar estas práticas como fundamentais para os sentidos da vida comunitária desse território. Tão logo estas atividades não foram somente realizadas por mulheres, o seu reconhecimento nos possibilita valorizar os cuidados cotidianos e agroecológicos semeados nesta experiência como contribuições emancipatórias se prospectarmos suas devidas redistribuições entre os corpos para além do gênero (FALCADE-PEREIRA, 2018). Fortalecemos essa perspectiva com mais um trecho de Gutierrez e Salazar (2015 p. 17):

[...] el asunto de la transformación no consiste, ni principal ni únicamente, en el bosquejo de un horizonte abstracto a futuro sino que es un flujo sistemático de acciones de resistencia y luchas en el presente que defienden y amplían las posibilidades concretas de reproducción de la vida –humana y no humana– en su conjunto. (GUTIERREZ E SALAZAR 2015, p. 17).

8. CONCLUSÕES INICIAIS: PEGADAS E SEMENTES NOS CAMINHOS

As conclusões deste trabalho não são finais, pois tanto não se pretende fechar este campo exploratório recente, quanto acreditamos que um dos seus sentidos é justamente mobilizar a reprodução da vida, o que consiste em processos cíclicos, incluindo assim que estejam em constante movimento os aprendizados e as “conclusões” realizadas. Há uma profunda vontade em todos os trabalhos realizados, portanto, de contribuir.

Inicialmente, então, compartilhamos esta experiência, pois nela podemos ver pegadas e sementes como pistas nos caminhos alternativos que não podem deixar de serem vistas nas narrativas das mulheres camponesas, da agroecologia, dos cuidados comunitários e também dos planejamentos contra hegemônicos em territórios não urbanocentrados.

Ao longo da narrativa deste artigo pudemos perceber a importância do protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado na transição agroecológica do mesmo nas

áreas das unidades familiares, até a Sede Comunitária. O cotidiano demonstrou nas narrativas um importante elemento temporal que abarca escalas e trabalhos de cuidados, geradores de trabalhos comunitários que efetivamente mobilizaram a construção de espaços importantes para a vida comunitária do assentamento, quanto mobilizam cotidianamente a vida presente nestes espaços pela necessidade da manutenção da reprodução da vida.

Verificamos assim, que um dos elementos que tornou o PDA um planejamento de ‘valor de uso’ são os trabalhos do cuidado e comunitários, realizados com protagonismo dessas mulheres camponesas. A intersecção do Programa Social, portanto, quanto ao que se pretendia e estava escrito, e quanto ao que foi sendo construído com o passar dos anos com enfoque nas ações das mulheres, reforça a importância de análises sobre as temporalidades cotidianas da reprodução da vida. Os programas que pretendiam objetivos e estratégias para alcançar bem-estar e vida digna no território conquistado pelo PDA, validam assim os trabalhos de cuidados e comunitários como estratégias de manutenção da vida, sendo então estratégias de planejamento, e também de resistência e autonomia do território do Contestado.

‘Por fim’, para este escrito, sigamos com os pés na terra, refletindo e semeando miradas a estes debates e plantios, que nos dão pistas de potenciais ferramentas dos mundos resistentes que vem compondo a história.

REFERÊNCIAS

AMBIENS. Sociedade Cooperativa. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>. Acesso em 31 maio de 2018.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. *Horizontes comunitário-populares*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021. *Acessibilidade na Câmara: terras devolutas*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>> Acesso em 19 de Julho de 2021.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. *Monografia: Planejamento comunitário em assentamentos rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória*. Curitiba: UFPR, 2018.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. *TFG: A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná*. Curitiba: UFPR, 2019.

FERNANDES, Gabriela; FACCO, Vinicius. *Agroecologia e MST no Leste paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR)*. Revista Pegada – vol. 16, n. especial, 2015.

GT MULHERES – Articulação nacional de Agroecologia – ANA. *Sem Feminismo não há Agroecologia* (boletim impresso), IV Encontro Nacional de Agroecologia, Belo Horizonte, 2018.

INCRA, *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Página oficial. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 24 de maio de 2018.

MST. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Assentamento Contestado: 20 anos de lutas e conquistas. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Daiane Et al. Ciranda Infantil Curupira da Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, Assentamento Contestado-Lapa. Em: *VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná*. Cascavel, 2015.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversion feminista de la economía: aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

TORINELLI, Michele. *Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de agroecologia*. MST, 2016.

A ORIGEM DO QUILOMBO APEPU E A QUESTÃO FUNDIÁRIA *THE ORIGIN OF QUILOMBO APEPU AND THE LAND ISSUE*

Leonir Olderico Colombo¹

RESUMO

Este estudo tem como tema geral a ocupação fundiária da região de Foz do Iguaçu e as raízes do surgimento do Quilombo Apepu. É um estudo preliminar que, ao ser elaborado, traz sucintamente a forma oficiosa do surgimento da Gleba Santa Maria, a qual é um quinhão de terra que, dentre os rios existentes, possui o rio Apepu, que ali fez emergir uma população afro-brasileira. Neste local, na primeira década do Século XX, instalou-se o casal João Corrêa da Cruz e Maria Benvida Corrêa da Cruz, onde seus seis (6) filhos cresceram, casaram e tiveram filhos. Hoje, seus netos, bisnetos e demais gerações estão no encalço de resgatar a memória e mantê-la viva.

Palavras Chaves: Questão fundiária, Quilombo, Comunidade, Memória

ABSTRACT

The general theme of this study is the land occupation of Foz do Iguaçu region and the roots of Quilombo Apepu emergence. This is a preliminary study that, by being elaborated, briefly addresses the unofficial emergence of Gleba Santa Maria, which is a portion of land drained by some rivers, including the Apepu River, where an Afro-Brazilian population has grown. In the first decade of the 20th Century, the couple João Corrêa da Cruz and Maria Benvida Corrêa da Cruz settled in this area, where their 6 (six) children grew up, got married and had children. Today, their grandchildren, great-grandchildren and other generations are in pursuit of bringing back their memory and keep it alive.

Key words: Land issue, Quilombo, Community, Memory

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos lançar, sucintamente, um olhar sobre a ocupação do Oeste do Paraná que busque demonstrar o processo fundiário definido como “Faixa de Fronteira” - a organização do Estado lança essa linha imaginária de um espaço de fronteira para promover o povoamento. A necessidade de ocupar a fronteira da foz do rio Iguaçu com o rio Paraná, está mais ligada à garantia desse espaço geográfico, tendo em vista que, após a guerra contra o Paraguai, o Brasil se fez garantir os antigos tratados de fronteira. Ao passar do tempo, no início do século XX, uma nova onda de ocupação se estabelece com instalação de linha telegráfica, melhorando a comunicação,

¹ Docente no IFPR Foz do Iguaçu, Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE-PR) e graduado em História. Endereço eletrônico: leonir.colombo@ifpr.edu.br.

e abertura da estrada carroçável ligando o extremo Oeste com a região Leste, principalmente com os polos econômicos de Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba.

Em primeiro momento, a solução para o povoamento cabe ao Governo Central do Império e ocorre com a instalação da Colônia Militar do Iguassú em 1888, depois, com o advento da República e outros interesses sobre uso e exploração da terra, os Estados federados passam a ser proprietários das terras devolutas em seus territórios e, em parceria com a União, as terras na “Faixa de Fronteira” obedecem interesses das oligarquias regionais, fazendo surgir no Oeste as Obragens².

A partir de meados da década de 1940, outro fenômeno de ocupação da região toma impulso, a chamada “Corrida para o Oeste” incentivada pelo Governo Vargas e aplicada pelo Estado do Paraná, principalmente nos governos de Bento Munhos da Rocha e Moyses Lupion. Essa nova onda migratória inaugura a colonização pela iniciativa privada através de empresas colonizadoras que foram responsáveis pelo surgimento dos espaços urbanos e pela divisão de pequenos e médios lotes rurais, em meados do século XX.

Diante dessa linha cronológica surgem comunidades rurais. Mas, em particular, com suas devidas singularidades, surge o Quilombo Apepu, reconhecido em 2006 pela Fundação Cultural Palmares. Este Quilombo vem sendo alvo de estudos e de apoio de pesquisadores da Unila e do IFPR/Campus Foz do Iguaçu.

Esse trabalho procurará, de forma ainda preliminar, identificar a migração de afro-brasileiros e a maneira de ocupação do território localizado próximo a foz do rio Iguaçu, verificar indícios da constituição de um núcleo populacional às margens do rio Apepu, e como se deu a relação desses afrodescendentes com a presença da exploração fundiária nesse local.

2. A “FAIXA DE FRONTEIRA” NA FOZ DO RIO IGUAÇU

Durante o Segundo Império, a região que compõe o Oeste do Paraná ganhou significância somente após a guerra contra o Paraguai, mesmo porque, no período Colonial, era território espanhol e, por meio de acordos, tornou-se de Portugal em 1750, através do Tratado de Madri. No final do segundo Império, Dom Pedro II canaliza esforços para assegurar a fronteira, mediante a fixação de famílias agricultoras através da Colônia Militar do Iguassú.

Sobre o conceito de “Faixa de Fronteira”, a primeira referência sobre esse termo, aparece com a Lei de Terras (Lei Imperial nº 601 de 18/09/1850) que, além de definir o que é terra devoluta, regulamentava o uso de terras, apossamento, ocupações e “proibia a sua aquisição por

² Era um tipo de exploração ou propriedade que desenvolveu-se no Paraguai e na Argentina. No final do Século XIX, nas Províncias de Corrientes e Misiones, fortaleceu esse tipo de exploração, com base na extração de erva-mate e madeira, que penetrou e se desenvolveu em território paranaense a margem do Rio Paraná.

outro título que não fosse o de compra, com exceção na faixa de fronteira. A Lei de Terras estabeleceu que, nos limites fronteiriços com países vizinhos, uma extensão de 10 (dez) léguas, ou seja, 66 km (sessenta e seis quilômetros) constitui-se uma zona de terras federais e que poderiam ser concedidas gratuitamente. No Decreto nº 1.318 de 30/01/1854 que regulamenta a Lei de Terras, previa-se a instalação de colônias militares nessa zona e outras medidas para a defesa da Nação.

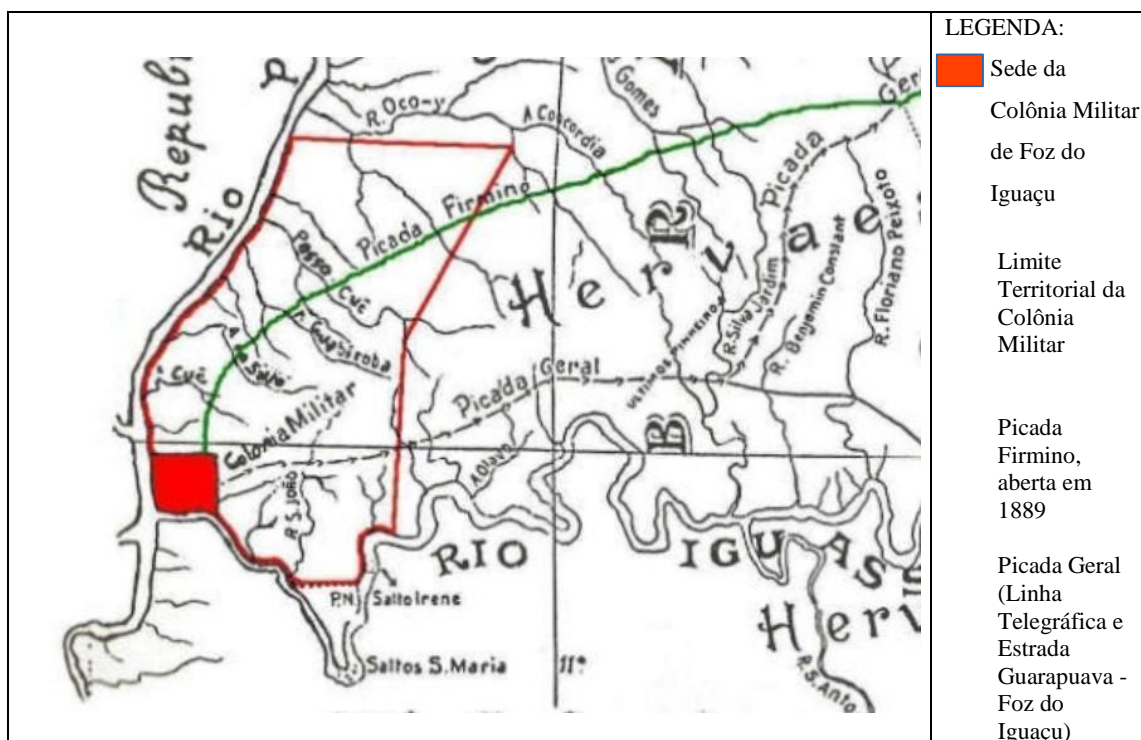


Figura 1 – Mapa de área da Colônia Militar. Fonte: NACIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira. Secretaria de Agricultura do Paraná*, 1903. Em MISKIW, 2009, p. 136, manipulado por Leonir Colombo em 08/06/2021.

Segundo instruções provisórias redigidas em 1889, para implantação da Colônia Militar, a ela caberia, além de estipular os tamanhos dos lotes urbanos e lotes rurais dentro do perímetro da sede, definir que o tamanho poderia atingir até 1.000 hectares para áreas agrícolas e 4.000 hectares para pastoril dentro dos limites da Colônia, e seria condicionado ao número de pessoas na família e a capacidade de produção. Para obter esse direito, os interessados deveriam requerer junto à direção da Colônia Militar (MISKIW, 2009, p. 132).

Com o advento da Proclamação da República, a promulgação da Constituição de 1891 provocou um novo arranjo das políticas fundiárias no Brasil, sobretudo no que se refere ao Artigo 64, determinando que toda “terra devoluta” da União ficaria sob domínio dos Estados. A constituição republicana garantiu o direito de propriedade dessas terras aos Estados.

O governo paranaense, em dezembro de 1892, publicou a Lei 68/1892 que regulamentava as formas de registro e uso da terra, seus princípios de colonização de novas áreas e determinava que as terras devolutas sob seu domínio somente poderiam ser vendidas ou transmitidas sob forma

de aforamento³ (PRIORI, 2011). Como se previa na Lei Estadual, em conformidade ao Artigo 64 da Constituição Federal de 1891, não cabia ao Paraná o domínio de terras situadas em Faixa de Fronteiras, bem como em locais destinados para edificações e construções militares ou de estradas de ferro federais.

No início do Século XX, grandes extensões de terras à margem do Rio Paraná passam a ser adquiridas por empresários, principalmente argentinos, do setor ervateiro e madeireiro, formando o que ficou conhecido por Obrages. Estas surgiram através da aproximação entre empresários ervateiros da Argentina com o Governo do Estado do Paraná que passou a comercializar terras devolutas fora dos limites da Colônia Militar (MISKIW, 2009, p. 181). Paralelo às iniciativas do Governo Paranaense e diante das dificuldades, Torres Homem relata, em 1898, que, para a Colônia Militar ter sucesso, o Ministério da Guerra deveria construir uma “estrada carreteira e a colocação d’uma linha telegraphica” (apud, MISKIW, 2009, p. 162) fazendo a ligação com o mais próximo povoamento dentro do Estado do Paraná, pois o trajeto que ligava à Guarapuava era somente uma picada. A intenção de criar um caminho carroçável era incentivar, através de iniciativas privadas, a criação de novas fazendas e de colônias de imigrantes.

Percebemos que há conflitos de interesses no processo de colonização na “Faixa de Fronteiras” entre os administradores da Colônia Militar de um lado e, do outro, o interesse de empresários e do Governo Paranaense. Além desses conflitos, existiam práticas de contrabando, corrupção, exploração de mão de obra, e insegurança da posse da terra por parte dos colonos que receberam terra, mas não tinham recebido a documentação da Colônia Militar, e alguns que tinham a documentação, mas não havia sido realizada a demarcação dos lotes. Outra prática, era a existência do clientelismo, mandonismo e coronelismo, principalmente praticado por Jorge Schimmelpfeng (MISKIW, 2009, p. 227). Tudo isso contribuiu para o declínio da Colônia Militar, que encerra suas atividades em 1910.

Com o fim dos trabalhos da Colônia Militar, a administração dessas terras recaíram ao Estado do Paraná, como uma localidade administrativa ligada à Guarapuava, sob influência política coronelista de Schimmelpfeng.

A legislação que regulamentava a zona de Faixa de Fronteiras foi alterada pela primeira vez com a Constituição de 1934, dentro do contexto do interesse do Governo de Getúlio Vargas em expandir a ocupação agrícola a Oeste do território brasileiro. Em seu Artigo 166, definiu que essa área tornar-se-ia de exceção de poderes de cunho federal e sua extensão passaria para 100 km (cem quilômetros) ao longo das fronteiras. A partir desse momento, qualquer ação ou concessão de terras deveria ter anuência do Conselho Superior da Segurança Nacional, que

³ O aforamento foi utilizado no Brasil como instrumento de povoamento, em que as autoridades governamentais concediam aos solicitantes de uma certa quantidade de terras do patrimônio público para exploração. O bem público era concedido visando promover a ocupação territorial, estimular a produção local e aumentar as rendas governamentais com a cobrança do foro, que é uma espécie de aluguel.

3. TRABALHO, OCUPAÇÃO E INÍCIO DE COLONIZAÇÃO

Não podemos desconsiderar aqui, a presença e a ocupação dessa terra por povos originários, principalmente o Guarani. A colonização de migrantes eurodescendentes nessa região iniciou-se com a instalação da Colônia Militar na foz do Rio Iguazu em 1892, e também com a distribuição de grandes áreas de terras para a iniciativa privada ao longo do Rio Paraná, conhecidas como Obrages. A fronteira era uma oportunidade rentável economicamente através da extração de erva-mate e madeira, mediante a exploração de mão de obra paraguaia, argentina, brasileira e indígena, por empresários como Domingos Barthe, Pedro Nuñez e Lázaro Gibaja. No entanto, o foco aqui é perceber a presença de afrodescendentes nesta região.

Antes da instalação da Colônia Militar, no ano de 1888, segundo relatório do tenente José Joaquim Firmino, entre a foz do Rio Ocohy e a foz do Rio Iguazu, foram identificados 35 locais habitados por 324 pessoas, definidas como 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 orientais, 2 espanhóis e um inglês, sendo 220 homens e 104 mulheres (MISKIW, 2009, p. 128). Nesse relatório, não há menção à presença de indígena, num mecanismo de criação do vazio demográfico, ou seja, o mito do sertão, da não presença humana até então (MOTA, 1994, p. 58).

O relatório do Coronel Torres Homem, em dezembro de 1898, salientava que, na área urbana, existiam 95 pessoas, dentre as quais 15 eram praças e 3 oficiais do Exército e, dentro do restante do perímetro da Colônia Militar, havia aproximadamente 400 pessoas. Menciona também que, na margem do rio Paraná, próximo ao Rio São Vicente e ao Juguhy havia diversos moradores sem descrever a quantidade. Torres Homem revela ainda a existência de diversos acampamentos às margens dos rios Paraná e Iguazu e que, por motivos de trabalhos de exploração de erva mate e corte de madeira, existia uma população flutuante estimada em 600 pessoas. Observa-se que a maioria da população relatada morava, relativamente, distante da Colônia Militar, como também não havia, naquele momento, o controle da exploração das matas e de lotes coloniais, porções de terras estavam sendo “apossadas por moradores desconhecidos” (MISKIW, 2009, p. 164).

A comunicação terrestre era difícil, o viajante Domingos Nascimento, quando se deslocava pela picada à Colônia Militar em 1903, encontrou vários trabalhadores da extração de erva mate na região Oeste, alguns desses, o acompanharam no trajeto. Em conversas com esses “peões”, relata Nascimento, diziam que iriam “à Colônia pedir um lote para recomeçar a sua vida com seus filhos” (apud MISKIW, 2009, p. 170). Portanto, para alguns trabalhadores nos ervais, a Colônia era uma possibilidade de ter acesso à terra e à esperança de uma vida melhor. Em meados de 1905, segundo o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, a região da Colônia Militar tinha uma população estimada em “mil almas representadas por peões ou trabalhadores nas matas para a extração de erva-mate e madeira” (apud, MISKIW, 2009, p. 175).

Outro fator de migração de “brasileiros” para a Foz do Iguaçu no início do Século XX foi a execução de duas obras: a construção da Linha Telegráfica e da Estrada Estratégica Guarapuava-Foz do Iguaçu. A linha telegráfica foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1905, e proporcionou a abertura de uma via com 373,165 km de extensão, ligando da foz do rio Iguaçu a Guarapuava (ARGOLLO, 1906, p. 56). Os trabalhos da implantação da estrada carroçável também iniciou-se em 1901. O relatório de 1909 menciona a conservação de 208 km de estradas e que, ao findar o ano, os trabalhos foram suspensos (FONSECA, 1909, p. 49).

Possivelmente, alguns trabalhadores dessas duas obras, quando do fim dos trabalhos, estavam na região e resolveram permanecer numa perspectiva de obter um pedaço de terra para sobreviver, ou até mesmo enriquecer com a exploração da erva-mate ou madeira. Com a estrada aberta, permitiu-se maior migração interna no Paraná, muitas pessoas se deslocaram das regiões de Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava para novas terras na foz do rio Iguaçu.

Em 1907, de novembro a início de dezembro, foram realizadas entrevistas com 48 colonos, registradas em uma “*Ata de audiência particular*”. Os colonos ouvidos declararam-se com as seguintes nacionalidades, 19 disseram ser brasileiros, 11 argentinos, 14 paraguaios, 2 espanhóis e um italiano. Dos entrevistados, 2 disseram que chegaram a menos de 1 ano; 5 chegaram entre 1 e 2 anos; o restante entre 3 a 20 anos, sendo que 6 disseram que estavam a mais de 20 anos (MISKIW, 2009, p. 199).

Esses dados de 1907 reforçam a migração para a região da foz do rio Iguaçu, a qual estaria ligada à formação da colônia Mallet (Laranjeiras do Sul), que permitiu a regularização de fazendas, demarcação, titulação e comercialização de terras naquela região a oeste de Guarapuava. Isso levou à expulsão de posseiros, dos quais muitos viviam em sistema de faxinais e se viram forçados a buscar outro espaço de terra para a sobrevivência. Alguns desses posseiros observaram, na estrada recém-aberta, a oportunidade de ter acesso à terra através de lotes provisórios emitidos pela Colônia Militar, os migrantes buscavam certa segurança de propriedade para uso da terra (MISKIW, 2009, p. 200).

Nesse contexto da Colônia Militar, na presença de uma população trabalhadora formada por paraguaios, argentinos e guaranis, o que nos chamou a atenção foi o uso do termo ‘brasileiros’ nas fontes primárias, como os relatórios do Ministério de Guerra do período e documentos produzidos pela administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Neste momento, há uma necessidade de aprofundamento da pesquisa para essa identificação, pois nos leva a acreditar que muitos desses “brasileiros” poderiam ser afrodescendentes, que também poderiam ter a perspectiva de obter um pedaço de terra nessa região.

Diante da perspectiva, nos deparamos com a identificação dos membros originários do Quilombo Apepu, a Família Corrêa, como relata Altivir Correia:

Os mais antigos falavam que meu avô veio para cá na instalação do telégrafo de Guarapuava a Foz do Iguaçu em 1905, depois fizeram a estrada que vai do Rio Boicy até as Cataratas. Isso na época da Colônia Militar, trabalhava para a Colônia Militar, não posso afirmar que meu avô era militar, nunca ouvi falar (Altivir Correia, 2020).

Aurora Corrêa, filha de Florentino Corrêa e de Rafaela Machado Corrêa, também confirma que seu avô, João Corrêa era “sargento do Exército, veio transferido de Curitiba no ano de 1905 com o objetivo de trabalhar na instalação da linha telegráfica que chegaria até Foz do Iguaçu. Ao término da obra teria recebido oitenta 80 alqueires de terra” (PORTZ, 2017, p.91).

Outro neto de João e Maria Corrêa, Neneton Dias Correia, revela que:

Meus pais falavam que meus avós, o casal, vieram de carroça daqueles lados de Guarapuava, acompanhando essa estrada da linha telegráfica. Eu não ouvi falar que ele trabalhava na linha telegráfica. Entraram abrindo a mata, em 1902, onde é o Apepu. (Neneton Correia, 2021).

As aparentes contradições são próprias do jogo da memória, pois esses netos ouviram de uma transmissão oral dos pais ou tios, entre outros, sobre a instalação e presença dos originários da família Corrêa. Mesmo assim, confirma-se que João e Maria Corrêa da Cruz chegaram na região de Foz do Iguaçu, logo no início do Século XX.

4. O CARÁTER OFICIOSO DE PROPRIEDADE JUNTO À GLEBA SANTA MARIA

A prática de utilizar grandes extensões de terra (Gleba) em pagamento de obras públicas de infraestrutura, como estradas de ferro, era comum. Exemplo disso foi em 9/11/1889, através do Decreto Imperial nº 10.432, quando fora cedida grande quantidade de terras à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRG). O novo governo republicano, através do Decreto nº 305 de 07/04/1890, ratificou o referido Decreto Imperial para efetivar o pagamento.

Como a Constituição de 1891 determinava que os Estados eram detentores das terras devolutas localizadas em seu território, o Estado do Paraná passou a emitir novos contratos para novos ramais ferroviários, dentro do Estado, com a EFSPRG. Assim, realizou a emissão de títulos, inclusive glebas situadas dentro dos 66 quilômetros da faixa de fronteira que, por princípio constitucional, eram federais.

Dentre os diversos contratos, em 1916 estabeleceu-se a construção do ramal entre Porto União à Foz do Iguaçu, com sub-ramal até Sete Quedas (Guaíra). A Brazil Railway, que controlava a EFSPRG, buscou novas negociações e, em 1917, acordou-se a construção do ramal para chegar a Guarapuava e depois construir até Foz do Iguaçu e Sete Quedas. Dessa forma, em

23 de agosto de 1920, definiu-se e houve a transferência de novas concessões de terras, além de outras glebas, estavam a Gleba Silva Jardim e a Santa Maria (WACHOWICZ, 1971, p. 324).

Demarcada com uma área de 11.327,65 hectares, o Estado do Paraná expediu o título nº 62 em 01/10/1920, criando a Gleba Santa Maria. Esse título foi transferido a favor da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, em consonância com os contratos de concessões para construção de ferrovias. No entanto, a EFSPRG, logo em seguida, informa ao governo do Paraná que não tinha condições de executar as obrigações contratuais. O Estado resolve, em novembro de 1920, transferir as obrigações mediante novo contrato, para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco). Esse ato cria um imbróglio, pois uma terra federal, por ato do governo do Paraná, passa a ser uma concessão estadual, que, além disso, retira a concessão de uma empresa e repassa a outra.

Estranhamente, as concessões de terras com títulos de propriedade emitidos em nome da EFSPRG continuaram sob seu domínio. Com o advento da “Revolução de 1930” e alterações no cenário político, o interventor federal no Paraná, General Mário Tourinho, em 31 de novembro de 1930, assinou o decreto nº 300, rescindindo os contratos firmados com a Companhia São Paulo-Rio Grande e, por sua vez, também com a Braviaco, tornando nulos todos os títulos de domínio de terras expedidos às empresas. Essas, por sua vez, recorreram à justiça comum, a qual deu ganho de causa ao governo paranaense. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julho de 1940, através do Acórdão nº 14.242, toma a decisão com base no Decreto Ditatorial nº 300 e também no Decreto Interventorial nº 20/1931, tornando essas terras de domínio e posse do Estado do Paraná.

O Governo Federal, desconsiderando o Decreto nº 300 do governo paranaense, editou os Decretos-Leis nº 2.073 e nº 2.436, em 8 de março e 22 de julho de 1940 respectivamente, que fizeram reincorporar ao patrimônio da União todas as terras pertencentes à EFSPRG e os bens e direitos existentes no território nacional da Brazil Raillway Company (WACHOWICZ, 1971, p. 325).

Os atos de incorporação dos patrimônios da *Brazil Raillway Company*, tanto do Estado do Paraná quanto da União, levaram a uma longa disputa judicial para definir o domínio dessas terras, as quais, enquanto se resolvia a querela jurídica, foram sendo ocupadas, principalmente a partir da década de 1950, por supostos proprietários adquirentes de terras da EFSPRG, grileiros e posseiros.

As decisões do Supremo Tribunal Federal, em março de 1964, mediante Recurso Extraordinário nº 52.331, determinou que a titularidade da Gleba Santa Maria é da União, por estar dentro dos 66 quilômetros da faixa de fronteira, quando da expedição do Título, em 1920. Assim, a Gleba Santa Maria ficou definida como um domínio Federal e não Estadual.

Antes disso, depois que a Companhia desistiu das obrigações contratuais na década de 1920, mesmo assim, estranhamente, o título da Gleba Santa Maria aparece no Serviço de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu registrado pela primeira vez, na transcrição lavrada sob nº 1.496 (folhas 22 do Livro 3-B), em 25/03/1947, a qual se reporta sua origem vinda da transcrição nº 1.394, (folhas 2 do Livro 3-B) de 13/03/1946.

No entanto, a transcrição nº 1.394 refere-se à transferência de propriedade do Estado do Paraná para a EFSPRG da Gleba Silva Jardim e não da Gleba Santa Maria, portanto a Santa Maria não é originária da transcrição nº 1.394. Até mesmo, o Oficial do Serviço de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, averbou na transcrição nº 1.496, em 31/10/2000, que “a transcrição nº 1.394 é referente apenas ao imóvel Gleba Silva Jardim”, deixando à luz que a origem da Gleba Santa Maria, está estranha.

A Silva Jardim foi criada pelo Decreto 63/1920 e seu título cancelado conforme Acórdãos nºs 9.286/1933 e 14.242/1940 averbados na escritura somente em 1951. Nessa mesma transcrição (1.394), em 1965, foi averbado o restabelecimento, estranhamente, de propriedade à EFSPRG. Carece fazer estudos mais aprofundados sobre a situação jurídica quanto a decisão do STF sobre a real titularidade dessa área.

Voltando ao registro da Gleba Santa Maria, outra coisa estranha na transcrição nº 1.496, aparece a descrição de duas glebas, a Santa Maria junto com a Silva Jardim, bem como a transferência de propriedade da EFSPRG para a empresa Matte & Lopez Ltda.

Em termos “legais”, portanto, a propriedade da Gleba Santa Maria seria da EFSPRG que vendeu para a Matte & Lopes Ltda. Com sua dissolução, essa terra, ficou sob domínio particular de Ramon Lopez. Com sua morte, houve a partilha dos bens, emitida pelo juiz Gino Luiz Cervi da Comarca de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, em 12/07/1952. Na sentença, o juiz reconhece o direito de propriedade de várias áreas de terras, dentre elas, a Gleba Santa Maria. Assim, o Serviço de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, procede à transcrição do imóvel, com base na determinação do juízo de Livramento e passa a considerar a transcrição 1.496 para o seu desmembramento.

É confusa essa situação, em 1946 foi lavrada a transcrição nº 1.394 que registra somente a Gleba Silva Jardim(76.546 hectares) e a transferência do Estado do Paraná à EFSPRG, nesse registro está averbado, sob o registro nº 1.496, a venda de 25.000 hectares que seria da empresa Matte & Lopes Ltda, mediante escritura lavrada em Curitiba no ano de 1925. No entanto, em 1947 foi lavrado a transcrição nº 1.496 que traz a junção da Silva Jardim(76.546 hectares) com a Gleba Santa Maria(11.327 hectares) dizendo que a origem dessas terras estavam na transcrição nº 1.394. O ato confuso está nos 25.000 hectares averbados na transcrição nº 1.394 para a empresa Matte & Lopes Ltda, sendo que em nenhum momento se está se referindo a Gleba Santa Maria. Ou seja, a Santa Maria aparece do nada no registro nº 1.496.

Mas, estranho mesmo é que o Título da Gleba Silva Jardim, da transcrição nº 1.394, foi anulada a propriedade da EFSPRG definitivamente em 1940, ato que também anularia a transcrição nº 1.496, esse anulamento foi registrado em 1951. Mesmo assim, em 1953 o Serviço de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu registrou a venda da Santa Maria, dos herdeiros de Ramon Lopez para o adquirente Alonso de Carvalho Braga. Ou seja, por determinação judicial de 1952, a Santa Maria “pôde” ser comercializada, mesmo anulada em 1951.

Numa aparente legalidade, a Gleba Santa Maria passa a pertencer em 10/04/1953 a Alonso de Carvalho Braga, surge assim, a transcrição nº 2.932, nas folhas 6/9 do livro 3-D, Ítem “F”. A partir disso, Carvalho Braga passa a fazer vários desmembramentos de terras subdividindo a Santa Maria. O quadro abaixo, foi elaborado conforme Certidão oriunda da transcrição nº 2.932, mediante as averbações de inscrições e posteriores registros.

Quadro 01 - Desmembramento e venda de terras promovido por Carvalho Braga na Gleba Santa Maria							Observações
Beneficiário	Inscr	Data	Área/ha	Reg.	Data	Área/ha	
Antônio Perron Vasquez	142	05/05/53	605	3.290	10/12/53	605,00	Na inscrição do compromisso menciona que a área poderia estar situada nas Glebas Santa Maria e Silva Jardim.
Tertuliano Nogueira Cabral	143	05/05/53	4840	3.292	10/12/53	2.396,05	Na inscrição do compromisso menciona que a área poderia estar situada nas Glebas Santa Maria e Silva Jardim.
Domingos Beraldo	145	05/05/53	2420	3.293	10/12/53	2.431,08	
Manoel Gomes	146	05/05/53	1210	3.597	23/11/54	1.170,93	
Antônio Ângelo	147	05/05/53	1210	3.596	23/11/54	1.246,53	
Carlos Artêncio	372	10/08/53	363	3.759	30/06/55	363,00	
Hygino Muzzy Filho	374	10/08/53	242	3.758	30/06/55	242,00	
Febriano Giometti	375	10/08/53	242	4.678	23/04/58	242,00	
Urbano de Assis Xavier	376	10/08/53	242	3.757	30/06/55	242,00	
Lourenço de A. Senne	377	10/08/53	484	10.930	13/04/65	484,00	
Hosp. Espirita de Marília	378	10/08/53	484	11.345	06/09/65	484,00	
Antônio Artêncio	379	10/08/53	121	3.761	30/06/55	121,00	
Paulo da Cunha Mattos	381	10/08/53	487	4.679	23/04/58	487,00	
João Domingos da Cunha	400	30/09/53	242	3.757	30/06/55	242,00	Houve transferência para a inscrição 802, mediante o registro tornou-se propriedade de Urbano de Assis Xavier.
Mário Soares	401	30/09/53	242	3.760	30/06/55	242,00	
Marillo de Oliveira Sanne	402	30/09/53	121				
Pedro Botelho	912	24/12/53	242	11.705	17/12/65	242,00	
Júlio Martinez Benevides*	917	29/12/53	1210				No compromisso, menciona que poderia estar situada nas Glebas Santa Maria, Silva Jardim, Passo Cuê ou Ocohy.
Alexandre P. P. Carvalho*	939	17/02/54	605				No compromisso, menciona que poderia estar situada nas Glebas Santa Maria, Silva Jardim, Passo Cuê ou Ocohy.
Manoel Malguero Lopes*	940	17/02/54	484				No compromisso, menciona que poderia estar situada nas Glebas Santa Maria, Silva Jardim, Passo Cuê ou Ocohy.
Adelino de P. Lima Filho*	1290	17/07/55	484				No compromisso, menciona que poderia estar situada nas Glebas Santa Maria, Silva Jardim, Passo Cuê ou Ocohy.
Antônio F. Damião Netto	1461	06/06/56	1788,88	4045	24/07/56	166,10	Registro a favor de Moacir Ferraz Damião
				4046	24/07/56	166,10	Em favor de Thadeuz Godofinski
				4047	24/07/56	84,70	Em favor de Osvaldo Mendez de Almeida

				4048	24/07/56	200,86	Em favor de João de Andrade Cruz
Antônio F. Damiano Netto	1462	06/06/56	2057	4.736	26/06/58	734,28	
	Total Comprometido:		20.425,88	Total Registrado:		12.592,63	

* Propriedades comprometidas que podem estar registradas em outras Glebas.

Quadro 1 – Desmembramento e venda de terras promovido por Carvalho Braga na Gleba Santa Maria. Fonte: elaboração de Leonir Colombo.

Originalmente, eram 11.327,64 hectares e, se somar as áreas de “compromisso” originárias expedido por Carvalho Braga, chega-se ao montante de 20.425,88 hectares. Posteriormente, os efetivos registros das áreas passou a um montante de 12.592,63 hectares, observado que determinados compromissos não foram efetivamente registrados dentro da Gleba Santa Maria, mesmo assim, há uma diferença de 1.264,99 hectares, registrados a mais do que o terreno realmente comportava.

A situação fica mais estranha quando observa-se o processo de instituição do Parque Nacional do Iguaçu - PNI. Iniciou-se em 1916, posteriormente, mediante diversos decretos para ampliação expedidos pelo Governo Federal, culminou no Decreto-Lei nº 6.664 de 1944 que estabeleceu, a grosso modo, os limites atuais. Os atos da União destinaram 3.956,19 hectares da Gleba Santa Maria para a formação do PNI (STACHOWSKI, 2012).

Carvalho Braga em 1953, tinham à sua disposição efetivamente 7.371,45 hectares para a comercialização em área fora do Parque. No entanto, a diferença entre o que registrou e o que tinha disponível, perfaziam 5.22,18 hectares, que não tinha como disponibilizar aos adquirentes a efetiva área de terra.

Como vimos, Alonso de Carvalho Braga passa a ter o suposto direito de propriedade, podendo comercializar terras. No entanto, com a presença do PNI, podemos supor que nesse espaço, buscava a indenização da União por desapropriação da área que foi incorporada ao PNI. Assim, além de vender terras possíveis de serem registradas e colonizadas, passou a vender direitos de propriedade para pessoas que tivessem interesse à indenização, ou para comercializar a colonos oriundos da “Marcha para o Oeste”.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, um novo capítulo de ocupação do interior do Brasil se inaugura. No período do Estado Novo, lança-se a estratégia de ocupação do interior do país, criando colônias agrícolas, com características de pequena propriedade, num sistema de colonizadoras. É nesse processo de caráter “retórico e mítico” que se criou a “Marcha para o Oeste” (LENHARO, 1986, p. 14).

Principalmente a partir de 1950, migra para essa região uma população camponesa majoritariamente formada por descendentes da migração européia ocorrida no século XIX que havia se instalado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Diante de um novo impulso migratório, esse “colono”, principalmente do Sul, estabeleceu-se nas terras mais “planas e férteis” do Paraná,

envolvido pela dinâmica de vendas de lotes agrícolas promovida por colonizadoras (GREGORY, 2002).

Até aqui, revisamos o processo oficioso, promovido pelo Estado: titulação e registro de terras que proporcionavam direitos de propriedade e de práticas de transações imobiliárias. Os adquirentes de terras de Carvalho Braga, como Domingos Beraldo, Antônio Perron Vasquez e Manoel Gomes, entre outros (ver Figura 3), passaram a subdividir suas terras em lotes menores, e revender para migrantes internos.

Estou dando destaque a esse processo de ocupação através de empreendimentos privados, como a presença de colonizadora na região, ou a partir da comercialização de terras inicialmente promovida por Carvalho Braga, pois se caracteriza como a ocupação de “terras legalizadas”, dando um ar de carácter oficial a essa colonização.

No entanto, quando há o início desse processo de definição de propriedade e comercialização de terras, esses “novos donos” se deparam com algumas famílias que estavam instaladas há algum tempo, com suas posses à margem da estrada Guarapuava a Foz do Iguaçu, como a Família Corrêa. Assim, “os proprietários”, pessoas físicas e empresas, supostamente legais, passaram a negociar com essas famílias para a “legalização” dessas terras.

5. FAMÍLIA CORRÊA (CORREIA) E A OCUPAÇÃO NO APEPU

Uma aparente contradição aparece no sobrenome da família, Neneton revela:

O nome do meu avô era João Corrêa da Cruz, foi mudado uma letra, tinha o circunflexo e não tinha o “i”, foi minha mãe que colocou esse “i”. A certidão de nascimento dos meus pais foram registrados anos depois, e colocaram com “i” e ficou Correia (Neneton Correia, 2021).

A Certidão de Casamento de Florentino Corrêa confirma que o nome completo dos pais eram “João Corrêa da Cruz” e Maria Benvinda Corrêa da Cruz” (CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, 1933). Essa certidão também revela que Florentino não levava o sobrenome “da Cruz”. Assim, os descendentes possuem as derivações “Corrêa” e Correia”, observados até o presente momento, nos registros de nascimentos e casamentos, o “da Cruz” saiu da tradição familiar como sobrenome. Dessa forma, adotamos aqui o termo “Corrêa” para referirmos à família, em respeito à origem do sobrenome e, ao mesmo tempo, a exclusão da termologia “da Cruz” praticada na atualidade pelos descendentes.

Conforme informações de Altivir, nascido em 1948, filho de Dário Correia e Maria Feliciano Freitas, passou toda sua infância até a juventude vivendo em terras próximas ao Rio Apepu. Altivir acredita que seu avô veio do Rio de Janeiro. Diz Altivir:

As terras que meu avô recebeu, dizem que foi doado pela Colônia Militar, pelos serviços que fizeram na construção do telégrafo e de estradas, isso foi logo quando chego aqui em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1905 e 1906.

Pelo que fiquei sabendo, eram 20 alqueires de terra, na divisa fora do Parque Nacional, do Rio Apepu sentido Foz do Iguaçu e vem beirando.

[...] Tem um povo que fala que o terreno do meu avô, era maior, mais isso eu não posso confirmar. Uns falam que era 80 alqueires, outros falam de um major do exército, que tinha documentos falando que a terra do vô, eram 170 alqueires (Altivir Correia, 2020).

Por outro lado, Neneton Correia, nascido em 1940, filho de Lúcio Correia e Rozalia Dias, o neto mais velho em vida atualmente, quando tinha por volta de onze anos de idade, morou por mais de um ano com a Avó, após ela tornar-se viúva, revela que

Naquele tempo a terra era do governo, era problema do exército, meu pai e os outros irmãos dele, falavam que o avô requereu 100 alqueires, desses, deve ter desmatado uns 30 alqueires. Eu nunca vi esses documentos que comprovavam que era dos meus avós, naquele tempo falavam que era um direito, abriam picadas, faziam a área e diziam que aquilo era dele, a picada era como se fosse a divisa.

Quando meu vô faleceu, sei que tinha as marcas, as divisas da terra. Eu lembro que o marco da terra do vô ficava beirando a Estrada Velha de Guarapuava com a estrada que descia para a escolinha, lá no Zé Nunes. [...] Naquele tempo tinha muito índio que trabalhavam para o meu avô, não sei onde moravam, só sei que trabalhavam na derrubada do mato, na erva-mate, depois tinha a exploração da folha da laranja Apepu, colhiam folhas para fazer óleo (Neneton Correia, 2021).

Pela transmissão oral, os descendentes de João e Maria Corrêa, traçam uma narrativa que as terras originárias foram transmitidas pela administração da Colônia Militar, pelos serviços prestados aos militares, ou estava na lógica de povoamento e incentivos que a Colônia realizava para fixar brasileiros ao longo da fronteira, na formação de uma região agrícola e pastoril. Essa oralidade revela a ocupação e instalação de posses ao longo da estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, a exploração da erva-mate como atividade econômica inicial e, posteriormente, na região do rio Apepu, a exploração e extração de óleo da folha da laranja Apepu.

Neneton Correia (2021) menciona que, quando começou a demarcação dessas terras, as que então pertenciam a seus avós, não tinham documentação, como o seu avô faleceu em 1947 e sua avó faleceu em 1957, quem ficou com a terra, foram os herdeiros,

A minha avó ainda estava viva quando apareceram os donos das terras. Manoel Gomes era quem tinha comprado aquela área toda. Os 100 alqueires, como não tinha documento, não tinha escritura, não tinha nada, a benfeitoria também era pouca e por consideração a minha avó, deixaram 20 alqueires.

Meu avô, na verdade, era posseiro, se tivesse documento, não tinham baixado de 100 alqueires para 20. Quando da medição, do marco que era a terra do vô, eles recuaram, diminuíram a frente, na estrada velha de Guarapuava. Nunca

tiveram problemas com jagunços, nunca tentaram tirar minha avó e os meus tios dali. Foi feito acordos com esses donos. Eu nunca vi documentos dessas terras, não sei se esses 20 alqueires foram registrados em cartório. Mas, mediram tudo certinho e deixaram esses 20 alqueires. Depois, a minha vó decidiu deixar um pedacinho de terra para os filhos (Neneton Correia, 2021).

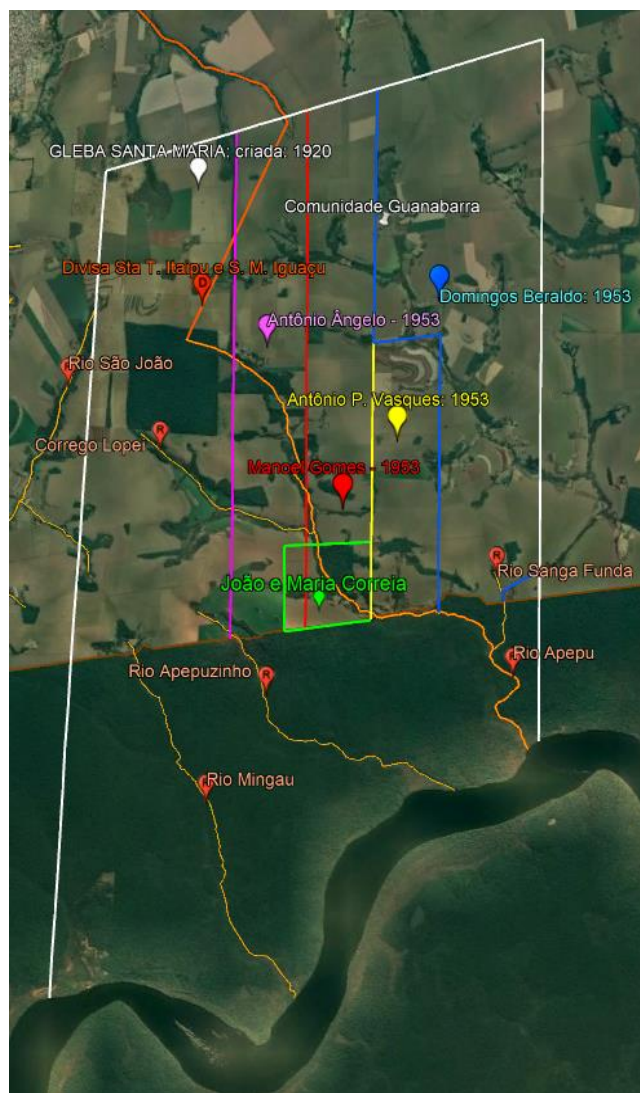


Figura 3 – Desmembramento da Gleba Santa Maria promovida por Carvalho Braga, área de 100 alqueires de João e Maria Corrêa. Fonte: Google Earth, manipulado por Leonir Colombo, com base em certidões de registro de terras e depoimento de Neneton Correia (2021).

Nesse processo fundiário instaurado a partir de meados da década de 1950, Florentino e Rafaela Machado Corrêa configuram-se como adquirentes de terra, onde hoje está a sede do Quilombo Apepu, a qual adquiriam de Domingos Beraldo parte desse terreno.

Minha mãe falou, quando o tio Florentino casou, foi morar atrás da igrejinha, na área do Parque. Depois ele abriu uma posse num lugar chamado Taiacoca. [...] O povo lá, ninguém comprou a terra, era tudo posse, naquele tempo eles

nem sonhavam com legalização de terra, com documentação. Falavam que era terra do governo, todo mundo abriam o mato, construíam uma chochinha e moravam, criavam umas vacas meio no meio do mato.

No Taiacoca o tio tinha bastantinha cabeça de gado, depois abandonou a terra e abriu posse na Sanga Funda, porque era um lugar melhor, tinha água e ficava mais perto da vó, perto do meu pai, da tia Ermínia, moravam tipo numa mesma linha.

Quando veio as medições, ele já tava morando encima da terra, era posseiro, o dono queria deixar só cinco alqueires, dai entrou em negociação e comprou mais cinco alqueires, assim ele ficou com cinco alqueires de posse, vendeu gado, fez um dinheiro e comprou mais cinco, fechou os 10 alqueires (Neneton Correia, 2021).



Figura 4 – Comunidades e áreas de posses dentro e fora do Parque Nacional do Iguaçu. . Fonte: Google Earth, manipulado por Leonir Colombo, com base em certidões de registro de terras, Vencatto (2010) e Neneton Correia (2021).

Inicialmente era uma área de 10 alqueires de terra, lavrada a transcrição junto ao Registro de Imóveis, sob nº 10.361, em outubro de 1964, registrado em nome de Florentino. Na Figura 4, delimitado em azul, observa-se a área maior pertencente a Domingos Beraldo e um dos desmembramentos onde está, atualmente, localizada a sede do Quilombo Apepu.

Lúcio e Rozália Correia ficaram com 5 alqueires, deixado por Antônio Perron Vasquez, (Figura 5, em amarelo) oficialmente registrados em contrato de Compra e Venda em 1966. Hoje, essa área está em nome de Rose Correia, filha de Lúcio e Rozália.

Na terra onde hoje é da Rose, meus pais já moravam ali, antes da chegada de Peron Vasquez, que nunca tentou tirar eles dali. Vasquez deixou o pedaço de terra aonde meus pais já moravam. [...] Não lembro se meu pai pagou Seu Parron pela terra.

As terras eram no seguinte sentido: tinha a terra dos meus avós; depois tinha a do “Guri Romero”, que também era posseiro, paralelo ao meu pai, ali na ponte do Apepu; pra cá tinha o meu pai e; depois tinha o tio “José Nito”, o nome, na verdade, é José dos Santos, cunhado do meu pai, casado com a tia Erminia (Neneton Correia, 2021).

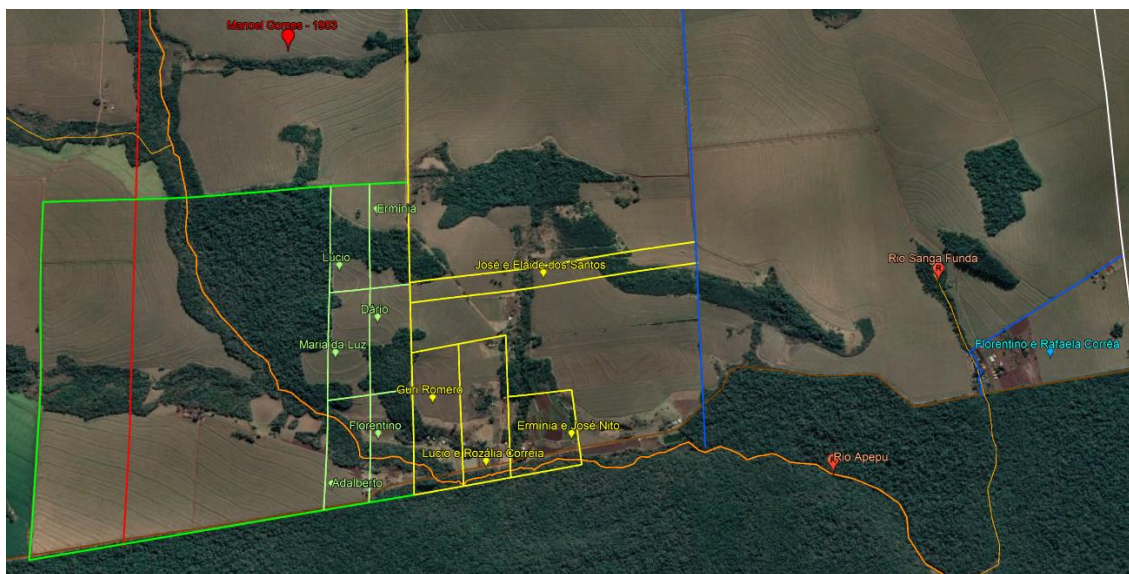


Figura 5 – Áreas das famílias Corrêa, Mendez, Romero e Santos. Fonte: Google Earth, manipulado por Leonir Colombo, com base em certidões de registro de terras e depoimento de Neneton Correia (2021).

O destaque em vermelho nas Figura 3 e 5, revelam a propriedade “legalmente” constituída de Manoel Gomes e na cor verde, segundo lembranças de Neneton Correia, está a área de posse de 100 alqueires de João e Maria Corrêa, posteriormente, com a redução para 20 alqueires, (destaque em verde-claro com 6 divisões) segundo Neneton,

Dividiram essa terra entre os herdeiros. Foi dividido ao meio, sendo uma linha reta partindo da estrada velha sentido norte e depois foi feito duas divisões leste a oeste, criando seis pequenos lotes. Onde era a casa dos meus avós, ficou para o tio Adalberto, logo pra baixo, na beira da estrada velha de Guarapuava, ficou com o tio Florentino. No meio, do lado do tio Adalberto, sentido norte, ficou para a tia Maria da Luz e do lado do tio Florentino ficou com o tio Dário. Na cabeceira, do lado da tia Maria da Luz ficou para o meu pai, Lúcio, e do outro lado ficou o pedaço da tia Ermínia.

[...] Todos os tios moravam pela região do Apepu; a tia Erminia morava onde hoje é do Jairzinho; tio Dário morou na terra que recebeu de herança; tio Adalberto morava perto da casa da minha avó, só que do outro lado do rio Apepu; a tia Maria da Luz morava perto do rio Iguçu, depois que tiraram eles do Parque, ela foi morar pra cima da casa da vó, na herança dela; o tio Florentino nunca morou encima da terra da minha avó, a Erminia também não (Neneton Correia, 2021).

Outras famílias de afrodescendentes se instalaram na região do Apepu, durante o processo de colonização, configurando-se como adquirentes de terras, como a família de José e Laíde dos Santos que adquiriram 5 alqueires de terra no início dos anos de 1970. Sabemos que tinham outras famílias, como a de João *Camarada*, a do Senhor Benvido, e a do Senhor Agenor, porém necessita-se de maior pesquisa para entendermos o contexto.

No Apepu, basicamente os pretos, eram da família Correia.

Na colonização, eram todos lotes pequenos que se vendia, a maioria que comprava na região, eram brancos. Na região do Tio Florentino, só a família dele que era preto, ao redor eram todos brancos.

Poucas famílias de pretos compraram terra. Algumas famílias de pretos vieram morar na região, mas como agregados, como a do Zé Vitor, que chegou em 1968, por aí. A maioria dos pretos que vieram na época da colonização, foram morar perto da Guanabara, pra trabalhar, não eram proprietários de terra (Neneton Correia, 2021).

No início dos anos 1960, começou outro processo de ocupação da Gleba Santa Maria, e também da gleba Silva Jardim, mas, agora, dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Como relatamos, a partir de Carvalho Braga iniciou a comercialização total da área da Gleba Santa Maria, sem levar em consideração os marcos legais da delimitação do PNI. Esse processo levou ao surgimento de novas comunidades rurais (São Alberto, Dois Irmãos, São Luiz e São José) e o crescimento populacional na região do Apepu. No entanto, antes de iniciar esse ciclo de colonização dentro do Parque, observa-se que havia posseiros (Figura 4, destaques em verde) residindo há muito tempo, a exemplo de Florentino Corrêa, tinha

[...] os três irmão Mendez: o Loro Mendez que a primeira posse dele ficava perto da estrada velha de Guarapuava do lado esquerdo do rio Apepu, depois saiu e foi morar na beira do rio Iguaçu, do lado esquerdo do rio Apepuzinho; tinha Lúcio Mendez, que ficava do lado direito do rio Apepuzinho, logo pra baixo da estrada velha de Guarapuava; e o João Mendez, que morava a uns 500 metros do rio Iguaçu, do lado direito do rio Apepuzinho. João Mendez era casado com a tia Maria da Luz.

Meu pai me contava que o Lúcio Mendez foi morar ali na época do meu avô, que trabalhava pro vô [...]. Não sei de onde vieram os Mendez, na minha lembrança, quando comecei a estudar, eles já estavam ali. Os Mendez estavam bem antes da chegada da colonização dentro do Parque.

[...] Quando os alemães chegaram, na região do Parque, a região fora do Parque já tava todo loteado, a primeira colonização aconteceu fora do Parque. Depois aconteceu onde ficava o Parque. Como os Mendez já estavam lá, os colonizadores deram os pedacinhos de terras para eles, sei que não pagaram pela terra (Neneton Correia, 2021).

A configuração das pessoas que moravam na região do Apepu, antes da colonização, eram de afrodescendentes, na presença da família Corrêa, e de descendentes de espanhóis e guaranis,

como a família Mendez. Tinha também Guri Romero que “era moreno, mais pra índio, acho que era índio, falava guarani. O tio José Nito, era moreno, acho que era de origem paraguaia. Porque aqui na região da fronteira, acho que 80% das pessoas eram paraguaias ou índio” (Neneton Correia, 2021).

6. CONCLUSÃO

Podemos perceber que a ocupação da região do Apepu, e, por conseguinte, o surgimento do Quilombo Apepu, tem sua raiz na família de João e Maria Benvida Corrêa da Cruz, migrantes do início do Século XX, afrodescendentes, que percorreram o trajeto de uma estrada recentemente construída pela organização estatal, através do Exército. Instalaram-se à margem dessa estrada, no encontro com o rio Apepu. Fixaram sua posse e, inicialmente, praticaram a atividade econômica mais rentável daquele momento, a extração da folha de erva-mate. Porém, outros imigrantes se fixaram na região no início do Século XX, como a família Mendez, a Romero e a de José *Nito* dos Santos, que tudo indica, são de origem espanhola e guarani.

Os motivos e o local de partida da migração de João e Maria Corrêa ainda necessitam de um aprofundamento da pesquisa, além de entender quando e o que levou à instalação dessa posse próximo ao rio Apepu. Como podemos observar, existiu uma ocupação dessa região inicialmente pelo processo de apossamento, com uma certa passividade ou incentivos de autoridades instituídas em Foz do Iguaçu. Décadas depois, diante de um processo nebuloso, houve a instituição “legal” da Gleba Santa Maria que levou a uma migração acelerada a partir de meados da década de 1950.

Uma aprofundada análise das ações dos personagens: Alonso de Carvalho Braga, Domingos Beraldo, Antônio Peron Vasquez e, Manoel Gomes, se torna importante para compreendermos o modo de operação e ações colonizadoras na região do Apepu. A instituição da Gleba Santa Maria, sua “legalização”, sua partilha, subdivisões e comercialização de lotes, é notório que fez reduzir as posses originárias das famílias que residiam nessa região desde o início do Século XX. Faz-se necessário aprofundar os estudos desse processo, os impactos causados por essa diminuição de áreas e a retirada de famílias, como a Mendez, em área que então se tornou Parque Nacional.

Até chegar à “Marcha para o Oeste”, a região do Apepu foi ocupada, em cerca de 40 anos, por afrodescendentes e descendentes de espanhóis e guaranis, que, por sua vez, eram influenciados pelas atividades econômicas incentivadas pelos argentinos. Estamos aprofundando a pesquisa sobre as atividades econômicas desenvolvidas pela família Corrêa e demais moradores da região do Apepu durante o período anterior a chegada da colonização, bem como, o impacto econômico, social, geográfico, arquitetônico e ambiental pós-colonização e da mecanização agrícola, além dos motivos do êxodo ocorrido a partir de meados da década de 1970 e 80.

Faz-se necessário aprofundar a pesquisa no que diz respeito à resistência dessas famílias, dentre os motivos que levaram à formação do Quilombo Apepu. Existe a expectativa de membros da grande família Corrêa, e outras famílias que conviveram na região do Apepu, de um reconhecimento mais amplo do território quilombola no que diz respeito aos aspectos culturais: a necessidade de cultivar a memória e de transmissão do histórico às novas gerações, incentivar o resgate da tradição religiosa e da realização da Festa de São João nos moldes inaugurados e praticados pelo patriarca João Corrêa da Cruz. Para isso, ainda necessitamos ir a campo, fazer aparecer o que está escondido, alguns fios desse tecido já estão aparecendo.

REFERÊNCIAS

ARGOLLO, Francisco de Paula. *Relatório de 1906*. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio de 1906.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário - *RE nº 52,331*. Brasília: em 24/06/1964.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, *Casamento nº 71, Folhas 178 do Livro B-01*, Casamento de Florentino Corrêa e Rafaela Machado, 01/04/1933.

FONSECA, Hermes Rodrigues da. Relatório de 1909. *Ministério da Guerra*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio de 1909.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

MYSKIW, Antônio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009.

MOTA, Lúcio T. *As guerras dos índios Kaingang*. Maringá: Eduem, 1994.

PORTZ, Solange; DECURGEZ, Valdirene Reimann; SILVA, Paulo Renato da. O Quilombo Apepu: memória e representação de uma comunidade. *Revista Unila Extensão & Cidadania*, Edição nº 1, 2017, p. 86-97.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FOZ DO IGUAÇU. *Certidão nº 1.394, registro às folhas 2, do livro 3-B*. Foz do Iguaçu, 13/março/1946.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FOZ DO IGUAÇU. *Certidão nº 1.496, registro às folhas 22, do livro 3-B*. Foz do Iguaçu, 25/março/1947.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FOZ DO IGUAÇU. *Certidão nº 2.932, registro às folhas 6/9, do livro 3-D, item "F"*. Foz do Iguaçu, 10/abril/1953.

STACHOWSKI, Emílio. *Relatório do Georreferenciamento e Adequação dos Registros Imobiliários integrantes do Parque Nacional do Iguaçu*. Cascavel: INCRA, 2012.

VENCATTO, Rudy Nick. *"Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato"*: memórias de desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009).

Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2010.

VENCATTO, Rudy Nick. *Outros relatos outras histórias: Parque Nacional do Iguaçu, um espaço de dinâmicas e sociabilidades*. Tempos Históricos, Volume 15, 2º Semestre 2011, p. 337-361.

Altivir Correia. *Entrevista concedida à Leonir Olderico Colombo em 01/agosto/2020*, Foz do Iguaçu.

Neneton Correia. *Entrevista concedida à Leonir Olderico Colombo em 19/junho e 10/julho de 2021*, Santa Terezinha do Itaipu.

TAPERAS E RESISTÊNCIA: COMUNIDADES TRADICIONAIS
CAIÇARAS DA JURÉIA (SP)
*TAPERAS Y RESISTENCIA: COMUNIDADES TRADICIONALES
DE CAIÇARAS DE JURÉIA (SP)*

Daiane Neves Alves¹

Vanessa Muniz Honorato²

Ândrea Francine Batista³

RESUMO

As Comunidades Tradicionais Caiçaras da Jureia (SP) foram sobrepostas em 1986 por uma Unidade de Conservação e Proteção Integral e desde então vivenciam conflitos que tensionam sua expulsão. A resistência caiçara vem através de suas organizações comunitárias mobilizando a luta pelos direitos dos povos tradicionais frente à política ambiental vigente. A luta pelas taperas, lugar de existência de seus antepassados, tornou-se símbolo de sua perseverança política, especialmente após trágico episódio da demolição forçada de algumas casas de famílias caiçaras. Estas taperas são vivas e correspondem a relação existente entre moradia, biodiversidade, cultura e conhecimentos. São formas de organização de resistência sócioterritorial diante de um crescente processo de desterritorialização destes povos tradicionais e seus modos de vida. Dar visibilidade aos conflitos existentes através deste relato de experiência, possibilita um encontro com os desafios da classe trabalhadora como um todo que vivencia nas suas particularidades as diferentes formas de opressão da ordem capitalista.

Palavras-chave: Moradia; Território; Resistência

RESUMEN

Las Comunidades Tradicionales Caiçaras da Jureia (SP) fueron superpuestas en 1986 por una Unidad de Conservación y Protección Integral y desde entonces han vivido conflictos que presionan su expulsión. La resistencia Caiçara a través de sus organizaciones comunitarias movilizan la lucha por los derechos de los pueblos tradicionales contra la política ambiental

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, na Universidade Federal do Paraná (UFPR/Litoral). Integrante da Comunidade Caiçara Grajaúna/Rio Verde, e da Associação Comunitária Jovens da Juréia. Email: daiane.nevesalves@gmail.com

² Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, na Universidade Federal do Paraná (UFPR/Litoral). Integrante da Comunidade Caiçara Grajaúna/Rio Verde, e da Associação Comunitária Jovens da Juréia. Email: vanessa.surf.jureia@gmail.com

³ Docente do Curso de Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR/Litoral). Graduada em Pedagogia (UEPG-PR). Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Geografia, UNESP-SP). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação: Campo, Trabalho, Práxis e Questão Agrária (NALUTA/UFPR-Litoral). Email: andrea.fran2008@gmail.com

actual. La lucha por las taperas, lugar de existencia de sus antepasados, se convirtió en un símbolo de su perseverancia política, especialmente después del trágico episodio de demolición forzada de algunas casas de familias caiçaras. Estas taperas vivas corresponden a la relación entre vivienda, biodiversidad, cultura y conocimiento. Son formas de organización de la resistencia socio-territorial ante un creciente proceso de desterritorialización de estos pueblos tradicionales y sus formas de vida. Dar visibilidad a los conflictos existentes a través de este relato de experiencia, permite un encuentro con los desafíos de la clase trabajadora en su conjunto que vive en sus particularidades las diferentes formas de opresión del orden capitalista.

Palabras clave: Vivienda; Territorio; Resistencia

1. CONFLITOS TERRITORIAIS EM COMUNIDADES CAIÇARAS

O presente artigo objetiva analisar aspectos da resistência territorial a partir dos conflitos vivenciados pelas Comunidades Tradicionais Caiçaras da Juréia no litoral de São Paulo. Com base no relato desta experiência, levantam-se temas, reflexões e desafios em diálogo com autores e estudos já desenvolvidos, desdobrando-se em três capítulos encadeados pela: contextualização dos conflitos territoriais que atingem especialmente povos tradicionais; a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins e a desterritorialização das comunidades caiçaras; a resistência socioterritorial; e os desafios emergentes deste contexto.

Desde sua origem, o sistema capitalista vem produzindo acumulação a partir da exploração do trabalho, da espoliação e expropriação das populações, sempre acompanhadas por legislações que as ratificam. A acumulação originária por despossessão⁴, ocorrida especialmente a partir do final do século XV inclusive com os processos de colonização na América e África, foi ao longo do tempo se reconfigurando, e com novas roupagens reaparecem a cada tempo com maior ou menor intensidade.

Essa larga trajetória foi cindindo a relação entre ser humano e natureza, entre trabalhador (a) e meios de produção, entre ser humano e território. Em sua fase imperialista e neoliberal, a ordem capitalista intensifica cada vez mais restrições de acesso à terra, à água, à energia, aos recursos minerais, às florestas, à biodiversidade, ao oxigênio, às sementes e à alimentação saudável para uma parcela da população que vai sendo expropriada em nome da mercadoria, da produção de *comodities* e do lucro. Uma geopolítica que envolve a pilhagem de recursos

⁴“Acumulação por despossessão” é um conceito desenvolvido por Rosa Luxemburgo que busca inicialmente descrever a reprodução capitalista em sua expansão internacional onde há a integração de novas regiões à sua ordem, como o caso dos processos colonizatórios. Forma esta que é recriada em outras situações históricas no âmbito da fase imperialista do capitalismo. David Harvey, partindo das análises de Rosa Luxemburgo, retoma este conceito na busca de interpretar o capitalismo contemporâneo, e suas transformações com o neoliberalismo.

estratégicos em nosso país sob o comando de empresas transacionais e/ou estatais (BATISTA, 2019).

O agrohidronegócio, a mineração e pesca em larga escala, bem como a criação de Unidades de Conservação numa perspectiva “intocável”, vão desterritorializando frequentemente populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e caiçaras que foram se constituindo em coexistência com a natureza. Povos tradicionais do campo, que diversos em sua cultura e formas de produção da existência, vivenciam conflitos comuns e singulares onde a iminente desterritorialização é uma constante tensão. Este processo cresce de maneira brutal em plena crise estrutural da ordem capitalista. Uma crise que apesar de seus inúmeros sintomas, não apresenta indícios de queda ou paralisia, mas de continuidade da produção voraz e destrutiva que coloca obstáculos à própria existência futura da vida humana e planetária (BATISTA, 2019; MÉSZÁROS, 2011).

Resistências históricas foram travadas em nosso país desde o processo de colonização até a atualidade: lutas anti-escravocratas; lutas por terra, água e território; lutas libertárias e socialistas; lutas pelos direitos humanos e identitárias. As reflexões propostas neste texto buscam estabelecer as particularidades da resistência territorial das comunidades tradicionais caiçaras diante do contexto exposto.

Importante considerar preliminarmente, que território é a luta entre a existência humana em sua forma mais característica do lugar a que pertence, e os interesses do capital em sua forma transnacional. Território é parte da dinâmica da luta de classes. Milton Santos (1999), define território não apenas como um conjunto de “sistemas naturais” e de “coisas superpostas”, mas sim como território vivido, como “território “usado”, que congrega “chão mais a identidade”, chão mais “sentimento de pertença”. Nesta relação, “território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, 1999, p. 8).

Assim, os territórios tradicionais caiçaras comumente envoltos pela criação de Unidades de Conservação e Proteção Integral são sobrepostos por um conjunto de regulamentos que restringem violentamente sua cultura e sobrevivência em nome da preservação e conservação das florestas. Se por um lado a ameaça de grilagem e especulação imobiliária já atingia há muito essas populações, por outro, esta gestão de áreas de florestas “preservadas” promovem um turismo empresarial baseado no discurso de sustentabilidade a partir do suporte de órgãos ambientais estatais e/ou não governamentais. Esta visão mercadológica de conservação ambiental indica a expulsão de populações tradicionais, ao mesmo tempo em que impulsiona uma rede de comercialização em nome da natureza.

A concepção hegemônica que envolve a implantação das Unidades de Conservação e Proteção Integral e suas legislações têm sua essência em medidas criadas no século XIX nos Estados Unidos visando proteger a natureza diante do avanço urbano-industrial com a instalação

de pequenos redutos isolados da presença humana – os Parques Nacionais, criados exclusivamente para a contemplação de visitantes. O Brasil está entre os primeiros países a se inspirarem neste modelo, e a partir de 1937 regulamenta e incentiva sua criação (DIEGUES, 2008)

A primeira proposta de criação de parques nacionais no Brasil vem de André Rebouças (1876) já baseando-se nas experiências norte-americanas. Transcorreram daí algumas experiências de serviços florestais, mas sua instituição vem apenas em 1937, ano em que a Constituição Federal definia como responsabilidade da União, Estados e Municípios proteger a natureza e monumentos de valor histórico/artístico (Artigo 134). Nestes moldes, nasce o primeiro parque nacional no país (Itatiaia, RJ). A expansão destes parques foi inicialmente lenta, porém, os impactos profundos às populações ribeirinhas, indígenas e sua interação social com os ecossistemas foram desde então relegados. Ocorre inicialmente nas regiões sul e sudeste. Somente a partir da década de 1960, com a destruição florestal e a expansão das fronteiras agrícolas, é que foram criados parques e reservas biológicas em outras regiões. Na mesma medida avançava a instituição de legislações que buscavam regulamentar a proteção da flora e fauna associadas a objetivos científicos e educativos. (DIEGUES, 2008)

Entre os muitos conflitos daí decorrentes, acirram-se mundialmente as tensões junto às populações tradicionais já existentes nesses territórios. E mesmo que, na década de 1980 a construção do documento “Estratégia Mundial para a Conservação” indicava a proteção da “diversidade biológica e genética”, bem como dos conhecimentos “dos ecossistemas e das espécies com as quais as populações tradicionais se encontravam em íntimo contato” (DIEGUES, 2008, p.103), os tensionamentos e debates continuam até a atualidade. Este documento lançado pela União Internacional para a Conservação da Natureza, pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, divulga a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

As contradições e os conflitos vivenciados pelas Comunidades Tradicionais Caiçaras se evidenciam cada vez mais com o avanço de uma política ambiental articulada aos interesses de acumulação de capital (seja de impacto destrutivo direto ou velado)⁵, uma política pautada na expulsão destes povos e na mercantilização da biodiversidade com o discurso da sustentabilidade e preservação ambiental. A resistência caiçara com sua relação socioecológica ancestral de respeito e conservação da biodiversidade, nos convoca a articulação fundamental entre questão ambiental e direitos dos povos tradicionais.

⁵ É emblemática a Lei do Novo Código Florestal (n. 12.651/2012) flexibilizando a regulamentação da conservação e reflorestamento em áreas de preservação, e aumentando a disputa territorial entre ruralistas e Comunidades.

2. A ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CAIÇARAS DA JURÉIA

As Comunidades Tradicionais Caiçaras localizadas no litoral sul do Estado de São Paulo, município de Iguape, foram sobrepostas em 1986 por uma Unidade de Conservação (UC) criada no intuito de conservação da natureza - a Estação Ecológica Juréia-Itatins⁶. Dentre estas comunidades atingidas podemos citar, Grajaúna, Rio Verde, Praia do Una, Praia da Juréia, Rio Comprido e Cachoeira do Guilherme, ou assim chamadas Comunidades Caiçaras da Juréia.

Como antecedentes da Unidade de Conservação, já haviam relatos de inúmeros episódios de especulação imobiliária e grilagem de terras que resultaram na desterritorialização de muitas famílias. No início do ano de 1980, jornais noticiaram a possibilidade da instalação de uma usina nuclear na cidade de Peruíbe (SP) devido à rica presença de urânio na região - utilizado para obtenção de energia nuclear. A produção de eletricidade a partir da fissão nuclear é considerada desde a década de 1960 uma fonte em potencial no país com a justificativa de que a matriz da energia hidroelétrica não seria suficiente com o avanço da industrialização⁷.

Essas notícias⁸ mobilizaram protestos no litoral paulista e na capital, mas em junho deste ano, às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Decreto nº 84.771/1980 declarava a desapropriação de uma área de 236km² entre as cidades de Peruíbe e Iguape com a finalidade de implantação das usinas núcleo-elétricas 4 e 5 do Programa Brasileiro de Centrais Nucleares⁹ - decreto revogado posteriormente.

⁶ ESEC Juréia-Itatins. Criada pelo Decreto n.24.646 em janeiro de 1986 circunscrevia uma área de cerca de 84.000 hectares de mata Atlântica. Leva o nome de duas serras que estão em seu interior (Serra da Juréia e Serra do Itatins).

⁷ Foram instaladas a primeira Usina Nuclear brasileira - Angra I em 1982; Angra 2 em 2001; e segue em construção a usina Angra 3. Todas constituem a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (Angra dos Reis, RJ). Importante destacar que estas usinas carregam junto o risco de acidentes radioativos, bem como graves impactos ambientais.

⁸ Veiculadas nos jornais: Jornal do Brasil (RJ, 06/02/1980); O Globo (11/02/1980); O Estado de São Paulo (14/02/1980). Informações sistematizadas por: RIBEIRO, Márcio. Artigo Usina Parte 1: Juréia Atômica – “do boato ao fato”. In: Editoria Livre. On-line: Editoria Livre, 01/03/2018. Disponível em: <https://editorialivre.com.br/artigo-usina-parte-1-jureia-atomica-do-boato-ao-fato/> Acesso em setembro/2021.

⁹ BRASIL. Decreto nº 84.771/1980 de 04 de junho de 1980. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela NUCLEBRAS, as áreas que menciona. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=84771&ano=1980&ato=f48QzY61kMrVTfe4> Acesso em Julho/2021

Atualidade Econômica

Usinas paulistas têm áreas definidas

Crise cambial e a recessão

O diretor do Instituto Brasileiro de Economia do Povoado Cristóvão Turanga, economista Júlio Chaves, muito ligado ao ministro Antônio Carlos Rigoli, declarou que a recessão é inevitável, agravada pela inflação da semana das férias e a vida com o extrativismo além das importações.

Essa declaração, vinda de um profundo conhecedor de nossa economia, parece nos constituir uma prova cabalística, nos mostra a preocupação dos órgãos oficiais acerca do momento de nossa situação cambial. Com o dólar, é possível que possamos controlar com a inflação, mas é muito difícil manter uma taxa de crescimento real sem deixar das dívidas necessárias para importações de equipamentos e insumos básicos.

Em nossa edição de ontem, publicamos declarações de beneditinos interessados — na situação atual, pre-

Da usina de BRÁBILIA

A quarta e quinta usinas nucleares, "unidades a água leve" previstas de 1.300 MW cada, serão construídas numa área de 136 quilômetros quadrados (13,6 hectares) situada no litoral paulista, entre as cidades de Peruíbe e Iguape, conforme decreto presidencial baixado ontem, que autoriza a Nuclebrás a proceder, em caráter de urgência, à necessária desapropriação das terras e respectivas beneditórias.

O decreto, assinado de manhã pelo presidente e contendo, também, as assinaturas dos ministros Ermirio Góes e César Cals, declara a área "de utilidade pública para fins de desapropriação" e autoriza a Nuclebrás a tomar as providências para tanto necessárias. Acrescenta que as terras terão "como referência a linha nucleométrica n.º 2, da Central Almirante Álvaro Alberto".

O perímetro da área a ser desapropriada começa no litoral, no local denominado Porto do Prelado, fim do rio Una do Prelado (também

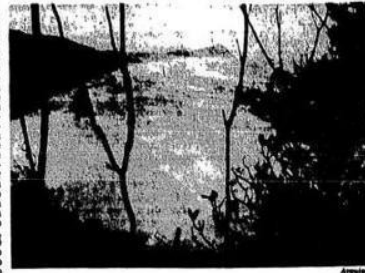
o Porto do Una, a Ponta do Carumbure, o Costão da Deserta, a Ponta do Una, e Praia do Juruá, a Ponta do Juruá, a Ilha Boquete (inclusive a ilha), a Ponta do Paranasupit-Guay, e Ponta do Arpoador, a Praia do Arpoador. É a seguinte a íntegra do decreto:

"Decreto n.º 26 de 19 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Nuclebrás, as áreas que menciono.

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 181, alínea, "B", do Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1974, no Decreto-lei n.º 3.366, de 21 de junho de 1961, e no artigo 10 da Lei n.º 4.189, de 18 de dezembro de 1974, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, no Estado de São Paulo, as áreas de terra e beneditórias de propriedade particular, com um total de mais ou menos 23.600 ha (vinte e três mil e seiscentos hectares), necessárias à implantação das

Praia do Rio Verde, Ponta do Grajadura, Praia do Una, Porto do Una, as outras foz do rio Una do Prelado, Praia do Una, Ponta do Carumbure, Costão da Deserta, Ponta do Una, praia do Juruá, Ponta do Juruá, Ilha do Boquete (inclusive a ilha), Ponta do Paranasupit-Guay, Ponta do Arpoador, Praia do Arpoador até a foz do rio Guará, segue por esse rio Guará em direção a sua nascente até encontrar seu afluente, o rio Teiaqueira, seguindo por esse rio até um ponto no qual onde este desdobra para o Norte, e desse ponto segue por uma linha reta de mais ou menos 600 m, de extensão, até atingir o córrego do Morro do Macaco ou Itaguinha; segue por esse córrego até sua confluência com o rio Una do Prelado, dessa ponto, segue para montante do rio Una do Prelado acompanhando o curso desse rio, que confora a Serra da Juréia, até sua outra foz, no local denominado Porto do Prelado. O rio Una do Prelado, também conhecido como rio Comprido, possui uma foz no porto do Una e outra no Porto do



Praia da Juréia, litoral Sul, parte da área escolhida

Figura 01 – Manchete sobre Usinas Nucleares em SP. Fonte: Jornal O Estado de São Paulo.

Dentre as campanhas de conscientização quanto aos perigos de instalações nucleares na região e ações de movimentos ambientalistas, a iniciativa foi suprimida pela proposta de criação de uma Unidade de Conservação e Proteção Integral (a Estação Ecológica Juréia-Itatins), apoiada no discurso de comprometimento de preservação e permanência das comunidades tradicionais neste território. Todavia, logo de imediato as famílias que ali existiam tiveram seus modos de vida totalmente alterados pelas restrições da Estação que de sua área total, reservou 90% para proteção integral dos recursos naturais e os outros 10% para pesquisas científicas ou estudos ambientais. Sobreposta às comunidades que ali já habitavam, foi impelindo medidas irreconhecíveis e reprimindo as famílias que neste território viviam a partir de um projeto ambientalista que se recusava a reconhecer a forma da relação existente entre as comunidades tradicionais e a biodiversidade.

Existiam aproximadamente 300 famílias nas Comunidades Caiçaras da Juréia. apenas nas comunidades Praia do Una, Grajaúna e Rio Verde existiam em torno de 25 famílias. Algumas destas e de regiões vizinhas, foram praticamente expulsas pelo desgaste a partir das tensões entre a sobrevivência e o impacto da Estação junto às famílias. As proibições recorrentes envolviam desde a construção e reformas de casas até a proibição do exercício de atividades de subsistência, como a pesca, o extrativismo, caça e principalmente a roça – atividades estas, realizadas numa cultura de integração e respeito à natureza.

A remoção forçada destas famílias, que ocorreu de maneira direta ou indireta, configurase como um processo de desterritorialização¹⁰, de perda de território, de fissura no acesso ao território em suas múltiplas dimensões.

Desde o ano de 1986, com a proibição das atividades de subsistência, principalmente roças, as comunidades fortaleceram a mobilização popular para garantir seus direitos. Um dos

¹⁰ Autores como Milton Santos, Claude Raffestin, Marcos Saquet e Bernardo Mançano contribuem para refletir sobre as modificações territoriais e suas consequências.

resultados foi a criação da União dos Moradores da Juréia (UMJ), uma entidade jurídica que após cinco (5) longos anos de atuação junto à sociedade civil, universidades e poder público, conseguiu a autorização dos roçados (1991). Nesta retomada, houveram muitas dificuldades, pois foram perdidas uma variedade enorme de sementes e ramas, levando muitas famílias a buscar outras alternativas de sobrevivência.

Outro aspecto que levou à expulsão destas famílias foi a precarização de infraestruturas e serviços sociais básicos como acesso à saúde e educação, o que levou ao estabelecimento de fluxos migratórios para as periferias dos municípios vizinhos. A procura de renda e escola para seus filhos, foi outro fator de migração das famílias, já que pelo menos cinco das escolas do campo localizadas nas comunidades Cachoeira do Guilherme, Itinguçu, Praia do Una, Despraiado e Aguapeú. foram fechadas com a implantação da Estação Ecológica. A Escola localizada em Cachoeira do Guilherme chegou a ser implementada já com a existência da estação, porém, depois de quatro anos, foi desativada pelo Estado sob a justificativa do número insuficiente de estudantes. Descrevem Franco e Massari, que:

[...] algumas famílias, que passaram a morar na Barra do Ribeira, localidade situada na proximidade da foz do Rio Ribeira de Iguape e do Complexo Lagunar Iguape-Paranaguá, onde passaram a viver de fazer “bicos” e cuidar de casas de veranistas, não desistiram de sua cultura, mas buscaram meios para manter a sua tradição (FRANCO; MASSARI, 2021, p. 145)

Apesar de todos estes conflitos, as comunidades sempre buscaram diálogo com o governo, o que levou a muitos enfrentamentos e um grande processo de organização e mobilização. Desde então se unem com outros povos e parceiros e constroem estratégias de permanência no território. Levam adiante seus conhecimentos tradicionais em relação, à pesca, ao extrativismo, à roça, à produção artesanal, à leitura do vento, do mar e da floresta em harmonia com vida humana, e ao manejo das taperas¹¹.

3. MORADIA E RESISTÊNCIA NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

Para as comunidades tradicionais caiçaras, as taperas são pequenas áreas florestais cultivadas de geração em geração em sistema agroflorestal (LIMA; HAYAMA; CASTRO, 2020). Embora pareçam abandonadas, são esteios da existência e da soberania alimentar comunitária (Imagem 02). O que identifica uma tapera são indícios de esteio de casas, o barro da fôrnalha da casa de farinha, ciscar (lugar onde se depositavam cascas dos mariscos), bem como as plantas

¹¹ Que originalmente significa “lugar abandonado”.

frutíferas, medicinais e ornamentais no local. Algumas vezes estes indícios são difíceis de serem observados. A escolha de uma tapera exige conhecimentos antepassados para o encontro do lugar de moradia e existência.



Figura 02: Tapera. Fonte: Acervo da Comunidade Caiçara Rio Verde/Grajaúna

A resistência caiçara mantém viva a prática dos mutirões na produção da farinha de mandioca, bem como o fandango caiçara, seus bailes e festejos. É no território em sua totalidade, que ser humano e natureza concebem sua existência em toda sua diversidade, é nele que os saberes tradicionais e a cultura vivem e se recriam constantemente como parte de sua resistência. Nesse sentido, moradia para as comunidades caiçaras nada mais é do que o próprio território, que compreende casa, quintal, roça, diversidade, agro biodiversidade, cultura, crenças e modo de vida. Moradia caiçara é “lugar comum” e é também tapera.

A roça é onde as comunidades produzem seus alimentos, geralmente próxima da casa (Imagem 03). Ou, quando distante, as famílias se mudavam para outra casa à beira da roça durante o plantio e a colheita - chamada de capuava¹².

¹² Ou *capuaba*, que significa cabana próxima à lavoura pequena construída para se abrigar na época de colheita e/ou guardar a própria produção.



Figura 03: Roçado de mandioca para subsistência familiar. Fonte: Acervo da Comunidade Caiçara Rio Verde/Grajaúna

As residências são construídas em sua maior parte com materiais existentes no território (madeira, capim e barro). Atualmente, alguns desses materiais foram substituídos para que as construções possam ter maior durabilidade. Podemos citar como exemplo, a substituição do capim por telhas e o barro por cimento. Muito embora, alguns dos cômodos da casa mantenham a presença desses materiais por sua funcionalidade. Em cada casa há sempre um fogão à lenha, pois na ausência de gás e geladeira, as carnes são secas em seu fumeiro com a finalidade de conservá-las – costume antigo mantido até hoje.

O lugar escolhido para a construção das casas é sempre mais alto para não correr riscos de alagamento. Próximas de cachoeiras para captação de água para consumo, necessitam também de terra fértil. Na maioria das vezes são áreas antropizadas, ou seja, áreas já transformadas pela ação humana. Estas áreas podem ser identificadas por marcas de antigas moradias, roça e outras alterações no solo reconhecidas no ecossistema a partir da existência de espécies que resistem ao longo do tempo como árvores frutíferas ou ornamentais.

As áreas antropizadas podem ser reconhecidas por métodos acadêmicos (com análise do solo), e também a partir dos conhecimentos tradicionais que compreendem, percebem e memorizam as transformações motivadas pela ação humana. Estas residências são chamadas

pelas comunidades caiçaras de taperas, lugar em que seus ancestrais já viveram. Espaços que, quando não são usados para novas moradias, são utilizados na coleta das frutíferas e plantas medicinais que ali existem. Assim, a manutenção (manejo) das taperas é sempre realizada pela comunidade.

Uma tapera envolve produção agroflorestal, soberania alimentar e memória histórica comunitária, onde os conhecimentos antepassados se encontram com a vida presente na construção territorial numa perspectiva de totalidade, relacionando tempo-espaço, ser humano-natureza, diversidade e biodiversidade na projeção da vida futura.

Essa perspectiva fundamentou a escrita de um importante documento construído no ano de 2018 pela União de Moradores da Juréia (UMJ) e pela Associação de Jovens da Juréia (AJJ), denominado de “Plano de Uso Tradicional Caiçara”. Este plano aponta que a conservação ambiental na Juréia deve ocorrer com a presença ancestral das comunidades tradicionais e seus conhecimentos. Infelizmente o plano não foi reconhecido pelos órgãos ambientais.

A Associação dos Jovens da Juréia (AJJ) é outra organização que emerge na comunidade no intuito de gerar renda para caiçaras expulsos do território, mas ao mesmo tempo carrega a bandeira da luta pelo direito ao território tradicional (retorno e permanência) bem como da manutenção de sua cultura. Foi em encontros entre amigos onde a memória do passado se fazia viva com o fandango caiçara e na contação de histórias, que a necessidade de organizar as “famílias expatriadas” faz nascer a associação em 1993 e constituir-se formalmente em 1998. (FRANCO; MASSARI, 2021)

Um espaço de educação popular da juventude que através da produção de instrumentos musicais para o fandango como a viola branca, e demais artesanatos em caixeta¹³, os chamados criques caiçaras¹⁴, contribui para a geração de renda. O Fandango é também uma das frentes de atuação da AJJ, que alimentando um grupo cultural mantém viva as músicas e danças, inclusive com várias apresentações pelo país. Assim, a cultura é uma das bases da atividade política de resistência visando garantir os direitos destas comunidades tradicionais.

4. CONFLITOS ATUAIS: A DEMOLIÇÃO DE MORADIAS

Recentemente, na manhã do dia 04 de julho de 2019, mais uma página da história repressiva na comunidade se revelava. A demolição de duas casas de jovens casais da comunidade caiçara da Juréia, realizada pelo Governo do Estado de São Paulo através Fundação Florestal por

¹³ Caixeta: (*Tabebuia cassinoides*), madeira utilizada para a produção de artesanatos caiçaras. Espécie atualmente ameaçada de extinção. A proibição de seu manejo, torna-se um desafio à da Associação é a falta de matéria-prima para a produção artesanal.

¹⁴ Peças produzidas por artesãos e artesãs que vivem na Estação Ecológica da Juréia, no litoral sul de São Paulo. “Criqué” significa “Coisa” para as caiçaras. Informação disponível em: <https://ajjureia.wordpress.com/crique-caicara/>. Acesso em junho de 2021.

meio de uma medida administrativa, sem nenhum mandado judicial e respaldada pela Polícia Militar Ambiental. A ação iniciou barrando o acesso às comunidades de Grajaúna e Rio Verde, violando mais uma vez os direitos dos povos e comunidades tradicionais. As residências eram de uma família caiçara que têm registros de posse de terra desde 1856 na Comunidade Rio Verde. Segundo o “Relatório da Comissão da Verdade (SP) já sofriam ameaças desde 1940” pela grilagem de terras, especulação imobiliária e pela construção de usina nuclear (LIMA; HAYAMA; CASTRO, 2020),

Essas casas foram construídas após as famílias não obterem resposta dos pedidos protocolados de autorização feitos à Fundação Florestal, órgão gestor da ESEC. Foram construídas em taperas, lugares que seus ancestrais moraram deixando frutíferas e plantas medicinais coletadas até hoje pela comunidade. Uma terceira casa foi mantida em pé pela resistência da comunidade. A jovem moradora, grávida, se recusava a sair, levando a Polícia Ambiental a desautorizar a ação da Fundação Florestal. Para assegurar a terceira casa, a comunidade recorreu à Defensoria Pública entrando com uma ação em sua defesa. O Juiz da primeira vara de Iguape, em caráter liminar, manteve judicialmente a manutenção da residência, mas a Fundação Florestal recorreu ao Tribunal de Justiça. A decisão foi mantida. As tensões e resistências vivenciadas, puseram um fim abrupto no diálogo estabelecido pelo Ministério Público Federal que visava resolver o conflito entre a comunidade e o Estado de São Paulo representado pela Fundação Florestal.

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades caiçaras abaladas pela sobreposição da área de proteção integral, e a censura à conduta da Fundação Florestal. Tal decisão foi fundamentada na Convenção 169/89 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, na “Lei Estadual que regulamenta o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins”, bem como na Constituição Federal (LIMA; HAYAMA; CASTRO, 2020).

No dia da demolição, duas moradoras não se encontravam presentes. Participavam de uma das etapas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, em Matinhos. O Curso ocorre em regime de alternância, sendo parte de sua pedagogia a realização de etapas de Tempo Universidade (com estudos realizados na Instituição de Ensino) e momentos de Tempo Comunidade (com estudos realizados no próprio território).

Tão logo as moradoras souberam da ação ilegal, retornaram ao território de origem, chegando apenas no dia seguinte ao ocorrido pelas dificuldades de acesso. A chuva intensa durante a noite impedia seguir pelas trilhas até a comunidade. O dia chuvoso e uma sequência de ações truculentas como a condução de moradores à delegacia de Iguape e a demolição das casas sem aviso prévio. As famílias perderam vários de seus móveis e objetos que ficaram expostos no

tempo. Algumas destas perdas são irreparáveis por se tratarem da destruição de todo valor simbólico que a casa construída naquela tapera representava, assim relatam as moradoras afetadas.

Diante disto, as comunidades caiçaras da Juréia se mobilizaram e resistiram. Divulgaram o ocorrido realizando um processo de conscientização e convocando apoiadores a se reunirem em resistência no Acampamento Tapera Viva que se estabeleceu na casa que não haviam conseguido demolir localizada na Comunidade Rio Verde. Travaram embates com o Estado que se vale de mecanismos coercitivos no trato desta disputa, e ao mesmo tempo com um movimento ambientalista que não consegue captar todos os determinantes que a situação apresenta. Cabe destacar que construir “novas unidades domésticas nas tapers” significa uma “reocupação ancestral de áreas tradicionalmente manejadas” (autor, data e página) e, muito embora o conflito não se resuma à construção de casas e sua proteção “em seu sistema de tapera” é parte da luta por direitos dos povos tradicionais e, ainda, da construção de uma nova perspectiva socioambiental (LIMA; HAYAMA; CASTRO, 2020).

Situações violentas como esta são acompanhadas pela veiculação de notícias falsas e recorrentes na disputa por um território ancestralmente ocupado por comunidades tradicionais. Invisibilizam as reais condições de existência das famílias em seus territórios, bem como a sua forma de produzir e de existir. Ainda, reforçam massivamente a visão de que seus modos de existência nas florestas são nocivos à biodiversidade alegando uma alta conservação da natureza naquele espaço. Esta retórica, que deslegitima as comunidades, envolve um interesse implícito de governos e instituições de grande porte na privatização dos espaços mais conservados em nosso país. Visando o lucro, se utilizam do discurso de proteção da natureza para efetivarem seus negócios.

Para Fernandes (2020), desde o trágico episódio de demolição das casas, “tapera” tem se tornado uma categoria central de mobilização comunitária caiçara da Juréia por território. Está associada ao campo da luta política e se refere aos “locais onde habitaram seus antepassados”. As tapers passam a significar um contraponto à política ambiental vigente.

E, nesse sentido, a organização social e política das comunidades caiçaras se fortalecem e enfrentam novos desafios.

5. DESAFIOS EMERGENTES

Diante do conjunto de elementos apontados neste texto cabe destaque às Comunidades Tradicionais Caiçaras da Juréia, na particularidade de sua luta territorial que desvela contradições da ordem capitalista em sua totalidade, crescentemente agravadas pela crise de caráter estrutural. Junto às lutas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas, a resistência caiçara evidencia

com precisão a despossessão de comunidades inteiras, como um problema público. Expulsas de seus territórios, estas comunidades perdem, as condições básicas de sua existência como a terra, água, sementes, alimento e moradia. Ao mesmo tempo, demonstra as restrições de direitos fundamentais às populações do campo, como saúde, educação, trabalho, cultura, evidenciando o papel do Estado e seus órgãos na legitimação e administração de tal processo.

Sua resistência também revela os problemas de uma política ambiental voltada à mercantilização da natureza, a destruição da biodiversidade, ou ainda à conservação inanimada da presença de populações tradicionais que ali vivem. Provoca a discussão sobre as relações existentes entre ser humano-natureza, que historicamente desembocaram numa profunda alienação. E ainda sinaliza a necessidade urgente de repensar as relações sociais para a produção da existência humana futura. Entre os desafios emergentes das Comunidades Tradicionais Caiçaras da Juréia, destacamos a necessidade de fortalecer imediatamente o território, pois é nele que sua existência acontece.

É nele em que a luta pela consolidação de políticas públicas como educação, saúde, acesso (estradas) e moradia possibilitam essa existência. É nele que se produz soberania alimentar e cultura, fortalece a identidade, e mantém vivos os conhecimentos tradicionais. A perda destas comunidades, deste “lugar comum”, das “taperas vivas” leva a juventude à perda de sua identidade, sua cultura e conhecimentos antepassados. Nesse caso, o desafio da resistência comunitária caiçara é vital para as gerações futuras. É importante também dar visibilidade à história das lutas travadas arduamente nas últimas três décadas por essas comunidades e suas organizações, fortalecendo a memória de resistência e ressignificação constante de seus fazeres como forma de se reinventar frente a toda opressão.

Ao mesmo tempo, a luta dos povos tradicionais caiçaras se apresenta neste momento histórico em comunhão aos desafios da classe trabalhadora como um todo, que, vivenciando de diferentes maneiras a opressão do capital, em suas diferentes particularidades, encontram-se diante do mesmo dilema: o do futuro da existência humana neste planeta. Num contexto de desmantelamento dos parques direitos sociais e trabalhistas, bem como de um aniquilamento vociferado da natureza em nome do lucro maior, é possível vislumbrar as tendências destrutivas da vida, da diversidade, da biodiversidade e de seu impacto para as gerações futuras. Emerge com maior nitidez a urgência da construção de uma nova sociedade, onde os direitos fundamentais para a existência humana sejam garantidos a toda a população, onde o respeito e a coexistência com a diversidade/biodiversidade sejam pressupostos indispensáveis, onde as lutas identitárias se reconheçam entre si caminhando juntas na transformação social, onde a superação das diversas formas de opressão carregue junto a superação da ordem social vigente.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ândrea Francine. *Movimento Camponês e Consciência de Classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina*. RJ: UFRJ/ESS, 2019. Tese de Doutorado. Orientador Mauro Iasi. 330pg. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Downloads/2019%20-%20Tese%20-%20Andrea%20BATISTA%20-%20Movimento%20Campones%20e%20Consciencia%20de%20Classe.pdf>

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da Natureza Intocada*. 66. Ed. SP: Hucitec: Nupaub/USP/CEC, 2008)

FERNANDES, Maria Carolina Loureiro. *Do retorno à tapera: considerações sobre as políticas caiçaras na Jureia – SP*. In: 44º. Encontro Anual ANPOCS. *On-line*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Andrea/Downloads/Texto_AnpoCs_2020_MariaCarolina%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Andrea/Downloads/Texto_AnpoCs_2020_MariaCarolina%20(1).pdf)

FRANCO, Paulo Cesar; MARASSI, Isabela. *A Luta da Associação dos Jovens da Jureia – SP*. In: URBAN, Samuel Penteadó (Org.) *O Conhecimento Popular e Acadêmico em Diálogo: Lutas, leituras e reflexões*. Mossoró, RN: EDUERN, 2021.

GOVERNO SP. Decreto N. 24.646, de 20 de Janeiro de 1986. *Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá providências correlatas*. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/repositorio/524/documentos/decreto-24646-20.01.1986.pdf> Acesso em junho de 2021.

LIMA, Adriana de Souza de; HAYAMA, Andrew Toshio; CASTRO, Rodrigo Ribeiro de. *O Cuidado da Casa Comum Caiçara*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. *On-line*: 3 de agosto de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-cuidado-da-casa-comum-caicara/> Acesso em junho de 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital. Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Biblioteca de Ciências Sociais. Tradução de Moniz Bandeira. RJ: Zahar Editores, 1970.

MÉSZÁROS, Isván. *A crise estrutural do sistema do capital*. In *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cesar Castanheira, Sergio Lessa. SP: Boitempo, 2011

SANTOS, Milton. *O Dinheiro e o Território*. In: *GEOgraphia*. Ano. 1, n. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Downloads/13360-Texto%20do%20Artigo-52708-1-10-20090902.pdf> . Acesso em: junho de 2021

UMJ; AJJ. *Plano de Uso Tradicional Caiçara*. 2018. Disponível em: <https://sites.usp.br/governancaflorestal/publicacoes/publicacoes-de-parceiros/> Acesso em junho de 2021.

CAIXINHA SOUVENIR DO CORREDOR TURÍSTICO DE FOZ DO
IGUAÇU
*CAJA DE SOUVENIRS DEL CORREDOR TURÍSTICO DE FOZ DO
IGUAÇU*

Manuel Corman¹

PREFÁCIO DO ENSAIO/INSTALAÇÃO

Este é um ensaio fotográfico, onde criei uma mini instalação, colocando 6 fotões formando uma maquete em forma de cubo. Corta-se e cola-se para criar um cubo de fotos de Foz do Iguaçu. O objetivo é debater sobre o outro lado deste jogo da cidade turística que é Foz do Iguaçu. É a proposta de aproximação de assuntos tão distantes, que deveriam ser discutidos sempre na nossa pequena cidade. E nesta pequena cidade, tão grande no sentido geográfico, a especulação imobiliária virou uma prática local intensa - quase o único cursor que desenha essa cidade - criando este distanciamento físico e social entre os lados do jogo. A palavra souvenir, desculpe a ironia, mostra que o turista e o empresário vê apenas uma parte da cidade. Tudo construído para que turistas não possam olhar para a outra parte, construção realizada desde décadas, com o apoio da política pública da cidade. O termo corredor, como também uma boa síntese deste jogo, foi trabalhado na tese *Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade* da professora Aparecida de Souza² (2009) encontrado na fala de uma moradora de Foz, entrevistada pela pesquisadora durante o seu estudo de campo.

O termo do corredor em questão se delimita geograficamente nos pontos turísticos. Os principais são esses três: as Cataratas do Iguaçu, a Hidrelétrica de ITAIPU e sua barragem no Rio Paraná, e na outra margem deste mesmo rio, no Paraguai, a zona franca na Ciudad Del Este. Os hotéis, para hospedar os turistas, se encontram principalmente no centro da cidade de Foz do Iguaçu e na Avenida das Cataratas, integrante do corredor. Neste conceito de corredor como síntese, me parece que a cidade fica fora dessa infraestrutura que as empresas direcionaram para o bem-estar do turismo. E também a palavra corredor me fez lembrar uma situação de guerra - sempre escutei nas informações que tratam sobre zonas de guerra. Por exemplo, a ONU sempre pede corredores humanitários em uma zona de guerra para permitir o deslocamento de civis, ou

¹ Graduado em Cinema e Audiovisual pela UNILA. Endereço eletrônico: manuel.joseph.corman@gmail.com.

² Souza, Aparecida Darc de. *Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação na Universidade de São Paulo, 2009.

trazer remédios e comida. Esta leitura reflete a noção bem violenta do desenvolvimento da cidade, essa economia voltada para o turismo represado, desculpe novamente o jogo de palavras, coloca uma parte da cidade em uma situação muito precária, mesmo que não seja muito estratégico para uma economia que se pretende turística.

Por causa deste desequilíbrio das forças em Foz não conseguimos debater os assuntos importantes de maneira digna, como por exemplo o tema da moradia. Especialmente depois que começou a construção da barragem, todos os bairros precários e as favelas de Foz se relacionam com este período de chegada da hidrelétrica, principalmente aqueles assentamentos na margem do rio Paraná. Uma fotografia muito longe das publicidades que a indústria turística cria para vender um produto que não condiz com a realidade dos moradores de Foz. Faz 20 anos que eles continuam tirando os moradores das favelas do centro para colocar nos conjuntos habitacionais nos fundos da zona norte da cidade, em um bairro sem infraestrutura, perto da Subestação de Furnas (subestação elétrica que eleva a tensão para a distribuição de energia para as regiões do país) com o barulho constante das linhas de alta tensão e no meio das plantações de soja.

Listando todos esses impactos sociais e também ambientais não entendo como a Hidroelétrica pode ainda comunicar sobre o lado limpo dessa energia. Nessa lista, segundo os relatórios que eu encontrei na tese da pesquisadora Aparecida Darc De Sousa (pg.65) a cidade, durante a construção, atraiu muitas pessoas sem garantir que iriam ter o mínimo de vida digna. Entre 1970 e 1990 a cidade decuplicou em números de habitantes, a violência e criminalidade aumentaram muito. Todos os barrageiros foram desempregados depois da construção da barragem. Então quando se conhece todo o impacto negativo nessa cidade, onde antes da construção da barragem não se vivia talvez tanta injustiça, como expressou o CATTA (1994)³Foz do Iguaçu foi vítima do sentido perverso da modernidade. E nem vou tocar no assunto dos povos originários e sua expulsão. O governo federal, via Hidrelétrica, deveria ter o dever de reparação para as pessoas e famílias que foram e ainda estão impactadas pela construção dessa, não apenas os desapropriados diretamente. Mas ao contrário, terras onde não deveriam estar construindo, que poderíamos chamar de NO MAN 'S LAND e longe do centro, longe de escola, longe de ponto de saúde, etc., continuam sendo o destino da população de baixa renda através das políticas públicas de moradia.

A cidade está sendo cortada em duas, tudo que não se quer na selfie, se coloca perto de Furnas. Não sei se você já foi lá, no verão depois que o trator acabou de passar o produto tóxico na soja ao lado, o calor e o som da eletricidade fritando nos cabos davam a sensação de que sua cabeça ia explodir, a imagem do inferno parece até gostosa.

³ CATTA, 1994

Com essa micro instalação, como um esboço que poderia se declinar em um outro tipo de instalação, Caixinha Souvenir do corredor turístico de Foz do Iguaçu, queria conversar sobre o impacto socioeconômico e ambiental da infraestrutura da cidade e os futuros projetos que não se ligam sobre o contexto ambiental e social atuais.

REFERÊNCIAS

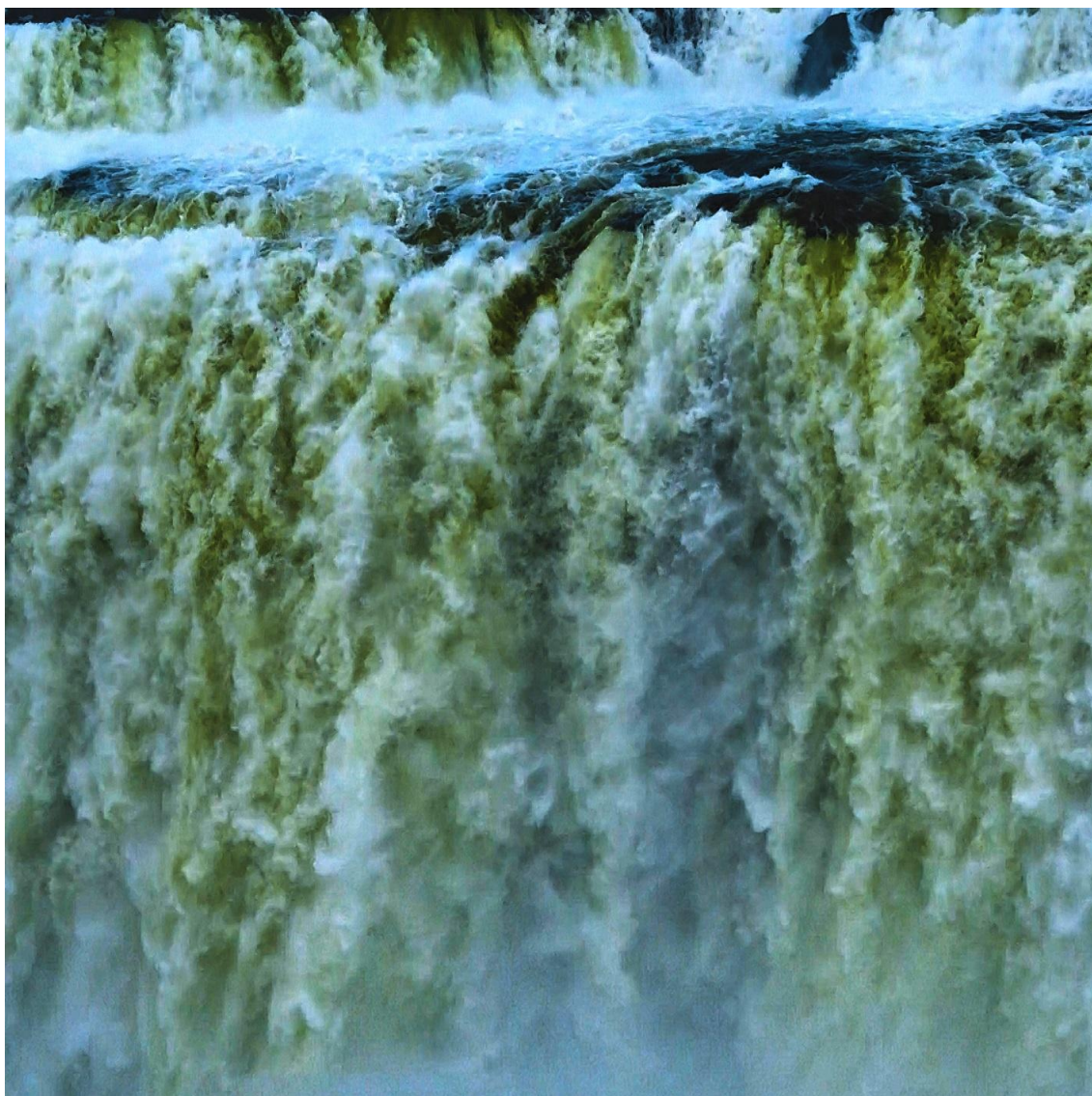
CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1994. Disponível no link <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76115>

SOUZA, Aparecida Darc de. *Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação na Universidade de São Paulo, 2009.



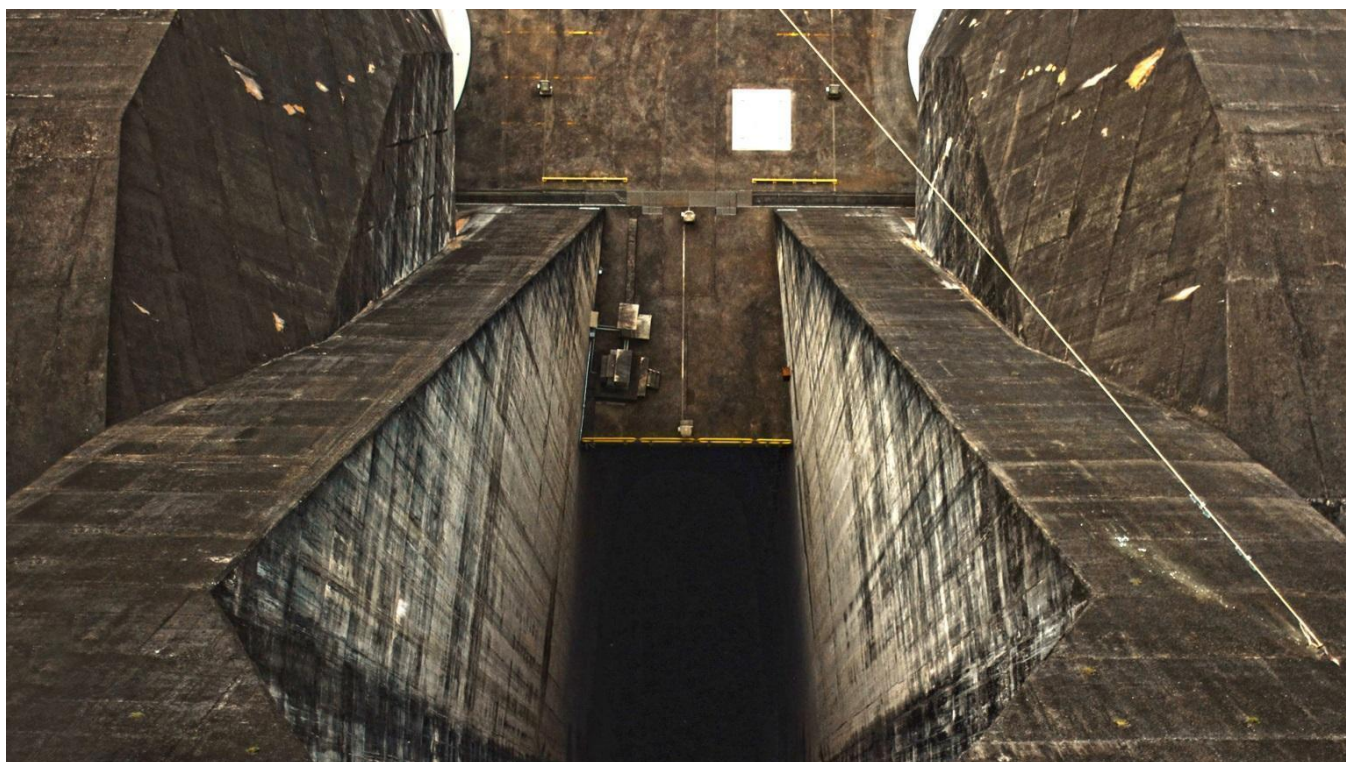
Manuel Corman, 2014-2021

Este termo do corredor foi encontrado na tese *Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade* da professora Aparecida de Souza. Na boca de uma moradora de Foz que a pesquisadora coletou durante o estudo de campo. Essa micro instalação queria conversar sobre o impacto socioeconômico e ambiental da infraestrutura da cidade e os futuros projetos que não se liga sobre o contexto ambiental atual. E sobretudo privilegiando o turismo e o capital internacional no lugar dos moradores.



O início da queda das Cataratas do Iguazu, Argentina
Manuel Corman, 2 Frames de um vídeo tomada em
agosto de 2016.

O produto natural que atrai tantas pessoas em nossa região, pode ser usado em tela de fundo para fazer um selfie. Hoje neste mês de agosto de 2021 nas Cataratas não tem mais água. Construíram uma outra barragem no limite do Parque Nacional do Iguazu e a cidade de Foz do Iguazu está continuando a acreditar que precisa injetar mais dinheiro na economia da indústria do turismo.



I.T.A.I.P.U, Rio Paraná, Brasil-Paraguay
Manuel Corman, Maio de 2018

Fotografia em *contre plongé* entre duas turbinas do barragem binacional, que no meu olhar representa um monumento do fim do rio Paraná que hoje só serve para criar energia, símbolo do progresso brasileiro e atua contra os possibilidades de sustentabilidade



A entrada do Paraguai, em Ciudad Del Este, Paraguai
Manuel Corman, frame de um filme tomada em
dezembro de 2015

Frame do filme *Sentido* de Darlan Weiss. Centro comercial da Ciudad Del Este, terceira maior zona franca de nosso planeta, símbolo do turismo econômico da América do Sul.



Selfítica na área da futura via Perimetral, Foz do Iguçu, Brasil

Manuel Corman, Junho de 2021

Sobreposição de 2 fotografias, a sombra de uma silhueta humana no desmatamento de porção de mata perto de casa, onde vão passar a perimetral que faz parte de um eixo logístico Atlântico-Pacífico, do Porto de Paranaguá-Brasil até Antofagasta-Chile. No dia a dia se ouve os barulhos da motosserra. Homens e máquinas estão destruindo nosso bairro. Agora quando você anda no meio desses troncos decepados, parece um cemitério, estamos em terra conservadorista mas a mata não se defende. Quem questiona este tipo de desenvolvimento vira inimigo da pátria, contra o progresso. Temos que lutar por este bairro e está mata? A última fortaleza contra o apocalipse? Meu filho disse “estamos criando um monstro”, hoje que o ambiente precisa ser regenerado.



Subestação Furnas, Foz do Iguaçu, Brasil
Manuel Corman, frame de um vídeo tomada em
setembro de 2019

Subestação de Furnas, se encontra no norte da cidade perto da barragem binacional. No entorno, plantações de soja que pouco a pouco os conjuntos habitacionais estão sendo construídos, colocando famílias longe das infra estruturas básicas de uma cidade. Lá perto da subestação tem um barulho e um incômodo que eu sinto na cabeça, parece que estou fritando. Furnas fala que eles já fizeram um estudo e não tem perigo.



Antiga ocupação Congonhas, Foz do Iguaçu, Brasil
Manuel Corman, maio de 2018

Fotografia de um passagem na antiga ocupação de Congonhas, que conseguiu um outro lugar com a ajuda do projeto de extensão Escola Popular de Planejamento (UNILA). Ocupações que estão se multiplicando agora em Foz, ilustrando nossa precariedade social e econômica. Como em todas as cidades no Brasil e do mundo, o objetivo é de invisibilizar a precariedade.

OGUATA PORÃ: RUMO À TERRA SEM MALES

OGUATA PORÃ: HACIA LA TIERRA SIN MALES

Paulo Porto¹ (fotografia)

Ana Zimmermann (diagramação)

PREFÁCIO DO ENSAIO

Estas imagens representam a narrativa visual da jornada migratória da família Guarani Nhandeva de Cláudio Vogado, que se iniciou em junho de 2013 e se encerrou em janeiro de 2018, no refúgio Biológico da Itaipu, no município de Santa Helena.

Porém, historicamente, esta caminhada se inicia muito antes, em meados de 1982, quando se fecham as comportas desta barragem, alagando, de forma irremediável, o território tradicional de dezenas de comunidades Guarani. E, como não há mais retorno possível à terra original, a família Vogado, como tantas outras famílias Guarani, se desloca em torno das antigas aldeias submersas, margeando as franjas do imenso lago de Itaipu.

Para o povo Guarani, toda migração está permeada pelo conceito da “Terra Sem Males” - na chamada “oguata porã” - que é a boa caminhada rumo a um espaço mítico e sagrado, onde será possível a sua perpetuação cultural enquanto povo distinto. Por isso, toda caminhada e deslocamento é acompanhada de uma intensa espiritualidade. Durante esta grande peregrinação, a comunidade capitaneada por Claudio Vogado percorreu três municípios - Medianeira, Itaipulândia e Santa Helena - em sete anos, e hoje se encontra às margens de Itaipu, próxima à terra original da aldeia de Dois Irmãos, que vive submersa pela barragem. A pequena comunidade de sete famílias segue aguardando o reconhecimento do Estado e a necessária reparação histórica e cultural. Apresentaremos sete imagens em momentos distintos desta caminhada em um pequeno texto visual.

¹ Docente na UNIOESTE, em Cascavel. Doutor em Educação e graduado em História. Endereço eletrônico: pauloportoborges@gmail.com.

JANEIRO DE 2013



FOTO 1

Família de Cláudio Vogado em sua primeira ocupação, na Fazenda Leão, no município de Medianeira, na fronteira do Parque Nacional do Iguaçu.

JANEIRO DE 2014



FOTO 2

Família Reza do grupo familiar Vogado na ocupação do Parque Nacional, na esperança das autoridades reconhecerem seus direitos territoriais. Alguns meses mais tarde, serão despejados por força policial e migrarão para a aldeia de Vy'a Renda, em Santa Helena.

OUTUBRO DE 2015



FOTO 3

Reunião de lideranças indígenas Guarani com a presença de diversos caciques da região, para prestar solidariedade e pensar estratégias em relação à oguata/caminhada da comunidade liderada por Claudio Vogado. Este encontro foi organizado por Vicente Vogado (sogro de Cláudio) com duração de dois dias e aconteceu na aldeia de Vy'a Renda Poty, em Santa Helena.

JULHO DE 2016



FOTO 4

Claudio Vogado em sua casa de Reza (Opyy Guasu) na ocupação da Base Náutica de Santa Helena, na aldeia de Vy'a Renda Poty, onde permaneceu por alguns meses antes de iniciar sua última caminhada rumo às terras da Itaipu no Refúgio Ecológico do mesmo município.

NOVEMBRO DE 2016



FOTO 5

Amália Centurião, esposa de Claudio Vogado, na aldeia de Mokoi Joegua preparando o jantar para a sua família após reunião na casa de reza (Opy Guasu) com o restante da comunidade.

JULHO DE 2017



FOTO 6

Jovens indígenas Guarani na área retomada do Mokoi Joegua (Dois Irmãos), às margens de Itaipu, o mais próximo possível da aldeia original Dois Irmãos, irremediavelmente alagada pela subida das águas da Itaipu. Na impossibilidade de retornar à área tradicional, o grupo permanece na área de mitigação do lago, por entender que esta terra “é sua” por direito.

NOVEMBRO DE 2017



FOTO 7

Vicente Vogado, pai de Cláudio Vogado, encerrando reza na Opy Guasu de Mokoi Joegua/Santa Helena, pedindo o reconhecimento da Itaipu Binacional em relação ao desterro dos povos indígenas e à indenização territorial que a estatal segue negando e insistindo em não reparar.

VISÕES DO DESENVOLVIMENTO: IMAGENS (RE)VELADAS NAS
CONFLITIVIDADES DA/NA FRONTEIRA

*VISIONES DE DESARROLLO: IMÁGENES (RE) VELADAS EN
LAS CONFLICTIVIDADES DE / EN LA FRONTERA*

Paulo Silva

SOBRE O AUTOR

Meu nome é Paulo Silva, sou filho da Dona Teresa, sobrinho da tia Madalena e neto da Dona Almerinda. Oriundo da cidade Mauá, “lado b” da região do ABC Paulista. Desde de 2016 resido em Foz do Iguaçu, na qual vim para estudar. Quando é possível sou aprendiz de fotografia e faço “zuada” com cavaquinho. Atualmente graduado em História/América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Endereço eletrônico: oluapaulo1987@gmail.com.

SOBRE O ENSAIO FOTOGRÁFICO

O presente ensaio fotográfico é fruto do trabalho de conclusão de curso do curso de História – América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) apresentado e defendido em junho de 2021. Por sua vez o trabalho foi o resultado da participação em um projeto de extensão muito importante na minha trajetória que é o projeto Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC) e o grupo de estudos e pesquisa Saberes em Movimento, na qual foram e ainda são de suma importância para conhecer o território na qual moro nos últimos 5 anos.

O ensaio contém fotografias utilizadas na construção dos relatórios produzidos pela EPPC conjuntamente com as comunidades entre o ano de 2018 até 2021, no objetivo de subsidiar e somar esforços conjuntamente a defensoria pública e outras instâncias do poder público para assegurar e fazer valer o direito das comunidades diante de uma ordem de despejo e de reintegração de posse. Cabe destacar a diversidade das comunidades nesse grande território trinacional; ocupações urbanas, rurais, camponesas, negras e indígenas, a luta pela terra, moradia e trabalho mobiliza mulheres e homens, idosos e crianças. Sendo assim esse ensaio tem a pequena pretensão de mostrar alguns sujeitos e lugares que resistem na contramão do dito progresso por Foz do Iguaçu e Região.



Aldeia Índigena Avá-Guarani Tekoha Ocoy, São Miguel do Iguçu/ PR
PAULO SILVA, 2019
Chão. Primeira vez na aldeia.



Comunidade Quilombola Negra Apepú, São Miguel do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019

Por primeira vez no quilombo.



Ocupação Bubas, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019
Uma tarde na maior ocupação urbana
do estado do Paraná.



Favela Monsenhor Guilherme, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019

Interior de uma moradia na comunidade.
Comunidade localizada na encosta do rio Paraná.



Horta da Dona Laide, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019

Feira de alimentos orgânicos
fruto da agricultura familiar,
família remanescente do Quilombo
Apepú, e que mora na Vila C há
mais de 30 anos.



Ocupação Congonhas, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019
Tarde de reunião organizativa na comunidade.



Ocupação Congonhas, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2018
Quintal da Dona Laudelina



**Dona Elza, Cidade Nova, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2018**

Moradora do bairro periférico da Cidade Nova. O livro de pano foi produto de trabalho de Projeto de Extensão Universitária desenvolvido com a comunidade na biblioteca comunitária do bairro.



Acampamento Sebastião Camargo, São Miguel do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2018

Inauguração da biblioteca Ademar Bogo.

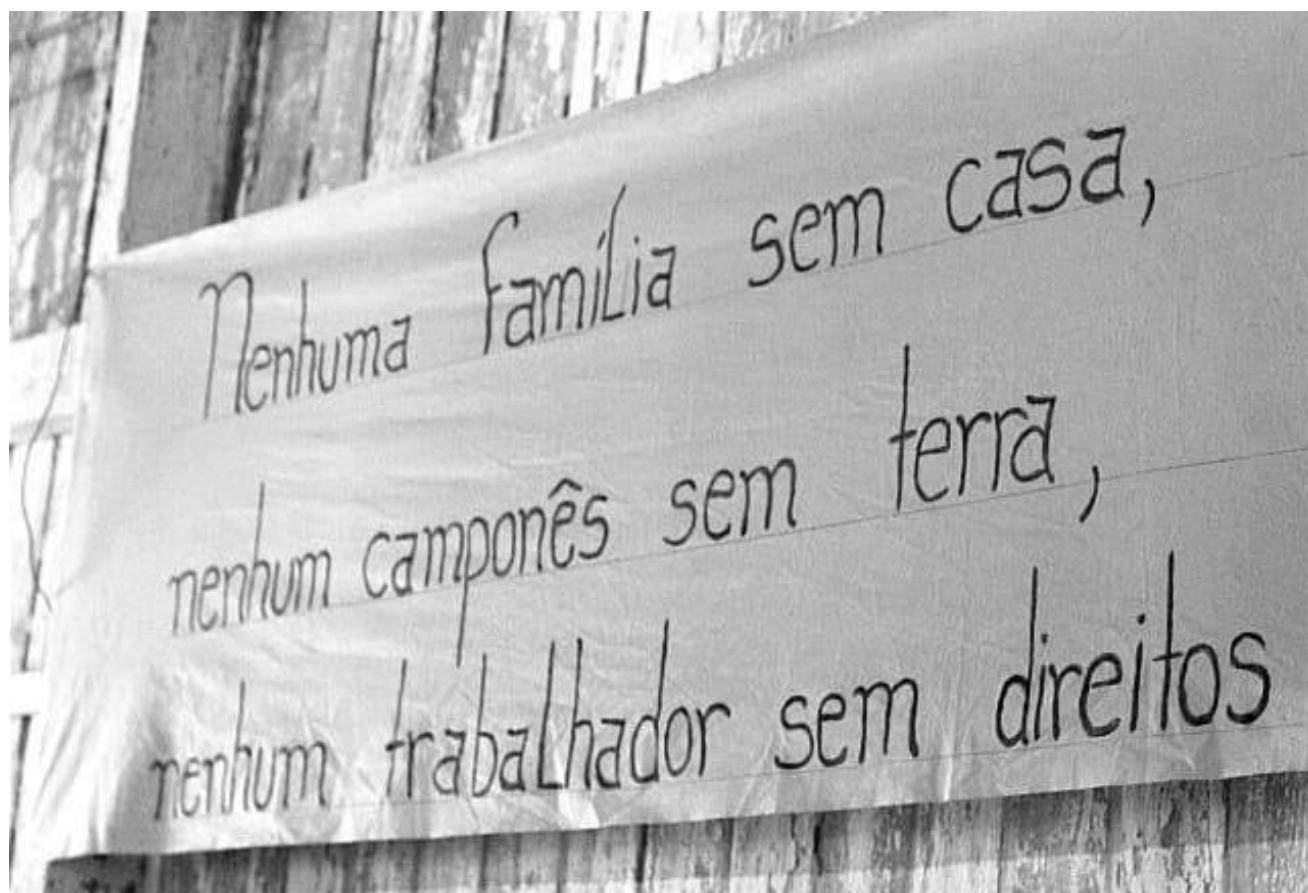


Ocupação Bubas, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2018



**Favela/Comunidade do Monsenhor
Guilherme , Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019**

Registro de uma das reuniões
organizativas com a comunidade e a
Escola Popular de Planejamento da
Cidade.



**Assentamento Chico Mendes , Matelândia/PR
Paulo Silva, 2018**



**Ocupação Resistência II, Foz do
Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2021**

Nova ocupação na cidade oriunda
do agravamento da pandemia e da
atual tragédia político-econômica-
social brasileira.



Favela/Comunidade do Monsenhor Guilherme, Foz do Iguaçu/PR
Paulo Silva, 2019

Palavras pichadas na entrada da favela/comunidade.